



Ambiente

Gestão & Desenvolvimento



<https://remgads.uerr.edu.br>

Vol. 12 n. 1
Jan/Jun 2019
ISSN 1981-4127



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA

Regys Odlare Lima de Freitas, Reitor.
Elemar Favreto, Vice-Reitor.
Sergio Mateus, Pró-Reitor de Ensino e Graduação.
Carlos Alberto Borges, Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação.
André Faria Russo, Pró-Reitor de Extensão e Cultura.
Alvim Bandeira, Pró-Reitor Planejamento e Administração.
Ana Lúcia Mendes, Pró-Reitora de Orçamento e Finanças.
Ênia Maria Ferst, Pró-Reitora de Gestão de Pessoas.

DIREITOS AUTORAIS

Todo o conteúdo desta revista está protegido pela Lei de Direitos Autorais (9.610/98). A reprodução parcial ou completa de artigos, fotografias ou artes no geral contidas nas publicações deve ser creditada ao autor em questão.

A REMGADS é distribuída sob a licença Creative Commons – Atribuição – uso comercial – compartilhamento pela mesma licença (BY). Há permissão de uso e a criação de obras derivadas do material, contanto que haja atribuição de créditos (BY). As publicações são distribuídas gratuitamente no site oficial: <https://remgads.uerr.edu.br>.

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Os conceitos e opiniões emitidas nos trabalhos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), não implicando, necessariamente, na concordância do Conselho Editorial da revista. A responsabilidade pela correta citação das fontes que fundamentam as pesquisas também é totalmente dos respectivos autores.

Universidade Estadual de Roraima - UERR

Rua 7 de setembro 231 - Bairro Canarinho CEP. 69306-530
Tel. (95) 2121-0944
E-mail: reitoria@uerr.edu.br
www.uerr.edu.br

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - PROPEI

Tel. (95) 2121-0944
E-mail: propei@uerr.edu.br
www.uerr.edu.br/propei

Ambiente: Gestão e Desenvolvimento - REMGADS

Tel. (95) 2121-0944
E-mail: remgads@uerr.edu.br
remgads.uerr.edu.br
ISSN 1981-4127



Seção Varia

RELATO DE EXPERIÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE A UTILIZAÇÃO DO MOODLE NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM UM CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS.....	2
O ENSINO DE BIOLOGIA NA EJA A PARTIR DA PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE RORAIMA.....	10
REGIONALISMO E COMUNIDADE IMAGINADA NA OBRA DA RORAIMENSE DE NENÊ MACAGGI.....	21
POESIA E MEMÓRIA INDÍGENA: “IRACEMA” DE JOSÉ DE ALENCAR E “MEU VÔ APOLINÁRIO”, DE DANIEL MUNDURUKU.....	28
A FILOSOFIA LOGICISTA DE BERTRAND RUSSELL NO ENSINO DA MATEMÁTICA ESCOLAR.....	38
USO E EXTRATIVISMO DO ANGICO NUMA COMUNIDADE INDÍGENA NA SAVANA DE RORAIMA, NORTE DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	47
INFORMAÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS: CONTRIBUTOS DE UM ESTUDO SOBRE DISPONIBILIDADE HÍDRICA NO MUNICÍPIO DE IBIRÁ (SP).....	53

Dossiê: II Seminário do Mestrado Profissional Em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania

A DECRETAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM NA DEFESA DO ESTADO PELAS FORÇAS ARMADAS.....	64
VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA: DESAFIO CONTEMPORÂNEO PARA A SEGURANÇA PÚBLICA.....	71
MASSACRES NA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE MONTE CRISTO: CRIMINALIDADE INTERNA E INOPERÂNCIA DA LEI.....	78
APLICAÇÃO DA TERAPIA COGNITIVO – COMPORTAMENTAL SOBRE OS EFEITOS DO ESTRESSE NO SERVIDOR DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	89



ESTUDO SOBRE A EFICIÊNCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DOS INVESTIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA NO PLANO PLURIANUAL 2016-2019 DO ESTADO DE RORAIMA.....	96
IMPORTÂNCIA DAS OFICINAS DE TREINAMENTO PARA OS MILITARES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR.....	105
CONTROLE SOCIAL E GERENCIAMENTO DE RISCOS: MEIOS DE OTIMIZAÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA.	114
MUNICÍPIOS: ESPAÇOS DO ENCARCERAMENTO EM MASSA.....	124
O PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO.....	132
QUESTÕES DE ORÇAMENTO: O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DA POLÍCIA CIVIL A PARTIR DO PPA ESTADUAL.....	139



A revista Ambiente: Gestão e Desenvolvimento, ao lançar a sua 12ª edição, saúda a todos os leitores e reafirma o compromisso da Universidade Estadual de Roraima com a divulgação científica que é feita não apenas localmente, mas nacionalmente também.

Nesta edição trazemos duas seções bem definidas. A primeira delas é a seção vária, com sete artigos das áreas de ciências humanas, linguagens e artes, ciências biológicas e ciências socialmente aplicadas. Cada artigo que compõe este volume passou por uma rigorosa seleção, garantindo o ineditismo e a qualidade das pesquisas desenvolvidas pelos autores. Temos o artigo “Relato de Experiência: um estudo sobre a utilização do moodle no processo de ensino e aprendizagem em um curso de licenciatura em ciências biológicas”, que mostra os avanços da Educação à Distância e sua aplicabilidade no ensino de biologia. Outra pesquisa interessante sobre a área de biologia é apresentada no artigo “O ensino da biologia a partir da proposta curricular do Estado de Roraima”, que traz uma discussão acerca das diretrizes locais para o ensino de Biologia nas escolas públicas de Roraima. Mudando um pouco de área, trazemos dois artigos de literatura: o artigo “Regionalismo e comunidade imaginada na obra da Roraimense Nenê Macaggi” analisa a obra de uma escritora conhecida localmente por ter sido o primeiro expoente feminino na literatura de Roraima, já o artigo “Poesia e Memória Indígena: Iracema de José de Alencar e Meu avô Apolinário de Daniel Munduruku” traz o olhar do indígena para dentro da discussão literária. Garantindo mais uma vez o caráter multidisciplinar da Revista, o artigo “A filosofia logicista de Bertrand Russel no ensino da Matemática Escolar” discute as contribuições do filósofo à ciência educacional. O penúltimo artigo, intitulado “Uso e extrativismo no angico numa comunidade indígena da savana de Roraima, norte da Amazônia Brasileira”, traz o olhar colaborativo de vários autores para a análise de uma árvore utilizada por comunidades indígenas de Roraima. Finalmente, o artigo “Informação ambiental e gestão dos recursos hídricos: contributos de um estudo sobre disponibilidade hídrica no município de Ibirá (SP)” revela aspectos importantes para a gestão e conservação de recursos hídricos e do ambiente.

Esta edição contempla também um dossiê especial com dez artigos da área de segurança pública, que foram selecionados a partir do II Seminário do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania, realizado em 2018, e que serão devidamente apresentados pelo editor convidado desta seção e coordenador do referido Mestrado, professor Edgard Vinícius Cacho Zanette.

Na capa desta edição trazemos uma bela e sensível fotografia retratando uma paisagem natural de Roraima, precisamente do município de Uiramutã, famoso por suas cachoeiras e montanhas. A foto é do professor Erick Linhares, a quem agradecemos pela cessão dos direitos autorais para publicação nesta simbólica edição, que marca o retorno semestral da revista Ambiente: Gestão e Desenvolvimento.

Desejamos uma boa leitura!

Ambiente

Gestão & Desenvolvimento

REVISTA

Dra. Isabella Coutinho Costa, Editora Chefe
Carlos Eduardo Bezerra Rocha, Secretário

MISSÃO

Ampliar a visibilidade de pesquisas acadêmicas nas áreas de Ciências Humanas, Linguagens e Artes, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e Agrárias, Ciências Socialmente Aplicadas, fomentando um espaço reflexivo e democrático, e permitindo a difusão do saber de forma facilitada e sem custos ao leitor/pesquisador.

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Alberto Borges da Silva, UERR, Brasil
Edgard Vinícius Cacho Zanette, UERR, Brasil
Oscar Tintorer Delgado, UERR, Brasil
Plínio Henrique Oliveira Gomide, UERR, Brasil
Régia Chacon Pessoa, UERR, Brasil
Rildo Dias da Silva, UERR, Brasil
Rodrigo Leonardo Costa de Oliveira, UERR, Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO

Alexandre Guimarães Tadeu de Soares – Universidade Federal de Uberlândia – Brasil
Alfredo Gatto – Faculté de Philosophie, Institut Catholique de Toulouse (ICT) – França
André Augusto da Fonseca – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil
André Camargo de Oliveira – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil
Carlos Alberto Borges – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil
César Augusto Battisti – Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Brasil
Claudinei Aparecido de Freitas da Silva – Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Brasil
Cláudio Sipert – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil
Edgard Vinícius Cacho Zanette – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil
Edmilson Evangelista da Silva – Embrapa/RR – Brasil
Elemar Kléber Favreto – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil
Francisco Rafael Leidens – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil
Josimara Cristina de Carvalho Oliveira – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil
Luiz Paulo Rouanet – UFSJ, Brasil
Márcia Teixeira Falcão – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil
Rafael Parente Ferreira Dias – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil
Raimunda Gomes da Silva – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil
Régys Odlaire Lima de Freitas – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil
Ricardo Luiz Ramos – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil
Rosalvo Schütz – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
Sandra Kariny Saldanha de Oliveira – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil
Serguei Camargo – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil
Tiago Monteiro Condé – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil
Tatiane Marie Martins Gomes de Castro – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil
Wender Antônio da Silva – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil
Wilson Antonio Frezzatti Jr. – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

FOTO DA CAPA

Região do Uiramutã, RR
Fotógrafo: Erick Linhares

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Cláudio Souza Jr., claudio@uerr.edu.br



Seção Varia



RELATO DE EXPERIÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE A UTILIZAÇÃO DO MOODLE NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM UM CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

EXPERIENCE REPORT: A STUDY ON THE USE OF MOODLE IN THE TEACHING AND LEARNING PROCESS IN A BIOLOGICAL SCIENCE COURSE

Wender Antônio da Silva¹
Josefina Barrera Kalhil²
Flávia Antunes³

RESUMO: Este artigo científico apresenta e debate os resultados de uma experiência realizada por meio de um Estágio Docência do Programa de Doutorado em Educação em Ciências e Matemática da Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática (REAMEC) realizado na disciplina Prática de Ensino: Tecnologias da Informação e Comunicação do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas de uma universidade pública do estado de Roraima. A disciplina foi ofertada com o auxílio de uma sala virtual (Ambiente Virtual de Aprendizagem, baseado na plataforma Moodle) onde os alunos tiveram acesso a todo material de apoio disponibilizado pelo professor, bem como entregar seus trabalhos e realizar suas avaliações. Ao final da disciplina foi aplicado um questionário online para verificar a visão dos alunos em relação a experiência do Estágio Docência e, em seguida, realizou-se a análise qualitativa dos dados, levando-se em consideração, os dados do questionário, as observações realizadas e os resultados nos processos avaliativos realizados.

Palavras-chave: AVA; Moodle; Tecnologias Digitais; Biologia.

ABSTRACT: This scientific paper presents and discusses the results of an experiment carried out through a Teaching Internship of the PhD Program in Science and Mathematics Education of the Amazonian Network of Education in Science and Mathematics (REAMEC) carried out in the discipline Teaching Practice: Information Technologies and Communication of the course of Degree in Biological Sciences of a public university of the state of Roraima. The course was offered with the help of a virtual room (Virtual Learning Environment, based on the Moodle platform) where students had access to all the support material provided by the teacher, as well as deliver their work and carry out their evaluations. At the end of the course, an online questionnaire was applied to verify the students' view of the experience of the Teaching Internship, and then the qualitative analysis of the data was carried out, taking into account the questionnaire data, the observations made and the results in the evaluation processes carried out.

Keywords: AVA; Moodle; Digital Technologies; Biology.

1 Professor Dr. do Curso de Ciência da Computação e do Programação de Pós-Graduação em Ensino de Ciências (Mestrado Profissional) da Universidade Estadual de Roraima, e-mail: wender@uerr.edu.br.

2 Professora Dr^a do Programa de Doutorado em Educação em Ciências e Matemática (REAMEC) vinculado a Universidade do Estado do Amazonas – UEA, e-mail: josefinabk@gmail.com.

3 Professora Dr^a do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Roraima, e-mail: flaviaantunes6@hotmail.com.



INTRODUÇÃO

Os desafios impostos pela sociedade da informação no século XXI, principalmente em relação ao desenvolvimento tecnológico, impõe a aquisição de habilidades que nos permitam lidar com as tecnologias digitais da informação e comunicação em nossas tarefas diárias. O avanço tecnológico segue a passos largos e constantes, gerando impactos e mudando de forma radical o modelo de sociedade que se tinha até meados do século XX. Hoje as mudanças são constantes, pois a cada novo avanço tecnológico, cada novo produto de software, mesmo um simples aplicativo, pode apresentar uma maneira diferente de experimentar o mundo. Neste novo cenário, ter acesso às tecnologias digitais da informação e comunicação é um diferencial para a aquisição de conhecimentos e, desta forma, estar incluído na sociedade da informação.

Neste sentido, torna-se importante a elaboração de metodologias que possam ser aplicadas por meio das tecnologias digitais e, que possibilitem o desenvolvimento de habilidades, seja na construção do conhecimento científico seja para a utilização das tecnologias digitais. Partindo deste princípio Faria e Giraffa (2012) destacam que o desafio do docente é desenvolver metodologias de ensino que interessem e motivem os discentes na busca do conhecimento, pois para os autores, neste século estes alunos possuem habilidades diferenciadas, são multitarefas, interativos, colaborativos e não lineares. Assim, entende-se que na era digital, uma função importante do docente é o de proporcionar caminhos que facilitem a apropriação de conhecimento pelo aluno. Para isso o docente precisa utilizar de uma metodologia diferenciada e que utilize uma estratégia de ensino baseada nas tecnologias digitais.

Diante do exposto, neste artigo científico, relatamos a experiência de um Estágio

Docência do Programa de Doutorado em Educação em Ciências e Matemática da Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática (REAMEC) que abordou a utilização de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) baseado na plataforma Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment) na disciplina “Prática de Ensino: Tecnologia da Informação e Comunicação” ofertada no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas de uma universidade pública do estado de Roraima.

METODOLOGIA

Para este artigo científico, optou-se pela pesquisa qualitativa, pois não temos a preocupação com a representatividade numérica, mas sim, com a compreensão do fenômeno investigado e o seu porquê (SAMPIERI, 2013). Assim, quanto aos objetivos, a pesquisa é do tipo descritiva, pois busca descrever os fenômenos, situações e contextos da utilização de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) no processo ensino-aprendizagem em um curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, bem como analisar se neste contexto, os discentes conseguiram entender a proposta didática apresentada (SAMPIERI, 2013). Neste tipo de pesquisa descreve-se características de determinadas populações ou fenômenos, utilizando-se de técnicas e instrumentos padronizados de coleta de dados (GIL, 2008).

A proposta do Estágio Docência foi de elaborar e trabalhar com um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) construído por meio do Moodle para disponibilizar aos acadêmicos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas uma forma diferenciada de disponibilizar o material didático do professor, de estabelecer interação aluno-professor e aluno-aluno, bem com disponibilizar recursos didáticos para que os alunos façam a entrega de seus trabalhos.



Neste sentido Melo-Solarte e Baranauskas (2009) apresentaram proposta de construção desses ambientes dentro de uma concepção epistemológica socioconstrutivista, sugerindo sua efetividade e potencial para contextos de Educação a Distância. Dentre as iniciativas de programas de fonte aberta e gratuitos, o sistema Moodle ganhou grande destaque nos últimos anos sendo hoje um dos ambientes mais utilizados em todo o mundo, tanto pela iniciativa pública como privada. Universidades que são centros de referência educacional em todo o mundo têm adotado esse sistema para a criação de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (COLE & FOSTER, 2008) que também vem sendo utilizado para trabalhar no auxílio às aulas presenciais, sendo utilizado como uma forma de entregar conteúdos e promover um canal de interação no processo ensino e aprendizagem.

Consideramos que os principais diferenciais dessa proposta de ensino para a Licenciatura em Ciências Biológicas, em especial a disciplina de Prática de Ensino: Tecnologias de Informação e Comunicação foram a aplicação do conceito de aprendizagem colaborativa e avaliação formativa na condução do curso, através de um sistema de atividades a distância e contextualizadas. Esse processo foi realizado por meio de atividades, como:

- Uso da ferramenta “fórum” integrada ao conteúdo da unidade curricular. Desta forma, os discentes tinham a possibilidade de realizar interações entre eles e com o professor da disciplina sobre os conteúdos ou tarefas específicas.

- A ferramenta “questionário” foi utilizada ao término de cada unidade curricular como forma de trabalhar a avaliação somativa. O propósito desta atividade era estimular os acadêmicos a ler sobre os conteúdos específicos da disciplina

e fornecer um retorno sobre acertos e erros de cada questão. Assim a ferramenta proporciona a possibilidade de elaboração de questões objetivas e subjetivas.

- A ferramenta “tarefa” foi utilizada para que o aluno enviasse seus trabalhos ao professor. Assim que o aluno envia um arquivo, toda a interação é realizada entre professor-aluno, sendo que outros alunos podem ou não ver as atividades dos colegas, dependendo da configuração do Moodle. Neste contexto, utilizamos a tarefa com envio de arquivo único, onde os discentes eram convidados a escrever uma redação ou relatório sobre um determinado tema que estava relacionado ao conteúdo trabalho. Em todas as atividades eram fornecidas as devidas especificações para a elaboração do trabalho e, em algumas cobrava-se a leitura de artigo científico sobre o tema para melhorar a qualidade da aprendizagem.

Para os materiais disponibilizados pelo professor aos alunos foram utilizadas as ferramentas de recurso, em especial o “arquivo”, em que documentos em formato pdf foram organizados na sala virtual na mesma ordem do conteúdo programático da disciplina. Também foram disponibilizados links para páginas externas, tais como o PhET da Universidade do Colorado, o Portal do Professor mantido pelo Ministério da Educação e vídeo tutoriais disponíveis nos mais diversos canais do YouTube e do Khan Academy. Neste sentido, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) foi trabalhado como uma forma de auxiliar as aulas presenciais por meio de conteúdos, tarefas e leituras complementares, bem como proporcionar um espaço virtual para troca de experiências entre os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Desta forma tarefas, artigos para leituras, questionários de revisão de conteúdo, materiais de estudos complementares, a entrega e correção das tarefas foram realizadas somente de forma

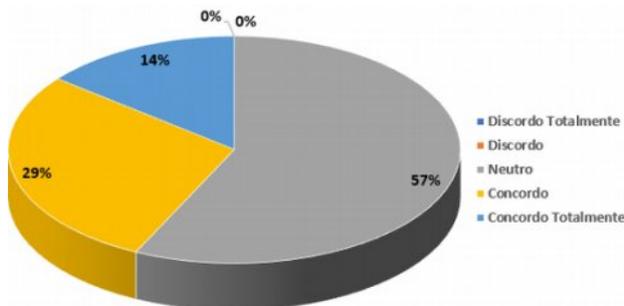


virtual. Buscando avaliar a participação e a opinião dos discentes, elaborou-se e aplicou-se questionário baseado em Likert, onde constava de 09 (nove) afirmativas em que os discentes deveriam demonstrar seu nível de concordância, apontando uma das assertivas (concordo totalmente, concordo, neutro, discordo e discordo totalmente). Este questionário ficou disponível de forma online, no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem, não sendo obrigatória a participação dos alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a coleta dos dados, a percepção de uma análise qualitativa é representada nos gráficos de setores abaixo. Na primeira questão buscou-se identificar se os cursistas estavam efetivamente aprendendo com a utilização da metodologia escolhida.

Figura 01 - Entendo que os alunos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, na disciplina de Prática de ensino: Tecnologias de informação e comunicação, estão efetivamente aprendendo a partir das metodologias escolhidas pelo professor (Ambiente Virtual de Aprendizagem).

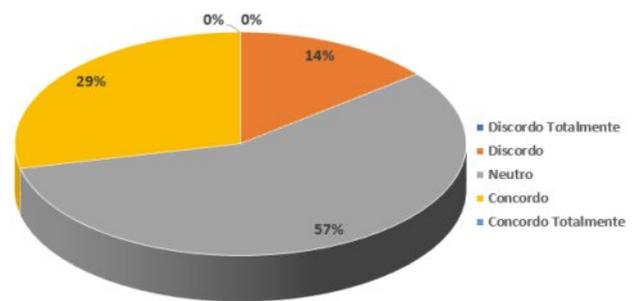


Fonte: elaborado pelo autor.

Observa-se na figura 01 que um percentual de 57% preferiu não opinar sobre a questão, porém 43% concordam com a afirmação apresentada. Durante a realização do Estágio Docência, observou-se que duas questões deixavam os alunos impacientes: primeiro a falta de infraestrutura tecnológica da universidade e em segundo a falta de habilidades com as tecnologias digitais.

Desta forma, percebe-se que este resultado de certa forma, demonstra o descontentamento pela falta de infraestrutura da instituição, pois a grande maioria não dispunha de computadores pessoais e ainda por não conseguir desenvolver as atividades devido à falta de habilidades tecnológicas ao manusear o Moodle.

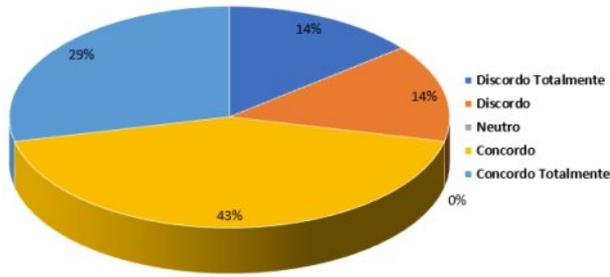
Figura 02 - Com a utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem na disciplina de Prática de ensino: Tecnologias de informação e comunicação, os alunos promoveram maior nível de interação e colaboração entre a teoria e a prática dos conteúdos apresentados.



Fonte: elaborado pelo autor.

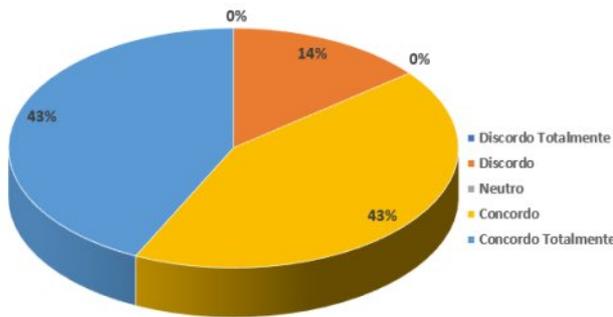
Ao se afirmar que com a utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem na disciplina de Prática de Ensino: Tecnologias de Informação e Comunicação, os alunos promoveram maior nível de interação e colaboração entre a teoria e a prática dos conteúdos apresentados, novamente, obtivemos um percentual de 57% neutros, 29% concordaram e 14% discordaram. Percebe-se claramente que a metodologia proposta não conseguiu gerar interações com os discentes por meio das ferramentas disponíveis no Moodle, como demonstra-se na figura 02.

Figura 03 - Entendemos que a utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem apresentou uma prática pedagógica motivadora, instigadora e desafiadora à reconstrução dos saberes no processo educacional.



Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 04 - Entendo que a avaliação está sendo aplicada como instrumento de diagnóstico para o professor e para o aluno e não como instrumento de punição.



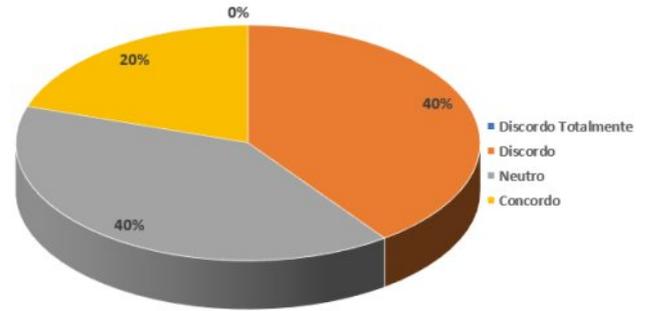
Fonte: elaborado pelo autor.

No item 3 do questionário (figura 03), buscou-se a opinião dos discentes sobre a utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem e, se o mesmo apresentou uma proposta pedagógica motivadora, instigadora e desafiadora a reconstrução dos saberes no processo educacional. Observou-se que 28% discordaram, no entanto, um percentual de 72% concordaram com a afirmativa, conforme observa-se na figura 03.

Ao afirmar que os alunos entendem que a avaliação está sendo aplicada como instrumento de diagnóstico para o professor e para o aluno e não como instrumento de punição, um percentual de 86% concordaram, sendo que apenas 14% discordaram da afirmação. Este resultado demonstra a maturidade dos discentes em relação à necessidade de se estabelecer critérios de avaliação e realizar verificações de aprendizagem, conforme ilustrado na figura 04.

Ao verificar se eles entendem que a pedagogia tradicional seria eficaz com os nativos digitais, 40% ficaram neutros, 40% discordaram e 20% concordaram, conforme apresentado na figura 05.

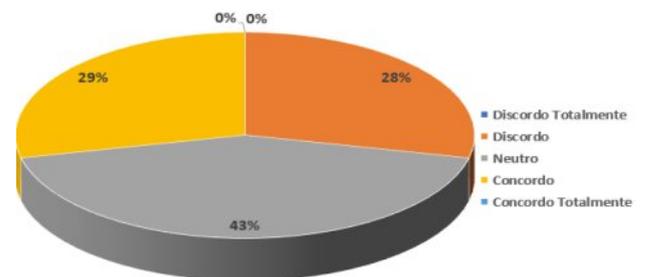
Figura 05 - Entendo que pedagogia tradicional adequada para o passado é eficaz com nativos digitais.



Fonte: elaborado pelo autor.

Ao serem questionados sobre o entendimento do conceito da utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem, bem como da proposta metodológica utilizada pelos professores na condução da disciplina, um percentual de 72% concordaram, sendo que 28% preferiram ficar neutro em relação à afirmação, conforme ilustrado na figura 06.

Figura 06 - Entendi o conceito da utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem, bem como da proposta metodológica utiliza pelos professores na condução da disciplina.

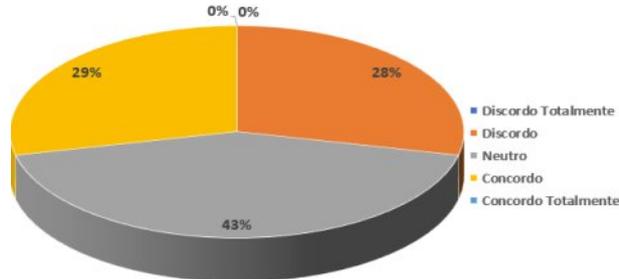


Fonte: elaborado pelo autor.

Na figura 07 destacamos as respostas do questionamento sobre a utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem e as dificuldades em entender seus comandos e ferramentas, tanto para acessar as atividades e materiais quanto para participar dos fóruns e entregar as atividades solicitadas.



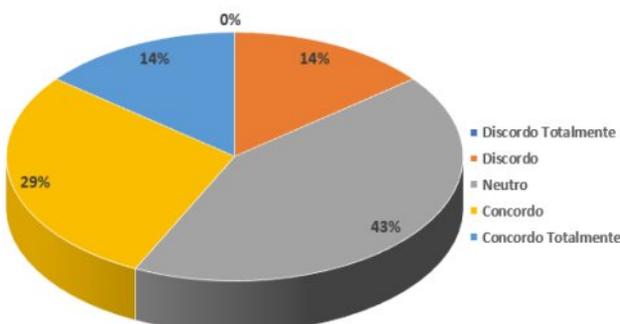
Figura 07 - Ao utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem não tive dificuldades em entender seus comandos e ferramentas, tanto para acessar as atividades e materiais quanto para participar dos fóruns e entregar as atividades solicitadas.



Fonte: elaborado pelo autor.

Pode-se observar que um percentual de 28% discordou e outros 29% concordaram, sendo que 43% preferiram não opinar sobre a afirmativa. A figura 08 apresenta os resultados da questão que verifica se a experiência dos acadêmicos com a utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem foi satisfatória, tanto em termos de aprendizagem técnica para saber lidar com a ferramenta tecnológica, quanto em termos de compreensão da metodologia proposta pelo professor. Neste sentido, observa-se que um percentual de 43% concordou, 14% discordaram e 43% prefeririam ficar neutros a afirmativa apresentada.

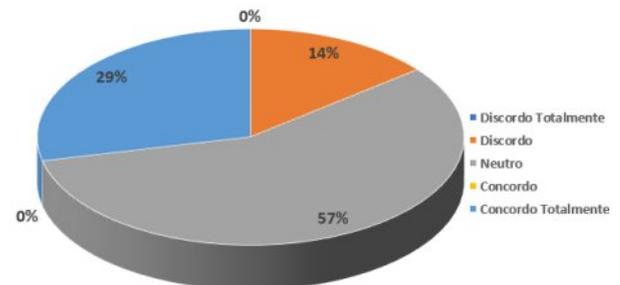
Figura 08 - De maneira geral, minha experiência na utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem foi muito satisfatória, tanto em termos de aprendizagem técnica para saber lidar com a ferramenta tecnológica, quanto em termos de compreensão da metodologia proposta pelo professor.



Fonte: elaborado pelo autor.

Ao questionar com os alunos se as demais disciplinas do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas poderiam disponibilizar materiais para estudo e realizar a entrega dos trabalhos por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem, sendo este, um suporte ao ensino presencial, obtivemos um percentual de 29% que concordam totalmente, outros 14% discordam e 57% preferiram ficar neutros a afirmativa, conforme ilustrado na figura 09.

Figura 09 - Concordo que as demais disciplinas do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas poderiam disponibilizar materiais para estudo e realizar a entrega dos trabalhos por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem, sendo este, um suporte ao ensino presencial.



Fonte: elaborado pelo autor.

Percebe-se nos dados apresentados que existem alguns padrões que merecem ser analisados com maior cuidado. Todos os itens que se referem a discordância de uma afirmativa permanecem em um percentual de 14%. Isto nos leva ao entendimento de que se refere ao mesmo grupo de indivíduos. Outra questão é o percentual elevado da opção neutra que, em vários gráficos, ficam entre 43 e 57% do total dos avaliadores. Entendemos que este percentual é reflexo da falta de entendimento dos alunos em alguns termos, conceitos ou processos técnicos relativos ao Moodle apresentados no momento da pesquisa. Destaca-se que, por se tratar de um Estágio Docência todos os termos, conceitos e processos técnicos para a utilização do Ambiente Virtual de



Aprendizagem foram devidamente apresentados e esclarecidos para a turma. Neste sentido, acreditamos que a forma como foi apresentada ou ainda a quantidade de tempo de explanação talvez não tenha sido suficiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos a descrição das considerações, descrevendo a análise nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas que não traz a tecnologia digital como uma habilidade a se desenvolver no futuro docente e não é uma característica a ser cobrada no perfil do egresso. A legislação limita-se a estabelecer a conscientização sobre biotecnologia, e traz como habilidades as relações entre ciência, tecnologia e sociedade e; o saber avaliar o impacto potencial ou real de novos conhecimentos/tecnologias/serviços e produtos resultados da atividade profissional (BRASIL, 2001).

Já na análise do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas ficou claro que em relação ao perfil do egresso e às competências e habilidades necessárias para a formação do futuro licenciado em Ciências Biológicas não há nenhuma descrição específica que leve ao entendimento da necessidade para uma formação tecnológica que proporcione a construção de uma habilidade específica. Porém na estrutura curricular existe uma disciplina intitulada “prática de ensino: tecnologias de informação e comunicação (TICs)” que visa trabalhar a questão das atividades didáticas assistidas por computador, as transposições em informática e didática, os ambientes virtuais de aprendizagem, softwares educacionais, os recursos de interação e colaboração, bem como o novo papel do docente e do discente no contexto do ensino baseado em tecnologias de informação e comunicação. A

disciplina possui uma carga horária de 45 horas e requer ser trabalhada na prática em um Laboratório de Informática. Destaca-se que o Projeto Pedagógico do Curso de Biologia está alinhado ao que prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Neste contexto, percebeu-se que foram levantados pontos positivos e pontos negativos em relação à experiência da utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem, por meio do Estágio Docência, na disciplina de Prática de Ensino: Tecnologias da Informação e Comunicação do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Ao observar e coletar informações junto aos discentes que participaram da experiência, percebemos os seguintes pontos positivos: a) o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) promoveu um contato com a tecnologia do qual muitos acadêmicos não estavam acostumados e, na avaliação de alguns acadêmicos “foi ótimo esse contato com o AVA, uma vez que não estou tão acostumado com a tecnologia”. b) ao terem que utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem para ter acesso aos conteúdos da disciplina, muitos alunos tiveram que mudar seus conceitos em relação à aceitação das Tecnologias Digitais.

Em relação aos pontos negativos, destacamos que alguns alunos tiveram muitas dificuldades relacionadas à falta de computadores e internet em suas residências para acessar os conteúdos e realizar a entrega das atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Uma outra questão negativa foi a falta de disponibilidade do laboratório de informática da universidade para os alunos poderem realizar as tarefas e aprender sobre e com a utilização do Moodle. Neste sentido, destacamos que a experiência, em nossa avaliação e de acordo com os dados coletados por meio dos questionários e das observações, foi



considerada “boa”, porém precisa de ajustes, seja na metodologia, seja na forma de utilização do laboratório de informática. Destacamos que dentre todos os problemas, a falta de habilidades para se trabalhar com as tecnologias digitais ainda é o maior deles. Porém, percebeu-se pelos trabalhos entregues e pelas avaliações realizadas que houve sim aprendizagem sobre os conteúdos específicos da disciplina e sobre as Tecnologias Digitais e o Moodle.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 1.301, de 06 de novembro de 2001.** Disponível em <

<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso realizado em: 22 de maio de 2017.

COLE, J., FOSTER, H. **Using Moodle, 2nd Edition**, O’Reilly Media, Inc, 2008.

FARIA, Kely C.; GIRAFFA, Lucia M. M. **Ensinando Biologia com o Moodle: pedagogia da parceira na prática.** Vidya, Santa Maria, v.32, n. 1, p.65-77, 2012.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.

MELO-SOLARTE, D.S. & BARANAUSKAS, M.C.C. **Resolução de Problemas e Colaboração a Distância: modelo, artefatos e sistema.** Revista Brasileira de Informática na Educação, 2009, vol. 17, n.2, p.21-35.

SAMPIERI, Roberto H. **Metodologia de pesquisa.** Porto Alegre: Penso, 2013.



O ENSINO DE BIOLOGIA NA EJA A PARTIR DA PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE RORAIMA

THE TEACHING OF BIOLOGY IN THE EJA FROM THE CURRICULAR PROPOSAL OF THE STATE OF RORAIMA

Creone Vieira Silva¹

Sandra Kariny Saldanha de Oliveira²

RESUMO: A pesquisa que embasou este artigo teve como objetivo geral analisar o ensino de Biologia a partir da Proposta Curricular de Roraima para a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Para a realização da pesquisa adotou-se o método qualitativo, a coleta de dados foi feita com a diretora da DIEJA da Secretaria Estadual de Educação – SEED/RR e com nove professores de Biologia. A entrevista teve como finalidade obter informações sobre a Proposta Curricular da EJA. O questionário para os professores objetivou conhecer o perfil profissional, os métodos e técnicas utilizados no processo ensino e aprendizagem. A pesquisa buscou responder a indagação: O conhecimento da Proposta Curricular é um passo para a boa prática pedagógica? Os resultados mostraram que a EJA encontra-se em um momento de dificuldades quanto à oferta de condições de trabalho, pois falta infraestrutura nas escolas e apoio pedagógico para professores de Biologia, o que reflete no elevado número de evasão escolar. Para superar os desafios, sugere-se a atualização da Proposta Curricular da EJA, na perspectiva de reivindicar políticas públicas visando à garantia da oferta de educação de qualidade aos alunos e professores da EJA que procuram uma nova chance na vida escolar.

Palavras-chave: Ensino de Biologia, EJA, proposta curricular, políticas públicas.

ABSTRACT: The research that based this work had as general objective to analyze the teaching of Biology from the Roraima Curriculum Proposal for Education of Young and Adults - EJA. For the accomplishment of the research the qualitative method was adopted, the data collection was done with the director of DIEJA of the State Department of Education - SEED / RR and with nine professors of Biology. The purpose of the interview was to obtain information about the EJA Curricular Proposal. The questionnaire for teachers aimed to know the professional profile, methods and techniques of teaching-learning. The results showed that the EJA is in a moment of difficulties regarding the offer of working conditions, since it lacks infrastructure in the schools and pedagogical support for teachers of Biology, which reflects in the high number of school dropouts. To overcome the challenges, it is suggested to update the Curriculum Proposal of the EJA, in the perspective of claiming public policies to the educational agencies aiming to guarantee the offer of quality education to the students of the EJA who seek a new chance in school life.

Keywords: Biology Teaching, EJA, curricular proposal, public policy.

1. Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Roraima. creonevieira@gmail.com

2. Professora Doutora curso de Ciências Biológicas. sandra@uerr.edu.br



INTRODUÇÃO

A educação brasileira, apesar de apresentar boa estrutura teórica e pedagógica fundamentada através de leis modernas, ainda enfrenta enormes dificuldades em oferecer uma educação escolar pública de qualidade.

Tal realidade nos leva aos seguintes questionamentos: A existência de uma Proposta Curricular específica para o ensino da EJA no Estado de Roraima tem contribuído para a melhoria da aprendizagem dos alunos na disciplina biologia? A implantação da Proposta Curricular estabeleceu melhorias na efetivação das políticas públicas na EJA no Estado de Roraima? É importante evidenciar como os docentes de Biologia desenvolvem suas práticas pedagógicas e se essas ações estão em consonância com as finalidades da EJA.

A elaboração da Proposta Curricular da EJA foi coordenada pela Secretaria de Estado de Educação - SEED com a participação democrática de professores e técnicos educacionais. Está organizada em duas partes: a primeira contempla o histórico da EJA no Brasil e Roraima, objetivos, concepções e fundamentos; a segunda refere-se ao currículo e à matriz curricular da EJA.

A Proposta Curricular da Rede Pública Estadual para a Educação de Jovens e Adultos foi aprovada pelo Parecer nº 017/2011 do Conselho Estadual de Educação do Estado de Roraima CEE-RR, com a finalidade de nortear e orientar a organização pedagógica e servir de suporte pedagógico às escolas, professores e profissionais da EJA.

O objeto de estudo da pesquisa foi a Proposta Curricular do Estado de Roraima para a EJA. O objetivo geral foi analisar o ensino da Biologia a partir da Proposta Curricular de Roraima para a modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA, bem como conhecer as políticas públicas da rede

Estadual de Ensino para a EJA e a contribuição da Proposta Curricular para a melhoria da qualidade do ensino, além evidenciar se os professores de Biologia desenvolvem suas práticas pedagógicas baseadas na Proposta Curricular para essa modalidade de ensino.

Considerando que a Proposta Curricular da EJA, de modo geral, foi uma das reivindicações dos professores que atuam nesta modalidade, visando à elaboração de um currículo que atendesse as características e especificidades da Educação de Jovens e Adultos, é necessário averiguar se a mesma vem cumprindo a função de atender aos anseios da EJA nas escolas públicas do Estado de Roraima.

BREVE LEVANTAMENTO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

Em um breve levantamento da história da Educação de Jovens e Adultos no período da Segunda Guerra Mundial, no plano internacional, a Educação de Jovens e Adultos era direcionada à educação formal para os moradores das periferias urbanas e zonas rurais.

De acordo com Gadotti; Romão (2010), a respeito das Conferências Internacionais de Jovens e Adultos – CONFITEA que são realizadas a cada período de 12 anos, em 1949, na I Conferência Internacional de Jovens e Adultos, sediada na Dinamarca, a Educação de Jovens e Adultos foi apresentada com uma educação moral. A escola não foi capaz de evitar a Segunda Guerra Mundial, ou seja, educar o homem para a paz. Por isso, a finalidade era contribuir para o respeito aos direitos humanos e para a construção de uma paz duradoura.

Logo após a II Conferência Internacional, realizada em Montreal no ano de 1963, surgem dois debates sobre Educação de



Jovens e Adultos, o primeiro representava uma continuação da educação formal, dito como educação permanente, e o segundo, a educação de base ou comunitária.

Ao término da III Conferência Internacional que aconteceu em Tóquio, em 1972, a Educação de Jovens e Adultos passou a ser compreendida como suplência da Educação Fundamental. A finalidade era reintroduzir jovens e adultos, sobretudo no sistema formal de educação.

No ano 1985 aconteceu a IV Conferência Internacional em Paris, que ficou conhecida pela pluralidade de conceitos. Foram discutidos temas sobre alfabetização de adultos, pós-alfabetização, educação rural, educação familiar, educação da mulher, educação em saúde e nutrição, educação cooperativa, educação vocacional e educação técnica.

Para Gadotti (2010), na conjuntura atual, o aluno adulto não pode ser tratado como uma criança cuja história de vida apenas começa. Ele quer ver a aplicação imediata do que está aprendendo. Ao mesmo tempo, apresenta-se temeroso, sente-se ameaçado, precisa ser estimulado, criar autoestima, pois a sua ignorância lhe traz tensão, angústia, complexo de inferioridade. Muitas vezes tem vergonha de falar de si, de sua moradia, de sua experiência frustrada da infância, principalmente em relação à escola. É importante compreender que a realidade do adulto é diferente da realidade da criança, e que isso seja incorporado ao princípio nas nossas metodologias.

PROPOSTA CURRICULAR DA REDE ESTADUAL DE ENSINO PARA A MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DE RORAIMA

A Proposta Curricular da Rede Estadual de Ensino para a Modalidade Educação de Jovens e Adultos no Estado de Roraima veio

atender as garantias estabelecidas na Constituição Federal 1988, na LDB 9.394/96, nos PCNs para essa modalidade de ensino e aos Pareceres e Resoluções dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação.

A Proposta é um documento produzido no âmbito do sistema de ensino estadual, como proposta oficial, elaborada em consonância com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), e orientações presentes nos parâmetros e diretrizes curriculares nacionais para a escola básica.

O relatório de análise de propostas curriculares de Ensino Fundamental e Ensino Médio, ao analisar diversas propostas, define o termo da seguinte forma:

[...] é uma síntese das discussões e reflexões de diferentes grupos envolvidos em sua elaboração, [...] Para além dos documentos, estavam tradições, intenções, interesses, histórias de lutas e disputas, relações de força, ideias em confronto, enfim, o contexto que poderia esclarecer escolhas e caminhos abertos para a continuidade do trabalho no interior das escolas (BRASIL, 2010, p. 07).

Em 2008, o Governo de Roraima assinou o “Compromisso Todos Pela Educação” e assumiu a responsabilidade de efetivar na sua rede de ensino as diretrizes para a Educação Básica, entre elas, as direcionadas à EJA.

A Proposta foi elaborada em três etapas, na primeira foi instituída uma Coordenação Geral composta por técnicos e professores da área que atuam na modalidade EJA. Essa fase foi marcada por encontros realizados em escolas polos, em que debates e discussões subsidiaram a elaboração do documento preliminar.

Conforme SEED (2011), na segunda parte contou-se com a colaboração de Assessores Técnicos para a redação do documento nos marcos legais e gerais. Dessa maneira, a pedido da Divisão de Educação de Jovens e Adultos, foi necessário elencar uma Consultoria a fim de analisar a Proposta



Preliminar.

Em seguida constituiu-se uma Comissão formada por professores de cada área que atuam na EJA e técnicos de educação para finalizar a proposta, contemplando os elementos necessários a serem aplicados na modalidade de forma a garantir um documento exequível.

No início de 2011 instituiu-se a Proposta Curricular da Rede Estadual de Ensino para a Modalidade Educação de Jovens e Adultos, divulgada junto às escolas e aos docentes que atuam na modalidade.

Vale ressaltar que este compromisso vai muito além do acesso à escolarização visando à efetividade da aprendizagem. Ou seja, a Proposta para a Educação de Jovens e Adultos tem a finalidade de atender as particularidades dos sujeitos, que esteja em consonância com a legislação atual e norteie a prática pedagógica vivenciada no ambiente escolar.

METODOLOGIA

A pesquisa teve caráter descritivo, foi desenvolvida durante os meses de outubro a novembro de 2017, o objeto de estudo da pesquisa foi a Proposta Curricular da EJA. A pesquisa foi realizada em duas etapas, a primeira com a diretora da Divisão de Educação de Jovens e Adultos – DIEJA da SEED/RR, a segunda com nove professores de Biologia. Para isso, apresentou-se uma carta de anuência para a diretora da DIEJA solicitando autorização para realização de entrevista gravada em áudio, com 10 perguntas sobre a Proposta Curricular da EJA.

Em seguida foi apresentado aos nove gestores das escolas públicas pesquisadas a Carta de Anuência para autorização de pesquisa e aos nove professores de Biologia o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, solicitando a participação na pesquisa. Vale ressaltar que

um professor, por motivo pessoal, pediu para não assinar o TCLE, no entanto, verbalmente afirmou que suas respostas poderiam ser utilizadas nos resultados da pesquisa.

Atualmente, na zona urbana do município de Boa Vista existem 18 escolas ofertando a modalidade EJA. Para a oferta da modalidade nessas escolas, a SEED levou em consideração a localização por bairros e o levantamento da demanda das matrículas na EJA.

A técnica da entrevista por meio da gravação de áudio, utilizada no primeiro momento, foi direcionada à diretora da DIEJA, teve como finalidade obter informações sobre a Proposta Curricular da EJA, a situação atual da modalidade de ensino na cidade de Boa Vista – RR, as políticas públicas da rede estadual para a EJA, quantitativos de escolas que ofertam essa modalidade de ensino, suporte pedagógico oferecido às escolas e o acompanhamento da disciplina de Biologia.

No segundo momento, foi aplicado questionário para nove professores no seu local e horário de trabalho, com objetivo de conhecer o perfil profissional, os métodos e técnicas utilizados no processo de ensino e aprendizagem, utilização da Proposta Curricular da EJA através das práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, acesso à formação continuada, satisfação com as aulas que ministram, dificuldades encontradas no trabalho docente e avaliação quanto aos conteúdos, relação teoria-prática, material didático e pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

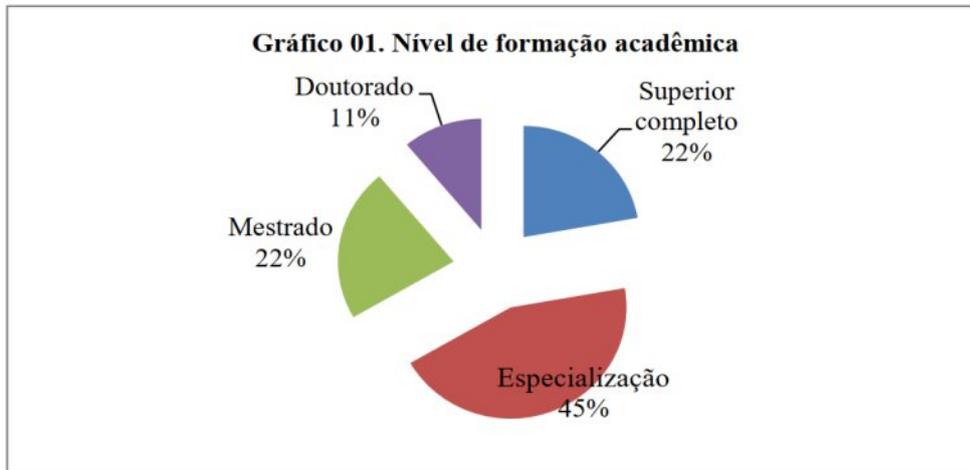
Foi constatado que entre os professores pesquisados 89%, ou seja, oito possuem mais de 10 anos de exercício em sala de aula em escolas públicas e 11% possuem de 1 a 5 anos de experiência profissional, ou seja um professor. Isso é um ponto positivo, pois as experiências podem representar um trabalho



mais seguro, produtivo e diversificado.

Outro dado importante é que 100% dos professores pesquisados são concursados e apresentam situação funcional de estabilidade. Este vínculo é essencial para o melhor desempenho das suas atividades docentes.

Quanto à formação acadêmica foram encontrados os seguintes níveis (Gráfico 1). Foi constatado que 100% dos professores pesquisados são graduados em Ciências Biológicas; 45% possuem pós-graduação – especialização; 22 %, mestrado e 11%, doutorado.



Esse resultado é importante, pois sabe-se que a formação e a valorização dos professores são fatores fundamentais para a melhoria da qualidade da educação pública.

No entanto, mesmo com um quadro de professores com currículos bons, a EJA na rede estadual, de acordo com a diretora da DIEJA “apresenta um elevado número de evasão, sendo este um dos maiores problemas”.

Constatou-se, a partir da entrevista, que o ensino oferecido aos alunos da EJA precisa melhorar quanto à evasão escolar. Necessitando de acompanhamento, monitoramento e assessoramento pedagógico nas escolas. Nesse caso, são necessárias intervenções urgentes da SEED que visem investigar os reais motivos do abandono

escolar, bem como é importante a promoção de políticas públicas que garantam a superação dos problemas existentes e o oferecimento do ensino de qualidade.

A pesquisa mostrou que 65% dos professores de Biologia da EJA estão insatisfeitos com as

aulas que ministram. Esse resultado é preocupante diante da realidade apresentada (Quadro 1).

Quadro 1. Satisfação dos professores com as aulas ministradas na EJA.

Prof.	Sim	Não	Satisfação com as aulas ministradas
Prof. A		X	<i>Os recursos didáticos são insuficientes.</i>
Prof. B		X	<i>Gostaria que tivesse estrutura na escola para aulas práticas de campo e laboratório. O conhecimento se faz com práxis, precisamos mostrar para o aluno a contextualização dos conteúdos e sair do mundo das idealizações para o mundo real.</i>
Prof. C	X		<i>Apesar dos poucos métodos utilizados, estou satisfeito.</i>
Prof. D	X		<i>Precisamos de mais apoio pedagógico para o desenvolvimento de trabalhos e projetos.</i>
Prof. E	X		<i>Sim, estou satisfeito, mas toda mudança deve ser acolhida.</i>
Prof. F		X	<i>Necessita de material para os alunos, livros e apostila. Nem sempre é possível aquisição de cópias por eles.</i>
Prof. G		X	<i>Seria de grande valia se tivesse um laboratório na escola, pois nossas condições para aplicabilidade de experimentos são bastante precária. Também os livros didáticos são insuficientes para auxiliar no desenvolvimento.</i>
Prof. H		X	<i>Gostaria de mais auxílio. Quando quero fazer algo diversificado, tenho que comprar os materiais para poder diversificar.</i>
Prof. I		X	<i>Gostaria mais recursos para trabalhar as aulas de biologia, não temos livros. Agora que a escola está organizando uma sala de vídeo.</i>



O professor H revelou que gostaria de mais auxílio, pois quando deseja proporcionar aulas diversificadas, o mesmo necessita comprar os materiais com recursos próprios. Essa informação é muito preocupante, considerando que a responsabilidade de manutenção das escolas é do poder público.

pedagógicos da EJA. A Proposta como resultado de discussão e reflexão de grupos, se bem implementada representa uma ferramenta norteadora da prática pedagógica.

Em seguida foi perguntado se o professor utiliza a Proposta da EJA como instrumento inserido em seu cotidiano docente, no planejamento e na execução das atividades.

Quadro 2. Utilização da Proposta da EJA pelos professores.

Professores	Utilização da Proposta da EJA
<i>Professor A</i>	<i>“utiliza a Proposta Curricular da EJA por intermédio do planejamento”.</i>
<i>Professor B</i>	<i>“faço o planejamento das aulas, conforme a Proposta Curricular da EJA, procurando trazer para a realidade da escola”.</i>
<i>Professor B</i>	<i>“não conhece a Proposta Curricular da EJA”.</i>
<i>Professor C</i>	<i>“baseando no planejamento direcionado”.</i>
<i>Professor D</i>	<i>“conhece a Proposta Curricular da EJA, porém não fez suas considerações quanto ao uso”.</i>
<i>Professor E</i>	<i>“utilizo para nortear o plano de ensino”.</i>
<i>Professor F</i>	<i>“Proposta Curricular da EJA verificamos que é de suma importância as relações interdisciplinares, trabalhando em coletivo, tentando interagir e inserir o aluno como um todo para obter um resultado satisfatório no resgate educacional”.</i>
<i>Professor H</i>	<i>“conhece a Proposta Curricular da EJA, mas prefere trabalhar com adaptações, pois não concorda com a Proposta”.</i>
<i>Professor I</i>	<i>“não conhece a Proposta Curricular da EJA”.</i>

Uma sugestão importante para a melhoria do processo ensino e aprendizagem é a Proposta Curricular da EJA, a DIEJA confirmou a existência da Proposta Curricular da EJA, aprovada pelo Parecer nº 017/2011 do Conselho Estadual de Educação de Roraima – CEE/RR. Segundo a diretora da DIEJA, o fluxo de lotação dos professores nas escolas têm dificultado uma implementação de forma significativa da Proposta Curricular da EJA.

Quanto ao conhecimento dos professores de Biologia em relação à Proposta Curricular da EJA, dos nove participantes da pesquisa, 07 responderam que conhecem e 02 responderam que não. Respectivamente 78% sim e 22% não, no entanto, como informado pela diretora da DIEJA e pelos próprios professores, há um elevado número de evasão escolar. Compreende-se que somente o conhecimento da Proposta não resolve os problemas

Observou-se que apenas 56% dos professores de Biologia responderam que utilizam a Proposta Curricular da EJA como instrumento inserido no planejamento e na execução das atividades, 44% responderam que não utilizam a Proposta da EJA na elaboração do planejamento.

Para a DIEJA, a oferta da Educação de Jovens e Adultos é de fundamental importância ao suprir a falta de escolaridade desse público e também como forma de aceleração para os alunos fora da faixa etária vindos do ensino regular. Assim, a Proposta atende aos anseios dessa demanda, porém não vem cumprindo sua finalidade de nortear e orientar a organização pedagógica e servir de suporte aos profissionais que atuam nesta modalidade de ensino, para que esse trabalho pudesse ser revertido em melhorias no processo de ensino e aprendizagem. Após seis anos de implantação a Proposta Curricular da EJA ainda não é conhecida por



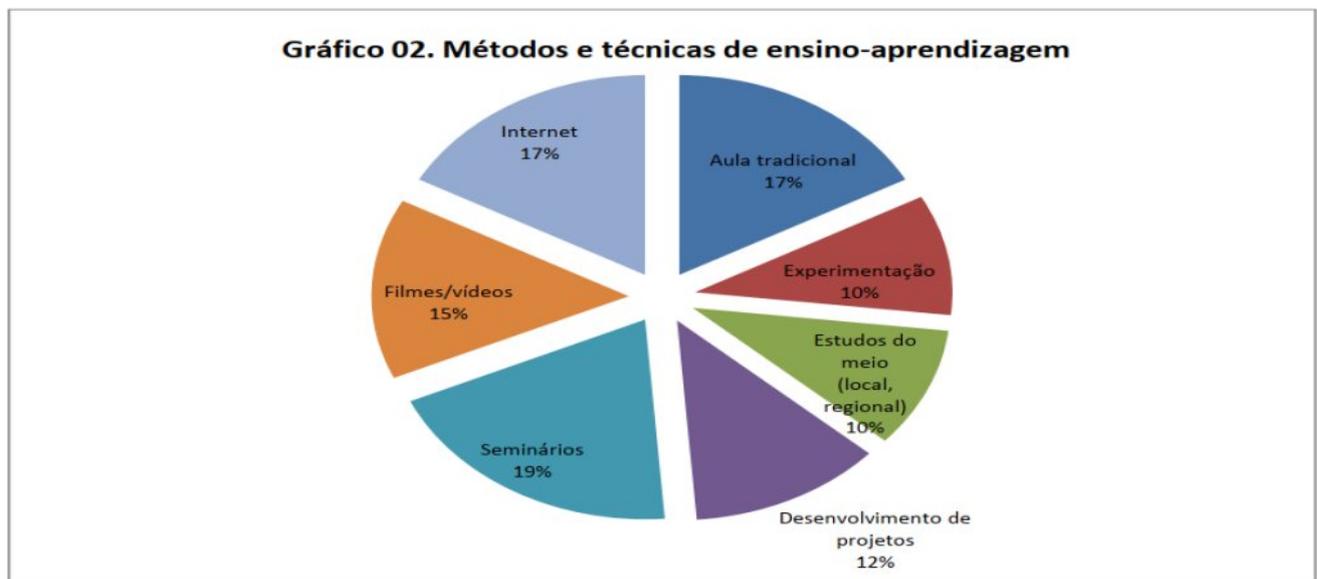
todos os professores que atuam nessa modalidade de ensino.

Para a diretora da DIEJA “alguns professores querem planejar apenas dentro da sua área específica, em detrimento da Proposta, eles esquecem que precisam conhecer o que eles vão trabalhar”. A DIEJA vem passando por falta de apoio e estrutura que interfere na quantidade e na qualidade dos trabalhos de norteamto, orientação pedagógica e suporte aos profissionais que atuam na EJA. Outro ponto ressaltado por esta divisão foi a falta de comunicação com as escolas, que enviam o calendário escolar, e muitas vezes sofrem alterações ao longo do semestre letivo, sem prévia comunicação, dificultando a participação dos técnicos nas ações das escolas.

Na Proposta Curricular da EJA, um dos princípios para educação é [...] Possibilitar ao aluno a aquisição de habilidades que permitam organizar e estruturar, de forma articulada, os temas sociais, os conceitos e os conteúdos associados à formação humano-social.[...] (SEED, 2011, p. 23). Assim, constata-se a intenção da Proposta em garantir aos alunos aprendizagem pautada nas especificidades da EJA.

subsidia a formação de competências e habilidades, a partir do trabalho de conteúdos associados à formação humano-social, através de abordagem de situações reais. A DIEJA afirmou que não recebeu críticas dos professores sobre a Proposta. Porém, foi criticada por parte dos coordenadores pedagógicos que consideram a leitura de difícil compreensão, omitindo informações importantes sobre a estrutura e funcionamento da modalidade EJA, a exemplo, o único trecho que cita o curso da EJA com duração semestral é quando menciona a frequência mínima semestral, ocasionando dúvidas na prática. Outro fato é que muitos professores têm a carga horária de trabalho distribuída em mais de um turno. Isso dificulta o conhecimento da Proposta, contribuindo para que os mesmos utilizem os conteúdos e as metodologias do ensino regular na EJA, desconsiderando as especificidades dos alunos dessa modalidade de ensino.

Em relação aos métodos e técnicas de ensino-aprendizagem utilizados em sala de aula pelos professores de Biologia constatou-se que 19% utilizam seminários como método de ensino (Gráfico 2).



Dessa, forma a Proposta Curricular da EJA oferece um referencial teórico que

Identificou-se que 15% dos professores utilizam filmes e vídeos para oferecer aulas



atrativas e interessantes; 17% realizam pesquisa na internet com os alunos; 17% se utilizam de aulas tradicionais; 12% trabalham com desenvolvimento de projetos; 10% trabalham com estudos do meio e outros 10% trabalham com experimentação.

Em relação a avaliação do ensino de Biologia na EJA, levando em consideração os conteúdos, à relação teoria-prática, material didático e pesquisa, obteve-se os resultados expostos no Quadro 3.

O primeiro critério de avaliação do ensino de Biologia foi quanto aos conteúdos, 100% dos professores compartilham que o tempo reduzido dificulta o trabalho dos conteúdos. O professor G disse que, “apesar do tempo reduzido, consegue trabalhar os conteúdos, o professor I falou que os conteúdos devem ser sucintos, devido os alunos apresentarem dificuldades, pois a maioria voltou a estudar depois de muito tempo”. O professor E respondeu que, “os conteúdos são os mesmos do regular”. É

Quadro 3. Avaliação do ensino de Biologia na EJA pelos professores.

Critérios	Prof.	Avaliações
Conteúdos	Prof. A	<i>Os conteúdos são suficientes, porém, às vezes o tempo não é.</i>
	Prof. B	<i>Tempo muito corrido, o que compromete os conteúdos.</i>
	Prof. C	<i>Tempo insuficiente para passar os conteúdos do semestre.</i>
	Prof. D	<i>Pouco tempo de trabalho para ministrar o mínimo necessário.</i>
	Prof. E	<i>Os conteúdos são os mesmos do regular.</i>
	Prof. F	<i>Pouco tempo para ser ministrados.</i>
	Prof. G	<i>Apesar do tempo reduzido, os conteúdos dão de ser trabalhados.</i>
	Prof. H	<i>Pouco tempo para ministrar os conteúdos propostos.</i>
	Prof. I	<i>Devem ser sucintos, os alunos apresentam muitas dificuldades, a maioria voltou a estudar depois de muito tempo.</i>
Teoria-prática	Prof. A	<i>Os laboratórios são insuficientes.</i>
	Prof. B	<i>É Preciso melhorar os espaços da escola.</i>
	Prof. C	<i>Não há tempo hábil para a prática em laboratório.</i>
	Prof. D	<i>Pouco tempo para pôr em prática as atividades explanadas.</i>
	Prof. E	<i>Ensinar teoria e prática auxilia muito.</i>
	Prof. F	<i>Quando ocorre é no laboratório, aula de campo é complicado pelo horário, transporte e tempo.</i>
	Prof. G	<i>A falta de estrutura física, de materiais e equipamentos deixam a desejar, temos apoio dos estagiários do PIBID.</i>
	Prof. H	<i>Para funcionar temos que levar todos os materiais.</i>
	Prof. I	<i>Quase sempre ficamos apenas na teoria.</i>
Material didático	Prof. A	<i>São poucos, mas a tecnologia pode mudar isso.</i>
	Prof. B	<i>Temos que financiar o material.</i>
	Prof. C	<i>Material fraco, baixa qualidade.</i>
	Prof. D	<i>Uso Datashow, filmes, biblioteca e internet.</i>
	Prof. E	<i>Os alunos não recebem nada.</i>
	Prof. F	<i>O material que usamos em si é pouco</i>
	Prof. G	<i>A Educação não funciona, os livros estão fora dos contextos.</i>
	Prof. H	<i>Os conteúdos são abordados no quadro, ou os alunos compram apostila.</i>
	Prof. I	<i>A SEED deveria providenciar material didático para a EJA.</i>
Pesquisa	Prof. A	<i>A senha do laboratório de informática não é socializada.</i>
	Prof. B	<i>Devemos valorizar a pesquisa como ferramenta didática.</i>
	Prof. C	<i>Não há pesquisa.</i>
	Prof. D	<i>Falta de tempo dos alunos para desenvolvimento das mesmas.</i>
	Prof. E	<i>Montamos projetos e cobramos as normas ABNT.</i>
	Prof. F	<i>Pouco desenvolvida pelo segmento.</i>
	Prof. G	<i>Na escola não temos laboratório de informática e devido à situação econômica e social dos alunos dificulta os resultados.</i>
	Prof. H	<i>Laboratório com poucos computadores, internet muito fraca.</i>
	Prof. I	<i>Ainda não realizei pesquisa científica com os meus alunos.</i>



necessário enfatizar a importância do professor privilegiar a qualidade do ensino de Biologia.

Quanto à avaliação da teoria-prática, quatro professores afirmaram que a falta de estrutura e de equipamentos nas escolas dificulta o desenvolvimento das aulas práticas. Três professores afirmaram que o tempo reduzido na EJA dificulta a realização de aulas práticas, um professor citou a importância de ensinar teoria e prática e apenas um respondeu que trabalha predominantemente a teoria.

Em relação ao material didático, pôde-se constatar que os professores da EJA enfrentam sérias dificuldades para a

internet ruim. O professor C respondeu, “falta de tempo”, sabemos que a melhoria da educação pública requer investimento significativo na educação, oferecendo condições de trabalho ao professor.

De acordo com o exposto acima, constatou-se o compromisso dos professores pesquisados em oferecer aulas atrativas, produtivas e de qualidade, porém, a falta de apoio e de estrutura das escolas dificulta a ocorrência dessas práticas.

Quanto às dificuldades encontradas no trabalho docente, 89% dos professores relatam encontrar dificuldades no trabalho docente (Quadro 4).

A respeito das dificuldades apenas o

Quadro 4. Dificuldades no trabalho docente na EJA.

Professor	Dificuldades no trabalho docente na EJA
Professor A	<i>A maior barreira é na execução do planejamento, ocorrem muitos imprevistos e improvisos.</i>
Professor B	<i>Existem problemas estruturais: ainda falta no contexto escolar da realidade da EJA, o planejamento integrado entre as disciplinas. Pois na verdade poderíamos estabelecer um diálogo entre os conteúdos das disciplinas como forma de mostrar aos alunos que o mundo do conhecimento pode seguir a lógica da integração.</i>
Professor C	<i>Falta de compromisso dos alunos, distancia da casa para o colégio. Isso faz com que muitos desistam. Existe uma evasão muito grande, isso desmotiva o professor.</i>
Professor D	<i>Falta de interesse dos alunos, falta de material de apoio e o tempo muito reduzido.</i>
Professor E	<i>Não há dificuldades.</i>
Professor F	<i>Indisponibilidade de tempo dos alunos, falta de tempo e falta de material.</i>
Professor G	<i>Os alunos devido à grande maioria trabalhar durante o dia, temos uma variação de infrequência escolar. O qual tentamos todo o ano combater esse fato.</i>
Professor H	<i>Falta de laboratório, de internet de qualidade, de livros específicos para a EJA.</i>
Professor I	<i>Temos pouca atenção quanto à formação, plano anual, metodologia. Não temos muito acompanhamento da SEED.</i>

realização dos trabalhos. O professor C afirmou “temos que comprar o material”. Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos requer mais atenção das autoridades públicas.

Sobre a utilização da pesquisa como ferramenta de aprendizagem na EJA, verificou-se que dois professores afirmastes trabalhar com pesquisa. No entanto, sete não trabalham com pesquisa na EJA, pontuando as dificuldades do não funcionamento do laboratório de informática, senha não compartilhada, poucos computadores e

professor E relatou “não encontrar dificuldades”. O professor A citou “barreiras na execução do planejamento, ocorrem muitos imprevistos”. O professor G respondeu que “os alunos, devido à maioria trabalhar durante o dia, temos uma variação de infrequência escolar”. O professor I citou “ pouca atenção quanto à formação continuada, plano anual e metodologia, não temos muito acompanhamento da SEED”. Isso corrobora com o que a diretora da DIEJA respondeu sobre a falta de visitas técnicas nas escolas por falta de recursos.



Tratando da oferta de cursos de formação continuada promovidos pela DIEJA para os professores de Biologia ou por área de conhecimento, 56 % dos professores responderam que a formação continuada aos professores é uma ação essencial na qualificação e aperfeiçoamento profissional. Sobre a importância da formação continuada dos professores, na Proposta da EJA existe o artigo nº 61 da LDB Nº 9394/96 que deve ocorrer preferencialmente no espaço escolar formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica (SEED, 2011, p. 38). A falta de estudos da Proposta Curricular da EJA nos encontros pedagógicos e nas formações continuadas contribuiu para a não efetivação da Proposta na prática.

Sobre a existência de acompanhamento do processo ensino e aprendizagem em Biologia, a DIEJA informou que atualmente não existe esse tipo de acompanhamento por disciplina ou por área de conhecimento por parte desta divisão.

Constatou-se que a DIEJA não está conseguindo realizar os acompanhamentos das atividades, in loco, desenvolvidas nas escolas, a saber: as devolutivas dos quadros de rendimento escolar, do cumprimento da entrega do planejamento de ensino e do acompanhamento da execução das disciplinas e dos componentes curriculares. A divisão informou que as escolas realizam o acompanhamento dos trabalhos das disciplinas através dos registros das aulas nos diários de classe, atas dos encontros pedagógicos e conselho de classe, em que são discutidas as situações do rendimento de cada aluno. Contudo, é muito preocupante que as escolas não estejam recebendo esse tipo de acompanhamento por parte da DIEJA.

Sobre a verificação do Rendimento Escolar, na Proposta da EJA a avaliação do processo de ensino e aprendizagem objetiva diagnosticar a situação de cada aluno, bem como ação pedagógica do docente (SEED, 2011, p. 61). Sobre as necessidades de orientações metodológicas no ensino de Biologia, a Proposta da EJA, apresenta que:

No ensino de Biologia é necessária a intervenção planejada do professor, propiciando situações de aprendizagem significativa, com experimentações, observações, análises, questionamentos e interpretações que levem a construção do conhecimento biológico. A intervenção do docente deve, portanto oportunizar aos alunos situações didáticas que leve-os a observar determinado fato, identificar problemas e elaborar respostas (SEED, 2011, p. 212).

Em relação às políticas públicas existentes para a EJA, para os próximos anos foi assinado um termo de Cooperação com o Instituto Federal de Roraima - IFRR para o oferecimento de 60 vagas no curso de Pós - Graduação em Especialização específica para os professores lotados na Educação de Jovens e Adultos. A DIEJA também é a responsável no Estado, para coordenar e aplicar a Prova do ENCCEJA que é o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos.

Também aguarda a reabertura do Centro de Educação de Jovens e Adultos do Estado de Roraima – CEJARR, que atenderá nos modos presencial, semi-presencial e Exames de suplência com horários de funcionamento matutino, vespertino e noturno, que terá capacidade para atender os alunos Portadores de Necessidades Educacionais - PNE que atualmente sentem-se excluídos por não conseguirem estudar no horário noturno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na DIEJA, confirmou-se que desde 2011, o Estado de Roraima possui a Proposta Curricular da EJA com o objetivo de nortear e orientar a organização pedagógica e servir de suporte pedagógico aos profissionais que atuam nessa modalidade de ensino.



Verificou-se que foi instituído um calendário que contemplava a avaliação e atualização da Proposta Curricular da EJA a cada período de 2 anos, porém desde a sua implementação não foi atualizada e, portanto, não atende de forma significativa as finalidades para a realidade atual. Atualmente existe uma Comissão Técnica da DIEJA trabalhando na atualização da Proposta que contará com o envolvimento dos professores lotados na EJA.

Nas declarações da DIEJA, constatou-se que muitas intercorrências encontradas na Proposta Curricular da EJA poderiam ter sido evitadas se a mesma tivesse recebido as devidas avaliações de aplicabilidade junto aos professores, conforme previsto no planejamento do processo de implantação, desenvolvimento e implementação.

Ressalta-se que as práticas citadas pelos professores estão em consonância com a Proposta Curricular da EJA, apresentadas como sugestões teóricas sobre a utilização de recursos pedagógicos para um ensino que coloque o aluno como centro de sua aprendizagem.

A existência da Proposta Curricular é de fundamental importância como ferramenta estabelecadora das políticas públicas na EJA, além de proporcionar uma melhor organização do currículo, da metodologia e dos objetivos, compreendendo que a modalidade de ensino EJA é diferente do ensino regular, às vezes, na prática, sofre resistência por parte dos professores. No entanto, a Proposta Curricular da EJA não resolve todos os problemas dessa modalidade de ensino. E não foi o suficiente para garantir uma mudança expressiva na EJA. Há uma diferença entre o que foi idealizado e o ensino real praticado nas escolas. São necessários investimentos na infraestrutura das escolas e no acesso a melhores condições de trabalho aos professores.

Diante do contexto ao longo tempo, a Educação de Jovens e Adultos no Governo Federal e Estadual esteve, na maior parte do tempo, relegada a segundo plano pelas políticas governamentais. Há a necessidade efetiva de garantir direitos a essa modalidade da educação visando políticas de educação capazes de estruturar e organizar o ensino, metodologias educacionais e de gestão.

Superados esses desafios, espera-se que as pessoas envolvidas da Educação de Jovens e Adultos reflitam sobre a importância social da sua função, no enfrentamento à exclusão e às desigualdades educacionais e sociais e possam contribuir na construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96.** Brasília: 1996.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Orgs). **GUIA DA ESCOLA CIDADÃO, Instituto Paulo Freire. Educação de Jovens e Adultos. Teoria, prática e proposta.** 10 ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

RORAIMA. **Proposta Curricular da Rede Estadual de Ensino para a Modalidade Educação de Jovens e Adultos.** Boa Vista/RR, Brasil, 2011.



REGIONALISMO E COMUNIDADE IMAGINADA NA OBRA DA RORAIMENSE NENÊ MACAGGI

REGIONALISM AND COMMUNITY IMAGINATED IN THE WORK OF RORAIMENSE NENE MACAGGI

Danielle dos Santos Pereira Lima¹
Rosidelma Pereira Fraga²

RESUMO: Este artigo é um produto final do projeto de iniciação científica O contador de histórias e o leitor de poesias, realizado na Universidade Estadual de Roraima, transformado em uma pesquisa de conclusão de curso. De modo embrionário, a pesquisa centrou-se no exame do regionalismo e da identidade cultural na poética de Nenê Macaggi. Como corpus de análise, o trabalho partiu de quatro romances publicados sobre a ponta norte do Brasil: A mulher do garimpo: romance do extremo sertão do Amazonas (1974); Dadá Gemada doçura e amargura: romance do fazendeiro roraimense (1980); Exaltação ao verde: terra, água e pesca (1984), Nará-Sué-Uarená (2012). A intenção é compreender a construção da identidade cultural em Macaggi, desvelando as estratégias simbólicas utilizadas pela autora na construção de um imaginário local, através de romances híbridos, que mais parecem relatos etnográficos. Todavia, trazem contribuições para o estudioso de Literatura, História e Antropologia e outros pesquisadores, ao retratar a construção poética, histórica e cultural do Estado de Roraima. As discussões elencadas nesse artigo ancoram-se em autores como Stuart Hall (2004), José Luís Jobim (2012) e na obra do sociólogo Antonio Candido (1964).

Palavras-chave: Identidade; Regionalismo; Nenê Macaggi.

ABSTRACT: This paper is a final product of the research project The storyteller and poetry reader, held at the State University of Roraima, transformed into a course completion research. Embryonic, the research focused on the examination of regionalism and cultural identity in the poetics of Nene Macaggi. As analysis corpus, the work came from four novels published on the northern tip of Brazil: Woman panning: romance extreme hinterlands of the Amazon (1974); Dada Eggnog sweetness and bitterness: Romance roraimense Farmer (1980); Exaltation of the green earth, Water and fishing (1984), Nara-Sué-Uarená (2012). The intention is to understand the construction of cultural identity in Macaggi, revealing the symbolic strategies used by the author in the construction of an imaginary place, through hybrid novels that look more like ethnographic accounts. However, they bring contributions to the literature scholar, History and Anthropology and other researchers, to portray the poetic, historical and cultural construction of the State of Roraima. Discussions listed in this article anchor in authors such as Stuart Hall (2004), José Luis Jobim (2012) and the work of sociologist Antonio Candido (1964).

Keywords: Identity; regionalism; Nene Macaggi.

1 Mestre em Estudos Literários – UFRR. Ex-bolsista de IC-CNPq, pela UERR, de onde originou o presente artigo no projeto O contador de histórias e o leitor de poesias.

2 Profa. Dra em Estudos Literários (UFG). Professora do Curso de Letras, da Universidade Estadual de Roraima.



INTRODUÇÃO

Este breve artigo acadêmico tem como objetivo primordial analisar a construção de identidade cultural na obra de Nenê Macaggi e teve como norte a pesquisa científica realizada na Universidade Estadual de Roraima, a partir do projeto *O contador de histórias e o leitor de poesias*³, e motivou para a continuidade no Mestrado em Letras da Universidade Federal de Roraima.

Ao escavar as entrelinhas dos romances *A mulher do garimpo*, *Dadá gemada*, *Exaltação ao verde* e *Nará-Sué-Uarená*, percebe-se a construção de uma identidade cultural roraimense, a partir da ênfase na paisagem amazônica, no indígena, no mestiço, no imigrante, na culinária, nas indumentárias e até nos aspectos físicos dos personagens. Na verdade, a autora elabora “uma comunidade imaginada”, incitando o pertencimento HALL, 2006).

Com base nas teorias elencadas por Hall (2004), nota-se que Nenê Macaggi consiste em uma figura “traduzida”, isto é, “produto de várias histórias e culturas interconectadas” (HALL, 2006, p. 52). Assim, ao imigrar para o extremo Norte, trouxe consigo traços da cultura paranaense, sotaque, tradições e histórias, mas, ao inserir-se nesse novo contexto amazônico, começa a “negociar” com essa nova cultura. Esses “eu cruzados” parecem mais nítidos na personagem central do romance *A mulher do garimpo*.

Com o olhar do neocolonizador, Nenê Macaggi recai no exotismo e fetichismo ao configurar a paisagem e o homem local. Em *O local da cultura*, Homi Bhabha (2004) aponta que o *colonizador* tende a descrever o *colonizado* como figura atrasada, exótica e as vezes até degenerada, como tentativa de justificação da conquista. Ao inserir-se na

Amazônia, Nenê Macaggi se comporta mais como etnógrafa que como romancista.

1. O REGIONALISMO TARDIO EM NENÊ MACAGGI: A CONSTRUÇÃO DE UMA COMUNIDADE IMAGINADA

A voz narrativa dos romances regionais de Nenê Macaggi destaca a riqueza da vegetação e de espécies de animais da região amazônica, a cultura de povos indígenas, a figura do mestiço e do imigrante, dentre outras temáticas. Sob esse prisma de literatura de expressão amazônica, os romances de Nenê Macaggi assentam-se em ambiguidades: de um lado exaltam o verde, os mitos, as belezas naturais da região, do outro retratam os conflitos sociais entre o indígena e os imigrantes, e ainda revelam as pragas, as doenças que permeiam a floresta amazônica. É nítido que os traços regionalistas marcam a obra macaggiana, o destaque: da culinária indígena, da exaltação da paisagem, da figura indígena e outros aspectos constroem um discurso identitário amazônico.

Ancorado em Stuart Hall (2004) em *A identidade Cultural na pós-modernidade* elucida-se que a representação de Roraima no discurso literário de Nenê Macaggi tem a intenção de instigar o sentimento de pertença do homem local ou mesmo busca a valorização por parte dos roraimados: sujeitos híbridos, como a própria autora paranaense.

Na busca de uma identidade nacional, no Romantismo, insurge uma dialética entre o localismo e o cosmopolitismo, isto é, a “tensão entre o dado local (que se apresenta como substância da expressão) e os moldes herdados da tradição europeia (que se apresentam como forma da expressão)” (CANDIDO, 1976, p. 113). Assim, o

³ Projeto coordenado pela Profa. Dra. Rosidelma Pereira Fraga, com apoio de bolsa de IC da UERR/CNPq.



localismo teve como substância temática o índio e a natureza expressos nos moldes europeus.

Cumpra asseverar que o Arcadismo e, sobretudo o Romantismo foram as primeiras manifestações ufanistas, com ânsias do tipicamente brasileiro. Embora tenha culminado no pitoresco nacional, na idealização da natureza e do índio, tal manifestação “foi no Brasil um vigoroso esforço de formação nacional [haja vista ter sido a partir dele que se investiu] na construção de uma consciência literária nacional” (CANDIDO, 1976, p. 119). Nesta perspectiva, a etnografia fantasiosa do Romantismo (o ufanismo exacerbado e o destaque do índio cavalheiresco) aparece como tentativa de superação das inferioridades sentidas. É possível que isto resulte do fato do Brasil ter uma ambiguidade fundamental de “ser um povo latino, de herança europeia, mas etnicamente mestiço, situado no trópico, influenciado por culturas primitivas, ameríndias e africanas” (CANDIDO, 1976, p. 119).

O Modernismo, no entanto, reinterpreta essa característica brasileira: rompe com a figura do índio europeizado, subverte a natureza pretensiosa e ataca de modo implacável o academicismo. E, ainda, acentua a importância cultural de figuras recalçadas como: o negro, o mestiço, as populações rurais e o imigrante. Observe o fragmento:

O nosso Modernismo importa essencialmente, em sua fase heroica, na libertação de uma série de recalques históricos, sociais, étnicos, que são trazidos triunfalmente à tona da consciência literária. Este sentimento de triunfo, que assinala o fim da posição de inferioridade no diálogo secular com Portugal e já nem o leva mais em conta, define a originalidade própria do Modernismo na dialética do geral e do particular (CANDIDO, 2007, p. 119).

No entanto, cabe destacar que o *Romantismo* foi um movimento de suma importância, visto que o espírito

revolucionário, a busca por uma “originalidade estética”, serviu de subsídio para outras épocas “e guarda similaridade com o *espírito revolucionário modernista*” (JOBIM, 2013, p. 207). Destarte, o Romantismo teria convergido para o espírito revoltado, inconformista, revolucionário do Modernismo.

Para José Luís Jobim (2013), o esforço de se construir uma identidade nacional parece ser mais uma tentativa de destacar os traços regionais, o que repercute na elaboração de uma literatura regionalista. Veja o que o referido autor pontua: “às vezes o que se buscou não foi o conjunto nacional, mas o de uma região” (p. 20). Para Candido (1976, p. 117), “o regionalismo, desde o início do nosso romance constitui uma das principais vias de autodefinição da consciência local...”.

A rigor, percebe-se que a Dama das Letras buscou utilizar estratégias representacionais para elaborar em sua obra o senso comum de pertencimento. Hall (2006) elucida que há pelo menos cinco elementos que se podem acionar para se construir uma “comunidade imaginada”, os quais são: *narrativa da nação; ênfase nas origens; invenção da tradição; mito fundacional; e a ideia de um povo original.*

A ideia de povo puro é percebida na obra *A mulher do garimpo*, em que o personagem Parente Alberto- Saldanha conta a numerosa quantidade de tribos indígenas e a miscigenação ao longo dos tempos. O contador de histórias diz:

(...) – houve perto de trinta mil índios no Vale do Rio Branco. Agora não há mais de quinze mil, poucos ainda puros, a maior parte já misturada a outras tribos, morando nas serras, nas matas e nos lavrados. Estavam acabando-se. Havia também muitos misturados aos brancos (MACAGGI, 2012, p. 149).

Já a invenção da tradição assume traços nítidos, sobretudo, através das lendas indígenas. Com receio das figuras lendárias,



os índios de diferentes tribos seguem certos rituais, como: deixar fumo no mato para o caipora ou mascar tabaco para afugentar a mãe d'água. Veja-se o que o personagem Parente Alberto-Saldanha conta a José Otávio:

Os índios acreditam na mãe do campo, mãe da lua, mãe do mato, mãe do mato, e sua fauna de perseguidores e defensores é grande: o curupira dos lavrados, que amanso gado bravio e masca tabaco; a boiuna misteriosa; que aturde os caboclos com os esturros e os leva para o fundo do mar; o pai do mato, defensor da caça que o caçador que matar; [...]. mas o único que realmente existe, aquele que mais temem é o canaimé. (MACAGGI, 2012, p. 150).

A identidade cultural defendida na literatura de Macaggi, aproxima-se da concepção “essencialista ou ontológica”, em que a identidade nacional tem uma “essência que se reitera por tempo indeterminado” (JOBIM, 2013, p. 57). Com uma postura etnográfica, Nenê Macaggi revela romances que evidenciam a interpenetração de fatores sócio-históricos em sua literatura, como: a exploração da fauna e flora amazônica, o conflito entre fazendeiros e indígenas, a violência nos garimpos, a negligência política e outros entraves. De modo concomitante, a paisagem amazônica é exaltada por sua variedade de ecossistemas, bacias hidrográficas e pluralidade de povos.

Neste sentido, a produção romanesca de Nenê Macaggi, em especial *A mulher do garimpo*: (1976); *Dadá Gemada* (1980); *Exaltação ao verde* (1984), *Nará-Sué-Uarená* (2012), parece construir um modelo identitário amazônico, a partir de “interseções culturais: migrações, hábitos, indumentárias, comida, denominações, ideias” (JOBIM, 2013, p.116). Tal elaboração é constatada, por exemplo, na obra *Nará-Sué-Uarená*, cuja narrativa apresenta o ritual da iapa, isto é, da incineração de cadáveres. No episódio em foco, a personagem central faz os preparativos para o cerimonial – esfrega nas

pernas folhas de xiquibore² para que fiquem fortes; coleta a lenha, e organiza os corpos dos que foram assassinados pela tribo inimiga:

O ritual da iapa dos uiacás é parte de seus ‘costumes religiosos’ e eles comem o peicamuns aos poucos, nas refeições, pra ficarem fortes, corajosos e bons guerreiros, enquanto os napês [homem branco] jogam seus ‘morridos’ num buraco, dentro de uma caixa comprida toda enfeitada, fecham a tampa, cobrem com terra e os pobres ficam presos, taretas (podres) e cheios de ‘bichins’ (MACAGGI, 2012, p. 35).

Na cena do ritual fúnebre dos índios xamatautheres, os cadáveres são incinerados. Os ossos torrados são coletados, moídos e guardados. O peicamum (farinha de osso) é utilizado nas refeições para fornecer vigor físico. Esses hábitos são algumas das estratégias que a autora utiliza em uma construção discursiva sobre a identidade indígena. E a autora Teresa Maher (2006, p. 135), em *Sendo índio em português*, reforça essa assertiva ao destacar que “a construção da identidade não é de domínio exclusivo de língua alguma, ainda que seja, sempre da ordem do discurso”.

Esses recursos simbólicos, são “teias de significados” expressas de diferentes formas: artesanato, linguagem, culinária, religião e outros (GEERTZ, 1989, p. 15). Trata-se, pois, de um conceito semiótico de cultura. A autora Minayo (2000) aponta que os símbolos envolvem o mundo material e simbólico, sendo recortes da realidade.

Não tão divergente, as comidas típicas das comunidades indígenas – a damorida, o chibé ou a bebida caxiri – também são consideradas herança cultural. No que tange aos bens materiais “podem ser classificados como bens de valor paisagístico, etnográfico, arqueológico, histórico, artístico ou de ofícios” (FERRARI, 2012, p. 122). O narrador da obra *Nará-Sué-Uarená* exalta o patrimônio paisagístico roraimense, o monte Roraima. Na cena o narrador convida o leitor a conhecer o referido patrimônio material:



Por que não sobem e vão conhecer o Monte Roraima tão lindo, com aquele lago que, visto de avião, parece de fogo, soltando os filetes de água transparentes que formam o Auro diamantífero Contigo, o Mazzaroni, que desce para a Guiana e o terrível e gelado Arabopô, que entra na Venezuela (MACAGGI, 2012, p. 19).

No romance *Exaltação ao verde* (1984), da autora em questão, a personagem Luana acalentando a filha Imairari, embevece-se com a beleza da criança, que, apesar de ter sido fruto de um abuso sexual, quando nasce encanta a todos: uma mestiça moreninha, de olhos negros, de boquinha vermelha e sobranceiras pestanudas. Neta de mestiço e bisneta de índio. O nome indígena que recebera significa o nome de uma serra que adorna a vila do Surumu. Convoca-se o leitor para examinar o que Luana diz no ímpeto de ternura:

Quer dizer que minha florzinha branca de seringueira é bem brasileira, hem? E roraimense, pois o nosso Paraíso fica no Rio Branco.

Eu lhe falo assim, filhinha, porque no futuro, mesmo que venha a ser até uma doutora, não se envergonhe de ser mestiça, ouviu, coisa rica da mamãe? Porque índio também é gente e nossa história conta muitos episódios de índios que foram heróis, como Arariboia, Tibiriçá e outros (MACAGGI, 1984, p. 290).

A cena mostra outro exemplo de desrealismo localista na obra de Nenê Macaggi: a exaltação da figura mestiça Imairari. Não somente dotada de delicada beleza, mas com potencial para ser até doutora e, mais que isso, posta na história com audacioso protagonismo (pois “índio também é gente”), superando a imagem estigmatizada de mera coadjuvante.

Cabe destacar o episódio, da obra *Dadá gemada doçura*, em que o personagem Arnaldo sacia a fome da saudade que sentira da culinária amazônica, ao retornar para o já território federal de Roraima:

Com muito apetite um bom pedaço de ventrecha de picarucu assado com chibé de farinha d’água. E ao ver ali na sua frente

aquele chibé alourado enfeitando o seu prato, lembrou-se de quantas vezes, pelo mundo vasio (SIC) [vazio] em que vivera, sentira saudade daquela comida típica de sua terra (MACAGGI, 1980, p. 177).

O conceito de identidade cultural sociológica difere da concepção pós-moderna. Naquele, o sujeito está ligado a um espaço geográfico particular, a raízes culturais vistas como patrimônio imaterial e material. No Norte, os vaqueiros nordestinos analfabetos, com sua imensa prole, sujeitam-se aos padrões. Na verdade:

O fazendeiro pouco ajuda ao vaqueiro com remédio e roupas e o pobre só tem mesmo de graça, a carne, o leite e uma casa, quase sempre ruim de taipa. [...] Os filhos nascem e morrem analfabetos, porque não há escola isolada. E como há crianças no interior (MACAGGI, 2012, p. 99).

Deste modo, mesmo na terra da promessa, o vaqueiro tem uma vida subalterna, passa necessidades financeiras e está sob o “cabresto” das autoridades, governo “que só olha para o Rio Branco [Roraima] quando precisa dos nossos votos...” (MACAGGI, 2012, p. 99). O episódio pode ser associado à cena de Canaã, terra que manava leite e mel, presente na obra *A bagaceira*, de José Américo de Almeida, a qual faz intertexto bíblico, mas no sentido de que os sertanejos, trabalhadores de engenhos, viviam em terras prósperas, mas morriam de fome como em Canaã. Para dar pertinência ao que se afirma, convida-se o leitor a conferir a voz narrativa do aludido romance quando diz “há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto: é não ter o que comer na terra de Canaã” (ALMEIDA, 1972, p. 3).

Já na obra *Dadá gemada doçura e amargura*, a voz narrativa apresenta as fazendas, na perspectiva não mais dos vaqueiros, mas dos fazendeiros. Como pode ser observado na cena em que Alfredo ao visitar a fazenda “Alvorada” diz: “– que lugar soberbo! Que capim, que gado luzido,



que águas! Dá gosto de viver aqui!” (MACAGGI, 1980, p. 85). Em outra passagem, Naldo-Macuxi irrita-se com a degradação da Amazônia e adverte:

[...] na nuvem Branca e na Alvorada não se mata mais caça e quanto a pescar ... só com anzol ou rede pequena. Porque não é preciso matar animais. Graças a Deus aqui ninguém passa fome nem passará, pois temos muito porco, carneiro, gado e galinha para abater (idem, p. 202).

Eufórico com o retorno a Roraima, o personagem sente-se indignado com a degradação das espécies amazônicas. E deixa claro a fartura nas duas fazendas, o que não justificaria o vaqueiro caçar, pescar em grandes quantidades e pegar ovos de tracajás em épocas de desova.

A poética de Nenê Macaggi, é construída a partir de um discurso identitário que exalta a beleza indígena e mestiça, como a formosura da índia Nara-Sué-Uarená. Em *Exaltação ao verde: terra, água e pesca*, a beleza mestiça é evidenciada, com as personagens Luana e Carla:

Luana, moreno-claro, pele acetinada, olhos negros, resgados e pestanudos como os do pai, boca rosada, cabelo castanho e comprido, usado em tranças ou caído nos ombros. Era alta esbelta, um mimo, enfim!

Carla era a mais baixa e rechonchuda, com olhos verdes e brilhantes como os da mãe, bons dentes, boca rasgada e carnuda e corada, como uma atã do Alto-Cotingo, no extremo norte do Território, nascido no monte Roraima. [...] E muito bem educadas para o meio rúde em que viviam. (MACAGGI, 1984, p. 152).

O fragmento acima citado reforça, ainda, a hipótese de um regionalismo tardio, como já foi discutido no capítulo anterior. Segundo Candido (1976) a ênfase de figuras recalcadas como o imigrante e o mestiço são marcas do Modernismo brasileiro, sobretudo do viés regionalista.

Diante do exposto, fica patente a importância de se ler, analisar, refletir e fazer diálogos entre a prosa regionalista de Nenê Macaggi e o Romance de 30, pois são obras que constroem modelos de identidades

culturais, além de ser nítida a interpenetração de fatores históricos e sociais na tessitura. Assim, os romances efetuam denúncias sociais como o descaso das autoridades com os retirantes, com os pobres miseráveis que definhavam de fome no Nordeste. No Norte, a exploração e descaso continuam com as figuras de alguns fazendeiros e pessoas políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Paulatinamente à análise sobre a prosa regionalista de Nenê Macaggi, torna-se possível inferir sobre a presença de um regionalismo tardio no extremo norte do país. Isso ficou evidente a partir de uma análise estética dos romances macaggianos. Tal procedimento alicerçou-se na teoria de desrecalque e na dialética entre o localismo e o cosmopolitismo, ambas defendidas por Candido (1976); e, ainda, na ideia de construção de uma “comunidade imaginada”, proposta por Hall (2006).

A princípio mostrou-se a importância das obras regionalistas de Nenê Macaggi para a construção de um modelo de identidade dita roraimense. De antemão, deixou-se claro que se tratava uma identidade construída discursivamente, a partir de teias de significados culturais (GEERTZ, 1989).

A ênfase atribuída aos patrimônios materiais e imateriais parece ser por parte da Dama das Letras uma tentativa de particularização da cultura do extremo norte frente às demais regiões do Brasil, embora se admita que a identidade roraimense é construída a partir “híbridos culturais” (HALL, 2006). Assim, em seu processo de formação, o Estado de Roraima sofre influxos culturais de imigrantes de várias partes do país, sobretudo, advindos da cultura nordestina.

Nessa perspectiva, o sentimento de pertencimento roraimense é invocado a partir da descrição da beleza verde da flora



amazônica, da exuberância do Monte Roraima, da Serra do Tepequém, da riqueza de espécies da fauna, como também penetrando nos problemas sociais, como a degradação da flora e fauna amazônica, e brigas entre fazendeiros e indígenas ou dentre outras problemáticas desveladas.

Na obra macaggiana, o discurso identitário é construído, ainda, a partir do destaque de aspectos físicos, como a formosura das jovens indígenas, a exemplo a personagem Nará-Sué-Uarená. A beleza mestiça, também, é evidenciada, através de figuras fictícias como Laura e Carla, da obra *Exaltação ao verde*. A voz narrativa coloca à margem a beleza eurocêntrica da mulher de bochecha rosada, de cabelos loiros e olhos azuis e exalta a formosura da índia e mestiça de olhos negros e “puxados”, boca carnuda e pele acetinada. Portanto, são elaboradas representações culturais, Nenê Macaggi constrói representações simbólicas do sujeito roraimense (indígena ou mestiço) através de figuras fictícias que apresentam fortes traços nortistas.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, A. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 5. Ed. revista. São Paulo: Nacional, 1975.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Afiliada, 1989.

HALL, S. **A identidade cultural da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP e A, 2006.

MACAGGI, Nenê. **A mulher do garimpo: romance do extremo sertão do Amazonas**. 2ª ed. Boa Vista: Gráfica Real, 2012.

_____. **Dadá- Gemada, doçura e amargura: o romance do fazendeiro roraimense**. Boa Vista: Gráfica Real, 1980.

_____. **Exaltação ao verde: terra, água: o romance do Baixo-Rio branco**. Boa Vista: Gráfica Real, 1984.

_____. **Nará-Sué Uarená: o romance dos xamatautheres do Parima**.

Boa Vista: Gráfica Real, 2012.

WANKLER, Cátia Monteiro. **Portas, janelas e molduras: toponímia, identidade, globalização e os estudos de literatura de Roraima**. XIII Congresso Internacional da ABRALIC Internacionalização do Regional. Campina Grande: UEPB, 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao apoio do órgão de fomento CNPq, pela bolsa de pesquisa e a Universidade Estadual de Roraima que possibilitaram a iniciação científica no curso de Letras, campus de Rorainópolis, servindo de grande motivação para continuidade na pesquisa *Stricto Sensu*, com ingresso no Mestrado em Letras, na Universidade Federal de Roraima.



POESIA E MEMÓRIA INDÍGENA: "IRACEMA" DE JOSÉ DE ALENCAR E "MEU VÔ APOLINÁRIO", DE DANIEL MUNDURUKU

POETRY AND INDIGENOUS MEMORY: "IRACEMA" BY JOSÉ DE ALENCAR AND "MEU VÔ APOLINÁRIO", BY DANIEL MUNDURUKU

Claudenice Soares da Silva¹
Francymar Rocha Ribeiro²

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar a poesia e memória indígena presentes nas obras "Iracema", de José de Alencar e "Meu avô Apolinário" de Daniel Munduruku, assim como suas relações com a expressão do mito e da realidade dentro das obras. Como metodologia, utilizamos uma análise de abordagem comparada das obras pautando-se crítica e teoricamente o trabalho em autores como Afonso Romano de Sant'anna (1973), Valmir de Souza (2008), Rogel Samuel (2000) e Antônio Cândido (2007).

Palavras-chave: Poesia, Memória indígena, Mito, Realidade.

ABSTRACT: The purpose of this article is to analyze poetry and indigenous memory in the works "Iracema," from José de Alencar and "Meu avô Apolinário", from Daniel Munduruku, as well as its relationship with the expression of myth and reality in these literary works. As a methodology, we used a compared approach analysis of the works guided critically and theoretically by authors like Afonso Romano de Sant'anna (1973), Valmir de Souza (2008), Rogel Samuel (2000) and Antônio Cândido (2007).

Keywords: Poetry; Indigenous Memory; Myth; Reality.

1 Graduada do Curso de Licenciatura Plena em Letras-Literatura-PARFOR, Universidade Estadual de Roraima.

2 Graduada do Curso de Licenciatura Plena em Letras-Literatura-PARFOR, Universidade Estadual de Roraima.



INTRODUÇÃO

Quando o Romantismo chegou, ao Brasil, houve a necessidade de se enaltecer a cultura nacional. O problema era encontrar um herói apropriado para a função, já que no Brasil não existiam cavaleiros, e os portugueses não representariam muito bem esse papel. Então o índio tornou-se o símbolo do homem herói brasileiro, de caráter independente, puro, de “bom selvagem”, como símbolo de bravura e honra que passou a povoar o imaginário brasileiro, principalmente nas obras de José de Alencar, que foi um dos autores mais relevantes do indianismo brasileiro. Em relação a isso Sant’anna afirma:

Interessado em fixar a natureza essencial dos seres, essa mesma essência é rastreada através do poético, uma vez que mito e poesia soem estar congeminados. Acresce que num autor integralizador de formas e conteúdos, seria contraditória a escolha de outra língua que não aquela que definiu como expressão “natural” do homem brasileiro. Embrica-se aqui, então, toda a luta de Alencar por dar à nossa literatura o instrumento expressivo que lhe era necessário. Ao definir-se uma língua mais brasileira que portuguesa, ele estava reafirmando metaforicamente a Natureza diante da Cultura. (Sant’anna 1973, p. 81)

Surgiam desse modo os romances indianistas em que o índio é visualizado a partir de uma ótica própria do romantismo brasileiro, e que de fato não corresponde com suas características reais, simbolizando os ideais de heroísmo presentes somente nas camadas elitizadas da sociedade imperial. Esse foi um momento de grande impulso na literatura brasileira na prosa e na poesia que desde então vem apresentando resultados bastante expressivos, sobretudo nos dias atuais, com a valorização da cultura e literatura indígena.

Pensando na importância do indianismo no Brasil, a intenção deste artigo é realizar, por meio de uma pesquisa bibliográfica, uma análise comparada que procura esclarecer de que forma a poesia e a memória indígena se

fazem presentes em duas obras bastante distintas: “Iracema”, de José de Alencar e “Meu vô Apolinário: Um mergulho no rio da (minha) memória”, de Daniel Munduruku, que se apresentam em gêneros distintos, porém, retratam memórias de uma realidade indígena contadas a partir de diferentes prismas reais, sobre o mesmo tema: o índio. Busca-se ainda examinar a relevância das correlações entre memória, mito e realidade nas obras citadas.

IRACEMA

A obra “Iracema” de José de Alencar conta a triste história de uma índia tabajara, Iracema, a “virgem dos lábios de mel”, filha do pajé Araquém, guardião do segredo da Jurema e Martim Soares Moreno, personagem histórico real e primeiro colonizador português do Ceará, tendo como pano de fundo o conflito entre as tribos indígenas tabajara, que habitavam o interior do território brasileiro, e os pitiguaras que habitavam o litoral cearense e eram amigos dos portugueses.

O primeiro encontro entre os dois acontece quando o jovem caçador se perde na mata e encontra Iracema repousando em sua sesta. Esta é surpreendida pelo guerreiro estranho e, assustada, lança uma flecha que o fere. Percebendo que ele não esboçou nenhuma reação e que Martim não tinha intenção de machucá-la, parte para acudi-lo. Ela então o leva até sua tribo sendo este recebido pelo pajé, pai da moça, e como de costume, belas mulheres são levadas até ele por Iracema. Martim recusa e decide ir embora da tribo. Entretanto, Iracema vai atrás dele e pede que volte. Martim aceita. Começa nesse momento um amor mútuo.

Martim avisa que irá partir e Iracema dá a ele uma rede de presente seguida de um beijo, sabendo ela que não pode unir-se a ele por conta de ser a detentora do segredo da Jurema que, se quebrado, lhe causará a morte. Ocorre que o português, entorpecido



por uma bebida sagrada e pensando ser um sonho, toma realmente Iracema em seus braços, resultando na primeira noite dos dois.

Como Martim precisa partir, pois é ameaçado, Iracema leva o amado até o encontro do seu amigo Poti. Chegando ao local combinado, a jovem índia não permite que Martim continue sozinho e para isso revela ter tornado-se sua esposa durante a noite passada. Estando muito apaixonados, constroem uma cabana numa região próxima a uma aldeia amiga e decidem morar juntos. Os dois vivem felizes até Martim começar a ausentar-se para as guerras com tribos inimigas, junto com seu amigo Poti, deixando Iracema sozinha.

Martim também começa a questionar-se a respeito de sua felicidade e a sentir falta de sua tribo, o que o faz se afastar de sua amada que começa a perceber o distanciamento e, estando grávida, sente-se muito triste e relegada a segundo plano na vida de seu amado. Numa dessas viagens dos guerreiros, Iracema, que já sofria amargamente a ausência de seu amor, tem o filho sozinha e parte à procura de seu esposo e não o encontrando, volta para a cabana. O irmão de Iracema, Caubi, a visita e fica feliz em conhecer o sobrinho apesar de perceber o quanto a irmã sofre de tristeza e saudade que sente.

Apaixonada, sem leite para amamentar e sem forças, Iracema luta para sobreviver enquanto espera pela volta de seu querido que ao chegar, encontra sua bela índia em seus últimos suspiros entregando a ele seu filho para logo em seguida falecer. Martim, então entristecido, parte com seu filho para Portugal, e retornando anos depois, instala-se no local onde hoje existe a cidade do Ceará para lá viver com seu filho – primeiro cearense – fruto de seu amor com Iracema.

Observa-se neste enredo algo muito importante apontado por Cândido que são as características próprias de um romance

heróico. Segundo ele:

(...) a vida de um romance heróico é aparada, aplainada, a fim de que o herói caminhe numa apoteose sem fim. Os monstros, os vilões, os perigos, são parte do jogo e apenas aparentemente o constroem; na verdade, a luta é combinada como em certos tablados de boxe, e o herói não pode deixar de vencer; mesmo que o triunfo final não lhe pertença, pode sempre dizer, como Aramis a D'Artagnan: “Os homens como nós só morrem saciados de glória e júbilo”, a vida, artisticamente recortada pelo romancista, sujeita-se docilmente a um padrão ideal e absoluto de grandeza épica, pois no mundo falaz do adolescente, onde tudo é possível, a lógica decorre de princípios soberanamente arbitrários”. (Cândido, 2007, p. 538).

Neste romance, assim como nas palavras de Cândido, a heroína enfrenta com muita bravura e coragem os perigos que se apresentam em seu caminho – como a punição com a morte caso traísse o segredo da Jurema – na busca por viver um grande amor. Desafios como escolher entre sua família, seu povo e seu destino de guardiã não a impediram de lutar para desfrutar intensamente dessa afeição por seu amado. Mesmo quando, percebendo que sua decisão transformara sua vida numa batalha de sentimentos tomados por alegrias e tristezas, nada a impediu de escolher viver sua paixão. Apesar de toda essa luta, ela acaba morrendo, mas ainda assim, transforma-se na heroína que deixa plantada a semente de sua glória, que é o primeiro fruto da criação de um estado e também fruto de seu amor eterno, iniciando assim um novo ciclo da origem de um povo, de uma cidade. Ou seja, prevalece a grandeza épica da obra mesmo no pós morte, como num romance heróico há de ser.

MEU VÔ APOLINÁRIO: UM MERGULHO NO RIO DA (MINHA) MEMÓRIA.

Em “Meu vô Apolinário” de Daniel Munduruku, o autor faz um relato de sua própria história como um menino que não aceitava sua condição indígena e por ter nascido e morado na cidade com seus pais,



frequentava uma escola de “brancos”. Por causa de sua aparência, os colegas na escola, lhe apelidaram de Aritana, epíteto de uma novela da Rede Tupi, de 1978, que tinha como protagonista, um jovem ator chamado Carlos Alberto Ricceli (Aritana) que encenava o papel de filho de uma índia e um homem branco, criado por um rico fazendeiro, que se apaixona pela médica veterinária Estela Bezerra – Bruna Lombardi. Estes e outros apelidos causavam-lhe tristeza, irritação e era motivo de brigas e confusões no ambiente escolar e com amigos.

Um jovem índio que morava na cidade tinha como seu maior prazer e momento de felicidade viajar para a aldeia familiar em Maracanã, onde ele podia sentir-se livre e ouvia as histórias contadas pelos mais velhos. Certo dia ele e alguns amigos perderam-se na mata e, segundo o pajé da tribo, foram distraídos pelo Curupira, mas foram espertos sendo resgatados sãos e salvos. Aos nove anos enfrentou sua primeira crise que ocorreu quando ele, declarando-se a uma de suas colegas da escola, e esta o recusando, foi motivo de chacotas pelos outros colegas que zombavam dele dizendo que não tinha conquistado o interesse da garota por que era feio, selvagem e índio.

Acontecimentos como esse o impediam de ver o lado positivo de ser quem era e de entender a importância de sua história. Nesse contexto, o autor precisou passar por uma série de dificuldades e situações constrangedoras para que recebesse de uma pessoa especial, seu avô, (com quem até então não mantinha uma relação muito próxima) o apoio e as orientações de que precisava para descobrir um infinito mundo novo, cheio de possibilidades, e compreender a importância de suas origens e o quanto ser quem era podia ajudá-lo a se conhecer, assimilar o mundo e aceitar-se a si próprio sem preocupar-se com a opinião ou o

preconceito dos outros.

POESIA E MEMÓRIA INDÍGENA

Nos dois títulos observa-se a beleza na forma como são narradas as histórias. Para Manoel Antonio de Castro “O poeta ao elaborar suas obras, mais do que ninguém, sabe que a matéria que ele molda é a palavra” (Castro, 2000 p. 57). Neste contexto pode-se dizer claramente que a intenção do autor é a de provocar uma sensação no leitor e que uma destas formas de tocar o leitor é trabalhar seus sentimentos, suas sensações.

O texto-obra lança mão do discurso metafórico. O poder metafórico, por sua plurissignificação⁴, põe em tensão o emissor e o receptor, o leitor e a realidade (lida), de tal maneira que entre esses dois pólos se estabelece uma relação produtiva, dinâmica, daí texto-obra, ou texto que opera transformações e manifestações (Castro, 2000, p. 32).

Desta forma, o uso de figuras de linguagem como a metáfora, por exemplo, ou o uso intenso de adjetivações, apresenta-se como recurso para valorizar a narrativa podendo chegar a torná-la poética:

A alvorada abriu o dia e os olhos do guerreiro branco. A luz da manhã dissipou os sonhos da noite, e arrancou de sua alma a lembrança do que sonhara. Ficou apenas um vago sentir, como fica na moita o perfume do cacto que o vento da serra desfolha na madrugada. (Alencar, 2012. p. 17)

– Quando os pássaros vierem te visitar em sonhos, é bom ouvi-los, pois são os ancestrais que vêm junto com eles para dar forças e lembrar quem você é (...) Ele estava me ensinando quão bonito era ter uma origem, um povo, uma raiz, uma ancestralidade. (Munduruku, 2012, p.35).

Ainda segundo Castro, “toda obra realmente literária é uma completa e total poética implícita” (Manual de Teoria Literária, 2000, p. 58).

Tal poeticidade, apesar de ser um romance, pode-se ver em *Iracema* uma obra indianista considerada uma prosa poética com características épicas – por ser uma narrativa - e lírica por abrigar a subjetividade, a rica imaginação e a



criatividade do autor, carregada de comparações e adjetivos que faz com que a obra alcance, muitas vezes, a linguagem poética. Segundo Antônio Cândido, “Iracema, em 1865, brota, no limite da poesia como exemplar mais perfeito da prosa poética na ficção romântica” (Cândido, 2007, p. 536). Tal beleza poética pode ser percebida logo no início do segundo capítulo em que o autor descreve a personagem principal:

Além, muito além daquela serra, que ainda azula no horizonte, nasceu Iracema.

Iracema, a virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da graúna, e mais longos que seu talhe de palmeira.

O favo da jati não era doce como seu sorriso; nem a baunilha recendia no bosque como seu hálito perfumado.

Mais rápida que a corça selvagem, a morena virgem corria o sertão e as matas do Ipu, onde campeava sua guerreira tribo, da grande nação tabajara. O pé grácil e nu, mal roçando, alisava apenas a verde pelúcia que vestia a terra com as primeiras águas.

Um dia, ao pino do Sol, ela repousava em um claro da floresta. Banhava-lhe o corpo a sombra da oiticica, mais fresca do que o orvalho da noite. Os ramos da acácia silvestre esparziam flores sobre os úmidos cabelos. Escondidos na folhagem os pássaros ameigavam o canto.

Iracema saiu do banho: o aljôfar d'água ainda a roreja, como à doce mangaba que corou em manhã de chuva. Enquanto repousa, empluma das penas do gará as flechas de seu arco, e concerta com o sabiá da mata, pousado no galho próximo, o canto agreste.

A graciosa ará, sua companheira e amiga, brinca junto dela. Às vezes sobe aos ramos da árvore e de lá chama a virgem pelo nome; outras remexe o uru de palha matizada, onde traz a selvagem seus perfumes, os alvos fios do crautá, as agulhas da juçara com que tece a renda, e as tintas de que matiza o algodão. (Alencar, 2006, p. 06).

A partir da observação desse trecho, percebe-se que o autor ressalta as qualidades de Iracema usando adjetivos e fazendo comparações com os elementos da natureza na intenção de valorizar a figura feminina na forma da índia descrita não como ela realmente é, mas muito melhor, diferente das

índias que existem nas florestas brasileiras, sensual, pura e poetizada.

Outros personagens no decorrer da narrativa também têm sua beleza ou comportamentos exaltados sempre com uma comparação relacionada à natureza ou ao comportamento animal: “O valente Poti, resvalando pela relva, como um ligeiro camarão, de que ele tomara o nome e a viveza, desapareceu no lago profundo.” (Alencar, 2012, p. 28). Neste recorte, o índio Poti é retratado de maneira diferente, com suas qualidades sendo comparadas a elementos da natureza.

Semelhantemente, Daniel Munduruku apresenta uma história real de sua vida narrada de forma bem direta e objetiva. A poesia em “Meu vô Apolinário” já começa desde a escolha do título, que propositadamente nos convida a “mergulhar no rio” das memórias do autor fazendo referências ao movimento das águas, ora agitados, ora calmos e serenos. Encontra-se presente também em alguns momentos da narrativa quando o autor descreve com uma linguagem simples lugares, sentimentos e emoções com tanta verdade e com tanta intensidade que nos transporta para uma lembrança de como deveria ser aquele ambiente ou a situação descrita. Já no início do relato o autor nos envolve no desejo de mergulhar na leitura ao registrar:

Gosto muito de contar histórias. Histórias moram dentro da gente, lá bem no fundo do coração. Elas ficam quietinhas num canto. Parecem um pouco com areia no fundo do rio: estão lá, bem tranquilas, e só deixam sua tranquilidade quando alguém as revolve. (...) É isto que quero neste pequeno livro: partilhar um pouco da minha história, da história do meu povo e do meu vô(o) ancestral que me levou a compreender a sabedoria que esta em todas as coisas e me fez descobrir que não nascemos para estar o tempo todo no chão. Nascemos com asas para voar em muitas direções, às vezes sem sair do lugar.” (Munduruku, 2001, p.07).

A linguagem poética presente na obra encontra-se no fato da simplicidade das



palavras contidas na narrativa muitas vezes utilizando-se de expressões próprias do falante como “tá um bocadinho”, “velho”, “fazer xixi”, para transmitir ao leitor uma realidade contada pelo narrador autodiegético que tem a intenção de envolver o leitor em seu relato. A sinceridade em suas palavras, a forma organizada como estruturou o texto com início em sua infância difícil e cheia de desafios e conflitos em que não gostava da ideia de parecer um índio e de ser xingado e apelidado e da pior situação que enfrentou quando criança, partindo para o momento em que descobriu em seu avô, até então quase desconhecido, um homem sábio que lhe ajudou com seus conselhos e sua sabedoria, a paciência e perseverança das quais o neto precisava para se descobrir como pessoa e o momento em que de fato pode descobrir-se e aceitar-se na condição de índio e finalmente sentir-se definitivamente feliz.

É interessante observar que a narrativa também faz menção e exaltação da natureza como partes importantes de sua construção, pois se observa que em dois momentos, a saber o que o autor se revela feliz e o que ele passa a ter esse significativo e profundo contato com a natureza, são aqueles nos quais ele realmente se sente realizado e livre, principalmente em relação à sua aldeia:

(...) um outro lugar maravilhoso... Por lá passei os melhores anos de minha vida. Hoje posso dizer que ele era um maestro acompanhando a melodia que os pássaros tocavam lá no céu... Temos que ser como um rio, meu neto. Temos de ter paciência e coragem. Temos de acreditar que somos apenas um fio na grande teia da vida, mas um fio importante, sem o qual a teia desmorona... (Munduruku, 2012, p. 31).

Em passagens como estas o autor busca mencionar que os ensinamentos de seu avô estavam sempre relacionados à natureza e desse modo era preciso respeitá-la, aprender a ouvi-la para, somente então, começar a ouvir seu coração e sua alma de índio.

A memória indígena presente tanto na obra de Alencar quanto na de Munduruku está sempre relacionada à natureza e a

relação que o povo indígena tem com suas origens e o respeito por seus ancestrais. As duas obras apresentam em sua narrativa a exaltação e a contemplação do poético em relação à natureza que está sempre em evidência na lembrança do índio, como parte de sua cultura, de sua sociedade e de si próprio.

MEMÓRIA, MITO E REALIDADE

Segundo o dicionário, em uma de suas muitas definições, memória é: “1. Faculdade de reter as ideias, impressões e conhecimentos adquiridos. 2. Lembrança, reminiscência. 4. Inform. Dispositivo em que informações podem ser registradas, conservadas, e posteriormente recuperadas” (Ferreira, 2001, p. 488). Se a memória está relacionada à busca de lembranças define-se lembrança por “ideias ou recordações de fatos passados que se conserva na memória” (Ferreira, 2001, p. 453). As lembranças podem surgir a partir da convivência entre os diversos grupos sociais em um determinado período do passado e se manifesta no presente, através de documentos ou relatos orais como depoimentos, contos, testemunhos, repassados de uma pessoa para outra. Este é um processo muito antigo e muito eficiente por assim dizer. Um exemplo bem presente dessa manifestação é o da cultura indígena que transmite suas tradições, suas crenças, seus ensinamentos através da oralidade, por meio da transmissão de informações presentes na memória dos mais velhos.

Neste contexto, segundo Souza, “Os historiadores, em seus estudos, utilizam a literatura como documento, registro de fatos passados, e a literatura vem despertando o interesse por ser considerada uma expressão que atribui outros sentidos aos eventos históricos”. (Souza, 2008, p. 99). Nasceram então, os mitos, as lendas, com o intuito de buscar uma explicação para acontecimentos presentes na memória das pessoas, sejam



eles reais ou não.

O mito é o estágio do desenvolvimento do pensamento humano anterior à história, à arte e à lógica. O mito põe em cena personificações de coisas ou acontecimentos. É uma narrativa do que poderia ter acontecido no passado, se a realidade presente puder ser explicada pelo modelo de realidade que o mito propõe. Desta maneira se tocam os problemas do mito e da literatura, isto é, da poesia como nomeação das coisas da realidade". (Samuel, 2000, p.182,183).

Para Samuel, os mitos são pressupostos culturais e se concentram em nomear as coisas, ou seja, em criar. A partir da memória, se criam fatos, ações que seriam a representação metafórica da realidade e a explicaria de forma criativa, subjetiva e emocional.

E criar um mito significa extrair da realidade uma narrativa que, de modo não-lógico, enfrenta o problema de explicação da própria realidade. Ou seja, o mito seria uma metáfora da realidade, daí a ligação entre metáfora e mito. A literatura, como o antigo mito, participaria da mesma natureza imaginativa de explicação do mundo. A literatura participa da necessidade mítica de explicar a realidade. O mito é uma função da literatura. (Samuel, 1985, p. 183).

Para Samuel, "Realidade é tudo que for apreendido pelos sentidos. Real é tudo que só pode ser concebido pelo intelecto". (Samuel, 1985, p. 15)

De acordo com Eliade, "Todas as grandes religiões mediterrâneas e asiáticas possuem mitologias" (Eliade, 1972, p. 8) e como são importantes não só para manter viva a cultura de um povo, mas para explicar o porquê de muitos comportamentos religiosos e culturais que acontecem em determinadas culturas e podem ser vistas como bizarras pelo resto do mundo. Por isso, apesar do passar dos anos e da falência de inúmeros rituais e relatos mitológicos, muitas histórias mitológicas ainda persistem sendo repassadas escrita ou oralmente de uma geração para outra apresentando como verdadeiros todos os acontecimentos narrados com o intuito de explicar algum

evento extraordinário. Dentre alguns dos aspectos característicos dos mitos de acordo com Eliade, neste contexto, pode aplicar-se os seguintes:

De modo geral pode-se dizer que o mito, tal como é vivido pelas sociedades arcaicas,...) 3) que o mito se refere sempre a uma "criação", contando como algo veio a existência, ou como um padrão de comportamento, uma instituição, uma maneira de trabalhar foram estabelecidos; essa a razão pela qual os mitos constituem Os paradigmas de todos os atos humanos significativos; 4) que, conhecendo o mito, conhece-se a "origem" das coisas chegando-se consequentemente, à dominá-las e manipulá-las à vontade; não se trata de um conhecimento "exterior", "abstrato", mas de um conhecimento que é "vivido" ritualmente, seja narrando cerimonialmente o mito, seja efetuando o ritual ao qual serve de justificação; 5) que de uma maneira ou de outra "vive-se" o mito, no sentido de que se é impregnado pelo poder sagrado e exaltante dos eventos rememorados ou reatualizados. (Eliade, 1972, p.18).

Percebe-se a mitologia como um relato da verdade e compreendido de forma distinta que, segundo Eliade, diferencia-se do conto justamente por ser verdadeiro em contrapartida do conto considerado como um relato falso.

Tudo o que é narrado nos mitos concerne diretamente a eles, ao passo que os contos e as fábulas se referem a acontecimentos que, embora tendo ocasionado mudanças no mundo (cf. as peculiaridades anatômicas ou fisiológicas de certos animais), não modificam a condição humana como tal. (Eliade, 1972, p. 12).

Nas obras comparadas observa-se a origem da criação das coisas, de uma cidade e da formação do caráter de um homem com sua aceitação de como ele é de verdade, passando da fase imatura, infantil, para uma fase madura, transformando-se em homem, através de uma iniciação, ambos sempre em contato com a natureza. O conhecimento é realmente vivido, a aprendizagem acontece e a lição que fica é a de que tudo o que acontece tem explicação. O sofrimento pelo qual Iracema passou fundamenta-se na posterior herança deixada por ela na criação do Ceará. Já em Daniel, para descobrir-se



como um ser humano importante de sua sociedade, era necessário enxergar o sofrimento pelo qual as pessoas discriminadas passam, enfrentá-los e ser encaminhado por um ser sábio que lhe apresentou caminho da verdadeira aceitação. Ambas as obras apresentam em seu enredo narrativas de rituais que verdadeiramente ocorrem nas sociedades tribais indígenas, como pode ser observado na descrição dos rituais de cura do avô Apolinário e dos guerreiros que tomavam a bebida sagrada em Iracema. Em resumo, “o mito é considerado uma história sagrada e, portanto, uma “história verdadeira”, porque sempre se refere a realidades”. (Eliade, 1972, p. 9) como já foi descrito.

Nesse sentido, “Iracema” surge a partir da necessidade do autor de recontar a realidade através de um mito, ou uma lenda como ele mesmo prefere dizer, construindo uma narrativa a partir um fato histórico, pois a obra é baseada na história real de um dos fundadores da cidade do Ceará, o português Martim Soares Moreno, que realmente era amigo dos pitiguaras e de Poti, transformada em uma linda e emocionante história de amor. Para Eliade mito “é sempre, portanto, a narrativa de uma “criação”: ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser. O mito fala apenas do que realmente ocorreu, do que se manifestou plenamente” (Eliade, 1972, p. 8). Percebe-se então, a importância da literatura na construção do mito e de sua transformação em uma nova realidade subjetiva, mas capaz de contar com emoção uma nova versão da realidade escondida na memória.

Na narrativa das lembranças de “Meu vô Polinário”, nota-se através de uma linguagem bem simples a verdadeira face dos costumes e do modo de vida do povo indígena e seu modo de transmitir sua cultura, o que, inclusive, nos remete a condição de que são dependentes da

memória para transmissão de conhecimentos.

Era o saci-pererê, a matintapereira, o curupira, o boitatá, entre outros. Nossas anciãs contavam a história de forma tão encantada que pareciam verdadeiras e todos morriam de medo, tanto que, muitas vezes, a gente não tinha coragem nem mesmo de levantar para ir embora. Nossa fantasia era alimentada e visitada por esses pequenos seres – verdadeiros – trazidos até nós pela voz cantilena de nossas avós.” (Munduruku, 2012, p.14).

As lembranças relatadas na narrativa construída por Munduruku são carregadas de emoções, sentimentos e descrevem com detalhes, sob a ótica de um indígena, os reais conflitos vividos por uma pessoa considerada diferente em uma sociedade, a realidade de diversas situações enfrentadas por uma pessoa que sofre preconceitos e perseguições pelo simples fato de ser diferente.

Chamar alguém de índio era classificá-lo como atrasado, selvagem, preguiçoso. E, como já contei, eu era uma pessoa trabalhadora que ajudava meus pais e meus irmãos e isso era uma honra pra mim. Mas era uma honra que ninguém levava em consideração. Eu ficava muito triste porque meu trabalho não era reconhecido. Para meus colegas só contava a a minha aparência... e não o que eu era e fazia.” (Munduruku, 2012, p.11).

As memórias apresentadas nessas obras convergem no sentido de que as duas apresentam a descrição de recordações da vida dos índios, suas crenças, seu modo de vida cotidiano, sua estrutura social e sua relação com a natureza baseado em lembranças, sejam elas de maneira real ou em forma de mito apresentando sob perspectivas diferentes a beleza, a natureza, o amor e o sofrimento.

“Iracema”, contada sob o olhar de um homem branco, remete a memórias voltadas para um comportamento mais europeizado, da heroína romântica que morre por amor. As lembranças presentes no enredo estão sempre relacionadas às belezas naturais do lugar e de Iracema, enquanto em “Meu vô



Apolinário”, contada a partir das próprias lembranças e focada nas experiências de vida do autor, apresenta uma narrativa mais curta e realista que conta a forma como ele conseguiu superar a grande dificuldade de aceitar sua condição de indígena e de compreender a importância dessa descoberta para si e para a forma como ele passa a se ver e ver o mundo e conviver em sua realidade.

Outra observação a ser feita é a do desejo de recontar o passado através de narrativas escritas em momentos atuais. Mitológica ou real, essas narrativas manifestam o desejo de explicar o porquê do princípio das coisas e suas possíveis consequências baseadas na perspectiva pessoal do autor. Nota-se nas obras analisadas que os personagens colocados no plano passado são envolvidos num enredo cuja finalidade é a de explicar o presente tendo como base o que ocorreu há muito tempo. Isso acontece até mesmo nos dias atuais. Segundo Eliade, o mito estará sempre vivo enquanto houver alguém com desejo de recontar o tempo passado, seja ele real ou mitológico.

De modo mais intenso que nas outras artes, sentimos na literatura uma revolta contra o tempo histórico, o desejo de atingir outros ritmos temporais além daquele em que somos obrigados a viver e a trabalhar. Perguntamos se esse anseio de transcender o nosso próprio tempo, pessoal histórico, e de mergulhar num tempo “estranho”, seja ele extático ou imaginário, será jamais extirpado. Enquanto subsistir esse anseio, pode-se dizer que o homem moderno ainda conserva pelo menos alguns resíduos de um “comportamento mitológico”. Os traços de tal comportamento mitológico revelam-se igualmente no desejo de reencontrar a intensidade com que se viveu, ou conheceu, uma coisa pela primeira vez; de recuperar o passado longínquo, a época beatífica do “princípio”. (Eliade, 1972, p. 134).

A presença dos mitos na literatura é relevante no sentido de tornar histórias contadas há muito tempo reais através de uma linguagem subjetiva ou realista sempre baseada nas perspectivas do autor não importando se são romances ou não e sim o

contexto ao qual querem se referir envolvendo o leitor a conhecer eventos diversos ocorridos no passado, contados de uma forma que, sendo antigos ou atuais, evidenciam a verdade de forma bem realista e envolvente, transformando seus protagonistas, em percussores de criações ou lições de vida, tornando imensamente significativa a narrativa.

Nessa perspectiva, pode-se observar nas obras citadas que a presença do real por trás das construções textuais apresentadas, apesar de contada de formas diferentes, assemelha-se em relação à importância da valorização do indígena, seja ele na construção de uma nação ou na forma mais simples de compreender sua relevância dentro da sociedade em geral.

CONCLUSÃO

Pela observação dos aspectos analisados percebe-se que desde o surgimento do romantismo no Brasil, com a valorização do sentimento de nacionalismo presente no indianismo, as narrativas podem ser um produto de construção de uma identidade ou de um fato real a partir da reconstrução da realidade contada através de lembranças reais ou dos mitos.

Observou-se também que, mesmo em diferentes realidades textuais como no romance “Iracema” e no livro de relatos “Meu vô Apolinário”, podemos conferir a presença da linguagem poética e da construção da relação entre o real e o imaginário transpondo barreiras, sejam elas de histórias fictícias ou reais, históricas ou atuais, oportunizando a realização de elementos comparativos como identidade, realidade, mito e memória indígena, assim como a percepção de que em ambas as obras, houve a intenção de transmitir ensinamento, seja na origem da criação de coisas como uma cidade ou da construção de uma personalidade livre e que se aceita como um ser diferente. Além disso, as obras



apresentam em sua narrativa a exaltação e a contemplação da natureza, que está sempre presente na lembrança do índio, de forma engenhosamente poetizada, para evidenciá-las como parte de sua cultura, de sua sociedade e de si próprio.

Assim sendo, foi possível analisar duas obras distintas, mas com semelhanças em relação à construção do real a partir do relato poético de memórias indígenas sob diferentes perspectivas, associando-as à significação de mito, poesia e suas relações nas composições literárias em particular, procurando ressaltar a importância do ser índio na construção da identidade nacional e de sua própria identidade como ser humano capaz de se aceitar, enfrentar desafios e superar dificuldades.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José. **Iracema**: grandes obras da Língua Portuguesa. Santa Catarina: Editora Avenida, 2012.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

ELIADE, Mircea de. **Mito e realidade**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1972.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio século XXI: O minidicionário da língua portuguesa/Aurélio Buarque de Holanda Ferreira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001)

MUNDURUKU, Daniel. **Meu vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

ROGEL, Samuel. **Manual de Teoria Literária**. Petrópolis, Vozes, 1985.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Análise Estrutural de Romances Brasileiros**. Petrópolis: Vozes, 1973.

SOUZA, Valmir de. **Cultura e Literatura: diálogos**. São Paulo: Ed. Do Autor, 2008.



A FILOSOFIA LOGICISTA DE BERTRAND RUSSELL NO ENSINO DA MATEMÁTICA ESCOLAR

THE LOGICIST PHILOSOPHY OF BERTRAND RUSSELL IN THE TEACHING OF THE SCHOOLING MATHEMATICS

Virgínia Florêncio Ferreira de A. Nascimento¹

Jardel Sousa Leite²

Patrícia Macedo de Castro³

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar as concepções de Russel a respeito da filosofia logicista na matemática, destacando suas contribuições à ciência educacional apresentando princípios capazes de nortear o professor a transmitir ao estudante o conhecimento sobre a disciplina de matemática de forma mais eficiente, fazendo com que o aluno interaja com o conteúdo, resolva problemas, trabalhe para solucionar suas dúvidas e contradições para que assim o professor possa otimizar seu desempenho na sala de aula. Para isso, utiliza-se de procedimentos de pesquisa bibliográfica, sobre o tema. Para que se possa definir conceitos e fundamentar a pesquisa usou como base a obra intitulada “Introdução a Filosofia Matemática”. Nesta obra Bertrand Russell, contextualiza sua análise de forma lógica a partir dos números naturais, no sentido de minimizar dificuldades a mais apaixonados no ensino de lógica matemática.

Palavras-chave: Ciência, filosofia, professor, matemática.

ABSTRACT: The present article aims to present Russel's conceptions about the lesionist philosophy in mathematics, highlighting his contributions to the educational science, presenting principles capable of guiding the teacher to transmit to the student the knowledge about the mathematics discipline in a more efficient way, that the student interacts with the content, solve problems, work to solve their doubts and contradictions so that the teacher can optimize their performance in the classroom. For this, bibliographic research procedures are used, on the subject. In order to be able to define concepts and to base the research, it was based on the work titled "Introduction to Mathematical Philosophy". In this work Bertrand Russell contextualizes his analysis in a logical way from the natural numbers, in the sense of minimizing the most passionate difficulties in the teaching of mathematical logic.

Keywords: Science, philosophy, teacher, mathematics.

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de Ciências da Universidade Estadual de Roraima-UERR. E-mail: marvir33@gmail.com

2 Mestrando do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de Ciências da Universidade Estadual de Roraima-UERR. E-mail: jardelsousa562@gmail.com;

3 Professora no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de Ciências da Universidade Estadual de Roraima-UERR. E-mail: patriciacastro@uerr.edu.br



INTRODUÇÃO

Em todo o contexto histórico da humanidade, na civilização ocidental, as interrogações sobre o conhecimento carregam consigo questionamentos sobre o que existe, e quais são as bases para ter certeza sobre as afirmações sobre o que se diz “conhecer”. Nesse contexto a gnosiologia, a axiologia assim como a epistemologia trazem a esse pensamento importantes reflexões a respeito dos valores, da ética, do conhecimento e da verdade sobre “o conhecer”, em que a filosofia se ocupa numa relação entre o homem e o objeto que se deseja aprender.

Nesta visão, nas condições desafiadoras da realidade, deve-se levar em consideração o papel da razão, com o propósito de identificar, o florescimento de um irracionalismo no âmbito das ciências, ou seja, como diz Bacon (2006), a racionalidade surge como um vasto campo de desbravação, de descobrimentos, pela busca de melhores caminhos para retratar a dimensão dinâmica da filosofia e dos questionamentos.

A filosofia da matemática na visão de Bicudo e Garnica (2006) é composta de duas áreas distintas do conhecimento e não a soma de ambas, define-as no pensar filosófico, ou seja, mediante a análise crítica, reflexiva, sistemática e universal, ao tratar de temas concernentes à região de inquérito da matemática básica que é comumente abordada nas escolas.

Porém, a filosofia diferencia-se da matemática, pois não se dispõe a fazê-la mesmo que esta tenha uma base filosófica que esteja construindo o conhecimento dessa ciência. Mas dedica-se à ela, o que segundo Bachelard, (1996), ao entender o seu significado no mundo como um todo, bem como no universo científico; o sentido que faz para o homem sob uma perspectiva antropológica e psicológica; a lógica da

construção do seu conhecimento; os modos de expressão pelos quais aparece ou materializa-se, cultural e historicamente; a realidade dos seus objetos e a gênese do conhecimento.

Dessa forma, são trabalhadas pela filosofia matemática, perguntas do tipo: o que existe matematicamente?; o que é o conhecimento matemático?; o que vale para a educação tradicional?. Enfatizando, dessa maneira, esses questionamentos e os objetos matemáticos. Desdobrando questões importantes sobre a realidade dos objetos matemáticos, bem como são conhecidos os objetos matemáticos de ensino que segundo Chirone (2016), são critérios que sustentam a veracidade das afirmações matemáticas. Os objetos e as leis matemáticas são construídos ou descobertos. Fazer questionamentos é de extrema relevância para a auto compreensão da matemática, essas indagações são necessárias para a definição do contexto científico.

Sendo assim, a presente pesquisa tem como objetivo apresentar as concepções de Russel sobre a filosofia matemática que pode ser abordada no âmbito escolar, destacando suas contribuições a respeito do entendimento de indução finita e como o professor pode motivar os estudantes no ensino da matemática. Para desenvolver a pesquisa utilizou-se o procedimento bibliográfico com base na obra intitulada “Introdução à filosofia da matemática”.

REFERENCIAL TEÓRICO

A FILOSOFIA LÓGICA MATEMÁTICA DE RUSSEL

Autores esclarecem que a lógica matemática de Russell encontra-se entre três obras principais: *The Principles of Mathematics*, *Principia Mathematica*, em colaboração com Whitehead, em três volumes, e *Introduction to Mathematical Philosophy*, nessas obras pode-se encontrar a



perspicaz indagação dos conceitos matemáticos que segundo Neto (2015), são fundamentais para suas articulações com a lógica e com as ciências, com a gnosiologia e com as análises da linguagem em geral.

Russell usava a lógica para simplificar conceitos da Matemática, assim como para esclarecer o entendimento dos conceitos em Filosofia. Enquanto um dos fundadores da filosofia analítica, Russell é recordado pelo seu trabalho em que usa a lógica de primeira ordem, também pelo seu empenho sobre a importância da forma lógica para a resolução de muitos problemas filosóficos. Assim, Santos (2014) diz que a Matemática de ensino tradicional juntamente com a maquinaria lógica somam possibilidades de resolver grandes dificuldades.

De acordo com Russell (1966, p.9-10), pondera-se que:

A Matemática de modo geral, ou mesmo vista sob um aspecto particular, pode ter os seus estudos iniciados em sentidos opostos quando se trata de organizar e classificar os números. O mais comum é o construtivo, ou seja, a organização numérica possui uma complexidade escalar que cresce de forma gradual, dos inteiros para os fracionários, destes para os reais, daí para os complexos, da adição e multiplicação para a diferenciação e integração, e muito mais. A seu turno, o outro sentido avança para uma análise de abstração e de lógica ainda mais complexa. Em vez de indagar o que pode ser definido e deduzido daquilo que se admite como premissa, indaga-se quais ideias e princípios gerais ou postulados podem ser encontrados no ponto de partida

Ainda com base na ideia de Russell, pode-se considerar que há dois tipos de lógica, a saber: a simbólica e a matemática. A lógica simbólica que segundo Dante (2011), representa as várias relações entre proposições, classes, entre outros e a matemática com seu sistema formal.

Nesse sentido Russel, que se preocupava em questionar os axiomas e postulados necessários para o desenvolvimento de uma teoria matemática, buscava, às vezes, por meio de um refinamento no entendimento do

que se quer enxergar, reduzir o número de axiomas necessários, o que conforme Cavalcanti (2007), tornando alguns destes dedutíveis recursos da lógica. Ou seja, a partir da interação de um conjunto de postulados e uma lógica, obtêm-se uma teoria matemática completa.

O trabalho principal do filósofo britânico, partiu da convicção de que todos os grandes sistemas lógico-matemáticos que o precederam estavam equivocados por se basearem em um método sintético (não analítico). O que segundo Dante (2011), a Matemática era lógica pura e seus princípios podiam ser resumidos a algumas categorias externas a seu campo teórico, como proposições e classes, no lugar de números.

Nesta perspectiva, nas condições desafiadoras da realidade matemática, deve-se levar em conta o papel do professor em sala de aula, na tentativa de identificar a importância do método analítico no ensino da matemática básica. No pensar filosófico esse método, de acordo com Neto (2015), direciona uma ação reflexiva, sistemática e universal, ao tratar de temas concernentes à região da matemática. Na Matemática, dadas as premissas, não é necessário qualquer apelo ao senso comum ou à intuição, ou a algo mais que não seja rigorosa lógica dedutiva

As contribuições de Russell para a Matemática incluem a sua descoberta em defesa do logicismo onde para Cavalcanti (2007), a matemática assume a visão de lógica formal, a matemática é "uma ciência dedutiva". Partindo de certas premissas chega-se através de um rigoroso processo de dedução aos vários teoremas que a constituem. Entretanto, é importante compreender que o pensamento lógico não é o único que define um filósofo, mas sim todos os seres humanos que fazem uso desta reflexão em habilidades da vida diária para resolver questões cotidianas.



O pensamento lógico caminha lado a lado ao senso comum. Para Mendoza e Delgado (2017), o pensamento lógico é a combinação da capacidade de análise que permite aprofundar os componentes de uma realidade, assim como é racional porque segue um processo sequencial onde a tese secundária se encontra baseada na tese principal. Deste modo, fica estabelecida uma estrutura de ideias mutuamente consistentes.

Nesse raciocínio, o pensamento lógico está, por exemplo, inserido num debate com alguém, que conforme Bachelard (1996), serve para desenvolver o próprio ponto de vista além de que favorece uma conexão com a lógica do mundo.

Importante ressaltar que as obras de Bertrand Russell, dividem-se em dois momentos: Primeiro momento é a perquirição de alguma verdade na matemática, na qual representa o processo da fundamentação lógica da matemática, que segundo Neto (2015), está aliada à manifestação empirista sob a análise das questões gnosiológicas e a teoria dos tipos lógicos e da prevalência da lógica sobre a metafísica.

O Segundo Momento diz respeito a maturidade filosófica, Martins (2001) defende que só os métodos científicos naturais podem proporcionar conhecimentos. Nesta fase, este filósofo, segundo Ghedin (2017), compreende a complexidade das ciências, as relações intrínsecas de determinadas áreas do conhecimento. Como por exemplo, na Pedagogia Moderna a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

Nesse contexto, segundo Ghedin (2017), ressalta-se três obras de Bertrand Russell: Princípios da Filosofia (1912) com três áreas de estudo: teoria do conhecimento, as relações entre lógica e matemática e entre lógica e linguagem; 2) Educação Ordem Social, aborda sobre cegueira pedagógica; 3) ABC da Relatividade. Esta obra trouxe o

contexto em que a ciência se desenvolve, quais seus materiais e métodos e os impactos da ciência na vida dos indivíduos, além de sintetizar pontos fundamentais da teoria da relatividade de Einstein.

Russell, remete em suas obras uma objetividade, uma forma concreta da sociedade resolver seus problemas. Segundo Russell (1981), estabelece que o que se pode saber em matemática e com métodos matemáticos, conforme Ghedin (2017), é aquilo que se pode deduzir por via puramente lógica. Para Bertrand Russell, a lógica responderia objetivamente aos problemas sociais. Desta forma suas obras podem ser entendidas como interdisciplinares.

Definiu o Sistema Geométrico de Euclides como axiomático. Em sua epistemologia, sustentava sua linha de pensamento de que a matemática poderia ser uma ciência do comportamento humano com base nos conhecimentos da Geometria de Euclides, que segundo Ghedin (2017), aplicou a matemática ao mundo físico e humano.

Nesse sentido, a concepção definida por Russell (1981), enfatiza que a característica essencial da matemática está em sua estrutura lógica, e não nos enunciados categóricos que possa conter referentes ao mundo dos sentidos. Mas deve-se ressaltar que uma das reflexões questionadoras que este filósofo norteia em suas análises é: quais as relações existentes entre a matemática e a lógica.

Nessa visão, o que Russell traz é uma nova forma de conceber a matemática por outro viés, nem menos ou mais importante, o que na verdade explica-se em termos modernos é que tal relação está cada vez maior, isto é, segundo Dante (2011), a lógica torna-se mais matemática e a matemática cada vez mais lógica.



A DEFINIÇÃO INICIAL DE INDUÇÃO FINITA NA LÓGICA DE BERTRAND RUSSELL PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA

O terceiro capítulo de sua obra “introdução a filosofia matemática”, a qual é foco desta breve apresentação, traz o contexto da finitude e indução matemática a partir do conceito de 0 (zero) e do sucessor. O mesmo está entrelaçado com os primeiro e segundo capítulos nos quais, Russell segundo Ghedin (2017) aborda a série dos números naturais e a definição de números, em que são apresentadas as propriedades de números proposicionais, classes e relações.

Cabe ressaltar que Russell (1966), expõe no terceiro capítulo de seu livro, ampliação dos conceitos na extensão da ideia traçada nos capítulos anteriores e seus desdobramentos metodológicos, estabelecendo o que, segundo Dante (2011), é uma compreensão sobre o menor número necessário de noções fundamentais a partir dos quais derivam todas as outras, o que ajuda na compreensão da diferença entre finito e infinito.

Nesse contexto, o assunto de indução inicia-se com a progressão dos números naturais que pode ser inteiramente definida nos três termos: 0, (zero) número e sucessor. Seguidamente nos avanços dessa segundo Chirone (2016), a significação dos números naturais pode ser compreendida pela diferença entre finito e infinito o que na visão lógica Russelliana é útil para verificar a razão pela qual o método utilizado não pode ser levado além do finito.

Nessa análise inicial, Russell (1966), ainda não considera como 0 (zero) e sucessor definidos, mas chama atenção que conhecer o significado destes termos é importante para mostrar como todos os demais números naturais podem ser obtidos, embora o método experimental esteja disponível para

cada número natural. Ghedin (2017) diz que, dele não se pode valer para demonstrar a proposição geral de que todos números podem ser atingidos dessa maneira, isto é, prosseguindo a partir de 0, passo a passo, de cada número para o seu sucessor.

Nesse entendimento lógico Russell exemplifica a formação do número trinta mil:

Conforme Russell (1966.p.26), cita que:

[...] que para constituir o número 30.000, por exemplo, basta definirmos o “1” como “o sucessor de 0”, depois o “2” como o sucessor de “1” e assim sucessivamente até chegar ao número desejado, no caso 30.000. Conquanto o método experimental seja disponível para cada número natural, dele não pode-se valer para provar a proposição geral de que todos esses números podem ser atingidos dessa maneira, isto é, prosseguindo a partir de “0”, passo a passo, de cada número para seu sucessor.

Assim sendo, considerando a questão às avessas. Para Russell (1966), a sequência dos números se dá a partir do sucessor, ou seja, o 1(um) como sucessor de 2 (dois) e “assim por diante”. Expressão essa que o autor diz ser vaga e indefinida. No entanto significa que o processo de passar para o sucessor pode ser repetido qualquer número finito de vezes, mas isso ainda não define “número finito”.

A definição não deverá pressupor que se saiba o que seja um número finito. A chave para este problema está na indução matemática. Para Dante (2011), esta indução declara que qualquer propriedade que pertença a 0 (zero), e também ao sucessor de todo número que tenha essa propriedade, pertence a todos os números naturais, e que mais tarde foi apresentada como um princípio, apesar de Russell utilizar como definição:

[...] uma propriedade é dita “hereditária” na série dos números naturais se, caso pertença a um número n , também pertencer a $n+1$, o sucessor de n . da mesma forma, uma classe é dita “ hereditária” se, quando o n for um membro dessa classe, $n+1$ também. (RUSSELL 1966. p.27)



Nesse sentido, pode-se concluir que uma propriedade é dita “indutiva” quando é uma propriedade hereditária que pertence a 0(zero), ou seja equivale dizer que uma classe é “indutiva” quando é uma classe hereditária da qual 0(zero) é um membro.

[...] dada uma classe hereditária da qual 0 (zero) faz parte, segue-se que 1(um) também é seu membro, porque uma classe hereditária contém os sucessores de seus membros e 1(um) é o sucessor de 0(zero). Da mesma forma, uma classe hereditária, da qual 1(um) faz parte, segue que 2(dois) também faz parte e assim por diante. Podendo assim provar, passo a passo, que qualquer número, como 30.000, por exemplo, é um membro de toda classe indutiva (RUSSELL 1966. p.32).

A partir das ideias primitivas de Peano, Russell avança em suas definições como o uso de “posteridade”, como o inverso de sucessor, isto é, a posteridade de determinado que segundo Dante (2011), número natural inclui o próprio número e os números naturais maiores que ele.

Nesse enfoque, Russell (1966) discorre no capítulo três de sua obra as proposições e definições num enfoque do pensamento lógico, esclarecendo que o uso da indução matemática nas demonstrações passadas deixa de ser algo misterioso.

Segundo Russell (1966), os números naturais são aqueles aos quais as provas por indução matemática podem ser aplicadas, isto é, aqueles que possuem todas as propriedades indutivas.

Sobre a indução matemática possibilita, mais do que qualquer outra coisa, a característica essencial pela qual o finito é distinguido do infinito

[...] o princípio da indução matemática pode ser enunciado de forma popular mais ou menos do seguinte modo: o que pode ser inferido do seguinte para o seguinte pode ser inferido do primeiro para o último. Isto é verídico quando o número de passos intermediários entre o primeiro e o último é finito e não no caso contrário (RUSSELL, 1966, p. 33).

Nessa perspectiva, cabe ressaltar que a indução matemática possibilita verificar a

característica essencial pela qual o finito é diferenciado do infinito. E que o princípio da indução matemática, pode ser enunciado de forma mais simples na visão de Russell (1966). “o que pode ser inferido do seguinte para o seguinte pode ser inferido do primeiro ao último”.

ANÁLISE E DISCUSSÕES

O Ensino filosófico indutivo de Russell possui as seguintes funções:

- Propiciar a assimilação de conhecimentos a partir de sua aplicação criadora, como resultado da solução de uma indução matemática já formulada;
- Ensinar a aprender, porque situa o procedimento indutivo para alcançar o conhecimento verdadeiro como objetivo do processo de ensino aprendizagem nos conteúdos de matemática;
- Capacitar o aluno para o trabalho independente, ao lhe proporcionar ferramentas e habilidades de indução matemática;
- Contribuir com métodos para compreender a realidade cotidiana do aluno a partir de questionamentos do pensamento matemático.

O professor comunica o conhecimento a seus estudantes a partir de um problema, cuja solução se obtém mediante a indução matemática. Desse modo, a essência da exposição indutiva consiste em que, em lugar de uma exposição tradicional, ou seja, de uma transmissão de conclusões já propostas nos livros, sem despertar a atividade mental independente nos alunos, o professor induz o estudante a demonstrar sua descrição e explicação criando sistematicamente situações que podem ser caracterizadas em um contexto geral.

Assim, na exposição indutiva, o professor não apresenta aos estudantes conhecimentos acabados, mas conduz a abordagem



demonstrando a dinâmica de indução matemática e desenvolvendo os conceitos, e expõe novas situações para casos mais gerais que ele mesmo resolve. Mediante este método, o professor ensina os estudantes a achar a solução de determinado problema revelando a lógica indutiva do mesmo a partir de situações particulares, indicando as fontes de surgimento da solução do problema, argumentando cada passo nesta busca.

Durante este processo, o professor indica o caminho para a solução dos questionamentos dos estudantes referente ao conteúdo estudado, Nesta abordagem se refletem os resultados do trabalho de busca independente dos estudantes, já que mediante as discussões se pode orientar a solução de um problema sobre a base da indução ou da experiência pessoal.

Este método, produz um processo de interação entre professor e aluno e aluno e aluno, que pode ser bastante aproveitado pelo professor para iniciar os debates e propiciar discussões com outros profissionais da educação sobre as atividades desenvolvidas pelo professor em sala de aula. É importante que o professor domine a técnica de como fazer as perguntas e trabalhe a indução matemática em sala de aula.

A propriedade da técnica pelo professor é imprescindível para que o estudante tenha compreensão do que está sendo estudado em sala de aula. Entretanto, não se pode oferecer aos alunos atividades com respostas óbvias, ou seja, não podem ser feitas sobre situações tão claras e evidentes que as respostas não induzam a uma reflexão e elaboração simples, mas que necessitem de um processo de raciocínio e esforço intelectual por parte do estudante; devem estar estruturadas de tal forma que impulsionem esse raciocínio passo a passo e de etapa em etapa.

Assim, é recomendável que o professor tenha perguntas já elaboradas e planejadas

antes de entrar na sala de aula, sendo que as estas estejam em uma ideia e construção cuidadosa para que cumpram os objetivos com o uso deste método. No processo de ensino-aprendizagem ao se utilizar procedimentos e métodos é fundamental obter a vinculação da teoria com a prática, bem como, o conteúdo esteja próximo da realidade cotidiana do discente.

Neste contexto, o professor deverá provocar a dúvida no estudante. Deve transformar a sala de aula em um cenário de disputas motivadas pela satisfação do que se debate, tendo a vida dos estudantes como o tema de interesse, sem deixar de destacar suas características históricas, culturais e científicas. Assim, este estudante terá que trazer a vida cotidiana à sala de aula e assim levar a sala de aula à vida cotidiana, com isso aprenderão com mais rapidez e eficiência, sendo que o objetivo do ensino indutivo transformar o ensino tradicional em um ensino reflexivo.

A utilização deste ensino permite que o estudante seja um participante direto na aquisição do seu próprio conhecimento e que desenvolva seu papel ativo como sujeito de aprendizagem no processo educativo. Com a abordagem indutiva, os conhecimentos em grande parte não são fornecidos ao aluno de forma acabada, mas são adquiridos no processo de atividade de forma independente, nas condições de uma situação problema em um caso particular até ser sintetizada para situações mais gerais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse breve enfoque sobre a indução finita no olhar da logicidade de Bertrand Russell percebe-se suas contribuições ao Ensino de Ciências quando do seu interesse pela valorização do conhecimento científico na matemática, e em outras áreas de dimensão política e sociais.

A filosofia de Russell se caracteriza como



um processo reflexivo, sistemático de indagação sobre a realidade, que se rege por princípios da indução matemática. A importância desta abordagem na educação escolar é decisiva no contexto educacional, sendo que é através dela que pode ser um ponto motivador para o estudante.

Suas contribuições para a matemática incluem a sua descoberta do Paradoxo de Russell, a defesa do logicismo, isto é, a visão de que a matemática é, num sentido significativo reduzida a lógica formal, usada por este autor para clarificar conceitos em filosofia. Recordado pelo seu trabalho em que usa a lógica de primeira ordem e pelo seu empenho na importância da forma lógica para a resolução de muitos problemas filosóficos. Para Russell, tal como na Matemática, a sua esperança era que aplicando maquinaria lógica pudéssemos ser capazes de resolver grandes dificuldades.

Russell é considerado um pensador contemporâneo de várias formações que contribuiu e continua somando com o desenvolvimento das Ciências, suas publicações continuam sendo lidas e estudadas em diversos continentes, além de ser entendido como parte da Epistemologia das Ciências como a Matemática, a Lógica e a Filosofia. Um de seus objetivos foi proporcionar a divulgação da Ciência, pois entendia que a Educação necessitava de pesquisa analítica para sedimentar novas bases na cultura, para então se chegar ao progresso.

O Ensino filosófico permite uma aprendizagem mais significativa, capaz de conduzir o aluno a atividades de caráter cooperativo e reflexivo, o mesmo se caracteriza como uma ferramenta eficiente para que o desempenho nas atividades de ensino possa ser melhorado. A aplicação dos princípios do Ensino filosófico de Russell é simples, clara e dinâmica, e tornam a aprendizagem atraente para o aluno, favorece

o debate, a liberdade de ideias, o diálogo e a busca por novas soluções para os problemas propostos, sendo capaz de tornar a aula de matemática um fator motivador para a aprendizagem de novos conhecimentos.

A obra de Russell, mesmo que tenha passado por várias críticas ainda é, e sempre será um precioso material de estudo para os amantes e curiosos da Matemática. Dentro da perspectiva filosófica, o logicismo é um marco na Filosofia da Matemática, sendo essa forma de pensar uma possível contribuição para a educação do presente e do futuro.

Como foi enfatizado, a filosofia de Russell pode contribuir para diversificação de metodologias na apresentação de novos conteúdos matemáticos, que permite ao aluno a estruturação e construção do seu próprio conhecimento. Outros estudos podem ser feitos a partir da necessidade de implementação do Ensino filosófico de Russell em outras disciplinas e conteúdo, sendo que o uso desse método na educação ainda precisa ser analisado e discutido.

Por fim, deve-se ressaltar que, dada a necessidade da escola assim como todo o sistema de ensino, o investimento em novos meios de auxílio ao professor em técnicas de ensino é de extrema importância para promover uma aprendizagem mais eficiente e assim contribuir para o processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, os procedimentos proporcionados pelo Ensino filosófico de Russell são imprescindíveis tanto para os professores quanto para os alunos, pois ambos poderão se relacionar em um processo mais profundo e mais significativo de aprendizagem e assimilação de conhecimentos científicos.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico: contribuições para uma**



psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Tradução Estela dos Santos Abreu, 1996.

BACON, F. **O Progresso do Conhecimento.** UNESP, São Paulo, 2006.

BICUDO, M. A. V. E. G. A. V. M. **Filosofia da educação matemática.** AUTENTICA, São Paulo, 2006.

CAVALCANTI, C. **Diferentes formas de resolver problemas.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

CHIRONE, A. R. D. R. **Aprendizagem de equações do 1º grau a partir da atividade de situações problema como metodologia de ensino, fundamentada na teoria de formação por etapas das ações mentais e dos conceitos de galperin.** Dissertação (Dissertação de mestrado no ensino de ciências) - UERR. Boa Vista. 2016.

DANTE, J. **Matemática elementar no ensino Médio.** São Paulo: ATICA, 2011.

GHEDIN, E. **O Ensino de Ciências e suas epistemologias.** Editora da UFRR, Boa Vista, 2017.

MARTINS, R. D. A. **História e História da Ciência: Encontros e Desencontros.** Évora: Universidade de Évora, Évora, 2001.

MENDOZA, H. J. G.; DELGADO, O. T. **A didática da matemática fundamentada na teoria de formação por etapas das ações mentais de galperin,** SÃO PAULO, 2017.

NETO, R. N. **A atividade de situações problema na aprendizagem do conteúdo de fração fundamentada na teoria de formação por etapas das ações mentais de galperin com os estudantes do 5º ano da escola municipal laucides inácio de oliveira.** Dissertação (dissertação de mestrado no ensino de ciências) - UERR. Boa Vista. 2015.

RUSSELL, B. **ABC da Relatividade.** ZAHAR, Rio de Janeiro, n. 5, 1966, 1981.

RUSSELL, B. **Introdução à filosofia da matemática.** Rio de Janeiro: ZAHAR, 1966.

SANTOS, A. **Estudo da aprendizagem na atividade de situações problema em limite**

de funções de uma variável fundamentado na teoria de formação por etapas das ações mentais de galperin na licenciatura em matemática no instituto federal de educação ciência e tecnologia. Dissertação (Dissertação de mestrado em ensino de ciências) - UERR. Boa Vista. 2014.



USO E EXTRATIVISMO DO ANGICO NUMA COMUNIDADE INDÍGENA NA SAVANA DE RORAIMA, NORTE DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

USE AND EXTRACTIVISM OF ANGICO IN AN INDIGENOUS COMMUNITY IN THE RORAIMA SAVANNAH, NORTHERN BRAZILIAN AMAZON

Rodrigo Leonardo Costa de Oliveira¹

Sérgio Oliveira de Brito²

Luís Felipe Paes de Almeida³

Veridiana Vizoni Scudeller⁴

Reinaldo Imbrozio Barbosa⁵

RESUMO: O angico é uma árvore presente nos domínios fitogeográficos brasileiros da Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado e Amazônia. Na região norte do Brasil existem registros nos estados do Amazonas, Pará, Acre e na região savânica de Roraima. Essa espécie é utilizada pelas comunidades indígenas para diversos fins, entre eles o uso medicinal da casca e principalmente na construção e combustível com o uso do caule. Diante disso esta pesquisa teve por objetivo analisar se a escolha dos angicos para corte seria determinada pelo volume do diâmetro, onde os indivíduos com os maiores diâmetros teriam preferência de uso por parte dos moradores da Comunidade Indígena Darora, etnia Makuxi, na região de savana do estado de Roraima. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas em uma amostra composta por 60 moradores, aos quais 23 participantes (16 homens e sete mulheres), indicaram o angico como uma espécie útil na Comunidade. Análise estatística indicou que o extrativismo do angico está relacionado ao uso madeireiro da espécie.

Palavras-chave: Anadenanthera peregrina, uso madeireiro, ilha de mata, Comunidade indígena, conservação.

ABSTRACT: Angico is a tree present in the Brazilian phytogeographical domains of the Atlantic Forest, Caatinga, Cerrado and Amazonia. In the northern region of Brazil there are records in the Amazonas, Pará, Acre and the savannah region of Roraima state. This species is used by the indigenous communities for several purposes, among them the medicinal use of the bark and mainly in the construction and fuel with the use of the stem. The objective of this research was to analyze if the pattern of choice of individuals for the cut would be determined by the size of the stem diameter, where individuals with larger diameter would have preference of use by the inhabitants of the Darora Indigenous Community, Makuxi ethnic group, in the savannah region of the state of Roraima. Semi-structured interviews were carried out in a sample composed of 60 residents, to which 23 participants (16 men and seven women) indicated the angico as a useful species in the Community. Statistical analysis indicated that the extraction of angico is related to the timber use of the species.

Keywords: Anadenanthera peregrina, woody use, forest island, Indigenous community, conservation.

1 Coordenação de Ciências Biológicas, Universidade Estadual de Roraima (rodrigo@uerr.edu.br).

2 Coordenação de Ciências Biológicas, Universidade Estadual de Roraima.

3 Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, Universidade Federal de Roraima.

4 Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Amazonas.

5 Núcleo de Pesquisas de Roraima, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.



INTRODUÇÃO

O nordeste de Roraima compreende a maior área de savana natural da Amazônia brasileira localmente conhecida como "lavrado", "campos do rio Branco" ou "campos de Roraima", abrangendo 43.000 km² de área (Barbosa e Campos, 2011). A savana de Roraima faz parte do complexo de vegetação Rio Branco-Rupununi, que se estende da Venezuela para a República da Guiana (Barbosa e Fearnside, 2005), formando um grande mosaico de ecossistemas não-florestais (vegetação aberta com baixa densidade de árvores) e florestas florestais, Florestas de galeria e buritizais), com dominância de áreas de vegetação aberta (Barbosa et al., 2007).

Nesta enorme área de vegetação aberta, várias terras indígenas são encontradas, a qual as Terra Indígena Raposa/ Serra do Sol e a Terra Indígena São Marcos destacam-se por suas enormes proporções. As áreas florestais da savana apresentam importantes espécies para uso das comunidades indígenas, como importantes fontes alimentícia e medicinal, bem como de uso madeireiro para fins de construção, combustível, tecnologias e outros. Dentre estas espécies, encontra-se a *Anadenanthera peregrina* (L.) Speng. (Fabaceae).

A *Anadenanthera peregrina* faz-se presente nos domínios fitogeográficos da Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado e Amazônia. Na região norte do Brasil, existem registros de nos estados do Amazonas, Pará, Acre e na região savânica de Roraima (Morim, 2013). No interior do estado de São Paulo, ela é caracterizada como uma espécie colonizadora e comum na vegetação secundária, podendo ser encontrada em altas densidades formando "angicais". Também pode em vegetação primária (Durigan et al., 1997; Carvalho, 2003).

Este estudo teve por objetivo analisar se a escolha dos angicos para corte seria determinada pelo volume do diâmetro, onde os indivíduos com os maiores diâmetros teriam preferência de uso em detrimento aos indivíduos de diâmetros menores.

MATERIAL E MÉTODOS

A Terra Indígena de São Marcos (TISM) compreende cerca de 654.110ha e 42 comunidades indígenas das etnias Makuxi, Taurepang e Wapixana. O presente estudo envolveu um grupo da etnia Makuxi da comunidade Darora, que vive em uma região conhecida como Baixo São Marcos (3° 10'42 "N; 60° 23'34" W). A área de estudo fica a 90 km da capital do estado, Boa Vista. O clima local é a savana tropical (Aw), de acordo com a classificação Köppen, com uma temperatura média anual de 27,8 ° C e uma precipitação média anual de ~ 1,650 mm. O período mais seco ocorre entre os meses de dezembro e março (\pm 9% de precipitação anual), e os meses mais úmidos estão entre maio e agosto (\pm 70% de precipitação anual) (Barbosa, 1997). A comunidade Darora tem uma forte aptidão para a agricultura e pecuária animal, entendida por eles como necessária para alimentação e sustento. O extrativismo ainda é usado e está sempre relacionado à construção de casas, cercas e coleta de frutas.

De acordo com o posto de saúde da Comunidade, 184 pessoas de 40 famílias vivem em Darora, das quais 50 são homens e 43 mulheres com mais de 18 anos; e cinco são homens e seis são mulheres com mais de 60 anos de idade. Os residentes citaram um total de nove homens e 12 mulheres, mas não foram encontrados, já que muitos deles se mudam da comunidade para a cidade de Boa Vista, buscando emprego e educação contínua. Sete residentes não foram incluídos na pesquisa, já que são Makuxi da República da Guiana e recentemente se estabeleceram na comunidade. Apenas uma mulher se



recusou a participar. Todos os residentes falam fluentemente o português. A língua Makuxi, do tronco lingüístico Karib, é ensinada na pré-escola, mas raramente é falada pelos moradores, com apenas dois professores e um falante mais velho.

Levantamento etnobotânico

Para a coleta de dados etnobotânicos foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 60 informantes (36 homens e 24 mulheres) entre 18 e 84 anos de idade. Foram visitadas todas as residências na comunidade, onde os moradores presentes eram convidados a participar da pesquisa. Neste momento, foi explanado sobre a finalidade da pesquisa e apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que foi assinado por todos. Na entrevista, os informantes foram direcionados a indicar o conhecimento e usos atribuído à espécie.

As entrevistas foram realizadas entre novembro de 2014 e novembro de 2015. Num primeiro momento, os entrevistados indicaram o locais de coleta das espécies estudadas em áreas não florestais de savanna, e então a técnica de lista livre foi usada para as espécies que eles conheciam na sua nesses ambientes (Albuquerque et al., 2014). O angico foi uma espécie que se destacou nas entrevistas. Em outro momento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com perguntas relacionadas à coleta, formas de uso, e partes das plantas utilizadas. As respostas foram agrupadas nas categorias de uso adaptadas de estudos anteriores (Lins Neto et al., 2008; Lucena et al., 2012).

Disponibilidade local

Numa ilha de mata indicada pela comunidade como local de retirada de recursos vegetais, foi instalada uma parcela de 250 m², subdividida em 10 subparcelas de 25 x 10m, onde foram registrados os

indivíduos íntegros e cortados de *Anadenanthera peregrina*. Também foi realizado o método do caminhamento por todo o ambiente com o intuito de enriquecer o registro de indivíduos da espécie. Os indivíduos íntegros foram mensurados ao diâmetro à altura do peito (DAP \geq 10 cm), e os indivíduos cortados, ao diâmetro à altura de 2 cm do solo (DAS2cm \geq 2cm) (Barbosa et al. 2005). A média dos indivíduos foi calculada, e foi utilizado o teste T para verificar diferenças entre os diâmetros dos indivíduos íntegros e cortados.

A amostra da espécie foi coletada, e após processo de herborização foi tombada no Herbário da Universidade Federal de Roraima (UFRR), sob o número de tomo 8475 (Figura 1). A identificação ocorreu com o auxílio de guias de flora da região (Melo e Barbosa, 2007; Flores e Rodrigues, 2010).



Figura 1: Angico [*Anadenanthera peregrina* (L.) Speg.] coletado na Comunidade Darora, Boa Vista, Roraima. Fonte: Oliveira et al. (2017).

Contexto legal da pesquisa

Este estudo é parte do projeto de pesquisa “Uso e conservação dos recursos vegetais de comunidades indígenas no norte de Roraima”, e foi submetido e aprovado pelo



Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (CEP-INPA/CONEP) sob o número 814.370; e autorizado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI): Processo 08620.002869/2014-15 e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): Processo 01450.001678/2014-88.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apenas 23 participantes (38%), onde 16 foram homens e sete foram mulheres, indicaram o angico como uma espécie útil na Comunidade Darora. Apesar do número de informantes ser inferior à metade do número de entrevistados (23/60), o angico se demonstrou uma espécie de bastante utilidade, uma vez que os participantes indicaram 12 usos, nas categorias tecnologia (16% das citações de uso), combustível (2%) e principalmente, nas categorias medicinal (24%) e construção (58%) (Tabela 1). O fato de poucos informantes terem indicado a espécie, pode estar associado à grande distância da ilha de mata, onde se encontram os angicos, da maioria das residências da Comunidade. No entanto, o grande número de usos associados à espécie faz dela uma das mais importantes.

Os usos associados às categorias tecnologia, combustível e construção foram indicadas principalmente pelos homens mais velhos e à categoria medicinal pelas mulheres de modo geral. Fato que entra em acordo com Voeks (2007), onde as mulheres, por apresentarem atividades cotidianas relacionadas à rotina doméstica estariam mais relacionadas às espécies medicinais e alimentício, enquanto os homens, que executam suas atividades na área externa, estariam ligadas ao uso madeireiro das espécies em ambientes áridos e semiáridos.

Os principais usos associados ao angico na categoria construção foram quanto ao uso do caule para confecção de estacas para casa

ou cerca (27 citações das 50 totais) (Tabela 1). Quanto ao uso medicinal, a casca e entrecasca compuseram juntas 12 citações de uso. O que ratifica a importância medicinal da espécie que é primariamente de uso madeireiro, caracterizando uma espécie de múltiplos usos (Tabela 1). Os usos medicinal e madeireiro de *Anadenanthera peregrina* (L.) Speg. também foram registrados em estudos realizados em área de Cerrado e Floresta Atlântica (Pereira et al., 2012; Fernandes et al., 2014), onde a espécie era empregada na confecção de mourões, cercas, móveis, além de lenha e fabrico de remédios (Durigan et al., 1997; Carvalho, 2003). Na Caatinga, Monteiro et al (2005), também relataram usos madeireiros e medicinais para o angico (*Anadenanthera colubrina* (Vell.) Brenan. As sementes de *Anadenanthera peregrina* são relacionadas ao preparo do rapé (yopo), alucinógeno usado pelos curandeiros da etnia Piaroa no sudeste da Venezuela (Báez et al., 2000).

Categorias de uso	Usos	Parte da planta	Número de citações de uso			
			Mulheres		Homens	
			< 40	≥ 40	< 40	≥ 40
Medicinal	Inflamação geral	Casca	1			
		Entrecasca		1		
	Ferimento/batidura	Casca		2		
	Gripe/ tosse	Casca	2			3
	Diarreia	Casca	1			
	Verme	Casca				1
Construção	Fortalecer o sangue	Casca				1
	Estaca-de-casa	Caule	1	2	1	8
	Estaca-de-cerca	Caule	1	2	2	10
	Caibro	Caule	1			
Combustível	Lenha	Caule				1
Tecnologia	Curtir couro	Casca	1			7

Tabela 1: Número de citações de uso de homens e mulheres quanto ao uso do angico [*Anadenanthera peregrina* (L.) Speg.] na Comunidade Darora, Boa Vista, Roraima. Número de participantes: 23 (16 homens e sete mulheres).



Quanto à disponibilidade do angico na ilha de mata indicada pela comunidade, foram mensurados 13 indivíduos cortados, com média diamétrica igual à 21,8 cm, e 18 indivíduos íntegros com média diamétrica de 13,2 cm (Figura 2). A média em altura dos indivíduos íntegros foi de 7,9 m.

O teste T indicou existir diferenças significativas, $p(\text{unilateral}) = 0,0028$, entre os diâmetros dos indivíduos cortados em relação aos íntegros, indicando que a escolha dos indivíduos de angico são determinados pelo tamanho do diâmetro, quanto maior for o diâmetro mais suscetível ao uso madeireiro ele está pelos moradores da Comunidade Darora. A contar pelos os indivíduos mensurados nesta pesquisa, acreditamos na necessidade de realizar um estudo quanto à dinâmica populacional da espécie, com o intuito de verificar o recrutamento de novos indivíduos no local.

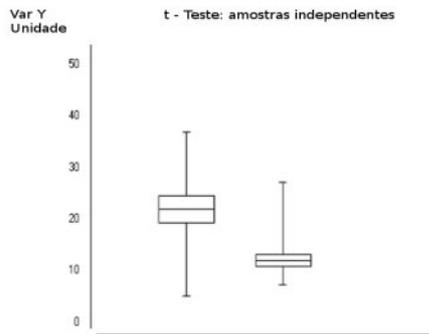


Figura 2: Distribuição diamétrica de indivíduos cortados (esquerda) e íntegros (direita) do angico [*Anadenanthera peregrina* (L.) Speg] na Comunidade Darora, Boa Vista, Roraima.

CONCLUSÕES

A comunidade apresenta conhecimento sobre o uso do angico [*Anadenanthera peregrina* (L.) Speg.] e sua coleta para fins madeireiros estão relacionados aos indivíduos com maiores dimensões

diamétricas.

AGRADECIMENTOS

À Comunidade Darora e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo empenho de uma bolsa de estudos ao primeiro autor.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, U.P.; LUCENA, R.F.P.; LINS-NETO, E.M.F. **Selection of research participants. In: Methods and techniques in Ethnobiology and Ethnoecology.** Edited by Albuquerque, U.P.; Cunha, L.V.F.C.; Lucena, R.F.P.; Alves, R.R.N. Springer Protocols Handbooks, New York, p. 1-13. 2014.
- BÁEZ, H., CASTRO, M.M., BENAVENTE, A.M., KINTZ, P., CIRIMELE, V., CAMARGO, C., THOMAS, C. **Drugs in prehistory: chemical analysis of ancient human hair.** Forensic Science International 108, 173–179. 2000.
- BARBOSA, R.I. **Distribuição das chuvas em Roraima.** In: Barbosa, R.I., Ferreira, E.J., Castellon, E.G. (eds.) Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Manaus, Amazonas, p. 325 – 335. 1997
- BARBOSA, R.I.; CAMPOS, C. **Detection and geographical distribution of clearing areas in the savannas ('lavrado') of Roraima using Google Earth web tool.** Journal of Geography and Regional Planning, 4: 122-136. 2011.
- BARBOSA, R.I.; CAMPOS, C.; PINTO, F.; FEARNside, P.M. **The “Lavrados” of Roraima: Biodiversity and Conservation of Brazil’s Amazonian Savannas.** Functional Ecosystems and Communities 1(1): 29-41. 2007.
- BARBOSA, R.I.; FEARNside, P.M. **Fire frequency and area burned in the Roraima savannas of Brazilian Amazonia.** Forest ecology and management, 204: 371-384. 2005.
- BARBOSA, R.I.; NASCIMENTO, S.P.; AMORIM, P.A.F.; SILVA, R.F. **Notas sobre a**



composição arbóreo-arbustiva de uma fisionomia das savanas de Roraima, Amazônia Brasileira. Acta Botanica Brasílica, 19: 323-329. 2005.

CARVALHO, P. E. R. **Espécies arbóreas brasileiras.** Colombo: Embrapa-CNPq; Brasília, D.F.: Embrapa-SPI, 2003. 1039p.

DURIGAN, G.; FRANCO, G. A. D. C.; PASTORE, J. A.; AGUIAR, O. T.

Regeneração natural da vegetação de cerrado sob floresta de Eucalyptus citriodora. Revista do Instituto Florestal 9(1): 7185. 1997.

FERNANDES, J. M.; GARCIA, F. C. P.; AMOROZO, M. C. M.; SIQUEIRA, L. C.; MAROTTA, C. P. B.; CARDOSO, I. M.

Etnobotânica de Leguminosae entre agricultores agroecológicos na Floresta Atlântica, Araponga, Minas Gerais, Brasil. Rodriguésia 65(2): 539-554. 2014.

FLORES A.S.; RODRIGUES R.S.

Diversidade de Leguminosae em uma área de savana do estado de Roraima, Brasil. Acta Botanica Brasílica, 24: 175-183. 2010.

LINS NETO, E.M.F.; RAMOS, M.A.; OLIVEIRA, R.L.C.; ALBUQUERQUE, U.P.

The Knowledge and harvesting of Myracrodruon urundeuva Allemão by Two Rural Communities in NE Brazil. Functional Ecosystems and Communities, 2: 66-71. 2008.

LUCENA, R.F.P.; MEDEIROS, P.M.; ARAÚJO, E.L.; ALVES, A.G.C.; ALBUQUERQUE, U.P.

The ecological apparency hypothesis and the importance of useful plants in rural communities from Northeastern Brazil: an assessment based on use value. Journal of Environmental Management, 96:106-115. 2012.

MELO, M.C.; BARBOSA, R.I. **Árvores e arbustos das savanas de Roraima – Guia de Campo Ilustrado.** 1ª ed.

PMBV/CONSEMMA, Boa Vista, 36p. 2007.

MONTEIRO, J.M.; ALMEIDA, C.F.C.B.R.; ALBUQUERQUE, U.P.; LUCENA, R.F.P.;

FLORENTINO, A.T.N.; OLIVEIRA, R.L.C. **Use and traditional management of Anadenanthera colubrina (Vell.) Brenan in the semi-arid region of northeastern Brazil.** Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine, 2:1-7. 2006.

MORIM, M.P. 2015 Anadenanthera in **Lista de Espécies da Flora do Brasil.** Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://floradobrasil.jbrj.gov.br/jabot/floradobrasil/FB22783>>. Acesso em 03/09/2017.

OLIVEIRA, R. L. C.; OLIVEIRA, S. K. S.; SCUDELLER, V. V.; BARBOSA, R. I. **Árvores úteis da Comunidade Darora.** UERR Edições. 68p. 2017.

PEREIRA, Z. F.; FERNANDES, S. S. L.; SANGALLI, A.; MUSSURY, R. M. **Usos múltiplos de espécies nativas do bioma Cerrado no Assentamento Lagoa Grande, Dourados, Mato Grosso do Sul.** Revista Brasileira de Agroecologia 7(2): 126-136 2012.

VOEKS, R.A. **Are women reservoirs of traditional plant knowledge? Gender, ethnobotany and globalization in northeast Brazil.** Singapore Journal of Tropical Geography, 28: 7–20. 2007.



INFORMAÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS: CONTRIBUTOS DE UM ESTUDO SOBRE DISPONIBILIDADE HÍDRICA NO MUNICÍPIO DE IBIRÁ (SP).

ENVIRONMENTAL INFORMATION AND WATER RESOURCES MANAGEMENT: CONTRIBUTIONS OF A STUDY OF WATER AVAILABILITY IN THE CITY OF IBIRÁ (SP).

Maxwell Luiz da Ponte¹

Joseli Maria Piranha²

RESUMO: Considerando o quadro de degradação acentuada dos bens naturais, não obstante a importância de sua conservação, no presente estudo, uma pesquisa documental, avaliou-se aspectos relacionados à gestão ambiental na Estância Hidromineral de Ibirá, São Paulo, com o objetivo de avaliar, em especial, aspectos relacionados à disponibilidade hídrica face ao uso e à ocupação territorial, tanto em área urbana quanto rural. A Estância tem sua economia relacionada ao geoturismo, ao agronegócio e à extração mineral de águas. Os resultados revelaram aspectos históricos importantes para a gestão e conservação dos recursos hídricos e do ambiente, tais como episódios de escassez hídrica em fontes de águas minerais do Balneário Municipal e a diminuição progressiva observada nos indicadores de disponibilidade hídrica no período analisado. Em decorrência, aponta-se a necessidade de implantação de planos e estratégias de gestão que promovam mudanças urgentes da forma de uso das águas no município.

Palavras-chave: Gestão Ambiental. Água. Sustentabilidade. Geoconservação.

ABSTRACT: Considering the accentuated degradation of natural assets, despite the importance of their conservation, in the present study, a documentary research, aspects related to environmental management were evaluated in Ibirá, a spa city of the state of Sao Paulo, aiming to evaluate, in particular, aspects related to water availability associated to land use and occupation, both in urban and rural areas. Ibirá has its economy related to geotourism, agribusiness and mineral exploitation of water. The results revealed important historical aspects for the management and conservation of water resources and the environment, such as the occurrence of water scarcity in mineral water sources of the municipal spa and the progressive decrease observed in water availability indicators in the analyzed period. In consequence of, it is pointed out the need to implement plans and management strategies that promote urgent changes in the way the water has been used in the municipality.

Keywords: Environmental management. Water. Sustainability. Geoconservation.

1 Programa de Pós-Graduação em Ensino e História de Ciências da Terra, Instituto de Geociências (IG), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Rua Carlos Gomes, 250 – Cidade Universitária. Campinas – São Paulo. Centro de Referências em Ciência do Sistema Terra (CRECIST), Departamento de Química e Ciências Ambientais (DQCA), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rua. Cristóvão Colombo, 2265 - Jardim Nazareth, São José do Rio Preto – São Paulo. E-mail: maxlponte@hotmail.com.

2 Centro de Referências em Ciência do Sistema Terra (CRECIST), Departamento de Química e Ciências Ambientais (DQCA), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rua. Cristóvão Colombo, 2265 - Jardim Nazareth, São José do Rio Preto – São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Ensino e História de Ciências do Sistema Terra, Instituto de Geociências (IG), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Rua Carlos Gomes, 250 – Cidade Universitária. Campinas – São Paulo. E-mail: maxlponte@hotmail.com. E-mail: joseli.unesp@gmail.com.



INTRODUÇÃO

Não obstante os sinais ambientais da diminuição de água doce disponível, estima-se um incremento de 50% da demanda hídrica mundial durante as próximas três décadas (UNESCO, 2015). Em associado, nota-se um agravamento da problemática de degradação dos recursos hídricos, devido à gestão inadequada destes recursos, resultando em episódios de escassez de água (ALDAYA; SANTOS; LLAMAS, 2010; CARREIRA, 2016).

Neste sentido, a gestão dos recursos hídricos deve, pautada em estudos sérios, conciliar o desenvolvimento socioeconômico e a sustentabilidade deste recurso, enquanto finito e vulnerável (TUNDISI, 2014; MIRANDA, 2015; GRUBBA; HAMEL, 2016). Diversos autores alertam para a necessidade de conhecer os riscos que possam comprometer a disponibilidade das águas, quantitativa e qualitativamente, bem como para criação e a manutenção de mecanismos gestores que busquem a preservação destas (REBOUÇAS; BRAGA; TUNDISI, 2006; GARCIAS; SANCHES, 2009; SANTOS, 2011; VESTENA et al., 2012; CALIJURI; CUNHA, 2013; COHEN, 2016).

O estado latente, revelado pela recente crise hídrica que assolou a região sudeste do país, considerada rica em água, reitera o impacto das falhas e insuficiências gestoras, alertando para a necessidade de se repensar as prioridades de uso da água na região (GALVÃO; BERMANN, 2015).

Visando a conservação dos recursos hídricos, os estudos de disponibilidade hídrica têm balizado análises quanto à pressão antrópica sobre os corpos hídricos e aquíferos. Esses constituem documentos oficiais de gerenciamento de recursos hídricos, a exemplo dos Relatórios de Situação e dos Planos de Bacia Hidrográfica,

que balizam diretivas para restrição ou outorga de uso da água (SÃO PAULO, 2014) e promovem informações ambientais. Por essa importância e significado, tais estudos devem valer-se de bases fidedignas, referenciais de coleta e amostragem seguros e ainda de tratamento estatístico adequado.

Desta forma, os indicadores de disponibilidade hídrica, como os valores de vazão média e de reserva explorável, constituem uma importante ferramenta para o reconhecimento do potencial de uso das águas superficiais e subterrâneas, e adequação deste às demandas socioeconômicas locais.

Neste contexto, desenvolveu-se uma pesquisa documental relacionada à gestão de recursos hídricos buscando conhecer a disponibilidade hídrica na Estância Hidromineral de Ibirá (SP), face ao uso e à ocupação de seu território.

Caracterização da área do estudo

A Estância Hidromineral de Ibirá está localizada na região Noroeste do Estado de São Paulo, a 400 km de distância da capital. O município de Ibirá (SP) integra o Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê Batalha (CBH-TB), umas das 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) do Estado de São Paulo.

A Bacia Hidrográfica do Tietê-Batalha agrega municípios de médio e pequeno porte que, em média, possuem menos de 10 mil habitantes. A população total da Bacia é de aproximadamente 523 mil habitantes, o que representa cerca de 1,2% da população total do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2015a).

Embora no Estado de São Paulo existam outros onze municípios com o mesmo título de Estância Hidromineral (APRECESP, 2018), Ibirá é a única com atrativos turísticos tais como banhos termais e passeios ecológicos nessa região. Possui sabido



potencial turístico, devido às propriedades hidrogeoquímicas de suas águas, ricas em vanádio, e conta com a existência, no distrito Termas de Ibirá, de balneário e empresa privada - mineradora - para extração, envase e distribuição de águas.

Possui uma cobertura vegetal escassa (SÃO PAULO, 2009), sendo a maior parte composta de vegetação capoeira, indicadora de ação antrópica no território, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012). Segundo dados do Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura (CEPAGRI, 2016), o clima é tropical com temperatura média de 23,6°C. A precipitação média é de 1387,5 mm/ano que, somada à boa infiltração de águas no solo da região, favorece a recarga de águas subterrâneas.

A Bacia Hidrográfica do Tietê Batalha compreende importantes sistemas aquíferos associados aos basaltos da Formação Serra Geral, às rochas sedimentares do Grupo Bauru e aos depósitos Quaternários. Não obstante, a economia local relaciona-se não apenas com o seu potencial hídrico, mas também com o crescente agronegócio.

METODOLOGIA E MATERIAIS

Valendo-se de metodologia de pesquisa documental (CARMO; FERREIRA, 2008) o estudo centrou-se na disponibilidade superficial e subterrânea de recursos hídricos, face à ocupação urbana e rural, com especial atenção aos aspectos técnicos relacionados à gestão das águas no município de Ibirá.

Para analisar de que forma os usos múltiplos das águas superficiais ou subterrâneas afetam as reservas de recursos hídricos, buscou-se correlacionar a disponibilidade de água e a dinâmica socioeconômica local. Tomou-se como parâmetros os usos outorgados e suas respectivas vazões, bem como a origem da

água utilizada (superficial ou subterrânea).

Assim, buscou-se dados primários fornecidos pelos órgãos oficiais de levantamentos censitários e/ou estudos ambientais. Os bancos de dados são, muitas vezes, restritos aos servidores públicos, gestores ou aos proponentes de outorgas. Em outros casos, há estudos arquivados em bibliotecas institucionais que exigem taxas para obtenção, cópia e envio ou, ainda, demandam autorização para acesso, pois são restritos às instituições que os requereram. Em função desta restrição, foi recorrente o uso dos dados por meio do Banco de Indicadores para Gestão dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2015c), sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos.

Esta base reúne diversos dados quantitativos e qualitativos. É utilizada para a gestão das águas no Estado de São Paulo, pois reúne informações das unidades de gerenciamento de recursos hídricos no Estado. Contém valores de referência e histórico de médias anuais para diversos parâmetros de análise de quantidade de água, coletados entre 2007 e 2014.

Para analisar de que forma os usos múltiplos das águas superficiais ou subterrâneas podem estar comprometendo os recursos hídricos, os gestores utilizam valores de referência (LIAZI et al., 1988). Em São Paulo, os valores adotados são calculados tendo como base as outorgas atualizadas do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE para uso da água e são divulgados ao público por meio dos Relatórios de Situação ou Planos de Bacia.

Em consonância, em nosso estudo foram consideradas como referenciais as vazões calculadas por Liazi et al (1998) para o município de Ibirá: vazão média - 2,02 m³/s; vazão Q_{7,10} - 0,64 m³/s; e vazão Q_{95%} - 0,82 m³/s. O tratamento gráfico dos dados

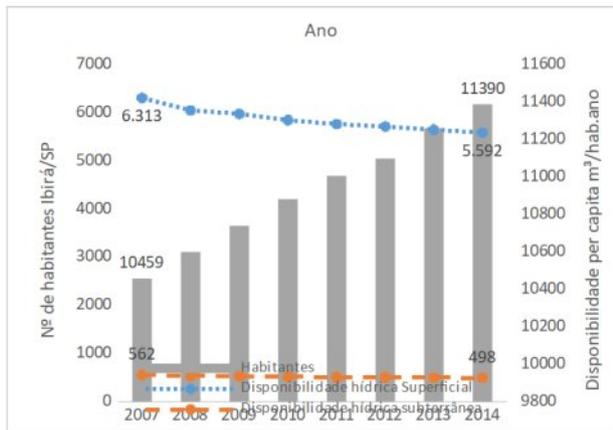


possibilitou uma análise comparativa entre as vazões outorgadas, os valores de referência, o balanço hídrico e o prognóstico de situação das águas para próxima década.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio dos resultados da análise dos dados obtidos, entende-se que a disponibilidade hídrica tem diminuído progressivamente no município de Ibirá. A análise dos dados de disponibilidade hídrica per capita superficial e subterrânea (SÃO PAULO, 2015c) e da dinâmica populacional do município (SÃO PAULO, 2016), ao longo de um período de sete anos, permitiu notar que à medida que o número de habitantes aumentou, houve correspondente diminuição da disponibilidade hídrica (FIGURA 1).

Figura 1 - Variações da disponibilidade hídrica per capita e subterrânea



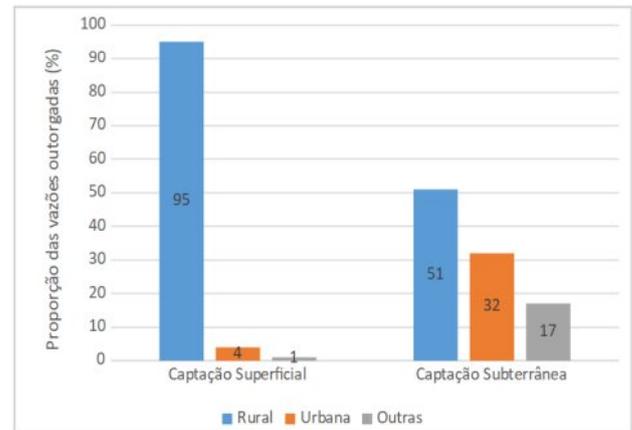
Fonte: Elaborado pelos autores.

Revela-se a necessidade de atenção, pois a diminuição mostrou-se generalizada na UGRHI. Além disso, as projeções realizadas para prognóstico dos Planos de Bacia indicam que a disponibilidade na Sub bacia a que o município pertence (Rio Batalha) estará crítica até 2027 (SÃO PAULO, 2015b).

O conhecimento acerca das demandas, baseando-se nos dados de vazões outorgadas no município, permitiram definir as principais demandas de água como sendo

para captação superficial e para uso rural (SÃO PAULO, 2015c) (FIGURA 2). Isto pode estar relacionado e refletir a importância das atividades agrícolas para a economia do município (SÃO PAULO, 2015a, 2016b).

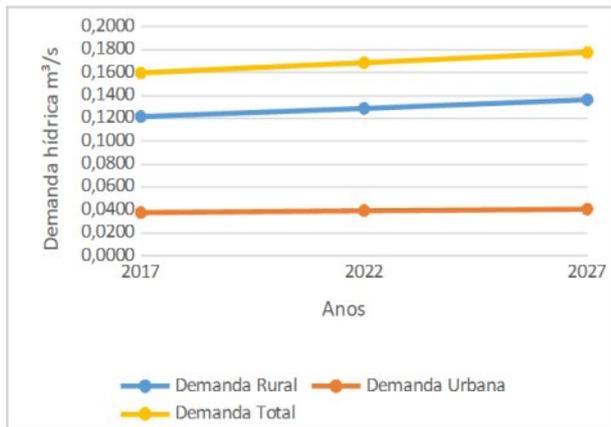
Figura 2- Proporções de uso para as captações



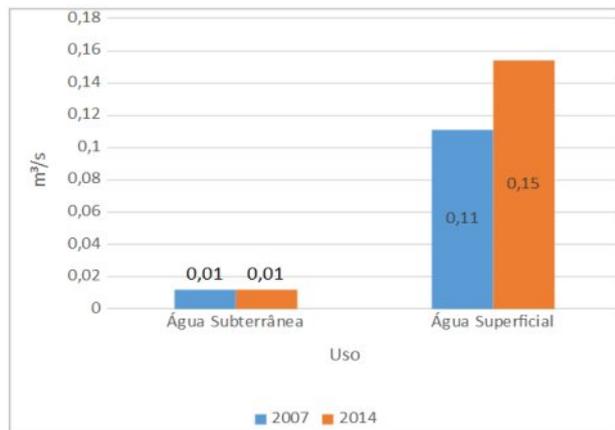
Fonte: Elaborado pelos autores.

As projeções para a próxima década indicam que o aumento da demanda hídrica no município no ano de 2027, devido principalmente ao aumento esperado da demanda rural, que tende a requerer 0,14 m³/s dos 0,18 m³/s totais estimados (SÃO PAULO, 2015b) (FIGURA 3).

Destaque-se que os recursos hídricos superficiais foram os mais pressionados com o aumento, nos últimos anos, do volume de água total demandado, passando de 0,122 para 0,166 m³/s entre 2007 a 2014 (SÃO PAULO, 2015c) (FIGURA 4). Embora a captação superficial de águas em Ibirá tenha aumentado, são as captações subterrâneas que representam 65% do total outorgado (SÃO PAULO, 2015c).

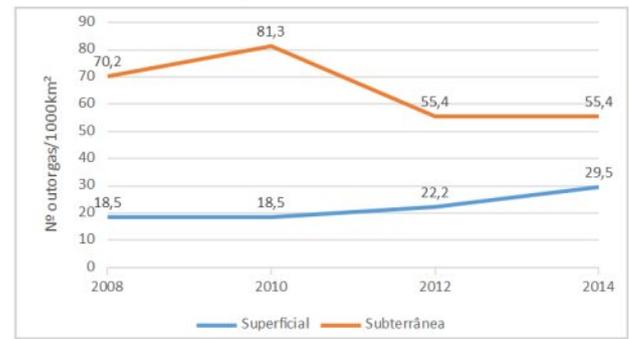
**Figura 3** - Projeção das demandas para a próxima década.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 4 - Demanda de recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

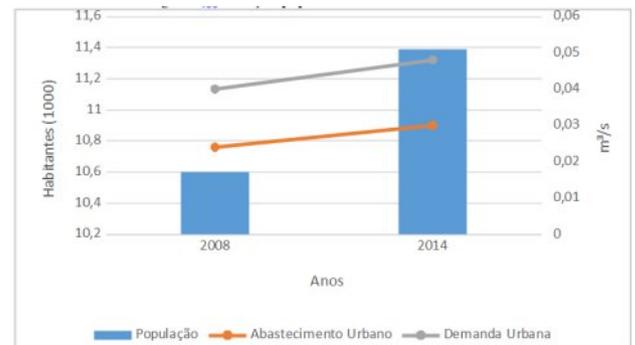
Fonte: Elaborado pelos autores.

Pode-se notar uma acentuada diminuição na intensidade de captação subterrânea a partir do ano de 2010, em detrimento da tendência de crescimento observada até então. Isto pode indicar impacto positivo da Resolução SMA-014 de março de 2010 da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB (SÃO PAULO, 2010), que visa controlar a exploração subterrânea em áreas consideradas críticas e vulneráveis (FIGURA 5). Parte superior do formulário

Figura 5 - Evolução da captação de águas subterrâneas e superficiais.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Associado o aumento populacional registrado nos últimos anos, nota-se que o incremento da demanda hídrica urbana observado é coerente com o volume adicional necessário para o abastecimento Parte inferior do formulário Parte inferior do formulário urbano (FIGURA 6).

Figura 6 - Variação populacional e demanda hídrica.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados do Diagnóstico de Situação do CBH – TB (SÃO PAULO, 2015a), indicam que outro fator que precisa ser melhorado no município de Ibirá é o sistema de distribuição de água. São reconhecidas perdas físicas na distribuição de água da ordem de 40% (SÃO PAULO, 2015a), com uma tendência de aumento para a próxima década (SÃO PAULO, 2015b).

Dados do Banco de Indicadores (SÃO PAULO, 2015c) referentes ao balanço hídrico, quando relacionados os valores de referência de vazão e as demandas totais de



recursos hídricos, mostram tendência de aumento nos últimos anos (FIGURA 7).

Figura 7 - Balanço Hídrico em Ibirá.



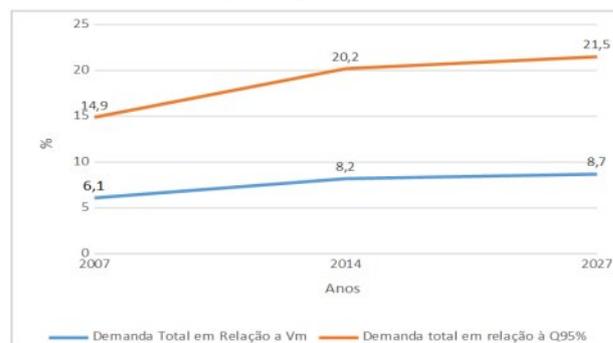
Fonte: Elaborado pelos autores.

No período de 2007 a 2014, a situação da disponibilidade hídrica no município, nomeadamente ao balanço entre a demanda total outorgada em relação ao Q95%, considerado o indicador mais confiável para diagnósticos (BRASIL, 2005), de “preocupante” passou a ser considerada “crítica” conforme dados do Índice de Retirada da Água ou Water Exploitation Index da Organização das Nações Unidas - ONU, adotados como parâmetro de gestão em Brasil (2005).

Além disso, o balanço hídrico superficial, considerando as demandas de consumo e a vazão ecológica (Q7,10), apresentou o maior aumento nesse mesmo período de sete anos e, da mesma forma, encontra-se em situação “crítica” conforme o índice da ONU, o que pode resultar em problemática na vazão dos corpos hídricos. Sabe-se, este é um importante indicador, uma vez que a Q7,10 indica a vazão mínima necessária para manutenção dos corpos hídricos (REIS et al., 2008).

A partir dos valores de demanda apresentados no prognóstico do Plano de Bacia Hidrográfica do Tietê-Batalha 2017 – 2027 (SÃO PAULO, 2015b), as projeções para a próxima década preocupam ainda mais, pois indicam aumento contínuo da criticidade (FIGURA 8).

Figura 8 - Prognóstico: tendência do balanço hídrico para próxima década.



Fonte: São Paulo, 2015b (modificado).

À luz das análises desses dados referenciais, considera-se que tais valores de disponibilidade, embora sejam utilizados pelos gestores dos recursos hídricos de São Paulo na elaboração de planos de gestão como o Plano de Bacias Hidrográfica (PBH), pode constituir-se parâmetro impreciso em escala municipal, nomeadamente quando da ausência de estação de coleta de dados, no respectivo município.

Entende-se ainda necessário investir na revisão dos dados utilizados como parâmetros para definição dos valores de disponibilidade hídrica (Qmédio, Q7,10, Q95% e reserva explotável). O estudo de regionalização hidrológica desenvolvido pelo DAEE (LIAZI et al., 1988) que forneceu os valores de vazão média, utilizados para o cálculo da disponibilidade per capita, baseou-se nos totais anuais precipitados em 444 postos pluviométricos, nas séries de descargas mensais observadas em 219 estações fluviométricas e nas séries históricas de vazões diárias de 88 postos fluviométricos instalados em todo o território. No entanto, Ibirá não possui nenhum posto pluviométrico ou fluviométrico para obtenção de dados específicos para o território do município. Por meio de consulta ao Mapa das Estações Hidrológicas do CBH – TB (SÃO PAULO, 2015b) observou-se que os pontos de coleta de dados mais próximos de Ibirá são dois



pontos de coleta de dados pluviométricos e um ponto de dados fluviométricos instalados em Elisiário, município vizinho.

Portanto, deve-se atentar para o fato de que os dados utilizados na gestão de recursos hídricos são muitas vezes regionalizados, ou seja, obtidos por meio de tratamentos estatísticos. Conforme apontam Santos e Curi (2014, p. 98):

Para auxiliar no planejamento dos recursos hídricos têm sido desenvolvidos modelos, que são comumente feitos por meio de aplicação de elaboradas metodologias matemáticas e computacionais, que têm ajudado a apontar políticas de utilização mais eficientes dos recursos hídricos disponíveis nesses sistemas, com base nas prioridades de uso, nas particularidades de cada sistema ou região, nas restrições impostas por cada sistema.

A regionalização utiliza os dados conhecidos de um local para suprir a falta de informações de outro da mesma área e com comportamento hidrológico semelhante (GASQUES et al., 2018). No entanto, Wolff, Duarte e Mingoti (2014, p. 25) apontam que “a emissão de outorgas que utilizam vazões regionalizadas pode ser deficitária, ocasionando problemas no gerenciamento de recursos hídricos na região”.

Embora a regionalização hidrológica do DAEE (LIAZI et al., 1988) seja uma ferramenta para extrapolação máxima dos dados disponíveis, que permite estimar a disponibilidade hídrica de bacias hidrográficas em locais sem coleta de dados ou com dados em quantidade insuficiente, a metodologia utilizada mostra-se, desse modo, deficitária e ultrapassada (WOLFF; DUARTE; MINGOTI, 2014).

O conhecimento real das demandas locais é fulcral para a gestão dos recursos hídricos, uma vez que possibilita conhecer como os usos múltiplos da água estão influenciando sua disponibilidade. Quanto maiores e mais exatos estes dados forem, mais confiáveis e eficazes serão para o gerenciamento. A gestão legal, plena e segura dos recursos

hídricos requer que os municípios, dentre a assumpção de outras responsabilidades, “especializem seus bancos de dados sobre os recursos naturais e os transformem em informação a ser compartilhada por toda a sociedade” (SANTOS, 2011, p. 122).

Portanto, uma maior acuidade destes indicadores locais demanda investimentos para as redes de coleta de dados hidrológicos, a exemplo do que se verifica em Ibirá. A melhoria na qualidade e quantidade de dados permitiria analisar a situação de cada um dos corpos hídricos. Como demonstrado no estudo de Wolff, Duarte e Mingoti (2014), para outras Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo, valendo-se de dados mais recentes e de ferramentas de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) obtém-se melhor desempenho no tratamento de dados.

Além disso, evidenciam-se outras falhas nos dados utilizados para o cálculo da disponibilidade hídrica. No caso da superficial não se considera usos consumptivos outros, para além do consumo urbano. Assim, os usos industriais e agropecuários, bem como as interferências humanas não são contabilizados (SÃO PAULO, 2005). Por outro lado, os cálculos para os recursos subterrâneos são baseados apenas nos aquíferos livres (SÃO PAULO, 2015d), enquanto o desejável seria a utilização de índice anual de pluviosidade (Total anual/Total anual médio), bem como dados da variação dos níveis piezométricos em poços de controle em diferentes aquíferos (SÃO PAULO, 2005).

A revisão detectou ainda registros históricos de problemas de disponibilidade, conforme evidenciados por ocorrência de escassez hídrica em poços do Balneário municipal no início do século (BRASIL, 2000; BRASIL, 2002; FOCA, 2004; VARNIER, ODA, IRITANI, 2006).

Em 2000, a exploração e exploração



descontroladas e a ausência de monitoramento adequado levaram à escassez hídrica fontes vizinhas aos poços do Distrito Termas de Ibirá, devido ao rebaixamento exagerado do nível piezométrico (VARNIER, ODA, IRITANI, 2006). No mesmo ano, a Portaria nº 257 do Departamento Nacional de Proteção Mineral - DNPM (BRASIL, 2000), requereu estudo profundo das condições de exploração e exploração das fontes, surgências e poços de águas minerais e potáveis de mesa. Suspendeu-se as outorgas de autorização, concessão e ampliação em todo o município. Esta portaria foi revogada em 2002 (BRASIL, 2002) após a publicação de um relatório de estudo hidrogeológico realizado no distrito de Termas de Ibirá (SP). Segundo o estudo, o problema da queda da vazão das fontes relaciona-se diretamente com a pressão existente nas fraturas da Formação Serra Geral. Para atenuação dos efeitos de queda de vazão das fontes do Balneário, foram recomendados os seguintes aspectos de gestão “melhor aproveitamento da água desperdiçada dos poços, obras de proteção sanitária, uma política de restrição de perfurações de novos poços tubulares e/ou aprofundamento dos mais antigos” (VARNIER, ODA, IRITANI, 2006, p. 11).

CONCLUSÃO

O estudo revelou históricos importantes para a gestão e conservação dos recursos hídricos e do ambiente. Aspectos da disponibilidade hídrica na Estância Hidromineral de Ibirá reforçam a importância da gestão séria e competente.

Acredita-se que os resultados aqui expostos podem contribuir para a formulação e o desenvolvimento de planos e estratégias de gestão, estimular ações e intervenções que visem a conservação, além de fomentar o interesse por futuras pesquisas na região, no que concerne às potencialidades e às problemáticas relativas ao uso de recursos

naturais e sustentabilidade neste local.

Cabe destacar, como oportuna e necessária a revisão dos dados utilizados para cálculo desses parâmetros, pois são antigos e podem não retratar a realidade local. Avanços tecnológicos e científicos havidos nas últimas três décadas, aliados à melhoria da rede de coleta de dados hidrológicos, devem contribuir para a obtenção de informações mais precisas e significativas, essenciais para a gestão que se pretende eficaz.

REFERÊNCIAS

- ALDAYA, M. M.; MARTINEZ-SANTOS, P.; LLAMAS, M. R. Incorporating the water footprint and virtual water into policy: Reflections from the Mancha Occidental Region, Spain. **Water Resources Management**, v. 24, n. 5, p.941-958, 2010.
- ASSOCIAÇÃO DAS PREFEITURAS DAS CIDADES ESTÂNCIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (APRECESP). Portal do Turismo Paulista. **Estâncias Hidrominerais**. 2018. Disponível em: <<http://aprecesp.com.br/>>. Acesso em 18 abr. 2018.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Departamento Nacional de Produção Mineral. Portaria nº 257 de 31 de agosto de 2000. **Diário Oficial da União**. 01 set. 2000.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Departamento Nacional de Produção Mineral. Portaria nº 381 de 29 de agosto de 2002. **Diário Oficial da União**. 30 ago. 2002.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Agência Nacional de Águas. **Disponibilidade e demandas de recursos hídricos no Brasil**. Brasília: ANA, 2005.
- CALIJURI, M.C.; CUNHA, D.G.F. **Engenharia Ambiental: conceitos, tecnologia e gestão**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- CARMO, H.; FERREIRA, M. M. **Metodologias da Investigação: guia para auto-aprendizagem**. Lisboa: Universidade Aberta, 2a. ed., 2008.



CARREIRA, R. S. Águas naturais: composição química, qualidade, usos e ameaças. In: MOREIRA, D. A.; REGO, L. F. G.; LEMOS, M. F. C. (orgs.). **Gestão local de recursos hídricos: uma reflexão para a cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

CENTRO DE PESQUISAS METEOROLÓGICAS E CLIMÁTICAS APLICADAS À AGRICULTURA. **Clima dos Municípios Paulistas: Ibirá**. Disponível em: <http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_225.html>. Acesso em 17 dez 2016.

COHEN, M. **As empresas como parte do problema e da solução da questão hídrica**. In: MOREIRA, D. A.; REGO, L. F. G.; LEMOS, M. F. C. (orgs.). **Gestão local de recursos hídricos: uma reflexão para a cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

FÓRUM DE ONGS DO CIRCUITO DAS ÁGUAS (FOCA). **Carta do Circuito das águas - Encontro das Águas Minerais, Caxambu, MG, 2004**. Disponível em: <<https://goo.gl/hT8QwO>>. Acesso em 18 abr. 2018.

GALVÃO, J.; BERMANN, C. **Crise hídrica e energia: conflitos no uso múltiplo das águas. Estudos avançados**, São Paulo, v. 29, n. 84, p. 43-68, 2015.

GARCIAS, C.M.; SANCHES, A.M. **Vulnerabilidades socioambientais e as disponibilidades hídricas urbanas: levantamento teórico-conceitual e análise aplicada à região metropolitana de Curitiba – PR**. RISCO: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (online), v. 10, n. 2 p. 96-111, 2009.

GASQUES, A. C. F.; NEVES, G. L.; SANTOS, J. D.; OKAWA, C. M. P.; MAUAD, F. F. **Regionalização de vazões mínimas: breve revisão teórica**. Revista Eletrônica de Engenharia Civil, v. 14, n. 2, p. 60-70, 2018.

GRUBBA, L. S.; HAMEL, E. H. **Desafios do desenvolvimento sustentável e os recursos naturais hídricos**. Revista Brasileira de

Direito, v. 12, n. 1, p. 100-111, jun. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. **Manuais Técnicos em Geociências: Vegetação Brasileira**. 2a. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LIAZI, A.; CONEJO, J. L.; PALOS, J. C. F.; CINTRA, P. S. **Regionalização Hidrológica no Estado de São Paulo**. Revista Águas e Energia Elétrica. DAEE, v. 5, n. 14. p.4-10. 1988.

MIRANDA, G. M. **Potencial da Gestão Municipal de Recursos Hídricos nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, SP**. Geografia (Londrina), v. 24, n. 1, p. 05-17, 2015.

REBOUÇAS, A.C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J.G. **Águas doces do Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. 3. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2006.

REIS, J. A. T.; GUIMARÃES, M. A.; BARRETO NETO, A. A.; BRINGHENTI, J. **Indicadores regionais aplicáveis à avaliação do regime de vazão dos cursos d'água da Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana**. Geociências, v.21, n.4, p. 509-516, 2008.

SANTOS, V. S.; CURI, W. F. **Sustentabilidade do uso dos recursos hídricos do Reservatório Epitácio Pessoa através de um modelo de otimização multiobjetivo**. Revista Reunir, v. 4, n. 3, p. 95-112, 2014.

SANTOS, E. F. **O papel dos municípios na proteção dos recursos hídricos**. Revista Brasileira de Direito Constitucional, n. 18, p. 105-123, 2011.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Instituto Florestal. **Mapa Florestal dos municípios do Estado de São Paulo: Ibirá**. 1:130.000. 2009.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Gabinete do Secretário. **Resolução SMA-014, de 05 de março de 2010**. Diário Oficial do Estado de São Paulo, 06



de março de 2010.

SÃO PAULO (Estado). **Extrato de Portaria 1256/14**. Diário Oficial do Estado de São Paulo, v. 124, n. 117, p. 50, 2014.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos. Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê-Batalha. **Plano de Bacia Hidrográfica 2016-2027: Diagnóstico (Relatório)**, 2015a.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos. **Anexo 2: Projeções Demográficas e Setoriais. Base de dados preparada em Microsoft Office Excel**. In: __. Plano de Bacia Hidrográfica 2016-2027: Prognóstico (Relatório), 2015b.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos. Coordenadoria de Recursos Hídricos. Banco de Indicadores para Gestão dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. 2015. **Base de dados preparada pelo Departamento de Gerenciamento de Recursos Hídricos, em Microsoft Office Excel**. São Paulo: CRHi, 2015c. (Não publicado)

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos. Coordenadoria de Recursos Hídricos. Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. **Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica: roteiro para elaboração e fichas técnicas dos parâmetros, 2015**. São Paulo: CRHi, 2015d.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos. Departamento de Águas e Energia Elétrica. **Pesquisa de Dados dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. 2016**.

TUNDISI, J. G. **Recursos hídricos no Brasil: problemas, desafios e estratégias para o futuro**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2014.

UNESCO. **Água para um mundo sustentável**. WWDR, 2015.

VARNIER, C; ODA, G.H.; IRITANI, M.A. **A Experiência do Instituto Geológico em**

Estudos de Proteção dos Recursos Hídricos Subterrâneos no Estado de São Paulo (SP). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS, 14., Curitiba, 2006. Anais... Revista Águas Subterrâneas, 2006, p. 1-17.

WOLFF, W.; DUARTE, S.N.; MINGOTI, R. **Nova metodologia de regionalização de vazões, estudo de caso para o Estado de São Paulo**. Revista Brasileira de Recursos Hídricos. V. 19, n. 4, p. 21-23, 2014.

VESTENA, L. R.; OLIVEIRA, E. D.; CUNHA, M. C.; THOMAZ, E. L. **Vazão ecológica e disponibilidade hídrica na bacia das Pedras, Guarapuava-PR**. Revista Ambiente & água, v. 7; n. 3, p.212-227, 2012.



Dossiê: II Seminário do Mestrado Profissional Em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania

Pensar o real, transformar a vida humana, viver melhor. Na pólis (cidade), a vida exige segurança, sacrifício, amor ao outro. Ninguém vive bem sozinho, pois, conforme Aristóteles nos ensinou em sua obra “Política”, uma andorinha só não faz verão. Então, como viver junto? Eis um problema fundamental.

A administração da justiça, a segurança, o compromisso ético, todos estes são desafios cotidianos para aqueles que querem viver em uma sociedade mais justa e segura. Em certa medida, sem segurança, não há como a verdade transparecer, pois a verdade depende de uma demonstração de sua efetividade, isto é, só podemos fazer o bem e amar a verdade desde que tenhamos condições, tempo e vontade de decidir sobre as coisas da cidade.

Ser cidadão é muito mais que obedecer, ao contrário, a obediência não garante a convivência harmônica. A história nos ensina que sociedades altamente disciplinadas foram comprovadamente contrárias à convivência racional, como é o caso, por exemplo, dos regimes totalitários. Os problemas são muitos, os desejos são infinitos e os recursos escassos. A luta pela sobrevivência, pelo sucesso, pelo poder, coloca a saúde de todos em risco, pois sempre existe a possibilidade de uma luta de todos contra todos, à la Hobbes. O filósofo há muito tempo nos mostra o perigo das crises gerarem a falência do Estado, a dissolução da cidade, a destruição do que é comum. Sob tais possibilidades, sempre latentes, a espoliação do que é público é uma das maiores mazelas que levam o imaginário popular a desacreditar da política e da sociedade na qual vivemos.

Pensar o eixo interdisciplinar Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania exige um desprendimento dos preconceitos que assombram o imaginário popular. Cuidar da segurança do que é público (segurança pública) é um tema, talvez, condição de possibilidade da educação, na medida em que só é possível educar em uma sociedade com as mínimas condições para tal. Com outras palavras, como nos educar adequadamente se temos as mínimas condições de vida social?

Ora, por muito tempo a segurança pública foi relegada a segundo plano, conduzida com espontaneidade e improviso. Mas a falta de planejamento, o não comprometimento metódico, não perdoa ninguém. O resultado desta situação não é outro senão a explosão da violência que assusta a todos. Neste contexto, este dossiê foi elaborado a partir da seleção dos melhores trabalhos apresentados nos eventos do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da UERR nos anos de 2018 e 2019 (<https://uerr.edu.br/mps/>). Estes artigos nos conduzem a uma reflexão sobre os papéis dos órgãos de segurança pública, através da perspectiva de construir uma polícia cada vez mais cidadã, bem como problematizar outros temas que se voltem às temáticas da cidadania e dos direitos humanos.

A proposta destas pesquisas é articular a pesquisa rigorosa com a práxis da defesa do que é público.

O desafio está lançado, leitor. Portanto, boa leitura!

Dr. Edgard Vinícius Cacho Zanette

Coordenador do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da UERR.



A DECRETAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM NA DEFESA DO ESTADO PELAS FORÇAS ARMADAS

THE DECLARATION OF WARRANTY OPERATIONS OF THE LAW AND ORDER IN THE DEFENSE OF THE STATE BY THE ARMED FORCES

Jaasiel Gipson da Silva Campos¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo demonstrar como ocorre a utilização das forças armadas no caso de decretação das operações de garantia da lei e da ordem pelos Chefes dos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário e mostrar a evolução legislativa que permitiu o emprego dos militares das Forças Armadas na segurança pública dos Estados-membros. A missão, da garantia da lei e da ordem, a ser desempenhada pelos integrantes dos órgãos de segurança pública é uma questão primária e inerente a cada órgão policial, tais como insculpidos na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, onde preconiza que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. O objetivo a ser alcançado é proporcionar destaque aos principais pontos sobre o amparo legal e o seu surgimento nas questões de maior relevo quando da utilização das forças armadas na decretação das operações de garantia da lei e da ordem por um dos Chefes dos Três Poderes. Realizar-se-á pesquisa pelo método dedutivo de cunho qualitativo, exploratório e bibliográfico. A aplicação de tropas militares em ações dessa natureza, comprovadamente, em diversos eventos ocorridos no Brasil, afirma-se que o Poder Militar é capaz de neutralizar, temporariamente, os efeitos de uma determinada situação que afete os poderes constitucionais, a lei e a ordem, mas somente uma real atuação integrada de todas as expressões do Poder Nacional será capaz de eliminar os problemas da segurança pública brasileira.

Palavras-chave: Forças armadas, garantias, amparo legal, defesa do Estado.

ABSTRACT: The purpose of this article is to demonstrate how the use of the armed forces occurs in the event of decrees of law and order guarantee operations by the Heads of the Executive, Legislative or Judicial Branches and show the legislative evolution that allowed the use of the Armed Forces public security in the Member States. The task of guaranteeing law and order to be performed by the members of the public security organs is a primary and inherent issue of each police body, as inscribed in the Federal Constitution of 1988, article 144, which public security, the duty of the State, the right and responsibility of all, is exercised for the preservation of public order and the safety of persons and property. The objective to be achieved is to highlight the main points on legal protection and its emergence on the most important issues when using the armed forces in the enactment of law enforcement operations and order by one of the Chiefs of the Three Powers. Research will be carried out by qualitative, exploratory and bibliographic deductive method. The application of military troops to actions of this nature, evidenced in various events in Brazil, states that the Military Power is able to temporarily neutralize the effects of a certain situation that affects the constitutional powers, law and order, but only a real integrated action of all the expressions of the National Power will be able to eliminate the problems of the Brazilian public security.

Keywords: Armed forces, guarantees, legal amparo, defense of the State.

¹ Universidade Estadual de Roraima – UERR - jaasiel.campos.advogado@gmail.com



INTRODUÇÃO

As Forças Armadas têm o dever constitucional de assegurar e manter ao Estado Brasileiro estabilidade para que desenvolva suas atividades e venha a promover a garantia institucional aos poderes constituintes, sendo composta pelo Exército, Marinha e a Aeronáutica, dotadas de um grande poder armamentista.

Dentro dos princípios do Estado Democrático de Direito às Forças Armadas, constitucionalmente, possuem como pilares básicos de sua organização a hierarquia e na disciplina, são um corpo especial da administração por sua militarização, tendo como chefe imediato o Presidente da República. (FERREIRA FILHO, 2002, p. 235)

Pode-se Destacar a Intervenção federal na segurança pública solicitada pelos governadores de estado que permite a interferência do executivo federal no poder do executivo estadual, sendo de caráter excepcional só nos casos previstos em texto constitucional, tendo como regra geral a não intervenção da União nos Estados.

Quando da decretação de uma intervenção Federal em um dos Estados-Membros o controle dos órgãos estatais de segurança é assumido por um militar federal denominado de interventor que atuará, em conjunto com as Forças Armadas, para a promoção da manutenção ou restabelecimento da normalidade constitucional da garantia da lei e da ordem em locais determinados.

Ressalta que ao cumprir seu objetivo na área intervencionada a presença das Forças Armadas não ter mais justificativa de continuidade e os trabalhos devem ser finalizados e o controle da segurança pública devolvida ao chefe do executivo estadual para prosseguimento das suas obrigações.

Outra hipótese que condicionam o emprego das Forças Armadas voltadas a ações de segurança pública é em eventos oficiais de interesse nacional com presença de representantes de Chefe de Estados Estrangeiros, devidamente atuando em cooperação com as autoridades locais, sendo regulamentado pelo Decreto 3.897 (BRASIL, 2001).

Dessa forma vale salientar que o emprego dos Militares das três Forças Armadas não é destinado para atividades voltadas à área de segurança pública interna e sim para confrontos terrestres, aéreos e marítimos, em prol da soberania nacional ou em confrontos de iminente confronto de guerra declarada, sendo que o uso reiterado na segurança pública dos Estados- membros não é o objetivo fim das Forças Armadas Brasileiras.

OBJETIVO

Proporcionar destaque aos principais pontos sobre o amparo legal na decretação das operações de garantia da lei e da ordem e explica o surgimento nas questões de maior relevo quando

da utilização das forças armadas na decretação das operações de garantia da lei e da ordem por um dos Chefes dos Três Poderes.

METODOLOGIA

O presente projeto foi realizado por meio do método dedutivo, que parte da compreensão da regra geral para então compreender os casos específicos, por ser um processo de análise de informações que nos leva a uma conclusão, ou seja, usa-se da dedução para encontrar o resultado final. (VERGARA, 2010)

O trabalho se realizará com abordagem de cunho qualitativo, pois segundo Lakatos e Marconi (2004, p. 269), este tipo de metodologia analisa e interpreta aspectos mais profundos, demonstrando a complexidade do comportamento humano, ou

seja, proporciona uma análise mais detalhada sobre hábitos e tendências do comportamento humano.

Com base nos objetivos a pesquisa será exploratória. Tendo como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses com o aprimoramento de ideias e descoberta de intuições.

Em relação aos procedimentos técnicos a pesquisa será bibliográfica, pois na visão de Lakatos e Marconi (2004), abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde as publicações avulsas, jornais, revistas, livros.

Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto para um melhor atendimento da sociedade acadêmica em geral.

Esta pesquisa marca bibliograficamente as visões de autores ligados ao Direito Constitucional, Direito Humanos e a Segurança Pública Nacional, os quais procuram mostrar de que forma podemos discutir a utilização das Forças Armadas no caso de decretação das operações de garantia da lei e da ordem pelos Chefes dos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário e mostrar a evolução legislativa que permitiu o emprego dos militares na segurança pública dos Estados-membros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO PRELIMINARES

Dentro de sua forma de desempenhar suas funções, às Forças Armadas utiliza o Exército para combate terrestre, Marinha para defesa marítima e a Aeronáutica na segurança e proteção do espaço aéreo em prol da garantia da soberania nacional e do estado democrático de direito.

Nas ocasiões de extrema e insustentável necessidade da decretação da Garantia da lei e da Ordem as Forças Armadas serão empregadas para substituir a missão primária a ser desempenhada pelos integrantes dos órgãos de segurança pública, conforme previsto no Artigo 144, da Constituição Federal (BRASIL, 1988):

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária

federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Segundo o Ministro Luís Roberto Barroso (2008), Subsidiária e eventualmente às Forças Armadas podem ser convocadas para atuarem nos centros urbanos, caso algum dos legitimados na Constituição Federal (BRASIL, 1988) venham a solicitar, para a defesa do Estado brasileiro e das instituições democráticas, tendo como hipótese excepcional a utilização dos militares na segurança públicas dos Estados-membros no policiamento Ostensivo e de choque, por solicitação de governador de Estado membro.

Para efetivamente ter a atuação das Forças Armadas na segurança pública, deve-se considerar a permissão constitucional do Artigo 142 (BRASIL, 1988), que diz:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas



pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (grifos nossos)

Conforme destaque acima, o artigo 142 da nossa carta maior estabelece que umas das atribuições das Forças Armadas é a garantia da lei e da ordem, sendo tal premissa regulamentada pela Lei Complementar nº 136 (BRASIL, 2010), a qual dispõe sobre as normas gerais para organização, o preparo e emprego das Forças Armadas:

Art. 15. O emprego das Forças Armadas na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, e na participação em operações de paz, é de responsabilidade do Presidente da República, que determinará ao Ministro de Estado da Defesa a ativação de órgãos operacionais, observada a seguinte forma de subordinação:

[...]

§ 1º Compete ao Presidente da República à decisão do emprego das Forças Armadas, por iniciativa própria ou em atendimento a pedido manifestado por quaisquer dos poderes constitucionais, por intermédio dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados. § 2º A atuação das Forças Armadas, na garantia da lei e da ordem, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais, ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no art. 144 da Constituição Federal.

§ 3º Consideram-se esgotados os instrumentos relacionados no art. 144 da

Constituição Federal quando, em determinado momento, forem eles

formalmente reconhecidos pelo respectivo Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual como indisponíveis, inexistentes ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional.

§ 4º Na hipótese de emprego nas condições previstas no § 3 deste artigo, após mensagem do Presidente da República, serão ativados os órgãos operacionais das Forças Armadas, que desenvolverão, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, as ações de caráter preventivo e repressivo necessárias para assegurar o resultado das operações na garantia da lei e da ordem.

§ 5º Determinado o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem,

cabará à autoridade competente, mediante ato formal, transferir o controle operacional dos órgãos de segurança pública necessários ao desenvolvimento das ações para a autoridade encarregada das operações, a qual deverá constituir um centro de coordenação de operações, composto por representantes dos órgãos públicos sob seu controle operacional ou com interesses afins.

A situação de esgotamento dos instrumentos destinados à preservação da ordem pública; da isenção de perigo as pessoas; e de danos ao patrimônio configuraram situações alarmante em que a Segurança Pública ficou em total indisponibilidade ao desempenho regular de sua missão constitucional, tendo que utilizar subsidiariamente o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, em caráter excepcional, episódico e temporário, sendo que tal solicitação interventiva pode gerar o mais enfraquecimento das atividades básicas desempenhadas pelos órgãos da segurança públicas nos Estados.

Existe a regulamentação do Decreto nº 3.897 (BRASIL, 2001), que possibilita com destaque à relevância a hipótese de exercer o poder de polícia pelos militares:

Art. 3º. Na hipótese de emprego das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem, objetivando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, porque esgotados os instrumentos a isso previstos no art. 144 da Constituição, lhes incumbirá, sempre que se faça necessário, desenvolver as ações de polícia ostensiva, como as demais, de natureza preventiva ou repressiva, que se incluem na competência, constitucional e legal, das Polícias Militares, observados os termos e limites impostos, a estas últimas, pelo ordenamento jurídico.

O Decreto nº 3.897 (BRASIL, 2001) trouxe requisitos legais para que as atuações dos militares das Forças Armadas venham direcionar a garantia da lei e da ordem para preservação da ordem pública, incolumidade das pessoas e do patrimônio, como uma forma de auxiliar o restabelecimento da normalidade da segurança pública.

MISSÕES INSTITUCIONAIS DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS

A missão típica dos militares das forças armadas é a defesa da Pátria, Soberania nacional, a lei e a ordem, por iniciativa de qualquer dos poderes constitucionais, cooperarem com a defesa civil e com o desenvolvimento nacional e participar de operações internacionais, como a missão de paz da Organização das Nações Unidas no Haiti, na forma determinada pelo Presidente da República.

A missão atípica das Forças Armadas é voltada ao auxílio no combate de epidemias, no emprego de conserto de rodovias federais, como também, missões preconizadas no Decreto nº 3.897 (BRASIL, 2001):

Art.16. Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer



gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando as ações de: I – patrulhamento;

II - revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e

III - prisões em flagrante delito.

Assim em apertada síntese, estes são os fatos que relatam as missões institucionais das Forças Armadas, diante da conjuntura nacional. (FREITAS, 2014)

Estrutura das Atividades de Garantia da Lei e da Ordem

A estrutura das atividades de garantia da lei e da ordem a ser desempenhada pelas Forças Armadas poderá ser rapidamente utilizada por uma das Brigadas de Infantaria Leve, situadas em quase todas as capitais do Brasil, por terem treinamento específico, equipamento para atuação da missão, armamentos e dispositivos para controle de distúrbios, podendo ser deslocadas para qualquer ponto nacional.

Nos quadros dos guardéis militares existem grupamentos operacionais que realizam tarefas

desempenhadas nas missões de garantia da lei e da ordem, como é o caso dos Fuzileiros Navais, da Polícia do Exército e dos Batalhões de Infantaria Aeronáutica, a depender da especificação da utilização de cada força armada para garanti e devolver a normalidade institucional aos cidadãos brasileiros.

Poder de Polícia a ser Exercidos pelas Forças Armadas

O poder de polícia a ser exercido pelos militares das forças armadas é uma faculdade de que a administração pública dispõe para condicionar e restringir a disposição, a atividades, o gozo dos bens e direitos individuais coletivos ou do Estado. Hely Lopes Meirelles (2003, p. 2014), define o que seria o poder de polícia:

O poder de polícia é a faculdade discricionária de que dispõe a Administração Pública em geral, para condicionar e restringir o uso e gozo de bens ou direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado. (MEIRELLES, 2003).

Como também salienta Álvaro Lazzarini (1999, p. 39), da distinção de polícia e poder de polícia para garantia da lei e da ordem na segurança pública:

Polícia é algo em concreto, é um conjunto de atividades coercitivas exercidas na prática dentro de um grupo social, o poder de polícia é uma faculdade, uma possibilidade, um direito que o Estado tem de, através da polícia, que é uma força organizada, limitar as atividades nefastas dos cidadãos, sendo ainda que a atuação do órgão policial é adstrita à sua competência legal porque a primeira condição de legalidade da atuação de um organismo é a competência legal dos seus agentes (LAZZARINI, 1999)

Verifica-se uma divergência, para a aplicação do poder de polícia pelas Forças Armadas, entre os textos do Decreto, da Lei Complementar e da Constituição, pois o decreto não poderia regulamentar a forma como a lei será cumprida, sendo que a Constituição (BRASIL, 1988) e suas bases não podem ser alteradas por um decreto.

As Forças Armadas têm o dever constitucional de assegurar e manter ao Estado Brasileiro estabilidade para que desenvolva suas atividades e venha a promover a garantia institucional aos poderes constituintes, sendo composta pelo Exército, Marinha e a Aeronáutica, dotadas de um grande poder armamentista.

Dentro dos princípios do Estado Democrático de Direito às Forças Armadas, constitucionalmente, possuem como pilares básicos de sua organização a hierarquia e na disciplina, são um corpo especial da administração por sua militarização, tendo como chefe imediato o Presidente da República. (FERREIRA FILHO, 2002, p. 235)

Pode-se Destacar a Intervenção federal na segurança pública solicitada pelos governadores de estado que permite a interferência do executivo federal no poder do executivo estadual, sendo de caráter excepcional só nos casos previstos em texto constitucional, tendo como regra geral a não intervenção da União nos Estados.

Quando da decretação de uma intervenção Federal em um dos Estados-Membros o controle dos órgãos estatais de segurança é assumido por um militar federal denominado de interventor que atuará, em conjunto com as Forças Armadas, para a promoção da manutenção ou restabelecimento da normalidade constitucional da garantia da lei e da ordem em locais determinados.

Ressalta que ao cumprir seu objetivo na área intervencionada a presença das Forças Armadas não ter mais justificativa de continuidade e os trabalhos devem ser finalizados e o controle da segurança pública devolvida ao chefe do executivo estadual para prosseguimento das suas obrigações.

Outra hipótese que condicionam o emprego das Forças Armadas voltadas a ações de segurança pública é em eventos oficiais de interesse nacional com presença de representantes de Chefes de Estados Estrangeiros, devidamente atuando em cooperação com as autoridades locais, sendo regulamentado pelo Decreto 3.897 (BRASIL, 2001).

Dessa forma vale salientar que o emprego dos Militares das três Forças Armadas não é destinado para atividades voltadas à área de segurança pública interna e sim para confrontos terrestres, aéreos e marítimos, em prol da soberania nacional ou em confrontos de iminente confronto de guerra declarada, sendo que o uso reiterado na segurança pública dos Estados- membros não é o objetivo fim das Forças Armadas Brasileiras.

OBJETIVO

Proporcionar destaque aos principais pontos sobre o amparo legal na decretação das operações de garantia da lei e da ordem e explica o surgimento nas questões de maior relevo quando da utilização das forças armadas na decretação das operações de garantia da lei e da ordem por um dos Chefes dos Três Poderes.

METODOLOGIA

O presente projeto foi realizado por meio do método dedutivo, que parte da compreensão da regra geral para então compreender os casos específicos, por ser um processo de análise de informações que nos leva a uma conclusão, ou seja, usa-se da dedução para encontrar o resultado final. (VERGARA, 2010)

O trabalho se realizará com abordagem de cunho qualitativo, pois segundo Lakatos e Marconi (2004, p. 269), este tipo de metodologia analisa e interpreta aspectos mais profundos, demonstrando a complexidade do comportamento humano, ou seja, proporciona uma análise mais detalhada sobre hábitos e tendências do comportamento humano.

Com base nos objetivos a pesquisa será exploratória. Tendo



como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses com o aprimoramento de ideias e descoberta de intuições.

Em relação aos procedimentos técnicos a pesquisa será bibliográfica, pois na visão de Lakatos e Marconi (2004), abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde as publicações avulsas, jornais, revistas, livros.

Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto para um melhor atendimento da sociedade acadêmica em geral.

Esta pesquisa marca bibliograficamente as visões de autores ligados ao Direito Constitucional, Direito Humanos e a Segurança Pública Nacional, os quais procuram mostrar de que forma podemos discutir a utilização das Forças Armadas no caso de decretação das operações de garantia da lei e da ordem pelos Chefes dos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário e mostrar a evolução legislativa que permitiu o emprego dos militares na segurança pública dos Estados-membros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO PRELIMINARES

Dentro de sua forma de desempenhar suas funções, às Forças Armadas utiliza o Exército para combate terrestre, Marinha para defesa marítima e a Aeronáutica na segurança e proteção do espaço aéreo em prol da garantia da soberania nacional e do estado democrático de direito.

Nas ocasiões de extrema e insustentável necessidade da decretação da Garantia da Lei e da Ordem as Forças Armadas serão empregadas para substituir a missão primária a ser desempenhada pelos integrantes dos órgãos de segurança pública, conforme previsto no Artigo 144, da Constituição Federal (BRASIL, 1988):

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Segundo o Ministro Luís Roberto Barroso (2008), Subsidiária e eventualmente às Forças

Armadas podem ser convocadas para atuarem nos centros urbanos, caso algum dos legitimados na Constituição Federal (BRASIL, 1988) venham a solicitar, para a defesa do Estado brasileiro e das instituições democráticas, tendo como hipótese excepcional a utilização dos militares na segurança públicas dos Estados-membros no policiamento Ostensivo e de choque, por solicitação de governador de Estado membro.

Para efetivamente ter a atuação das Forças Armadas na segurança pública, deve-se considerar a permissão constitucional do Artigo 142 (BRASIL, 1988), que diz:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com

base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (grifos nossos)

Conforme destaque acima, o artigo 142 da nossa carta maior estabelece que umas das atribuições das Forças Armadas é a garantia da lei e da ordem, sendo tal premissa regulamentada pela Lei Complementar nº 136 (BRASIL, 2010), a qual dispõe sobre as normas gerais para organização, o preparo e emprego das Forças Armadas:

Art. 15. O emprego das Forças Armadas na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, e na participação em operações de paz, é de responsabilidade do Presidente da República, que determinará ao Ministro de Estado da Defesa a ativação de órgãos operacionais, observada a seguinte forma de subordinação: [...]

§ 1º Compete ao Presidente da República à decisão do emprego das Forças Armadas, por iniciativa própria ou em atendimento a pedido manifestado por quaisquer dos poderes constitucionais, por intermédio dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados. § 2º A atuação das Forças Armadas, na garantia da lei e da ordem, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais, ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no art. 144 da Constituição Federal.

§ 3º Consideram-se esgotados os instrumentos relacionados no art. 144 da Constituição Federal quando, em determinado momento, forem eles formalmente reconhecidos pelo respectivo Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual como indisponíveis, inexistentes ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional.

§ 4º Na hipótese de emprego nas condições previstas no § 3 deste artigo, após mensagem do Presidente da República, serão ativados os órgãos operacionais das Forças Armadas, que desenvolverão, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, as ações de caráter preventivo e repressivo necessárias para assegurar o resultado das operações na garantia da lei e da ordem.

§ 5º Determinado o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, caberá à autoridade competente, mediante ato formal, transferir o controle operacional dos órgãos de segurança pública necessários ao desenvolvimento das ações para a autoridade encarregada das operações, a qual deverá



constituir um centro de coordenação de operações, composto por representantes dos órgãos públicos sob seu controle operacional ou com interesses afins.

A situação de esgotamento dos instrumentos destinados à preservação da ordem pública; da isenção de perigo as pessoas; e de danos ao patrimônio configuraram situações alarmante em que a Segurança Pública ficou em total indisponibilidade ao desempenho regular de sua missão constitucional, tendo que utilizar subsidiariamente o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, em caráter excepcional, episódico e temporário, sendo que tal solicitação interventiva pode gerar o mais enfraquecimento das atividades básicas desempenhadas pelos órgãos da segurança públicas nos Estados.

Existe a regulamentação do Decreto nº 3.897 (BRASIL, 2001), que possibilita com destaque à relevância a hipótese de exercer o poder de polícia pelos militares:

Art. 3º. Na hipótese de emprego das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem, objetivando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, porque esgotados os instrumentos a isso previstos no art. 144 da Constituição, lhes incumbirá, sempre que se faça necessário, desenvolver as ações de polícia ostensiva, como as demais, de natureza preventiva ou repressiva, que se incluem na competência, constitucional e legal, das Polícias Militares, observados os termos e limites impostos, a estas últimas, pelo ordenamento jurídico.

O Decreto nº 3.897 (BRASIL, 2001) trouxe requisitos legais para que as atuações dos militares das Forças Armadas venham direcionar a garantia da lei e da ordem para preservação da ordem pública, incolumidade das pessoas e do patrimônio, como uma forma de auxiliar o restabelecimento da normalidade da segurança pública.

MISSÕES INSTITUCIONAIS DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS

A missão típica dos militares das forças armadas é a defesa da Pátria, Soberania nacional, a lei e a ordem, por iniciativa de qualquer dos poderes constitucionais, cooperarem com a defesa civil e com o desenvolvimento nacional e participar de operações internacionais, como a missão de paz da Organização das Nações Unidas no Haiti, na forma determinada pelo Presidente da República.

A missão atípica das Forças Armadas é voltada ao auxílio no combate de epidemias, no emprego de conserto de rodovias federais, como também, missões preconizadas no Decreto nº 3.897 (BRASIL, 2001):

Art.16. Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando as ações de: I – patrulhamento;

II - revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e

III - prisões em flagrante delito.

Assim em apertada síntese, estes são os fatos que relatam as missões institucionais das Forças Armadas, diante da conjuntura nacional. (FREITAS, 2014)

ESTRUTURA DAS ATIVIDADES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM

A estrutura das atividades de garantia da lei e da ordem a ser desempenhada pelas Forças Armadas poderá ser rapidamente utilizada por uma das Brigadas de Infantaria Leve, situadas em quase todas as capitais do Brasil, por terem treinamento específico, equipamento para atuação da missão, armamentos e dispositivos para controle de distúrbios, podendo ser deslocadas para qualquer ponto nacional.

Nos quadros dos guardéis militares existem grupamentos operacionais que realizam tarefas desempenhadas nas missões de garantia da lei e da ordem, como é o caso dos Fuzileiros Navais, da Polícia do Exército e dos Batalhões de Infantaria Aeronáutica, a depender da especificação da utilização de cada força armada para garanti e devolver a normalidade institucional aos cidadãos brasileiros.

PODER DE POLÍCIA A SER EXERCIDOS PELAS FORÇAS ARMADAS

O poder de polícia a ser exercido pelos militares das forças armadas é uma faculdade de que a administração pública dispõe para condicionar e restringir a disposição, a atividades, o gozo dos bens e direitos individuais coletivos ou do Estado. Hely Lopes Meirelles (2003, p. 2014), define o que seria o poder de polícia:

O poder de polícia é a faculdade discricionária de que dispõe a Administração Pública em geral, para condicionar e restringir o uso e gozo de bens ou direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado. (MEIRELLES, 2003).

Como também salienta Álvaro Lazzarini (1999, p. 39), da distinção de polícia e poder de poder de polícia para garantia da lei e da ordem na segurança pública:

Polícia é algo em concreto, é um conjunto de atividades coercitivas exercidas na prática dentro de um grupo social, o poder de polícia é uma faculdade, uma possibilidade, um direito que o Estado tem de, através da polícia, que é uma força organizada, limitar as atividades nefastas dos cidadãos, sendo ainda que a atuação do órgão policial é adstrita à sua competência legal porque a primeira condição de legalidade da atuação de um organismo é a competência legal dos seus agentes (LAZZARINI, 1999)

Verifica-se uma divergência, para a aplicação do poder de polícia pelas Forças Armadas, entre os textos do Decreto, da Lei Complementar e da Constituição, pois o decreto não poderia regulamentar a forma como a lei será cumprida, sendo que a Constituição (BRASIL, 1988) e suas bases não podem ser alteradas por um decreto.

Vale salientar que uma Lei Complementar, com todos os ritos legislativos respeitados, não pode criar um novo órgão para atuar na segurança pública dos Estados-Membros, uma vez que a Constituição Federal (BRASIL, 1988) já definiu quais devem



exercer tal papel na segurança institucional, sendo por oportuno elabora uma proposta de emenda constitucional para preservar e proteger os ditames constitucionais sem relativizá-los.

Mesmo assim pelo mau emprego, por diversas vezes desnecessário, das Forças Armadas, os preceitos constitucionais e legais não foram obedecidos, como por exemplo, na Operação Rio 2004, sem que tenha sido decretadas situações de anormalidade previstas na Constituição.

Para o doutrinador Carlos Henrique Reininger (2004, p.103), o Decreto n.º 3.897 (BRASIL, 2001) utiliza de forma errada as Forças Armadas que são empregadas, pois não há amparo legal para as suas investidas e na prática é uma intervenção federal sem atender formalidades preconizadas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Para Franklimberg Ribeiro de Freitas (2014), o emprego, engajamento e utilização dos membros militares das Forças Armadas na segurança pública urbana, em situação de normalidade, conforme o Decreto n.º 3.897 (BRASIL, 2001) vem provocando potenciais problemas consideráveis, pois prisões podem ser consideradas ilegais; militares podem ser acusados de abuso de autoridade; confrontos que podem gerar processos criminais na Justiça Comum em desobediência do objetivo fim de emprego dos militares.

Porém, deve-se considerar que a falência dos órgãos de segurança pública nos estados está fadada ao fracasso e o cidadão de bem não pode ficar a mercê da criminalidade que a cada dia vem exponencialmente aumentando, por isso governos estaduais se socorrem do emprego das Forças Armadas, como uma última instância para retomada da estabilidade na segurança pública, pelo princípio da Supremacia do Interesse público em benefício da coletividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O emprego das Forças Armadas em missões de segurança do País encontra-se respaldado nas Constituições Federais promulgadas ao longo de nossa história. Esse tipo de aplicação de tropas federais em ações de Garantia da Lei e da Ordem constitui-se em um instrumento que o Estado Brasileiro possui para utilizá-lo quando os Órgãos de Segurança Pública Federais, Estaduais ou Municipais encontrarem-se incapacitados para solucionar os problemas surgidos.

As operações de garantia da lei e da ordem, a partir da Constituição Federal de 1988, passaram a ser normatizadas por leis complementares que tratam da organização, preparação e emprego das Forças Armadas. Naturalmente, em razão dos diversificados tipos de emprego dos militares nesses tipos de ações, houve a necessidade de aperfeiçoamento do respaldo legal, a fim de se evitar problemas subsequentes de ações judiciais contra seus integrantes.

Nos momentos da vida nacional que houve a necessidade de se aumentar a segurança pública em importantes eventos no Brasil ou por motivo de grave perturbação da ordem pública as Forças Armadas sempre foram convocadas pela Presidência da República, para participar dessas ações e estabelecer garantias constitucionais aos brasileiros, como também, as visitantes estrangeiros.

Salienta-se que o emprego das Forças Armadas em ações de Garantia da Lei e da Ordem deve ser o último instrumento a ser adotado, depois de esgotadas todas as possibilidades de emprego dos Órgãos de Segurança Pública, que são por vocação e competência, destinados à preservação da segurança em nosso país.

Cabendo às Forças Armadas somente restabelecer a ordem e

as condições para a volta da atuação de tais órgãos. Por fim, o Poder Militar é capaz de neutralizar, temporariamente, os efeitos de uma determinada situação que afete os poderes constitucionais, a lei e a ordem, mas só a atuação integrada de todas as expressões do Poder da Segurança Nacional será capaz de eliminar as reais causas do problema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARROSO, Luís Roberto. **Segurança pública: atuação das forças armadas tem de ser excepcional**. Consultor Jurídico, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001**. Brasília, DF: Câmara dos deputados. Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências.

_____. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Administrativo**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FREITAS. Franklimberg Ribeiro de. **Operação na Faixa de Fronteira Intensificação da Presença do Estado e seu Respaldo Legal**. 2014.

LAZZARINI, Álvaro. **Estudos de Direito Administrativo**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. 447 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

REININGER, Carlos Henrique. **Aspectos Jurídicos do emprego das Forças Armadas nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem**. Rio de Janeiro, 2004.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**, 12ª ed., São Paulo: Atlas, 2010.



VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA: DESAFIO CONTEMPORÂNEO PARA A SEGURANÇA PÚBLICA

VIOLENCE AGAINST THE ELDERLY: A CONTEMPORARY CHALLENGE TO PUBLIC SECURITY

Rondinelli Santos de Matos Pereira¹
Cláudio Belmino Rabelo Evangelista²
Ana Maria Lima de Freitas³

RESUMO: A discussão sobre a violência contra a pessoa idosa no país tomou impulso nas últimas duas décadas, sobretudo em razão do aumento crescente da expectativa de vida do brasileiro, hoje se situando na faixa de oitenta anos. Assim, as múltiplas faces da violência contra essa coletividade traduz-se, para além de um grave problema social, como um desafio contemporâneo para a Segurança Pública. Diante disto, este trabalho tem como objetivo investigar as causas do crescimento da violência ao idoso, bem como abordar as formas de agressão, a fim de colaborar com o desafio de reprimi-las, amparando-se em uma reflexão crítica do tema. Para tanto, utilizou-se o método dedutivo para a estruturação do texto e abordagem do questionamento acerca dos meios de prevenção e enfrentamento da violência contra a velhice. Dentre os primeiros resultados, constatou-se que, no mais das vezes, a ocorrência de maus-tratos ao ancião está relacionada ao despreparo no convívio com as dificuldades próprias da idade avançada, cuja manifestação ocorre sob formas diversas de agressão, inclusive, por preconceito ao envelhecimento. Nesse panorama, como ferramentas garantidoras da cidadania do idoso, a promoção de ações sociais preventivas e a adoção de políticas públicas, comprometidas com a repressão severa à violência perpetrada a esse grupo etário, revelam-se bastante eficazes. Destaca-se, ainda, que a violência contra o idoso é um dos grandes desafios contemporâneos da Segurança Pública, mas que não prescinde da ação coordenada e multidisciplinar entre profissionais de saúde e de assistência social, contemplando idosos em situação de vulnerabilidade, no sentido de alicerçar uma sociedade que promova o respeito ao envelhecimento e privilegie o direito à segurança pública, enquanto valor intrinsecamente ligado à dignidade humana.

Palavras-chave: Idoso; violência; segurança pública; dignidade humana.

ABSTRACT: The discussion on violence against the elderly in the country has gained momentum in the last two decades, mainly due to the increasing life expectancy of the Brazilian, now in the eighties. Thus, the multiple faces of violence against this community translates, as well as a serious social problem, as a contemporary challenge for Public Security. The objective of this study is to investigate the causes of the growth of violence against the elderly, as well as to approach the forms of aggression, in order to collaborate with the challenge of repressing them, based on a critical reflection on the theme. For that, the deductive method was used to structure the text and approach the questioning about the means of prevention and coping with violence against old age. Among the first results, it was found that, most of the times, the occurrence of elder abuse is related to unpreparedness in living with the difficulties of old age, whose manifestation occurs under various forms of aggression, including by prejudice to aging. In this context, as tools to guarantee the citizenship of the elderly, the promotion of preventive social actions and the adoption of public policies, committed to the severe repression of violence perpetrated against this age group, are quite effective. It is also highlighted that violence against the elderly is one of the great contemporary challenges of Public Security, but it does not neglect coordinated and multidisciplinary action among health professionals and social assistance, contemplating elderly people in a situation of vulnerability, in the sense of to establish a society that promotes respect for aging and privileges the right to public safety, as a value intrinsically linked to human dignity.

Keywords: Elder; violence; Public Security; human dignity.

1 Universidade Estadual de Roraima - rondinellimatos@hotmail.com

2 Universidade Estadual de Roraima cbelmino@yahoo.com.br

3 Universidade Estadual de Roraima anamariarr.freitas@yahoo.com.br



INTRODUÇÃO

O tema proposto surgiu diante da necessidade de compreender a tendência mundial de envelhecimento da população, em especial nas últimas duas décadas, resultante do aumento da expectativa de vida, da melhoria das condições de saúde e da diminuição da taxa de fecundidade, assim como sua relação com o crescimento da violência contra o idoso e os desafios para a segurança pública.

Especificamente no Brasil, a Constituição Federal de 1988 fixou normas protetivas ao idoso no artigo 230, prescrevendo que incumbe à família, a sociedade e ao Estado a obrigação de amparo às pessoas idosas, assegurando a sua participação na comunidade, defendendo a dignidade e o bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

A proteção do idoso foi regulamentada pela Lei nº 10.741/2003 que institui o Estatuto do Idoso, destinada a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos. Dispõe, portanto, no artigo 4º, que “nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da Lei”.

O Estatuto do Idoso prevê ainda punição para quem: discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias ou aos meios de transporte, por motivo de idade; deixar de prestar assistência ao idoso, ou recusar, retardar ou dificultar que outros o façam; abandonar idosos em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência ou congêneres; expor em perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes, privando-o de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a

fazê-lo, ou sujeitando-o a trabalho excessivo e inadequado; apropriar-se ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro tipo de rendimento do idoso; induzir pessoa idosa sem discernimento de seus atos a outorgar procuração para fins de administração de bens ou deles dispor livremente; coagir, de qualquer modo, o idoso a doar, contratar, testar ou outorgar procuração.

O Brasil é signatário da Convenção Interamericana sobre a proteção dos direitos humanos das pessoas idosas, que tem por escopo a promoção e a proteção dos direitos dos idosos, com o de reconhecimento de que todas as liberdades fundamentais e os direitos humanos existentes também se aplicam a eles, em sua forma plena, e em igualdade de condições com os demais.

Porém, esses dispositivos legais servem de instrumentos de mobilização de governo e da sociedade em busca da garantia de acesso a uma rede de serviços de proteção contemplada nas diversas políticas brasileiras, porém não são suficientes para solucionar os problemas da violência. Por outro lado, houve um aumento da sensibilidade dos pesquisadores para o estudo científico do assunto, que visam obter conhecimentos específicos sobre os fatores de risco que tornam o idoso vulnerável à violência, e que se reflete no incremento das publicações.

O fenômeno traz à tona discussões acerca da crescente violência contra os idosos e seus reflexos na segurança pública, o que instigou, portanto, o atual estudo do tema.

No primeiro momento demonstra-se as causas que impulsionam os maus-tratos contra o idoso e constata-se que essa violência nem sempre é física, haja vista que também pode ser verbal, sexual, psicológica, emocional, financeira, por negligência e abandono.

Já no segundo momento demonstra-se



que a violência contra o idoso não é determinada por classe social e sim por uma questão cultural, cabendo ao Direito assumir uma postura de promoção da igualdade material dos idosos.

Exprime-se, ainda, que a violência contra o idoso vem ganhando cada vez mais visibilidade e que é um dos grandes desafios contemporâneos da segurança pública no mundo todo.

Diante da relevância do tema e da necessidade de se obter uma sistematização do conhecimento produzido no Brasil, o presente estudo objetivou conhecer e analisar a produção científica sobre o tema da violência contra o idoso e os desafios para a segurança pública.

OBJETIVOS

O presente estudo tem como objetivo analisar as causas que impulsionam o crescimento da violência contra o idoso, assim como indicar as formas de agressão, para contribuir com o desafio de reprimi-las, amparando-se em uma reflexão crítica do tema, como desafio contemporâneo para a segurança pública.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Viver a longevidade revela o aumento da vida humana em sua duração e também aponta para o crescimento de um número maior de pessoas idosas.

Nesse sentido, pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que, entre 2012 e 2017, a quantidade de idosos cresceu em todas as unidades da federação, sendo os estados com maior proporção de idosos o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, ambos com 18,6% de suas populações dentro do grupo de 60 anos ou mais. Em outras palavras, afirma-se que a população brasileira manteve a tendência de envelhecimento dos últimos anos e ganhou 4,8 milhões de idosos desde 2012, superando a marca dos 30,2 milhões em 2017.

Assim, diante do crescimento populacional do segmento idoso no país, impõe-se que a terceira idade seja analisada como uma nova etapa a ser vivida, e não puramente como o fim da vida.

A esse respeito, obtemperam Lima e Sá (2015):

Esse novo olhar para a pessoa, enquanto ser concreto, remete-nos a uma compreensão mais ampla da velhice e suas vicissitudes, e nos instiga a pensar respostas para questões atinentes à construção biográfica do idoso.

Ao discorrer sobre a questão, Diniz (2011) contrapõe: “Tal como sempre ocorreu, no entanto, desde as sociedades primitivas, muitos dos idosos são maltratados, abandonados e violentados.” Sob essa ótica, há de se ter em mente que a agressão nem sempre é física. Pode ser verbal, sexual, psicológica, emocional ou financeira. No Brasil, dados do Ministério dos Direitos Humanos (MDH), colhidos por meio do Disque 100, apontam que em 2017, houve mais de 33 mil denúncias de abusos contra pessoas acima de 60 anos.

Seguindo esse raciocínio, o Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência 2014, editado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), define:

Abuso contra idosos é qualquer ação ou omissão (quando é normalmente descrita como “negligência”), intencional ou não intencional, que cause dano ou sofrimento a pessoas com mais de 60 anos de idade – a faixa etária para “idoso” varia por país, mas frequentemente coincide com a idade oficial de aposentadoria. Os abusos podem ser físicos, sexuais, psicológicos (envolvendo agressão emocional ou verbal) ou financeiros; ou podem envolver maus-tratos materiais e resultar em sofrimento desnecessário, lesões ou dor, perda ou violação de direitos humanos, e diminuição na qualidade de vida do idoso.

Acerca das causas que impulsionam a violência contra o idoso, merecem relevância as palavras de QUEIROZ (2007) apud PARENTE (2018):

entre as diversas circunstâncias que podem favorecer a Violência Contra a Pessoa Idosa (VCPI) pode-se destacar a dependência em



todas as suas formas (física, mental, afetiva, sócio-econômica); a desestruturação das relações familiares; a existência de antecedentes de violência familiar; o isolamento social; a psicopatologia ou uso de dependências químicas (drogas e álcool); e a relação desigual de poder entre a vítima e o agressor.

Comungando com esse entendimento, infere-se que, na atualidade, a violência contra o idoso não é determinada por classe social e sim por uma questão cultural, onde os anciãos são estigmatizados como improdutivos, incapazes, ou seja, um peso para a família, que muitas vezes depende financeiramente do idoso para sobreviver.

Por oportuno, saliente-se a lição de Oliveira e Lazari (2017):

A lógica da “descartabilidade” do ser humano e da produtividade em massa que teima em persistir na sociedade leva à intensificação deste movimento de rejeição, cabendo ao Direito assumir uma postura de promoção da igualdade material dos idosos, por medidas judiciais, legislativas e executivas pertinentes.

A toda evidência, a violência contra a pessoa idosa, enquanto violação aos direitos humanos, ou propriamente ao direito de envelhecer com dignidade, requer bastante atenção; e a busca pela sua erradicação apresenta-se como um desafio contemporâneo para a Segurança Pública, uma vez que os idosos costumam ser afastados do convívio social à medida que adquirem mais dificuldades de saúde, naturais ao processo de envelhecimento, o que os torna vulneráveis à ação do agressor tanto quanto invisíveis à execução específica de políticas de segurança. Some-se a isto a banalização da violência, naturalizada no cotidiano das relações familiares, favorecendo a subnotificação dos episódios às polícias.

Não é por outro motivo que a legislação brasileira, com o advento do Estatuto do Idoso (Lei nº 10741/2003), manifestou preocupação em conferir formalmente proteção aos direitos da pessoa idosa.

O Estatuto do Idoso no artigo 3º rege que:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e a convivência familiar e comunitária

Seguido do artigo 4º, onde assegura que:

Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão será punido na forma da Lei. (BRASIL, 2003).

A função principal do Estatuto do Idoso, pois, é atuar como carta de direitos, servindo como instrumento de cidadania e de formação de uma consciência social, por parte dos cidadãos com mais de 60 anos e da sociedade que o cerca, fornecendo meios de controle do Poder Público em relação ao melhor tratamento do idoso e a sua luta pela dignidade.

Em 15 de junho de 2015 foi aprovada a Convenção Interamericana sobre a proteção dos direitos humanos das pessoas idosas, a qual o Brasil foi o primeiro país a assinar junto com o Chile, a Argentina, o Uruguai e Costa Rica. Tal Convenção é o primeiro instrumento internacional juridicamente vinculante que é direcionado à promoção e à proteção dos direitos das pessoas idosas, cujo objetivo principal é o de reconhecimento de que todas as liberdades fundamentais e os direitos humanos existentes também se aplicam aos idosos, e que estes devem gozar em sua forma plena, e em igualdade de condições com os demais.

Por outro giro, inobstante o avanço da legislação, impõe-se a mudança de paradigma cultural sobre a figura do ancião na sociedade, a partir do estímulo ao diálogo entre as faixas etárias pelo respeito ao envelhecimento. É o mínimo necessário ao combate do preconceito e à repressão dos delitos contra a pessoa idosa, na busca de conferir-lhe dignidade na melhor fase da



vida.

METODOLOGIA E MÉTODOS

Para realizar a presente pesquisa utilizou-se o método de abordagem dedutivo que, de acordo com o entendimento clássico, é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. A partir de princípios, leis ou teorias consideradas verdadeiras e indiscutíveis, prediz a ocorrência de casos particulares com base na lógica. (FREITAS E PRODANOV, 2013, p. 27) “Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica.” (GIL, 2008, p. 9).

Quanto ao método de procedimento, optou-se pelo histórico visto que nele o foco está na investigação de acontecimentos ou instituições do passado, para verificar sua influência na sociedade de hoje; considera que é fundamental estudar suas raízes visando à compreensão de sua natureza e função, pois, conforme Lakatos e Marconi (2007) apud Freitas e Prodanov (2013, p. 36),

as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época.” Seu estudo, visando a uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações. Esse método é típico dos estudos qualitativos (FREITAS E PRODANOV, 2013, p. 37).

No que se refere à maneira por meio da qual foram obtidos os dados necessários para a elaboração da pesquisa, o presente artigo se desenvolveu a partir de pesquisa bibliográfica, caracterizada quando elaborada a partir de material já publicado, consistindo na leitura e análise de materiais publicadas em livros, artigos, dissertações, bem como na análise de documentos legais variados.

RESULTADOS PRELIMINARES

Dentre os primeiros resultados obtidos, demonstrou-se que, no mais das vezes, a ocorrência de maus-tratos ao ancião está relacionada ao despreparo no convívio com as dificuldades próprias da idade avançada, cuja manifestação ocorre sob formas diversas de agressão, inclusive, por preconceito ao envelhecimento.

De acordo com os resultados alcançados, a violência doméstica deixa mais que marcas físicas, deixa sequelas na mente, no físico e na honra do idoso, muitas vezes irreversíveis. Assim, as múltiplas faces da violência contra essa coletividade traduz-se, para além de um grave problema social, em desafio contemporâneo para a Segurança Pública.

Diante disso, constatamos que esse tema deve ser considerado com grande importância, uma vez que é na família onde o idoso sofre constantes maus-tratos, além do que os motivos que levam os agressores a cometerem tal delito devem ser devidamente analisados para que o tratamento desse mal seja disseminado.

É importante ressaltar que, embora os idosos estejam amparados legalmente, a violência que os atinge é a negação dos direitos de cidadania conquistados por eles, conforme mostram os dados apresentados no presente artigo.

Apesar dos resultados obtidos, certos pontos sobre a violência contra o idoso ainda não foram esclarecidos de forma satisfatória, requerendo maior investigação. Cita-se como exemplo a necessidade de estudos sobre uma das maiores dificuldades no combate à violência contra o idoso que é a subnotificação do fenômeno, sobretudo quando praticado no âmbito doméstico.

Ademais, há de se conhecer e refletir sobre os serviços oferecidos pelos Órgãos de Segurança Pública no que concerne ao



atendimento a idosos em situação de violência, observando aspectos positivos e negativos, fundamentais para a compreensão do problema da violência doméstica e familiar cometida contra anciãos, ressaltando a aplicabilidade das ações que fomentam a recuperação da autoestima e valorização do idoso. Ressalta-se que essa recuperação só se torna possível quando os idosos rompem com o ciclo da violência, realizando a denúncia do agressor, legitimando assim o atendimento institucional.

Como sugestão para estudos futuros, sugere-se a discussão da Lei nº 10.741/2003, que instituiu o Estatuto do Idoso. Para sua correta aplicação a um caso concreto, como norte para a implementação de políticas para a segurança pública, mas de maneira coordenada e multidisciplinar entre profissionais de saúde, assistência social e educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certo de que a presente pesquisa possibilitou parcialmente a compreensão do problema de segurança pública oriundo do aumento da violência contra o idoso nos últimos dez anos, pode-se afirmar que a violência contra o idoso é um dos grandes desafios contemporâneos da Segurança Pública, mas que não prescinde da ação coordenada e multidisciplinar entre profissionais de saúde e de assistência social, contemplando idosos em situação de vulnerabilidade, no sentido de alicerçar uma sociedade que promova o respeito ao envelhecimento e privilegie o direito à segurança pública.

Nesse diapasão, há de se implementar ferramentas garantidoras da cidadania do idoso, com a promoção de ações sociais preventivas e a adoção de políticas públicas comprometidas com a repressão severa à violência perpetrada a esse grupo etário.

Ademais, é fundamental que políticas

públicas enfoquem o papel social do idoso, bem como privilegiem o cuidado e a proteção dessas pessoas em suas famílias, nas instituições e na sociedade, haja vista que, embora os idosos estejam amparados na Constituição Federal e no Estatuto do Idoso, a violência que os atinge é a negação dos direitos de cidadania, valor intrinsecamente ligado à dignidade humana.

Em razão disso, a criação de delegacias especializadas em proteção do idoso agredido é de extrema importância, não somente para o ancião que sofre a violência, mas, também para toda a sociedade que o cerca.

Portanto, conclui-se que a família, a sociedade e o Estado têm a responsabilidade e o compromisso de dar efetividade aos Direitos do Idoso, como forma de assegurar aos anciãos a não violação de direitos intrínsecos à dignidade humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Justiça. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Estatuto do Idoso. **Lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos.

DINIZ, Fernanda Paula. **Direito dos idosos na perspectiva civil-constitucional**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2011.

FREITAS, Ernani Cesar de; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso em 30 de outubro de 2018.



LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de. **Ensaio sobre a Velhice**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos**. 4ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2017.

MDH. **Ministério dos Direitos Humanos**. Disponível em <https://nacoesunidas.org/fundo-de-populacao-da-onu-alerta-para-violencia-contra-idosos-no-brasil/>. Acesso em 30 de outubro de 2018.

OLIVEIRA, Bruna Pinotti Garcia; LAZARI, Rafael de. **Manual de Direitos Humanos**. 3ª ed. rev., atual. e ampl. Salvador: Juspodivm, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência 2014**. Núcleo de Estudos da Violência (Trad.) São Paulo: 2015 PARENTE, Lucia de Fátima da Silva. **Violência contra a pessoa idosa: desafio contemporâneo para os profissionais de serviço social**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XXI, n. 170, mar 2018. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=20338> . Acesso em 30 de outubro de 2018.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 10ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2017.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.



MASSACRES NA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE MONTE CRISTO: CRIMINALIDADE INTERNA E INOPERÂNCIA DA LEI

MASSACRES AT THE AGRICULTURAL PENITENTIARY OF MONTE CRISTO: INTERNAL CRIMINALITY AND LAW INOPERANCE

Maria da Conceição Mota Ferreira Cruz¹

Elizeu Ferreira de Souza Barden²

Rui Machado Junior³

RESUMO: Tendo sido construída primariamente com o objetivo de prover a prática agrícola para detentos que cumprissem pena em regime semiaberto, a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo se tornou um ambiente totalmente incapaz de recuperar seus internos, uma vez que, com o passar do tempo, começou a abrigar criminosos de alta periculosidade e condenados à pena de regime fechado e a apresentar condições desumanas que vão desde a superlotação carcerária até a péssima estrutura física do local. O ambiente favorável a rebeliões resultou em dois massacres que entraram pra história e que podem ser justificados não só pela criminalidade interna, com a entrada ou formação de facções, como também pelas falhas na aplicabilidade da lei.

Palavras-chave: Penitenciária Agrícola de Monte Cristo. Rebelião. Massacre. Lei.

ABSTRACT: Built primarily with the goal of providing agricultural practicing to jailed people who were in semi-open system, the Monte Cristo's Agricultural Penitentiary turned into a place totally unable to recover its inmate since after a time it started to shelter highly dangerous criminals in closed system and to present poor conditions such as the overpopulation in jail, and bad structure. Because it was a place prone to rebellions two carnages took place there and can be justified not only by the inside crime but also by law failing.

Keywords: Monte Cristo's Penitentiary, Rebellion, Carnage, Law.

1 Centro universitário Estácio da Amazônia, mariamotacruz@gmail.com

2 Centro universitário Estácio da Amazônia, elizeu.f@bol.com.br

3 Centro Universitário Estácio da Amazônia, ruimachadojr01@gmail.com



INTRODUÇÃO

O sistema penitenciário roraimense enfrenta hoje diversos problemas de ordem estrutural, organizacional e até de aplicabilidade da lei. Nesse contexto e após a ocorrência de duas rebeliões que somaram um número de vítimas fatais superior a trinta, a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (PAMC) passou a ser alvo de vistorias e de visitas com o objetivo de apurar falhas em suas instalações e no provimento de condições de convívio humanizado entre os detentos.

Diversos fatores foram apontados como possíveis causas dos massacres que caracterizaram os conflitos na PAMC. Os mais pertinentes, entretanto, estão voltados para a formação de grupos criminosos conhecidos como Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV), já existentes em outros estados. A disputa entre membros dessas facções por rotas de tráfico teria desencadeado as rebeliões que ocorreram em 2016 e 2017.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, garante a qualquer ser humano, sem exceção, o direito a condições favoráveis de convívio pacífico, repudiando toda forma de tratamento desumano, além de garantir o direito à educação a todo indivíduo. Esses e outros artigos têm seus princípios totalmente ignorados dentro da penitenciária, uma vez que há relatos de internos sobre a agressividade com a qual são tratados por alguns agentes. Também não há meios que viabilizem o acesso à educação porquanto as instalações não atendem as exigências de um ambiente de aprendizagem e sequer são adequadas para o ensino.

Outrossim, a Lei de Execução Penal é inoperante dentro da PAMC, como acontece com o artigo 12, Da Assistência Material, que contempla, inclusive, o direito a instalações higiênicas. Ocorre que, ao

contrário do que deveria ser, os detentos vivem de forma precária, sem gozar das mínimas condições de higiene. Os relatos de problemas de dermatose, com visitas médicas que acontecem em curtos períodos de tempo, ferem os princípios do artigo 14, Da Assistência à Saúde. Da mesma forma o inciso X do artigo 41 assegura aos internos o direito a visitas de familiares mais próximos, como cônjuge ou companheira, o que acontece, mas sem condições favoráveis para o mínimo de dignidade dos presos e das pessoas que eles recebem.

Com uma realidade atual repleta de falhas e com sinais evidentes de que pouco foi feito para melhorar o sistema carcerário no que diz respeito à Penitenciária Agrícola, fica clara a possibilidade de novos massacres em rebeliões que podem ter consequências irreversíveis.

O SISTEMA CARCERÁRIO RORAIMENSE

O estado de Roraima fica localizado no extremo norte do Brasil e, de acordo com o IBGE (2018), possui uma população estimada em 576.568 pessoas. O sistema carcerário é constituído por seis estabelecimentos prisionais, que constam no Sistema de Inspeção Prisional do Ministério Público (SIP/MP). Dentre os quais estão a Cadeia Pública de Boa Vista; a Cadeia Pública de São Luiz do Anauá; a Cadeia Pública Feminina de Boa Vista; a Casa de Albergado de Boa Vista; a Centro de Progressão Penitenciária (CPP) e a Penitenciária Agrícola do Monte Cristo. A capacidade total é de 1216 internos, conforme mostra a tabela abaixo:



Tabela 1 – Capacidade total por unidade prisional do Estado de Roraima

Unidade prisional	Capacidade total
Cadeia pública de Boa Vista	120
Cadeia Pública de São Luiz do Anauá	24
Cadeia Pública Feminina de Boa Vista	86
Casa de Albergado de Boa Vista	118
Centro de Progressão Penitenciária	118
Penitenciária Agrícola de Monte Cristo	750
Total	1216

Fonte: Sistema de Inspeção Prisional do Ministério Público. Junho de 2017

A pragmática dessa distribuição, entretanto, é superior ao estimado. Todas as unidades prisionais ultrapassam de maneira exacerbada o limite da capacidade planejada. O déficit de vagas chegava, à época do relatório do Sistema de Inspeção Prisional do Ministério Público, a mil trezentos e catorze e, ainda segundo o (SIP/MP), essa disparidade era ainda maior no que se referia à ocupação masculina, que totalizava dois mil trezentos e oitenta e sete internos. A ocupação chegou a 108,05% nas unidades prisionais listadas, representando superlotação nos presídios do Estado de Roraima, de acordo com os dados seguintes:

Tabela 2 – Ocupação total por unidade prisional do Estado de Roraima

Unidade Prisional	Ocupação total
Cadeia Pública de Boa Vista	643
Cadeia Pública de São Luiz do Anauá	57
Cadeia Pública Feminina de Boa Vista	143
Casa de Albergado de Boa Vista	357
Centro de Progressão Penitenciária	183
Penitenciária Agrícola de Monte Cristo	1147
Total	2530

Fonte: Sistema de Inspeção Prisional do Ministério Público. Junho de 2017

Com um crescimento equivalente a 35% entre janeiro de 2015 a março de 2016, a população carcerária é superior a dois mil presos cumprindo penas nas unidades prisionais de Roraima, de acordo com a Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania (SEJUC). No ano de 2017, o Relatório de Atividades do Grupo de Atuação e Combate

à Instabilidade no Sistema Carcerário (GCISC) apontou a origem da relação inversamente proporcional entre o número de vagas e da população carcerária. Segundo o GCISC, a administração prisional não se deu conta da situação que, gradativamente, saiu do controle, uma vez que no início, os internos não representavam ameaça mesmo estando alojados em uma unidade prisional destinada ao cumprimento de penas privativas de liberdade em regime semiaberto. E por considerar a população carcerária de Roraima pequena (até junho de 2017 era apenas de dois mil quinhentos e trinta), o relatório afirma ser a falta de gestão e de interesse público o principal fator determinante dessa situação de completo caos.

Nesse contexto ganha destaque a Penitenciária Agrícola do Monte Cristo, unidade prisional

situada em Boa Vista e com o maior número de presos, tornando-se palco de instabilidade e crise em seu funcionamento, seja pelas frequentes fugas em massa, seja pela ocorrência dos massacres, que em menos de três meses já totalizaram mais de quarenta mortes de reeducandos.

PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE MONTE CRISTO: UM BREVE HISTÓRICO

Também conhecida como PAMC e localizada na capital de Roraima, a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo foi construída na década de 80. Sendo a maior do estado, seu único objetivo era de receber detentos em regime semiaberto para inseri-los na prática agrícola. Entretanto, com o passar dos anos, o aumento considerável do número de infratores aliado à péssima, se não inexistente, estrutura que pudesse suportar essa realidade, a penitenciária passou a receber condenados à pena de regime fechado, abandonando a proposta inicial de recuperar seus internos por meio



da agricultura.

A partir da manifestação de representantes dos direitos humanos e da intervenção do Ministério Público, que cobrava melhorias na PAMC, as falhas dessa unidade prisional tornaram-se evidentes, especialmente quanto ao número de internos, que já representava um quantitativo quase equivalente ao total do estado, com mais de 1000 reeducandos, ultrapassando o limite para o qual a penitenciária foi planejada.

O massacre de janeiro de 2017, que resultou na morte de aproximadamente trinta internos, derivou de fatores que constituíam um cenário alarmante, com um número de detentos que já superava 1.400 quando, segundo a Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania (SEJUC) de Roraima, a capacidade era de apenas de 750. Houve uma rebelião anterior a essa e com menores proporções, mas igualmente preocupante, o que caracteriza o degradante funcionamento da Penitenciária Agrícola de Roraima.

AS REBELIÕES: MASSACRES QUE RATIFICAM AS FALHAS NA PAMC

Os episódios ocorridos no dia 16 de outubro de 2016 na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo dizem respeito à primeira rebelião, que teve como um dos facilitadores o ambiente vulnerável, caracterizado pelo fácil acesso que uma facção criminosa conhecida como Primeiro Comando da Capital (PCC) teve para chegar à ala onde ficavam os integrantes da facção rival conhecida como Comando Vermelho (CV). O ataque resultou na morte de dez internos, que tiveram seus corpos queimados, muitos depois de serem decapitados.

A segunda rebelião, ocorrida em janeiro de 2017, pode ser definida como um dos maiores massacres do país. Segundo relato do Parquet (funcionários que trabalham no Ministério Público) de Roraima, cerca de uma hora da madrugada todas as alas da

PAMC se encontravam em estado elevado de agitação e para controlar essa situação o Grupo de Resposta Rápida da Polícia Militar (GRR/PM) e o Grupo de Intervenção Tática da Secretaria de Justiça e Cidadania (GIT/SEJUC) foram acionados, uma vez que a polícia só conseguiu manter sob controle os presos que estavam na ala especial, na ala da cozinha e da favela. Ainda assim havia nesses locais cinco corpos impossíveis de serem identificados, conforme relatou o Ministério Público:

A tomada do controle da Penitenciária Agrícola pelos seus internos impossibilitou, por segurança, a continuidade da ação policial no período noturno, que só foi retomada às 6 horas da manhã. Após a varredura em toda penitenciária, foram encontrados inicialmente 30 (trinta) corpos de detentos que, reforça-se, não tinham possibilidade de identificação visual, tendo em vista a brutalidade com a qual foram mortos. [...] Releva salientar que naquele dia haviam apenas seis agentes penitenciários responsáveis pela vigilância e guarda interna de aproximadamente 1500 (mil e quinhentos) presos, o que, somado ao péssimo estado da estrutura física daquele estabelecimento prisional, tornou possível tal evento repulsivo.

Também, segundo informações do Ministério Público do Estado, as duas rebeliões somam 43 mortes sem causa definida e ainda sob investigação.

No que tange às disputas entre facções criminosas no estado de Roraima, é de extrema relevância salientar que apenas depois do registro de que há separação entre os presos de acordo com as facções criminosas às quais eles fazem parte a partir do relatório do SIP/MP, vinculado a uma visita que aconteceu em junho de 2017. Considerando que a atuação das facções dentro do sistema prisional de Roraima tem aproximadamente três anos, pode-se afirmar que essa é uma realidade recente, tanto na perspectiva do poder público quanto na perspectiva da sociedade civil e teve início com a transferência de líderes de presídios para outras unidades com regimes mais



austeros de cumprimento de pena, como é o caso das unidades prisionais federais e do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) em outros estados. Essa ação propiciou o contato entre criminosos de diferentes localidades e perfis, possibilitando influências que levaram presos roraimenses a se aliarem a facções criminosas e difundir seus códigos e valores no estado. Associado às condições precárias de detenção, esse foi um fator decisivo para o fortalecimento e expansão desses grupos.

De acordo com o poder público estadual foi o rompimento da aliança entre PCC e CV, que já durava mais de vinte anos. Atualmente essas duas facções são rivais e já ultrapassaram as fronteiras dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Os estados do Amazonas e do Rio Grande do Norte também foram palco de rebeliões envolvendo as referidas facções.

VÍTIMAS DO MASSACRE

Em entrevista com o G1, a esposa de um interno, vítima do massacre, afirmou que havia constante assédio para que seu esposo, Erimar Duran Barreto, aceitasse fazer parte de facções. Ainda assim, reeducando, que iria para o regime semiaberto em maio de 2017, jamais havia aceitado a proposta. Ela acredita que a rejeição ao convite para fazer parte de facções seja um forte motivo para a execução de internos quando ocorrem rebeliões.

Outro preso que, assim como Erimar, foi morto na ala da cozinha também vinha recusando convites para fazer parte de facções. Clealbert Guimarães era assediado frequentemente para que fizesse parte de grupos criminosos. O interno recebia, inclusive, tratamento diferenciado, conforme afirmou sua mãe, Maria Iracema Guimarães.

Eles deram ventilador, ajeitavam tudo na ala para ele ficar bem. O chefe deles vivia chamando ele para ser 'batizado'. Esses convites aconteciam direto. Como ele era forte, isso chamava atenção de alguma forma.

Ele recusava porque era evangélico e porque sabia que se entrasse, não teria mais vida própria.

Fica claro que, independente das propostas das facções, alguns internos pareciam saber que não estariam seguros em caso de rebeliões como as que aconteceram na penitenciária, talvez pela consciência de que, muito além da pseudo vantagem oferecida pelas facções, o ambiente não provia elementos fundamentais para a segurança e dignidade humana.

O Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - MNPCT visitou prisões roraimenses após o massacre na Penitenciária Agrícola e confirmou uma significativa indiferença quanto ao direito à vida dos presos na referida unidade prisional, além de condições degradante de convívio entre os detentos.

POSSÍVEIS MOTIVOS QUE RESULTARAM NO MASSACRE

Muito embora a Divisão de Inteligência e Captura (DICAP) tenha se pronunciado na época do rebelião, afirmando que só havia presos que pertenciam ao PCC no momento do massacre e que as vítimas não pertenciam a facções criminosas, essa informação não anunciava os fatos, já que foi confirmado o acesso que os integrantes do Primeiro Comando tiveram à ala onde se encontravam o presos que pertenciam ao Comando Vermelho na ocasião do massacre. Ainda assim, o chefe da DICAP, Roney Cruz, garantiu que a briga entre facções foi apenas um pretexto:

Não tinha nenhum integrante do Comando Vermelho, naquela ocasião [do massacre], dentro da penitenciaría [de Monte Cristo]. A motivação das mortes foram outras, e eles utilizaram esse pretexto da guerra das facções. Até porque, após as mortes de 2016, os presos começaram a declarar que organização faziam parte e eles foram separados.

A afirmação da DICAP esteve fundamentada no fato de que, devido a um



confronto que resultou em 10 vítimas fatais na PAMC, os grupos criminosos estavam separados desde outubro de 2016, depois da transferência, autorizada pela Vara de Execuções Penais, de presos que pertenciam ao Comando Vermelho para a Cadeia Pública de Boa Vista. A partir daí a DICAP apresentou dois motivos para o massacre:

2. A criação de um novo grupo criminoso, considerando que os mortos estavam insatisfeitos com o Primeiro Comando da Capital.
3. Uma dívida de drogas que traficantes teriam com o PCC.

Segundo a SEJUC, os detentos que integram grupos criminosos rivais permanecem separados, uma facção fica na Penitenciária Agrícola e outra na Cadeia Pública de Boa Vista. O objetivo é evitar novos conflitos violentos ou massacres entre os presos. Os relatórios da DICAP que contêm essas informações, apesar de divergirem da Polícia Civil, foram encaminhados para a Delegacia Geral de Homicídio, onde contribuíram para a investigação.

De um modo geral, o caos causado na PAMC e as conseqüentes mortes violentas só refletem a omissão de autoridades competentes, além de constantes falhas que vão desde as estruturas da penitenciária até a permissividade acerca de diversas situações que são anticonstitucionais.

A INOPERÂNCIA DA LEI COMO MOLA PROPULSORA DA CRISE

Sobre as rebeliões ocorridas na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (PAMC), aponta-se como principal causa a disputa por rotas de tráfico entre facções criminosas, que existem dentro e fora das unidades carcerárias. Ainda que esse seja um fator a ser considerado, é necessário investigar os aspectos que favoreceram ou viabilizaram tais acontecimentos. Nessa

perspectiva, uma inspeção realizada na PAMC pela Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Roraima, em 2016, identificou diversas falhas ou mesmo a inexistência do exercício da Lei de Execução Penal, que define os direitos e deveres dos internos, ocasionando um caos que, gradativamente, conduziu a referida penitenciária a massacres que ficaram na história.

A primeira observação da inspeção realizada logo chama a atenção para a deficiência na aplicação do artigo 13, que exige a disponibilidade de instalações e serviços capazes de atender aos presos em suas necessidades pessoais. A realidade mostrou-se totalmente dispare, uma vez que, na ocasião, havia mais mil e trezentos detentos em um ambiente com capacidade para apenas 750, que deveriam ser distribuídos por alas com noventa internos cada. Sendo o número superior ao estimado, não surpreende que a inspeção tenha relatado a superlotação, que atingia assombrosos quantitativos, chegando a duzentos e quinze presos por ala. Mesmo no caso em que havia apenas quarenta e nove internos, foi possível verificar a superação do limite, que era de somente vinte e quatro detentos. Celas que deveriam suportar até nove detentos, chegavam a comportar vinte deles.

Outro ponto levantado pela inspeção dizia respeito aos maus tratos. Foram constatados ferimentos ocasionados por disparos de balas de borracha nos internos por parte de agentes penitenciários e policiais militares. Diversos presos se pronunciaram acerca de um agente que exercia o abuso de poder com práticas, inclusive, de tortura psicológica.

Não só a questão da superlotação, como também os relatos de agressão são fortes indícios do desprezo pela dignidade humana no tocante ao artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que repudia qualquer forma de tratamento



desumano. Considerando, segundo a inspeção, também as condições inóspitas de higiene da PAMC (até pessoal, já que os detentos sequer estavam recebendo sabonete, creme dental e papel higiênico) que ia desde dejetos fecais inundando as áreas abertas às celas imundas exalando um forte odor e sem ventilação, é irrefutável a inoperância da Lei de Execução Penal. E se, por um lado, a higiene precária feria os princípios do artigo 12, Da Assistência Material, no que tange, principalmente, ao fornecimento de instalações higiênicas, por outro ela resultava em problemas de saúde, como dermatoses, que exigiam a eficácia do artigo 14, Da Assistência à Saúde, o que também não ocorria, uma vez que foram apurados relatos dos internos acerca da ineficiência dos atendimentos médico e odontológico. Muitos se encontravam havia meses sem receber a visita de um profissional da saúde. Na ocasião havia relato de tuberculose contraída dentro da penitenciária.

Quanto à estrutura para o fornecimento de educação, o PAMC oferecia salas de aula, mas era deficiente no provimento de equipamentos e de pessoal que garantissem a aplicabilidade do artigo 17, Da Assistência Educacional, que compreende a instrução escolar e a formação do preso ou do internado. Também, na ocasião, foi apurado que, apesar da oferta de estudo presencial e da existência de três salas de aula, apenas 5% dos internos integravam a prática discente, o que contraria o artigo 26 da Declaração Universal de Direitos Humanos, que garante o direito à educação a todo indivíduo.

A Lei de Execução Penal, no inciso X do artigo 41, Dos Direitos, permite que o preso receba a visita do cônjuge, da companheira, de parentes e de amigos em dias determinados. Porém, mesmo gozando desse direito, muitos internos enfrentam problemas oriundos do constrangimento causado a seus

visitantes, principalmente a suas companheiras, o que evidencia o descumprimento da lei.

Para além das questões de inaplicabilidade ou inoperância da lei, tem-se ainda o aumento do número de internos, o crescimento da violência dentro da PAMC e a exiguidade do poder estatal como fatores que motivaram o massacre na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo.

CONSEQUÊNCIAS DOS MASSACRES: CENÁRIO ATUAL E POSSIBILIDADE DE NOVAS REBELIÕES

É importante salientar que depois do massacre de janeiro de 2017 na PAMC, as fugas de detentos têm sido mais frequentes, apesar das rondas realizadas pela polícia militar e por agentes penitenciários. No dia 13 de agosto de 2018 o coronel Paulo Macedo, titular da SEJUC, informou que mais de setenta internos haviam fugido da Penitenciária Agrícola e afirmou que a solução para esse problema seria uma reforma estimada em cerca de oito milhões na unidade prisional. Uma outra fuga anterior a essa levou trinta detentos às ruas, em junho do mesmo ano.

A liberdade para arquitetar planos de fuga pode ser fruto da liberdade que, segundo denúncia anônima, têm os detentos de circular dentro das alas de penitenciária pela falta de cadeados nas celas, o que acentua o risco de novas rebeliões ou mesmo compromete a segurança dos agentes penitenciários e dos policiais militares. De acordo com Lindomar Sobrinho, presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de Roraima (SINDAPE), há, de fato, uma dificuldade em garantir a vigilância na unidade, uma vez que algumas alas são monitoradas em tempo integral à distância, mas afirmou que a situação já estaria sob controle. E acrescentou que os detentos não têm domínio de todo o presídio, porquanto são contidos pela muralha para que voltem



às suas celas quando estão soltos.

Em contrapartida, a SEJUC negou essa informação e assegurou que recebe cadeados regularmente e que a Polícia Militar não identificou nenhuma irregularidade após vistoria realizada. Outro aspecto que se agravou depois das rebeliões e que pode ser considerado uma consequência do massacre são as ordens dadas de dentro da PAMC para ataques incendiários e execuções do lado de fora da penitenciária. A Polícia Militar acredita que as ordens sejam resposta às apreensões de celulares, armas brancas e drogas, além de buracos nos muros, que poderiam estar relacionados aos planos de fuga. Segundo o coronel Edson Prola, comandante da Polícia Militar de Roraima, a ordem para os ataques que aconteceram em Boa Vista no dia 30 de agosto foi dada no interior da penitenciária por chefes da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). As cidades alvo foram Boa Vista, Caroebe, Caracaraí, Cantá e Iracema e os ataques incendiários foram feitos a agências bancárias e prédios públicos, entre eles um quartel da PM a delegacia de Polícia Civil.

Na cidade de Boa Vista os ataques tiveram início às 22h e aconteceram em bairros na zona Oeste. No tumulto causado houve explosão de caixas eletrônicos e os criminosos puseram fogo na sede do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairro Nova Cidade. Em alguns casos os danos não foram de grande proporção, como foi o caso de um banco no bairro Raiar do Sol, e no CRAS do bairro União. Segundo o coronel Lindolfo Bessa, criminosos também, bandidos jogaram um coquetel molotov no quartel da PM e danificaram um carro que estava próximo à delegacia no Cantá e tentaram atacar uma delegacia da Civil em Iracema. Um banco e a sede do CRAS de Caracaraí foram incendiados, além de um caminhão de lixo em Caroebe.

Além das falhas que dão aos detentos

acesso ao que lhes foi apreendido na vistoria, que possivelmente resultou nas ordens que levaram Boa Vista e outras cidades do estado a um profundo caos, a estrutura física da Penitenciária Agrícola é outro problema que só vem se agravando depois dos últimos massacres.

A reforma, que estava prevista seis meses, está estagnada e embora o governo garanta que a reforma já tenha chegado aos seus 75% com mais de dois milhões gastos, um servidor da penitenciária revelou, em entrevista ao G1, que somente a ala 1 foi concluída e afirma que quase nada mudou e o pouco que foi feito já está degradado pelos próprios detentos. Apenas quatro alas, guaritas, parte elétrica e sanitária passaram por reestruturação. No dia 19 de maio de 2017 a Secretaria de Justiça e Cidadania anunciou a reforma, porém, depois de um ano, a (SEINF) Secretaria de Infraestrutura anunciou que as obras foram paralisadas por causa de problemas de ordem financeira e de segurança dos trabalhadores da empresa executora.

Um esgoto a céu aberto, que contempla três alas do presídio, teve suas condições sanitárias melhoradas. O governo, em resposta, garantiu que foram concluídas as alas 1, 11 e 16, restando apenas os detalhes do acabamento e confirmou que o que já havia sido feito fora destruído pelos internos, conforme informou o servidor da unidade prisional.

Outro dado acerca das condições estruturais é de que desde a interrupção de suas obras já foram encontrados oito túneis na PAMC, dos quais um, com cem metros de extensão, foi o facilitador de uma das fugas dos criminosos. Outros túneis, com quarenta e quatro, vinte e cinquenta metros foram encontrados. A SEJUC garantiu que todos já foram soterrados.

Um novo prazo foi estabelecido para a conclusão da reforma da Penitenciária



Agrícola e o governo deverá abrir um processo emergencial, buscando concluir a restauração no tempo estipulado. O processo atual será executado com recursos do Departamento Penitenciário Nacional e fiscalizado pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal, e também pelo próprio DEPEN. A reforma prevê duzentas novas vagas na Penitenciária de Monte Cristo, que nunca teve suas instalações reestruturadas desde 1989, ano em que foi fundada.

REBELIÕES FUTURAS

Depois de uma vitória feita pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cláudio Lamanchia, na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, uma nota foi divulgada declarando a evidente perda de controle do Estado sobre a referida unidade prisional, que precisa urgentemente de uma intervenção do governo estadual e do governo federal. Para ele, o maior entrave pode ser o fato de que a responsabilidade de apresentar solução para essa crise não é assumida por nenhum dos dois poderes públicos, conforme afirma:

As autoridades precisam pedir permissão para os líderes das facções criminosas para cumprirem suas funções mais elementares como levar detentos a audiências ou cumprir alvarás de soltura, assim como quando os advogados precisam ter acesso a seus clientes. Ou seja: a penitenciária de Monte Cristo é uma bomba relógio prestes a explodir enquanto as autoridades fazem um jogo de empurra-empurra.

Ainda segundo Lamanchia, a crise que estado de Roraima atravessa com a entrada de venezuelanos também deve ser vista como questão de saúde e de segurança pública, não apenas humanitária, uma vez que isso reflete também no aumento da população carcerária, agravando o que já é um problema. Por essa razão, os problemas do sistema prisional devem ser combatidos com a mesma prioridade dada às questões

acerca do fluxo crescente de imigrantes. O presidente da OAB, diante do apurado na vitória realizada, acredita que a PAMC tem grandes chances de enfrentar novos conflitos de proporções inimagináveis se autoridades brasileiras não dispuserem atenção ao que precisa ser feito para promover mudanças positivas no presídio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema carcerário do Estado de Roraima funciona há anos como fomentador do crime devido às condições inóspitas anticonstitucionais que o descrevem. A Penitenciária Agrícola de Monte Cristo ganha destaque nesse aspecto, uma vez que vem acumulando inúmeras falhas em seu ambiente, resultando em conflitos que deixam as autoridades em estado de alerta. De um modo geral diversos fatores contribuem para essa realidade, uma vez que possibilitam a formação de quadrilhas e de facções bem como o livre acesso a drogas e seu consumo, além de assassinatos e rebeliões dentro dessas unidades carcerárias.

Elencam-se, como principais elementos que viabilizam a crise na PAMC, a incapacidade que tem o local de abrigar os detentos que ali se encontram, não apenas pela estrutura precária das instalações, mas pelo número de internos que já ultrapassa o limite estimado para essa penitenciária; a inoperância ou inaplicabilidade da Lei de Execução Penal e da Declaração Universal dos Direitos Humanos; o recrudescimento da violência e a omissão do poder estatal no interior do presídio, sendo este último um fator determinante para o empoderamento e liderança de criminosos de alta periculosidade presos, o que maximiza a crise já existente. Isso certamente justifica a ocorrência de tantas fugas e promoveu o cenário favorável para as rebeliões ocorridas entre 2016 e 2017, que em um intervalo de menos de três meses totalizaram quarenta e três mortes, sendo a rebelião mais recente



uma das maiores do país.

A Administração Penitenciária e o Poder Executivo Estadual se mostram impotentes diante desse contexto de crimes que ocorrem na PAMC, o que soa como negligência na tomada de medidas que possam assegurar meios básicos capazes de garantir o controle dentro dessa unidade carcerária e condições de vida para quem nela cumpre pena. É importante considerar também que o número reduzido de agentes penitenciários é outro facilitador da crise, uma vez que o monitoramento dentro da penitenciária fica comprometido e a segurança, vulnerável.

Esse quadro caótico preocupa não só as autoridades que estão diretamente relacionadas às questões de segurança pública, mas a sociedade, que acompanha não apenas a crescente violência diária nas ruas, mas também arca com as consequências de um sistema prisional falido.

REFERÊNCIAS

PEDROSO, Catarina; GIVISIEZ, Fernanda; SILVA, José; COSTA, Lucio; DUARTE, Thais.

Relatório de missão a unidades de privação de liberdade no estado de Roraima – Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, SDH/PR, Brasília, 2017.

SILVA, Anderlândia Nobrega da; ALMEIDA, Linoberg Barbosa de. **Prisões da Fronteira (Sem) Norte: observações sociológicas sobre o sistema prisional em Roraima**. Revista Eletrônica EXAMÁPAKU, v. 07, n. 03, p. 02-22, 2014.

FONTES DE MEIO ELETRÔNICO

BRANDÃO, Inaê; OLIVEIRA, Valéria. **Um ano depois, inquérito que investiga massacre de 33 presos em Roraima não foi concluído**. G1- O portal de notícias da Globo/RR, Boa Vista, jan. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/um-ano-depois-inquerito-que-investiga>

[massacre-de-33-presos-em-roraima-nao-foi-concluido.ghtml](https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/massacre-de-33-presos-em-roraima-nao-foi-concluido.ghtml)> Acesso em: 21 de agosto de 2018.

BRASIL, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 27 de setembro de 2018.

CHAGAS, Paulo Victor. **OAB vistoria presídio de Monte Cristo em Roraima e faz alerta**. Agência Brasil, Brasília, ago. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-08/oab-vistoriapresidio-de-monte-cristo-em-roraima-e-faz-alerta>> Acesso em: 27 de setembro de 2018.

com.br/direitos-humanos/noticia/2018-08/oab-vistoriapresidio-de-monte-cristo-em-roraima-e-faz-alerta> Acesso em: 27 de setembro de 2018.

CHAVES, Alan; OLIVEIRA, Valéria. **Reforma de R\$ 3 milhões da penitenciária de RR que começou há um ano está parada desde janeiro**. G1- O portal de notícias da Globo/RR, Boa Vista, mai. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/reforma-de-r-3-milhoes-da-penitenciaria-de-rr-que-comecou-ha-um-ano-esta-parada-desde-janeiro.ghtml>> Acesso em: 21 de agosto de 2018.

Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Roraima. **Relatório Nº 01/2016 De Visita/ Inspeção A Penitenciária Agrícola De Monte Cristo**. Disponível em: <<http://infobucket.s3.amazonaws.com/arquivos/2017/01/11/relatorio-de-visita-a-pamc-helio-abozaglo.pdf>> Acesso em: 21 de agosto de 2018.

Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Roraima. **Relatório Nº 01/2016 De Visita/ Inspeção A Penitenciária Agrícola De Monte Cristo**. Disponível em: <<http://infobucket.s3.amazonaws.com/arquivos/2017/01/11/relatorio-de-visita-a-pamc-helio-abozaglo.pdf>> Acesso em: 21 de agosto de 2018.

Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Roraima. **Relatório Nº 01/2016 De Visita/ Inspeção A Penitenciária Agrícola De Monte Cristo**. Disponível em: <<http://infobucket.s3.amazonaws.com/arquivos/2017/01/11/relatorio-de-visita-a-pamc-helio-abozaglo.pdf>> Acesso em: 21 de agosto de 2018.

CORREA, Luan Guilherme. **Presos ficam soltos nas alas por falta de cadeados nas celas**. Folha de Boa Vista, Boa Vista, mar. 2018. Disponível em: <<https://www.folhabv.com.br/noticia/Presos- ficam-soltos-nas-alas-por-falta-de-cadeados-nas-celas/37732>> Acesso em: 21 de agosto de 2018.

COSTA, Emily. **Ordem para ataques em Roraima foi dada por presos e partiu da Penitenciária Agrícola, diz polícia**. G1- O portal de notícias da Globo/RR, Boa Vista, jul. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/07/>



30/ordem-para-ataques-em-roraima-foi-dada-por-presos-e-partiu-da-penitenciaria-agricola-diz-policia.ghtml> Acesso em: 21 de agosto de 2018.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm> Acesso em: 21 de agosto de 2018.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL - DEPEN. Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN>> Acesso em: 21 de agosto de 2018.

LEI Nº 7.210/ 84. Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm> Acesso em: 21 de agosto de 2018.

Presos fogem por buraco em muro da Penitenciária Agrícola de Roraima. G1- O portal de notícias da Globo/RR, Boa Vista, jul. 2018. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/13/presos-fogem-por-buraco-em-muro-da-penitenciaria-agricola-de-roraima.ghtml>> Acesso em: 21 de agosto de 2018.

Relatório de Visitas Prisionais. Roraima-2017. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/noticias/Relat%C3%B3rio_completo_Vers%C3%A3o_final.pdf> Acesso em: 31 de agosto de 2018.

Secretário de Justiça de RR afirma que mais de 70 presos fugiram da Penitenciária Agrícola na segunda (13). G1- O portal de notícias da Globo/RR , Boa Vista, jul. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/17/secretario-de-justica-de-rr-afirma-que-mais-de-70-presos-fugiram-da-penitenciaria-agricola-na-segunda-13.ghtml>> Acesso em: 21 de agosto de 2018.



APLICAÇÃO DA TERAPIA COGNITIVO – COMPORTAMENTAL SOBRE OS EFEITOS DO ESTRESSE NO SERVIDOR DE SEGURANÇA PÚBLICA

APPLICATION OF COGNITIVE - BEHAVIORAL THERAPY ON THE EFFECTS OF STRESS ON THE PUBLIC SAFETY SERVER

Mônica de Lima Lopes¹

RESUMO: Este Artigo vem abordar a aplicação da Terapia Cognitivo - Comportamental, face às incidências e efeitos do estresse nos profissionais de Segurança Pública, sendo este considerado um dos principais riscos ocupacionais existentes no ambiente de trabalho, causadores de danos e ou agravos à saúde destes profissionais. Neste contexto, tem-se como objetivo principal evidenciar a importância da prevenção, tratamento e acompanhamento dos policiais e seus familiares, incluindo a promoção da saúde, de qualidade de vida e bem-estar no exercício de sua função. Desta forma, foi utilizado como metodologia de trabalho um estudo de análise exploratória e bibliográfica do tipo descritiva. Observou-se que atualmente os princípios e as metas de necessidade da valorização dos profissionais, na tentativa de reduzir os riscos de adoecimento no desempenho de suas funções, buscam o modelo biopsicossocial entre as dimensões biológicas, psicológicas e sociais. Mesmo com o ambiente de trabalho inadequado, muitas vezes o policial precisa adaptar-se, contudo, no decorrer dos anos, as doenças ocupacionais começam a surgir. Como maior consequência, observamos a sobrecarga física e emocional, ocasionadas pelo acúmulo de estresse gerado por um ambiente hostil e dificuldade de enfrentamento diante de situações difíceis que exige do profissional, um nível de atenção elevada. Diante do contexto, acredita-se que é necessário maior investimento na qualidade de vida do policial, através de ações de saúde, mudança de cultura institucional e valorização do profissional influenciando o bem-estar, dando continuidade aos trabalhos e otimização das atividades dos Servidores de Segurança Pública.

Palavras-chave: Estresse, Segurança Pública, Terapia Cognitivo-Comportamental.

ABSTRACT: This Article is addressing the application of Cognitive - Behavioral Therapy, given the incidences and effects of stress on public safety professionals, which is considered one of the existing occupational hazards in the workplace, causing damage and or health problems these professionals. In this context, it has as main objective to highlight the importance of prevention, treatment and monitoring of police officers and their families, including health promotion, quality of life and well-being in the exercise of its function. Thus, it was used as a working methodology a study of exploratory and descriptive analysis of the literature. It was noted that currently the principles and the need for enhancement of professional goals in an attempt to reduce the risk of illness in the performance of its functions, seek the biopsychosocial model between the biological, psychological and social dimensions. Even with inadequate work environment, often the police need to adapt, however, over the years, the occupational diseases begin to emerge. As greater consequence, we observe the physical and emotional burden, caused by the accumulation of stress generated by a hostile environment and difficulty coping in difficult situations requiring professional, high a level of attention. On the context, it is believed that it is necessary to invest more in the police quality of life through programs in health, institutional culture change and enhancing the professional influencing the well-being, continuing the work and optimization of the Security Servers activities public.

Keywords: Stress, Public Security, Cognitive-Behavioral Therapy.

¹ Unisepe – União das Instituições de Serviços, Ensino e Pesquisa Ltd, monicalilopes@gmail.com



INTRODUÇÃO

O estresse, palavra de origem inglesa, é utilizado, segundo Hans Selye (1984), para designar o estado em que se encontra um organismo ameaçado de desequilíbrio. Serve para estabelecer o equilíbrio interior o qual sofre modificações pelas diferentes exigências exteriores. Trata-se de uma síndrome conhecida por Síndrome Geral de Adaptação, que se desenvolve em três fases: fase de alerta, fase de resistência e fase de exaustão (LIPP, 1996).

O estresse não é uma doença, mas uma preparação do organismo em resposta a um novo estímulo, ou seja, uma reação biológica essencial para adaptação a novas situações, a qual varia de uma pessoa para outra. O estresse não se refere somente a situações negativas, apesar de ser uma definição utilizada nos momentos de tensão, é o conceito usado ao conjunto de reações do organismo quando se depara com qualquer estímulo, tanto ameaçador que incita desconforto, como uma expectativa favorável (MICHAELA, 2011).

O ambiente organizacional pode ser considerado uma das fontes promotoras de estresse, chamado estresse ocupacional. É produto da relação entre o indivíduo e o seu ambiente de trabalho, em que as exigências deste ultrapassam as habilidades do trabalhador para enfrentá-las, o que pode desencadear um desgaste excessivo do organismo, interferindo na sua produtividade (DEJOURS, 1990).

Coman e Evans (1991) investigaram reações físicas dos policiais em relação a conteúdo de trabalho e

fatores de contexto de trabalho. Os autores encontraram, como fatores estressantes de trabalho, aqueles relacionados às atividades executadas pela polícia enquanto lidando com o público, provendo um serviço público ou prendendo criminosos. Também detectaram fatores do contexto de trabalho relacionados com os fatores organizacionais e fatores de rotina profissional, como promoção e procedimentos disciplinares e papel do trabalho, sendo que o fator mais estressante foi lidar com situações perigosas e violentas ou com o resultado das mesmas.

Albrecht (1988) faz referência a um grupo de fatores estressantes no ambiente do trabalho que pode afetar a qualidade de vida profissional dividindo-os em físicos, sociais e emocionais. Dentre os fatores físicos, o autor se refere a temperatura, barulho, vibração, poluidores do ar, lesões físicas, máquinas perigosas, animais perigosos e substâncias potencialmente explosivas ou tóxicas. Entre os fatores sociais estão: chefe, colegas de trabalho, clientes e outras pessoas com as quais o relacionamento represente risco de danos morais ou pessoais. Quanto aos fatores emocionais, há: prazos, risco percebido de lesão física, risco financeiro pessoal, necessidade de prestação de contas por tarefas de alto risco, medo de perder status, expectativa de fracasso e de desaprovação de outras pessoas importantes.

O exercício profissional das forças de segurança é considerado uma das ocupações mais estressantes do mundo. Os motivos para esta classificação



compreendem-se com a natureza das funções prestadas onde, para além dos problemas mais comuns a outras ocupações, trabalho por turnos, excesso de horas de trabalho, etc. (DANTZER, 1987; SELYE, 1984).

JUSTIFICATIVA

O interesse pelo tema surgiu com ênfase às questões relacionadas às condições adversas de trabalho, jornadas e riscos da profissão, que entende-se como surgimento de doenças ocupacionais e altos índices de estresse e desgaste emocional, físico e psíquico. A exploração teórica justifica-se em buscar estratégias de identificação e atuação segundo as técnicas utilizadas na terapia cognitivo-comportamental, como meio de enfrentamento e ajustamento à satisfação no exercício da profissão, investir no profissional, e valorizar seu trabalho, além de prover apoio e atenção aos interesses e dificuldades pessoais que estejam enfrentando. Contudo, surge a necessidade de criar um programa específico voltado para a qualidade de vida do trabalhador.

Sendo assim, esse estudo tem como objetivo geral identificar a incidência de estresse no servidor de Segurança Pública, no que se refere aos aspectos promotores de estresse e saúde ocupacional. Pretende-se também:

- Identificar a incidência de estresse no servidor de Segurança Pública;
- Investigar as estratégias defensivas utilizadas frente às situações estressoras;
- Averiguar os aspectos relativos à organização do trabalho dos sujeitos;

MÉTODO

Na tentativa de aprender os objetivos

propostos, foi lançado mão de um estudo exploratório do tipo bibliográfico, de método qualitativo. O enfoque literário visou compreender o fenômeno proposto através de instrumentos como, artigos científicos, livros como bases de referências e artigos de revistas.

A revisão bibliográfica consiste em uma pesquisa diferenciando-se de levantamento de dados, na qual busca-se informações disponíveis em publicações como livros teses e artigos de renome nacional ou não em páginas da web feitos por autores diversos (Rodrigues, 2007).

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Lipp (2014) descreve o estresse como uma reação do organismo com componentes psicológicos, físicos, mentais e hormonais que ocorrem quando surge a necessidade de uma adaptação grande a um evento ou situação de importância, podendo ser positivo ou negativo.

De acordo com Selye (apud Lipp 1996), o estresse conhecido por síndrome geral de adaptação, se desenvolve em três fases: fase de alerta, fase de resistência e fase de exaustão. A fase de alerta inicia-se quando a pessoa se confronta com o estressor pela primeira vez. Neste momento, uma reação de alerta se instala e o organismo se prepara para a luta ou para a fuga com a consequente quebra da homeostase. Quando o estressor tem uma duração curta à adrenalina é eliminada e ocorre a restauração da homeostase, e a pessoa sai dessa fase sem complicações para o seu bem-estar. É nessa fase que ocorre um aumento na produtividade, se a pessoa sabe administrar o estresse, ela pode utilizá-lo em seu benefício devido à



motivação, entusiasmo e energia que esta fase produz.

Segundo Lipp e Malagris (1995), dois sintomas aparecem com bastante frequência nesta fase: a sensação de desgaste generalizado sem causa aparente e dificuldade com a memória. Na terceira fase, a da exaustão, conforme Selye apud Lipp (1996), o estresse já se tornou intenso demais, devido a pessoa não ter energias suficientes para lidar com o estressor ou devido a outros estressores que ocorrem concomitantemente. A combinação de vulnerabilidade individual com estímulos com potencial estressor leva ao desenvolvimento de estresse, o qual se manifesta tanto ao nível individual quanto ao organizacional.

Do ponto de vista individual, França e Rodrigues (1997), relaciona como principais sintomas de estresse: nervosismo, ansiedade, irritabilidade, fadiga, sentimentos de raiva, angústia, período de depressão, dor no estômago, dor nos músculos do pescoço e ombros e dores discretas no peito quando o indivíduo se encontra sob pressão.

As manifestações habituais podem ser mentais e/ou cognitivas (sentimentos de desamparo, fracasso e impotência; baixa auto-estima; inquietude e dificuldade para concentração; comportamentos paranóicos e/ou agressivos com companheiros e família); físicas (cansaço; dores osteo-articulares e cefaléias; transtornos do sono; alterações gastro-intestinais, taquicardias); de conduta (consumo elevado de café, álcool, fármacos e drogas ilegais; absenteísmo no trabalho; baixo rendimento pessoal; conflitos interpessoais no trabalho e no ambiente familiar) (GIL, 2002 apud

FREITAS, 2010).

Segundo Dejours (1992), a primeira vítima do trabalho inseguro não é o aparelho psíquico; mas, sim, o corpo que se entrega na execução das atividades laborais e acaba adquirindo complicações inerentes do local de trabalho precarizado; dessa forma, têm-se um trabalhador fragilizado, e arriscando a vida, para cumprir as obrigações prescritas pela organização.

Dejours (1992) aponta para elementos que auxiliam na compreensão das condições e organização do trabalho e da vivência dos trabalhadores que nela desenvolvem suas atividades e aí passam grande parte de sua vida. Chama a atenção para a organização do trabalho, que, segundo o ele, é a principal responsável pelo surgimento de experiências danosas ou não ao psiquismo do trabalhador.

Dificuldades em conciliar de forma satisfatória a vida familiar e ocupacional estão entre os fatores associados ao estresse no Servidor de Segurança Pública. Estudos demonstram que a associação trabalho-família possui reflexos positivos e negativos no bem-estar das pessoas, sendo que em um momento de crise eles podem amparar e proteger o sujeito, como também podem ser um gatilho para o adoecimento (HALBESLEBEN e ZELLARS, 2010).

Halbesleben e Zellars (2010) apontam que muitas vezes o conflito relacionado à indisponibilidade familiar e desequilíbrio na vivência desses dois papéis (trabalhador-integrante de um grupo familiar), criam tensões e cargas psíquicas intensas que podem levar o



trabalhador ao adoecimento, pois o mesmo não consegue lidar sozinho com as pressões que estão lhe confrontando.

RELAÇÃO SAÚDE E ADOECIMENTO

Atualmente, alguns autores (Gil-Monte, 2005; Kalimo, El-Batawi & Cooper, 1988; Lipp, 1996) questionam se o estresse derivado da realização do trabalho é uma das principais causas de enfermidade laboral, de absenteísmo e da origem de muitos acidentes. Gil-Monte (2005) afirma que a prevenção dos riscos psicossociais no trabalho que podem gerar estresse e a prevenção dos acidentes laborais têm tido um grande destaque nos últimos tempos.

Halbesleben e Zellars (2010) relatam que uma das causas do conflito entre os papéis trabalho-família refere-se ao tempo, ou seja, quando a pessoa se entrega a um dos papéis fisicamente, quando permanece afastado de um dos ambientes (trabalho ou família). Quanto ao psicológico, a subjetividade (pensamentos, fantasias, etc.) do mesmo está focalizada em apenas um dos locais. Os autores também inserem o conceito de Spillover que pode ser identificado quando “um campo passa a ter influência (de maneira positiva ou negativa) sobre o outro, ou seja, uma situação estressora em uma área da vida mobilizará todas as outras”(HALBESLEBEN e ZELLARS, 2010, P.60).

Halbesleben e Zellars (2010) descrevem que quando os profissionais precisam encontrar estratégias para o enfrentamento do estresse ou do conflito trabalho-família, atenuado com o sentimento de impossibilidade de cumprir sua tarefa. A tendência é de que eles não

consigam reduzi-lo, esta situação se inverte quando a organização do trabalho investe em ações sistêmicas mais amplas para prevenir e amparar seus colaboradores.

A TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL APLICADA NO ENFRENTAMENTO DO ESTRESSE

A Terapia Cognitivo-Comportamental, conhecida como TCC, utiliza técnicas e conceitos vindos de duas principais abordagens, sendo estas a cognitiva e a comportamental. Seu conceito tem uma estrutura “biopsicossocial” na determinação e compreensão dos fenômenos relativos a psicologia humana, constituindo-se como uma abordagem que focaliza o trabalho sobre os fatores cognitivos da psicopatologia (BAHLS e NAVOLAR, 2004).

Segundo Beck (1997) a TCC basear-se numa abordagem estruturada, diretiva, ligada a uma relação genuína entre paciente e terapeuta, pautada pela empatia e colaboração mútua. Seu foco principal é a psicoeducação, as técnicas utilizadas visam identificar, testar a realidade e corrigir as conceituações cognitivas distorcidas.

De acordo com Corrêa e Menezes (2002), o estresse negativo tem afetado um número crescente de trabalhadores em todo o mundo, provocando, além de sofrimento físico e mental, prejuízos financeiros também crescentes às empresas e ao sistema de previdência e seguridade social. Estudos confirmam a importância do estresse nas doenças do coração, de pele, gastrintestinais, neurológicas e em distúrbios ligados ao sistema imunológico e emocional.



Conforme proposto por Lipp (1996) no treino de controle do estresse, o tratamento do estresse, precisa aliar as técnicas cognitivas intervenções mais específicas (como exercícios de relaxamento) à prática regular de exercícios físicos e uma nutrição adequada. No caso do tratamento do estresse a hipnose principal do papel do exercício é sua função ativadora da liberação de betaendorfinas responsáveis pelas sensações de conforto, prazer, alegria e bem estar.

Hart, Wearing e Headey (1995) sugerem que, para desenvolver projetos de intervenção no sentido de reduzir o estresse de policiais, deve ser adotada uma abordagem mais sistêmica, em razão do complexo relacionamento de variáveis que explicam o bem-estar psicológico desses trabalhadores. O essencial, de acordo com França e Rodrigues (1997), seria melhorar a qualidade da rotina de trabalho. Segundo esses autores, deve-se valorizar mais o próprio corpo e estar alerta para os sintomas que se repetem, como dor de cabeça e insônia, antes que se adoça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do contexto apresentado, observa-se que os objetivos foram atingidos uma vez que na profissão em questão, faz-se necessário investir no profissional e valorizar o seu trabalho, tomando como base o tipo de atividade e situações que estes grupos enfrentam cotidianamente, que eventualmente os expõe a riscos de vida e integridade física. Promover apoio e atenção aos interesses e dificuldades pessoais que estejam enfrentando, em consequência das diversas influências causadoras do

estresse e que podem ser danosas ou não a saúde física e mental do policial. Este profissional, portanto, se torna sujeito a pressões causadoras de sofrimento psíquico, o que sugere a necessidade de um suporte preventivo e terapêutico nos quadros que já se encontram instalados.

Entende-se que a autoexigência do profissional ou até mesmo situações em que seu grau de profissionalismo é colocado em questão negativamente, torna o indivíduo propenso a níveis de estresse altíssimos pelo conflito vivido no seu dia a dia. O desinteresse por outras atividades, principalmente atividades físicas, são em percentual elevado dentro das corporações policiais, que abre grande precedente para problemas associados ao estresse como o uso abusivo de substâncias psicoativas.

Conclui-se, portanto, que o Estresse pode ser controlado através de Técnicas Psicoterápicas desenvolvidas através da TCC, visando promover o mais realista tanto da demanda do ambiente e de sua importância, quanto das capacidades do indivíduo, de modo a gerar apenas ativação necessária dos mecanismos de estresse.

Sendo assim, necessita-se de mais estudos na área e cabe ao Terapeuta Cognitivo - Comportamental estar atento e chamar a atenção do paciente para o repentino aumento do nível de energia, incompatível com a condição física anterior, trabalhando em termos psicocognitivos e psicoeducativos. O terapeuta tem como fundamental importância do seu trabalho indicar a prática de exercícios físicos como parâmetro de qualidade de vida e controlador do estresse.



REFERÊNCIAS

- ALBRECHT, K. (1988). **O gerente e o estresse**. Rio de Janeiro: Zahar.
- BAHIS, Saint-Clair; NAVOLAR, Ariana Bassetti Borba. **Terapia Cognitivo-Comportamentais: Conceitos e Pressupostos Teóricos**. Revista eletrônica de Psicologia. n. 04, Curitiba, jul. 2004 Disponível em www.utp.br/psico.utp.online
- BECK, Judith S.; **Terapia Cognitiva: teoria e prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- COMAN, G. & Evans, B. (1991). **Stressors facing the Australian police in the 1990s**. *Police Studies*, 14, 153-65.
- CORRÊA, Sebastião Augusto; MENEZES, José Ricardo de Melo. **Estresse e trabalho**. Campo Grande, MS, 2002.
- DANTZER, M. L. (1987). **Police related stress: A critique for future research**. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 3, 43-48.
- DEJOURS. C. **A loucura do Trabalho**. São Paulo, SP, 1992.
- FRANÇA, A. C. L. & Rodrigues, A. L. (1997). **Stress e trabalho: guia básico com abordagem psicossomática**. São Paulo: Atlas.
- FREITAS, Ângela Maria de. **Impacto do estresse cotidiano no funcionamento executivo de Policiais Civis do RS**. Porto Alegre: PUCRS, 2010. Disponível em <http://www.forumseguranca.org.br> Acesso em: 14 de outubro de 2011.
- _____. O manejo do stress In: RANGE, B. (org). **Psicoterapia Comportamental e Cognitiva: pesquisa prática, aplicações e problemas**. Campinas: Fundo Editorial Psy, 1995.
- GIL-MONTE, P. R. (2005). **Factorial validity of the Maslach Burnout Inventory (MBI-HSS) among Spanish professionals**. *Revista Saúde Pública*, 39(1), 23-35.
- HALBESLEBEN, J. R. B.; ZELLARS, K. L. Stress e a Interface trabalho-família. In: Rossi, Ana Maria Rossi; PERREWÉ, Pamela L.; SAUTER, Steven L. (Orgs.). **Stress e qualidade de vida no trabalho: Perspectivas atuais da saúde ocupacional**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2010, p.56-72.
- HART, P. M., Wearing, A. J. & Headey, B. (1995). **Police stress and well-being: Integrating personality, coping and daily work experiences**. *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 68, 133-156.
- KALIMO, R., El-Batawi, M. A. & Cooper, C. L. (1988). **Los factores psicosociales en el trabajo y su relación con la salud**. Ginebra: Organización Mundial de la Salud.
- LIPP, Marilda Novais (org.). **Pesquisa sobre Estresse no Brasil: saúde, ocupação e grupo de risco**. São Paulo: Papirus, 1996.
- LIPP, Marilda E. N. e MALAGRIS, Lúcia E. N. **O stress emocional e seu tratamento**. In: Rangé, Bernard. *Psicoterapias cognitivo-comportamentais*, Artmed, São Paulo, 2001.
- LIPP, M. E. N. & Novais, L. E. (2009). **A Mágoa**. In Lipp, M. (Org.). **Sentimentos que causam stress: como lidar com eles** (PP.159-167) (2. Ed.). Campinas: Papirus.
- LIPP, Marilda Emmanuel Novaes. **Manual do Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (ISSL) / Marilda Emmanuel Novaes Lipp**. – São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.
- MICHAELA, J. **Mato Grosso terá estudo sobre estresse policial**. Disponível em <http://www.forumseguranca.org.br> Acesso em: 20 de outubro de 2011.
- RODRIGUES, William Costa. **Metodologia Científica**. FAETEC/IST. Paracambi, 2007. Disponível em: http://www.ebras.bio.br/autor/aulas/metodologia_cientifica.pdf Acesso em 7 de janeiro de 2016.
- SELYE, H. (1984). **Police stress**. *Police Stress Magazine*, 1, 2-5.



ESTUDO SOBRE A EFICIÊNCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DOS INVESTIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA NO PLANO PLURIANUAL 2016-2019 DO ESTADO DE RORAIMA

STUDY ON THE EFFICIENCY OF THE BUDGET MANAGEMENT OF INVESTMENTS IN PUBLIC SECURITY IN THE MULTI-ANNUAL PLAN 2016-2019 OF THE STATE OF RORAIMA

Cláudio Travassos Delicato¹

Ordilei Rocha Pereira²

Emilson Pinheiro Coelho Neto³

Claycia Maria Rocha Machado⁴

Andréia Saraiva Ximenes⁵

RESUMO: Um dos principais desafios da gestão pública brasileira é a aplicação de recursos públicos na área de segurança pública, com vistas ao enfrentamento da criminalidade. A boa gestão orçamentária e financeira pressupõe um desempenho eficaz e eficiente do aparelho do Estado, para o oferecimento de segurança e diminuição dos índices criminais. Nesse sentido, o presente artigo aborda a temática dos investimentos em segurança pública consignados no Plano Plurianual 2016-2019 do Estado de Roraima, com objetivo de se estudar a composição, o montante e a verificação do nível de eficiência na execução orçamentária pelos órgãos de Segurança Pública, e classificar o desempenho dos indicadores de capacidade de execução do orçamento. Para a realização deste estudo realizou-se uma pesquisa descritiva, com a pretensão de classificar a atuação dos órgãos componentes do orçamento da segurança pública de Roraima, em termos de eficiência da execução orçamentária, utilizando-se a metodologia da régua de parâmetros desenvolvida pela Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP, que verifica o desempenho sob o ponto de vista da execução orçamentária. A aplicação dos métodos e posterior a interação entre eles revelou que apenas um órgão de segurança pública do Estado de Roraima tem performance considerada boa, havendo quatro com desempenho regular, que revela atuação estatal inferior à considerada desejada, segundo os critérios de aferição utilizados na pesquisa. De modo simultâneo ao resultado desta pesquisa, no período estudado, o Estado experimentou um aumento dos índices de criminalidade, consoante dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Palavras-chave: Segurança Pública. Orçamento. Eficiência. Indicadores.

ABSTRACT: One of the main challenges of Brazilian public management is the application of public resources in the area of public security, with a view to tackling crime. Good budgetary and financial management presupposes an effective and efficient performance of the State apparatus, for the provision of security and reduction of criminal indices. In this sense, this article approaches the subject of investments in public security included in the Plurianual Plan 2016-2019 of the State of Roraima, to study the composition, amount and verification of the level of efficiency in budget execution by the Security organs and performance indicators of budget execution capacity. In order to carry out this study, a descriptive research was carried out with the aim of classifying the performance of the components of the public security budget of Roraima, in terms of budget execution efficiency, using the parameters rule developed by the Association Brazilian Public Budget - ABOP, which verifies the performance from the point of view of budget execution. The application of the methods and subsequent interaction between them revealed that only one public security agency in the State of Roraima has a good performance, with four with a regular performance, which reveals a state performance lower than that considered desirable, according to the benchmarking criteria used in the research. Simultaneously with the results of this research, during the period studied, the state experienced an increase in crime rates, according to data from the Brazilian Forum on Public Security.

Keywords: Public Security, Budget, Efficiency Documents.

1 Prof. Dr. da Universidade Estadual de Roraima – UERR, claudiotravassosdelicato@bol.com.br.

2 Acadêmico da Universidade Estadual de Roraima – UERR, ordileirocha@gmail.com.

3 Acadêmico da Universidade Estadual de Roraima – UERR, emilson.neto@cgu.gov.br.

4 Acadêmica da Universidade Estadual de Roraima – UERR, claymrm@gmail.com.

5 Acadêmica da Universidade Estadual de Roraima – UERR, anxis_novo@hotmail.com.



INTRODUÇÃO

Um dos principais desafios nos três níveis de governo da federação brasileira (federal, estadual e municipal) é a destinação e aplicação efetiva de recursos públicos na área de segurança pública, com vistas ao enfrentamento da criminalidade. Os investimentos nessa área cresceram vertiginosamente, em uma tentativa de conter os altos índices de violência.

Contudo, os gastos parecem não ter surtido os efeitos desejados, pois ao longo dos últimos anos, o país vivencia uma escalada de violência sem precedentes em sua história. A causa apontada por BALLESTEROS (2014) é que “as políticas de segurança pública no Brasil têm sido, em regra, pensadas e implementadas de forma fragmentada e pouco planejada”.

Dentro desse contexto de dificuldade na gestão das políticas de segurança pública, o orçamento público, principal instrumento de gestão governamental, se encaixa como ferramenta essencial para a efetiva alocação dos recursos destinados a ações de segurança pública. O orçamento, nos termos da Constituição Federal de 1988, é instrumento que concretiza os objetivos visados no planejamento (TCU, 2014).

Entende-se que o Orçamento Público tem influência direta na situação atual da Segurança Pública (...) que (...) remete ao intuito de provocar uma nova leitura de como os volumes orçamentários podem conduzir os administradores públicos a otimizar sua utilização dentro da realidade atual naquilo que concerne à segurança pública (Silva, 2006).

O orçamento configura-se como instrumento de gestão capaz de promover a execução das metas e objetivos estipulados no planejamento governamental, ao mesmo tempo que é uma peça importante na estrutura de governança da gestão. Isso está

associado com a capacidade financeira e administrativa, em sentido amplo, do governo em executar as políticas (PEREIRA, 2010). Essa capacidade de atuação governamental impõe à necessidade de avaliação das ações implementadas de modo a se obter resultados satisfatórios em benefício da sociedade.

Para se avaliar a implementação das políticas públicas, incluída a de segurança pública, há mecanismos à disposição do gestor público para realizar essa avaliação, por meio da utilização de indicadores. Assim, “do ponto de vista de políticas públicas, os indicadores são instrumentos que permitem identificar e medir aspectos relacionados a um determinado conceito, fenômeno, problema ou resultado de uma intervenção na realidade.

Nessa perspectiva, o interesse pelo tema em estudo parte da consideração de que a problemática da violência desenfreada pode ser atacada com a boa aplicação das verbas públicas, por intermédio de um desempenho adequado na execução orçamentária dos recursos disponíveis para a implementação da política de segurança públicas.

Outro aspecto considerado é a relevância social do assunto tratado, uma vez que a população sofre o impacto direto e imediato das políticas públicas de segurança pública, ou da falta delas, seja na condição de cidadão, transgressor social, agente de segurança ou gestor público.

A segurança pública é um processo sistêmico e otimizado que envolve um conjunto de ações públicas e comunitárias, visando assegurar a proteção do indivíduo e da coletividade e a ampliação da justiça da punição, recuperação e tratamento dos que violam a lei, garantindo direitos e cidadania a todos (BENGOCHEA et al., 2004, p. 120). Para o autor, trata-se de “um processo sistêmico porque envolve, num mesmo cenário, um conjunto de conhecimentos e



ferramentas de competência dos poderes constituídos e ao alcance da comunidade organizada, interagindo e compartilhando visão, compromissos e objetivos comuns; e otimizado porque depende de decisões rápidas e de resultados imediatos” (BENGOCHEA et al., 2004, p. 120).

Nessa esteira, o Legislador Constituinte estabeleceu ser a “segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 1988). No âmbito estadual a segurança pública cabe a instituições constitucionalmente previstas, cuja lei deve disciplinar a organização e o funcionamento, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades. Esses órgãos são a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar, geralmente integrantes da estrutura hierárquica das secretarias de segurança públicas estaduais. No estado de Roraima, de acordo com a classificação orçamentária funcional, também realizam serviços de segurança pública o Departamento Estadual de Trânsito e a Academia de Polícia Integrada.

Para o cumprimento da missão institucional os entes federados promovem a alocação de recursos consignados nos instrumentos de planejamento governamental, Plano Plurianual – PPA e Lei Orçamentária Anual – LOA, interligados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. A gestão dos recursos públicos é inerente à atividade fiscal do Estado, a qual é realizada pelos poderes públicos com o desígnio de obter e aplicar recursos públicos para o custeio dos serviços público (PEREIRA, 2010).

No Brasil, utiliza-se o orçamento programa, no qual os objetivos do governo são alocados em programas com as definições de ações e alocação dos créditos orçamentários para cada programa específico

da Lei Orçamentária. O orçamento programa facilita o acompanhamento e execução dos programas de trabalho do governo por meio do plano e identificação de onde serão alocados os recursos públicos. Dessa forma, ele contribui para o acompanhamento e o controle da integração entre execução e planejamento do orçamento (ALBUQUERQUE, MEDEIROS e FEIJÓ, 2008).

Assim, o orçamento público, principal instrumento de gestão governamental, é a ferramenta essencial para a efetiva alocação dos recursos destinados a ações de segurança pública. O orçamento, nos termos da Constituição Federal de 1988, é instrumento que concretiza anualmente os objetivos propostos no planejamento governamental quadrienal, contido no PPA.

A execução do orçamento, como instrumento de gestão, deve necessariamente ser objeto de avaliação, sendo uma das técnicas utilizadas, a mensuração da atuação governamental por indicadores. A principal finalidade de um indicador é traduzir, de forma mensurável, determinado aspecto de uma realidade dada (situação social) ou construída (ação de governo), de maneira a tornar operacional a sua observação e avaliação” (MPDG, 2010).

Para o MPDG (2010) a medição da performance da gestão pública pode ser mensurada pelo estudo de seis dimensões de indicadores de desempenho, sendo três de resultado (eficiência, eficácia e efetividade) e três de esforço (economicidade, excelência e execução). Cada dimensão possui subdimensões “que qualificam e auxiliam na caracterização de tipologias de indicadores a serem utilizados” (MPDG, 2010). Para realização deste artigo, será utilizada o indicador na dimensão de esforço execução, subdimensão execução financeira, que expressa a “relação entre o volume de recursos disponibilizados pelo orçamento e o



nível de utilização desses recursos visando atender à realização de etapas e/ou atividades de um programa, projeto ou processo (finalísticos ou de suporte)” (MPDG, 2010).

Dessa forma os indicadores servem para mensurar os resultados e gerir o desempenho; embasar a análise crítica dos resultados obtidos e do processo de tomada decisão; contribuir para a melhoria contínua dos processos organizacionais; facilitar o planejamento e o controle do desempenho; e viabilizar a análise comparativa do desempenho da organização e do desempenho de diversas organizações atuantes em áreas ou ambientes semelhantes (MPDG, 2010).

Os recursos objeto desse estudo são os da classificação funcional, que apresenta a execução de despesas por área e finalidade, a partir da soma dos gastos diretos e transferências de recursos. A função é o maior nível de agregação das áreas de atuação do setor público e reflete a competência institucional do órgão, como, por exemplo, educação, saúde, segurança pública, entre outras. A subfunção orçamentária é o nível de agregação imediatamente inferior à função e não está relacionada à competência institucional do órgão, mas sim à finalidade da ação governamental.

No PPA 2016-2019 a Função Segurança Pública foi identificada com a código 06, abrangendo seis subfunções, a saber: Administração Geral (código 122), Policiamento (código 181), Defesa Civil (código 182), Informação e Inteligência (código 183), Assistência Comunitária (código 244), Comunicação Social (código 131), Formação de Recursos Humanos (código 128). Os órgãos que executam despesas nessa função são a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros Militar, o Departamento Estadual de Trânsito e a Academia de Polícia Integrada.

De conformidade com as diretrizes do atual instrumento de planejamento estadual, “o PPA, por sua estrutura, permite o aprimoramento de sua programação, usa

para isso os subsídios decorrentes do acompanhamento e da avaliação de desempenho dos programas, em relação aos objetivos e metas especificados na parte programática. Assim sendo, cada programa instituído no PPA contempla os resultados a alcançar em cada área, expressos pela melhoria dos indicadores que se pretende obter ao longo do PPA 2016 - 2019” (Roraima, 2015).

Ainda segundo o documento, “a mensuração dos Programas será feita por metas e custos e conterão: a) O objetivo claramente definido; b) O conjunto de ações que assegure a concretização do Programa; c) A identificação precisa do público-alvo; d) A relação consistente entre o objetivo, o conjunto de ações (projetos, atividades e outras ações previstas) e suas metas; e) Indicador que possua escala adequada, que permita um gerenciamento eficaz” (Roraima, 2015).

Para tanto, avaliou-se o desempenho da gestão da segurança pública no PPA 2016-2019 em Roraima, com instrumentos de medição elaborados pela Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP.

OBJETIVO

Dentro desse contexto, o presente estudo tem objetivo de avaliar a atuação dos órgãos de segurança pública no Estado de Roraima, por meio da utilização de indicadores de desempenho orçamentário, na gestão dos recursos a eles alocados no do atual Plano Plurianual – PPA, no período de 2016 e 2017.

METODOLOGIA

Para a realização deste estudo realizou-se uma pesquisa descritiva, com a pretensão de classificar a atuação dos órgãos componentes



do orçamento da segurança pública de Roraima, em termos de eficiência da execução orçamentária.

Dentro dessa sistemática, inicialmente se fez uma pesquisa na literatura especializada, em estudos contidos em livros, artigos, dissertações e teses, pertinentes ao objeto. Também foram consultados textos da Constituição, de leis e documentação técnica referente a conceitos orçamentários e de planejamento governamental.

Simultaneamente, obtiveram-se dados nos instrumentos de planejamento do Estado de Roraima, sobretudo, os dois últimos PPA's (2012-2015 e 2016-2019) e orçamentos anuais correspondentes a esses exercícios financeiros. Esses dados e informações mencionados constam nos sistemas de transparência pública, como Portal da Transparência nos Recursos Públicos Federais, Portal da Transparência do Governo do estado de Roraima

A classificação proposta teve como base a metodologia desenvolvida pela Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP, que proporciona a medida avaliativa da eficiência e eficácia dos resultados finais da despesa orçamentária/financeira é mensurada com base em uma régua de parâmetros, consoante se observa no Quadro 1.

$$NED = DA/DE$$

Onde:

NED: Nível de Execução da Despesa

DA: Despesa Autorizada

DE: Despesa Executada

A Despesa Autorizada – DA é resultado das alterações ocorridas após a aprovação da Lei Orçamentária Anual ao longo do exercício financeiro, ou seja, das ocorrências havidas em função da realização da receita, visto que a receita prevista se trata de uma estimativa e no decorrer da arrecadação das receitas tributárias e do ingresso de receitas provenientes de outras fontes, como a decorrente da outros entes federados (repartição das receitas tributárias, transferências constitucionais, legais e voluntárias etc.). Todas as interferências resultas na alteração natural da despesa efetivamente autorizada para a alocação dos recursos nas políticas públicas, sendo a DA calculada do seguinte modo:

$$DA = DI + CS + CE - R$$

Onde:

DI: Dotação Inicial

CS: Crédito Suplementar

CE: Crédito Especial

R: Redução

Quadro 1 – Régua de Parâmetros

0%	40%	60%	80%	100%	110%	120%	140%	160%	∞+
Altamente deficiente	Deficiente	Regular	Bom	Ótimo	Bom	Regular	Deficiente	Altamente deficiente	

Fonte: Seplan/MT

A régua de eficiência classifica a atuação governamental de acordo com o nível de execução da despesa, expressa pela relação entre a despesa autorizada e a despesa realizada, de acordo com a formulação a seguir exposta:

Como se observa, a régua de parâmetros estabelece cinco níveis de classificação, partindo de um desempenho classificado como altamente deficiente, para NED menor que 40% ou acima de 160%, até um desempenho considerado ótimo, situado entre 90% a 110% de execução financeira,



conforme se demonstra no Quadro 2.

de vigência do PPA. Os valores testados foram considerados pelos seus totais

Quadro 2 – Régua de parâmetros (posição do NED)

Desempenho	Posição na régua de parâmetros
Altamente deficiente	NED menor ou igual a 40%
Deficiente	NED entre 40,01% a 60%
Regular	NED entre 60,01% a 80%
Bom	NED entre 80,01% a 90%
Ótimo	NED entre 90,01 a 109,99%
Bom	NED entre 110% a 120%
Regular	NED entre 120,01% a 140%
Deficiente	NED entre 140,01% a 160%
Altamente deficiente	NED maior que 160%

Fonte: Seplan/MT

Observa-se que não apenas um baixo NED é considerado ineficiente, mas também o que extrapola substancialmente a DA, ou seja, tanto a execução da despesa abaixo de 80%, como acima de 120%, são apontadas como regular, deficiente ou altamente deficiente, pois aponta para um comprometimento orçamentário em níveis acima dos créditos consignados na Lei Orçamentária Anual correspondente.

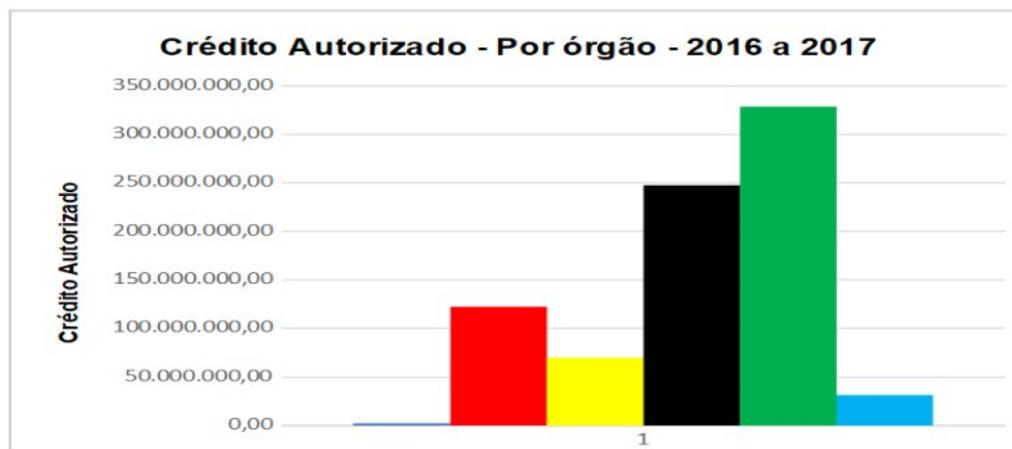
Desse modo, aplicou-se essa metodologia

agregados disponíveis, não havendo separação para fins deste estudo das despesas pela classificação em despesas de custeio e de capital.

RESULTADOS

Para os dois primeiros anos de vigência foi consignado um crédito autorizado de R\$ 801.916.925,38, sendo a maior parte destinada à Polícia Civil e à Polícia Militar e a menor destinação à Academia de Polícia Integrada, consoante Gráfico 1.

Gráfico 1 – Orçamento autorizado nos dois primeiros exercícios do PPA 2016-2019 para os órgãos integrantes da função segurança pública de Roraima



Fonte: Elaborado pelo autor.

aos órgãos componentes da função segurança pública no PPA 2016-2019, a fim de verificar o desempenho institucional na realização dos créditos consignados nos dois primeiros anos

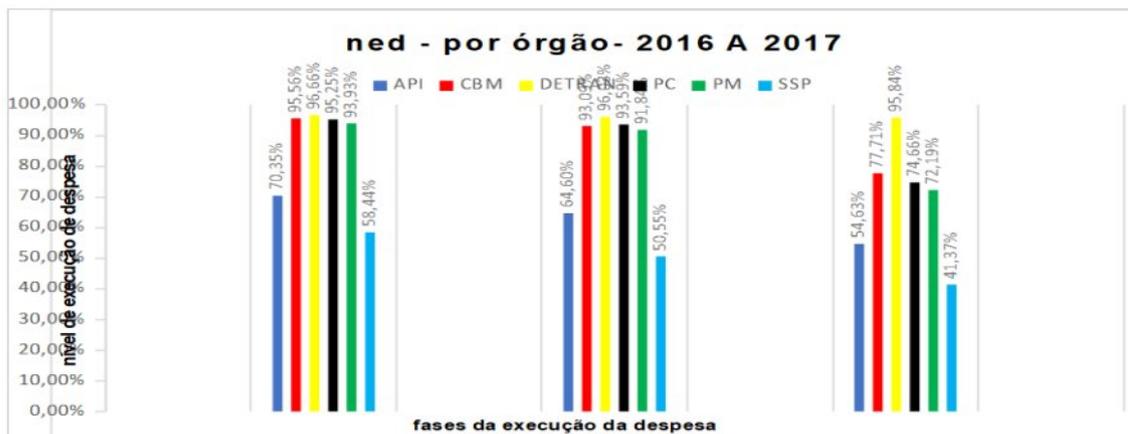
A partir desses montantes nominais iniciais de investimento, aplicou-se o método



da régua de parâmetros da ABOP, que utiliza indicadores de eficiência orçamentária, para avaliar o desempenho dos órgãos integrantes da função segurança pública no período do estudo. O indicador foi utilizado nas três etapas da execução da despesa, que de acordo com a Lei nº4.320, de 17 de março de 1964, são o empenho, a liquidação e o pagamento. Os resultados obtidos são expostos no Gráfico 2.

Departamento Estadual de Trânsito, a Polícia Civil e a Polícia Militar, obtiveram NED de 95,56%, 96,66%, 95,25% e 93,93%, respectivamente. Por outro lado, a Academia de Polícia Integrada atingiu um NED de 70,35%, foi classificada como regular, e a Secretaria de Estado de Segurança Pública obteve a pior classificação, obtendo NED de 58,44%, sendo classificada como deficiente, segundo o critério adotado.

Gráfico 2 – NED para os três estágios da execução da despesa dos órgãos integrantes da função segurança pública de Roraima



Fonte: Elaborado pelo autor.

A aplicação do método da ABOP, que utilizou o indicador NED para classificar a atuação institucional, por meio dos níveis de execução orçamentária, revelou que na primeira etapa da execução da despesa, ou seja, no empenho, quatro dos seis órgãos da função segurança pública do orçamento de Roraima tiveram desempenho considerado excelente, de acordo com a metodologia aplicada. O Corpo de Bombeiros Militar, o

O órgão melhor classificado, que obteve NED excelente nas três etapas de execução da despesa no período avaliado foi o Detran/RR, e a SESP/RR atingiu os menores níveis de NED, tendo desempenho considerado deficiente em todas as etapas. A consolidação dos resultados por órgão e para as três fases de execução da despesa constam no Quadro 2.

Quadro 2

Órgão	Empenho		Liquidação		Pagamento	
API	70,35%	Regular	64,60%	Regular	54,63%	Deficiente
CBM	95,56%	Excelente	93,09%	Excelente	77,71%	Regular
DETRAN	96,66%	Excelente	96,03%	Excelente	95,84%	Excelente
PC	95,25%	Excelente	93,59%	Excelente	74,66%	Regular
PM	93,93%	Excelente	91,84%	Excelente	72,19%	Regular
SSP	58,44%	Deficiente	50,55%	Deficiente	41,37%	Deficiente
Total	93,37%	Excelente	91,24	Excelente	74,60	Regular

Fonte: Elaborado pelo autor.



Diante dos resultados, constata-se que é de fundamental importância a mensuração dos resultados da ação governamental, visto que tende a melhorar a gestão pública e a qualidade dos serviços oferecidos aos cidadãos. Nessa perspectiva, atual Constituição Federal instituiu a eficiência como princípio fundamental da administração pública em todos os níveis de governo.

Uma das formas de avaliar a gestão é a utilização de indicadores, como o utilizado nesse estudo, que segundo o MPDG (2010) a medição da performance da gestão pública pode ser mensurada pelo estudo de seis dimensões de indicadores de desempenho, sendo três de resultado (eficiência, eficácia e efetividade) e três de esforço (economicidade, excelência e execução). O NED pode ser enquadrado como indicador de esforço, modalidade execução, possuindo grande importância, pois afere a capacidade de gestão do órgão gerenciar os recursos de que dispõe para cumprimento da missão institucional.

A Academia de Polícia Integrada e a Secretaria Estado de Segurança Pública, como demonstrou o teste aplicado, apresentaram no período de 2016 a 2017, os dois primeiros exercícios de vigência do PPA 2016-2019, baixos índices de execução orçamentária, expressados pelos NED's atingidos, representaram um volume considerável de recursos que deixaram de ser aplicados, de R\$ 687.362,94 (de R\$ 2.318.010,00) pela academia e R\$ 13.039.826,26 (de R\$ 31.372.544,97) pela secretaria. Essa ineficiência ocasiona sérios riscos de não atingimento da missão de cada órgão e gera impactos negativos no cumprimento dos programas que executou nesse tempo, por exemplo, execução de obras de infraestrutura, pagamento de fornecedores e aquisição de bens e matérias necessários ao funcionamento da máquina

pública.

Outro aspecto importante é a geração de restos a pagar, que se origina quando uma despesa é empenhada, mas não é paga até o dia 31 de dezembro do exercício em que se origina. Os restos a pagar impactam o orçamento do exercício subsequente, uma vez que reduzem o valor do crédito inicialmente autorizado. Então, quanto maior a diferença entre o que foi empenhado e não pago, maior será o comprometimento do orçamento do exercício posterior, em face do volume de despesas a pagar referente ao exercício anterior.

No estudo, os órgãos que mais tiveram o orçamento impactado pela existência de restos a pagar no exercício de 2017 foram a Polícia Militar e a Polícia Civil, com 31,77% e 29,04%, respectivamente, tendo o Detran sofrido o menor impacto, com 1,03% dos recursos empenhados originando restos a pagar.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Claudioano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Gestão de Finanças Públicas**. Brasília: Gestão Pública, 2008.

BALLESTEROS, P. R. **Gestão de políticas de segurança pública no Brasil: problemas, impasses e desafios**. Disponível em: <<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/viewFile/353/173>> Acesso em: 09 out. 2017.

BENGOCHEA, J. L. et al. **A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã**. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 1, p. 119-131, 2004

Brasil. Congresso Nacional.

Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 13 out. 2017.

_____. Ministério do Planejamento
Desenvolvimento e Gestão (MPDG). **Guia Referencial para a medição de desempenho e**

**manual para construção de indicadores.**

Brasília, 2009. Disponível em
<<http://www.gespublica.gov.br/guiaindicadoresjun2010.pdf>> Acesso em 01/06/2018.

MATO GROSSO. Nota Técnica nº 28, de 24 de Agosto de 2017. Metodologia de Acompanhamento do Cenário da Despesa Pública. Cuiabá: SEPLAN, 2017. Disponível em:

<<http://www.seplan.mt.gov.br/documents/363424/6078669/Nota+T%C3%A9cnica+n.º+28+-+Metodologia+de+Acompanhamento+do+Cen%C3%A1rio+da+Despesa+-+12.09.17.pdf/de8f84a4-afd3-4405-66bc-86faae19878e>> Acesso em 01/06/2018.

PEREIRA, José Matias. Curso de Administração pública: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2010.

Roraima. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. **Plano Plurianual 2016-2019.** Disponível em
<<http://seplan6.tempsite.ws/index.php/downloads/category/20-ppa-2016-2019>> Acesso em: 09 out. 2017.

SILVA, L. W. G. da. **Orçamento e segurança pública: Um estudo de caso sobre a gestão de recursos destinados a Segurança pública no Estado do Ceará.** (2006.2). Disponível em:
<<http://www.feaac.ufc.br/wp-content/uploads/2016/04/28-resumo-silva.pdf>> Acesso em: 09 out. 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU. **Levantamento de auditoria com o objetivo de comparar boas práticas orçamentárias estabelecidas por instituições internacionais com aquelas adotadas pela Administração Pública Federal no Brasil.** ACÓRDÃO Nº 948/2016 – TCU – Plenário. Disponível em:
<https://contas.tcu.gov.br/sagas/SvlVisualizarRelVotoAcRtf?codFiltro=SAGAS-SESSAO-ENCERRADA&seOcultarPagina=S&item0=556006>> Acesso em: 02 mai. 2018



IMPORTÂNCIA DAS OFICINAS DE TREINAMENTO PARA OS MILITARES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

IMPORTANCE OF TRAINING WORKSHOPS FOR MILITARY FIRE OFFICERS

Leonardo Menezes dos Santos¹

RESUMO: O presente artigo analisa a possibilidade de implantação de oficinas de treinamento para os militares do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima (CBMRR). Para chegar a essa proposta, foram observadas pelo pesquisador algumas falhas na execução de procedimentos básicos ao atendimento de ocorrências do serviço operacional do CBMRR, tais como: a dúvida no papel a ser desempenhado por cada membro que compõe a equipe de salvamento que é escalada diariamente. Alguns militares estariam sobrepondo a função de outros membros da equipe e em outros casos, integrantes que deixam de exercer a sua função corretamente na cena da ocorrência. Também foi observada a deficiente manutenção dos materiais utilizados pelos militares no serviço, gerando desgaste prematuro dos equipamentos, além de atendimento duvidosos de ocorrência via número telefônico 193. Com isso foi estudado a eficiência de se implantar uma de treinamento continuado, através de oficinas de áreas essenciais ao desenvolvimento da atuação dos militares da corporação, seria uma opção para diminuir as falhas ocorridas.

Palavras-chave: Treinamento, equipe, oficinas.

ABSTRACT: This article analyzes the possibility of implementing training workshops for the military of the Military Fire Brigade of Roraima (CBMRR). In order to arrive at this proposal, the researcher observed some flaws in the execution of basic procedures to attend to occurrences of the operational service of the CBMRR, such as: the doubt in the role to be played by each member that makes up the rescue team that climbs daily. Some military personnel would be superimposing the function of other members of the team and in other cases, members who fail to perform their duties correctly at the scene of the occurrence. It was also observed the deficient maintenance of the materials used by the military in the service, generating premature wear of the equipment, as well as doubtful attendance of occurrence via telephone number 193. With this, the efficiency of implementing a continuous training was studied through field workshops essential to the development of the corporation's military operations, would be an option to reduce the failures that occurred.

Keywords: Training, team, workshops.

¹ Mestrando em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade Estadual de Roraima - leopelopes23@gmail.com



INTRODUÇÃO

O aumento populacional da cidade de Boa Vista, aliado à crescente migração de venezuelanos para o estado de Roraima, têm exigido cada vez mais do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima (CBMRR). Para se ter uma ideia do rápido crescimento populacional de Roraima, segundo dados da (Polícia Federal, 2019), somente no ano de 2017, o estado de Roraima recebeu 15.955 pedidos de refúgio de imigrantes venezuelanos. No entanto, o número apresentado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas refere-se apenas aos números oficiais da Polícia Federal. Porém, é perceptível para quem vive em Roraima que a quantidade de refugiados que vivem atualmente no nosso estado é ainda maior, pelo fato de muitos venezuelanos não registrarem suas permanências oficialmente as autoridades brasileiras.

Outro dado importante que prova esse aumento demográfico no estado é o de (IBGE, 2019), que estima, em 2018, no estado de Roraima, uma população de 576.568 habitantes. Aumentando em oito anos mais de cem mil habitantes conforme o censo oficial (IBGE, 2019) que registra 450.479 habitantes do ano de 2010.

Naturalmente, com o aumento populacional, o número de ocorrências na capital aumentou significativamente, exigindo uma maior atuação dos militares que exercem as suas atividades nas unidades operacionais na capital. Nesse sentido, o artigo analisa a eficiência das oficinas de treinamento para os militares do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima (CBMRR), como uma maneira de solucionar problemas identificados no cotidiano da Corporação.

Para que a implantação de uma rotina de oficinas seja eficiente para a realidade da tropa, foram levantadas as reais necessidades de treinamento para a Corporação. Com isso,

o pesquisador dividiu as oficinas em três grupos: Oficiais, Subtenentes e Sargentos, e por fim Soldados. A motivação para essa separação de público se dá pelo fato de cada militar tem o seu papel específico dentro de uma atividade de salvamento.

COMPOSIÇÃO DA EQUIPE DE SALVAMENTO

Para entender o motivo pelo qual as oficinas de treinamento foram divididas para grupos distintos dentro da Corporação, faz-se necessário entender a função de cada integrante do Equipe de Salvamento. Em primeiro lugar vale ressaltar que essa equipe escalada diariamente para atuar no atendimento de ocorrências é chamada de Trem de Socorro. Essa equipe é composta pelas seguintes funções:

Coordenador de Operações: desempenhada por um Oficial;

Comandante do Socorro: desempenhada por um Oficial;

Ambulância de Resgate: comandada por um Subtenente ou Sargento e composta por mais três Cabos ou Soldados; e

Viatura de Salvamento: comandada por um Subtenente ou Sargento e composta por mais três Cabos ou Soldados.

Dentro da equipe de salvamento, que atua no atendimento de ocorrências, os membros têm as seguintes atribuições: O Coordenador de Operações é o Oficial mais antigo escalado no dia. Ele permanece 24 horas na Central de Operações, onde são recebidas as chamadas telefônicas do número 193. Sendo assim, ele fica responsável por auxiliar o Comandante do Socorro nos atendimentos das ocorrências., tendo a função de definir, junto com os militares da central telefônica, quais viaturas atenderam as ocorrências, solicitar apoio de outros órgãos que possivelmente sejam necessários para solucionar um atendimento, como por exemplo: caminhões pipa da companhia



estadual de águas e esgotos, equipes da companhia de energia elétrica, imprensa e etc.

Já o Comandante do Socorro é o responsável por toda a equipe escalada no dia, atuando como gestor do serviço operacional. Sendo ele responsável por coordenar as operações de salvamento, buscando manter a segurança da equipe e fazer o elo de ligação com outras instituições que venham por ventura auxiliar nos atendimentos, como por exemplo Polícia Militar, SAMU, Detran, Polícia Rodoviária Federal etc. Com isso, pode-se notar que o Oficial tem um papel menos atuante no contato direto com as vítimas, tendo que aplicar estratégias diferentes dos demais militares do Trem de Socorro.

Os Subtenentes e Sargentos são os militares que comandam as guarnições que compõem o trem de socorro, como: ambulância, viatura de salvamento e viatura de combate a incêndio. São militares incumbidos de comandar os militares que integram as suas viaturas e contabilizam mais tempo de serviço na Corporação. Por isso, possuem mais experiência operacional pelo fato de terem vivenciado mais ocorrências que os Cabos e Soldados. Eles, além de atuarem diretamente no salvamento, são responsáveis por manter o Comandante do Socorro informado sobre as ações que estão sendo realizadas no salvamento e, administrar, em conjunto com os comandantes das outras viaturas, o atendimento da ocorrência.

Por fim, os Cabos e Soldados são os militares que atuam diretamente no atendimento das vítimas da ocorrência. Esses bombeiros têm, na maioria das vezes, menos de tempo de serviço na Corporação e por isso possuem pouca experiência para gerenciar uma equipe. Suas funções limitam-se a aplicação dos métodos de salvamento aprendidos e seus cursos de formação.

OBJETIVOS

Foram analisadas cinco problemáticas identificadas pelo autor, sendo elas:

Dirimir a dúvida no papel a ser desempenhado por cada membro que compõe a equipe de salvamento que é escalada diariamente;

Acabar com a sobreposição da função de alguns militares frente a outros membros da equipe durante o atendimento de uma ocorrência;

Ressaltar o papel de cada integrante no cenário da ocorrência, uma vez que foi observado que alguns militares deixam de exercer a sua função corretamente;

Instruir acerca da correta utilização dos materiais utilizados pelo CBMRR, visando o aumento de sua vida útil; e

Otimizar o atendimento de ocorrência via número telefônico 193.

METODOLOGIA

A pesquisa, quanto a sua natureza, é aplicada no sentido de solucionar alguns problemas identificados pelo pesquisador no serviço operacional do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima, na cidade de Boa Vista. Para Marconi e Lakatos (2010, p. 17): "A Metodologia Científica, mais do que uma disciplina, significa introduzir o discente no mundo dos procedimentos sistemáticos e racionais, base da formação tanto do estudioso quanto do profissional, pois ambos atuam, além da prática, no mundo das ideias."

Thiollent (2014, p. 207-216), afirma que: "a metodologia é disciplina relacionada com a epistemologia e a filosofia da ciência, tendo por função analisar e avaliar os diversos métodos disponíveis, além de ser considerada como o modo de conduzir a pesquisa".

O tema "PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE OFICINAS DE



INSTRUÇÃO PARA O EFETIVO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR NO ESTADO DE RORAIMA”, escolhido por esse pesquisador tem o objetivo de observar a eficiência de se implantar oficinas de instrução para os militares da Corporação.

A pesquisa tem abordagem qualitativa e quantitativa, uma vez que mesmo que seja baseada em pontos de vista particulares, para um entendimento do problema a ser debatido, foram utilizados questionários a fim de subsidiar a análise feita nos resultados obtidos nas instruções ministradas ao longo do estudo.

Quanto aos objetivos, a pesquisa qualifica-se como descritiva uma vez que o levantamento de dados forneceu números necessários para que se estabeleça relações entre variáveis. Foram utilizados questionários fechados como instrumento de coleta de dados. Nessa abordagem o objetivo do pesquisador é traduzir em números as opiniões e o grau de satisfação do universo estudado em relação ao problema proposto.

Para que essa coleta de dados fosse possível, o pesquisador efetuou uma pesquisa de campo. E, segundo Gil (2002), a pesquisa de campo “é um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”.

Para a conclusão desta pesquisa, as informações foram obtidas através de questionário de 09 (nove) perguntas relacionadas ao assunto estudado, aplicado aos alunos do Curso de Habilitação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima.

TREINAMENTO

Nenhum profissional pode ficar estagnado em sua formação profissional, uma vez que esta nutre o indivíduo com um conhecimento mínimo necessário para a prática do exercício da profissão. Conforme

cita (CHIAVENATO, 2011 p. 368),

Treinamento é a experiência aprendida que produz uma mudança relativamente permanente em um indivíduo e que melhora sua capacidade de desempenhar o cargo. O treinamento pode envolver uma mudança de habilidades, conhecimento, atitudes ou comportamento. Isso significa mudar aquilo que os empregados conhecem, como eles trabalham, suas atitudes perante o seu trabalho ou suas interações com os colegas ou supervisor.

Na sequência da formação profissional, deve existir um treinamento para que o indivíduo possa:

- 1) Entender, na prática, aquilo que ele aprendeu na teoria;
- 2) Interagir com o novo grupo em que ele foi inserido, entendendo a sua função dentro daquele corpo;
- 3) Atualizar aquele grupo com novas teorias que o indivíduo acabou de adquirir e que vai ser útil para a otimização do trabalho;
- 4) Adaptar-se à política da Corporação; e
- 5) Entender o relacionamento da organização com o cliente.

É interessante distinguir dois tipos de treinamento. O treinamento de inserção e o treinamento de adestramento. O primeiro tem a finalidade de adaptar um novo indivíduo ao grupo que ele está sendo admitido.

Souza (1993) refere, também, que a educação continuada nas instituições deve acompanhar o profissional desde a sua inserção, fazendo-o adaptar-se à mesma e dando-lhe condições de prosseguir na sua performance profissional, mantendo sua prática relevante e orientada, valorizando o seu fazer diário e transformando-o em trabalho de comunicação científica

Além disso, o responsável pela gestão de pessoas da organização deve se preocupar com o adestramento constante de seus subordinados para a busca da otimização do



trabalho, nesse segundo momento do treinamento, devem ser priorizados diferentes objetivos, que são eles:

- 1) Buscar informações e soluções para problemas do exercício da função;
- 2) Descobrir talentos para as áreas específicas;
- 3) Desenvolver ou aprimorar conceitos;
- 4) Aperfeiçoar a relação de trabalho dos indivíduos, fazendo com que todos conheçam a fundo suas atribuições, sem interferir no campo de atuação de outros funcionários;
- 5) Entender a prática da atividade para evitar lesões; e
- 6) Manusear de maneira correta os equipamentos que lhes são postos à disposição.

Leite e Pereira (1991), afirmam que a educação continuada é um processo que propicia novos conhecimentos, capacita o funcionário para a execução adequada do trabalho, preparando-o para futuras oportunidades de ascensão profissional, objetivando tanto o crescimento profissional quanto o pessoal.

Cabe ressaltar que o aprimoramento das organizações ocorre de maneira contínua ao longo da história das mesmas. Quando a necessidade de mudança é identificada, a organização elabora um plano de mudança de conduta ou de comportamento em suas políticas.

A partir daí, segundo (CHIAVENATO, 2011), um treinamento deve ser esquematizado para que essa mudança possa ocorrer de maneira eficiente, seguindo os seguintes passos:

- 1) Levantamento de necessidades de treinamento a serem satisfeitas;
- 2) Desenho do programa de treinamento;
- 3) Aplicação do programa de

treinamento; e

- 4) Avaliação dos resultados do treinamento.

Wiersema-Treacy (2005) afirma que, existem três características que são comuns as empresas que lideram o mercado. Centralização de um foco em um ponto único valorizado pelos clientes, melhoria contínua naquilo que elas oferecem aos clientes e a formação e treinamento dos funcionários voltados para a meta determinada.

ENDOMARKETING

Empresas mais lucrativas do cenário mundial, como McDonald's, Johnson & Johnson, Hewlett-Packard, Toyota e Ford fundamentam uma estrutura operacional de forma que o produto/serviço chegue ao cliente da maneira que ele exige, com o valor agregado desejado por eles. E essas empresas focam nos seus colaboradores a importância do sucesso na ponta da linha. A esse tipo de estratégia, dá-se o nome de Endomarketing. O Principal objetivo do endomarketing é tirar o máximo dos colaboradores em prol do produto ou serviço oferecido pela empresa. Bekin (1995), salienta três pilares para que o endomarketing obtenha sucesso:

- 1) O cliente só pode ser fidelizado com a excelência do serviço;
- 2) Os colaboradores são os primeiros clientes da empresa. E essa deve dirigir total valorização a esses clientes; e
- 3) Um serviço só consegue chegar a um padrão ótimo com o envolvimento de todos aqueles que participam de seus processos de fabricação.

E porque pensar em endomarketing quando estamos analisando um Corpo de Bombeiros? Uma estrutura estatal e sem fins lucrativos.

Apesar de não ter fins lucrativos, é



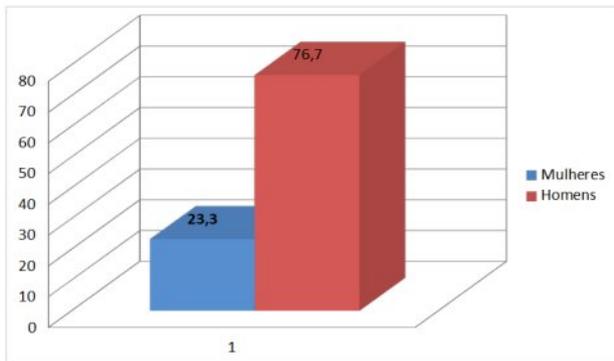
possível comparar a atividade do CBMRR a uma empresa. Onde os militares seriam os colaboradores, a população roraimense os clientes e o atendimento de ocorrências, o produto a ser oferecido.

Nesse ponto de vista, se faz importante a utilização da ferramenta do endomarketing na busca de melhores resultados no desempenho do militares do CBMRR. Devem possuir condições físicas e psicológicas para poder prestar um excelente serviço a sociedade. Precisam estar motivados e atualizados para enfrentar as adversidades que a profissão bombeiro militar impõe no dia-a-dia.

RESULTADOS PRELIMINARES

Gênero

A amostra final conta com 42 respondentes, sem omissões a quaisquer respostas fechadas. Quanto ao gênero, a divisão dos respondentes foi de uma maioria de homens com 34 participantes, cerca de 77% e oito mulheres, cerca de 23% do total.

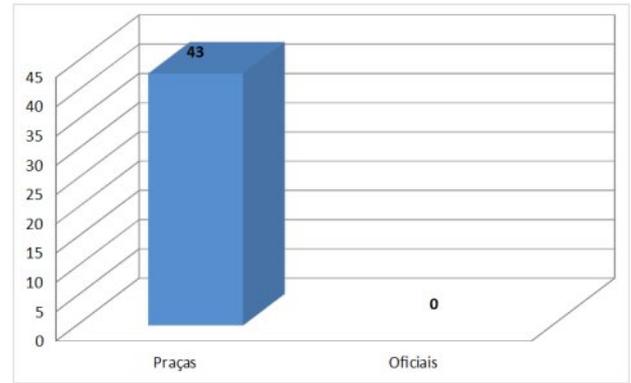


Fonte: próprio Autor

Graduação

A figura 02 mostra o público que foi objeto do estudo, nesse caso 100% dos militares avaliados sendo praças (Subtenentes, Sargentos, Cabos e Soldados). Militares que fazem parte da execução da atividade-fim da Corporação e tiram serviço nas equipes diárias de salvamento. A escolha se deu pelo fato de que a equipe de serviço diário ser composta por apenas dois oficiais, um Comandante do Socorro e um

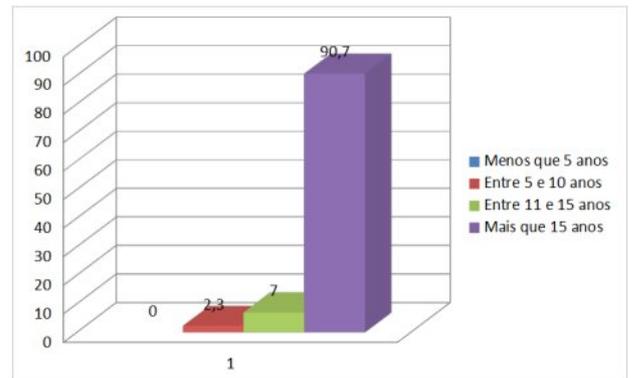
Coordenador de Operações, e cerca de 70 praças.



Fonte: próprio Autor

Tempo de serviço na Corporação

O público estudado tem tempo de serviço prestado ao CBMRR em diferentes níveis. O importante em observar militares com tempo de efetivos serviços diferentes é que se tem um público com percepções diferentes em função de sua experiência vivida na Corporação ao longo dos anos. Onde 2,3% dos entrevistados estão na Corporação há menos de 10 anos, 90,7% estão na Corporação há mais de 10 anos, porém há menos de 15 anos e por fim, 7% da população está no CBMRR há mais de 15 anos.



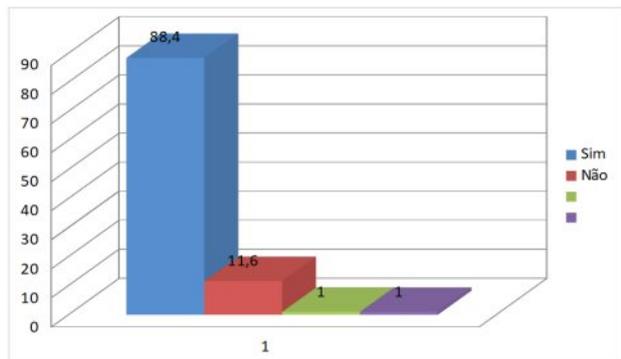
Fonte: próprio Autor

Eficiência das oficinas

Quanto a percepção dos avaliados em relação a serem submetidos constantemente a oficinas de treinamento escolhidas de acordo com a necessidade demandada, cerca de 90% dos entrevistados responderam que acham necessário o programa de oficinas de



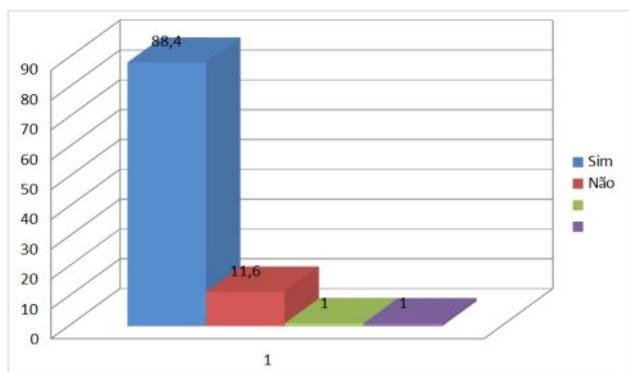
treinamento, enquanto 11,6% julgam ser irrelevante a prática de instruções para a Corporação



Fonte: próprio Autor

Vida útil dos equipamentos

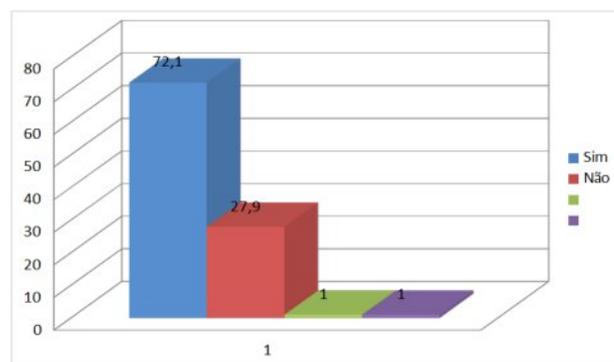
Apesar de ter vários fatores que interferem na vida útil dos equipamentos utilizados pelo Corpo de Bombeiros, como por exemplo: exposição às intemperes do clima, correto armazenamento, transporte, qualidade de combustível utilizados em alguns equipamentos etc, a manutenção feita pelos militares do CBMRR é fundamental para aumentar a o bom estado de conservação desse material. Assim, 88,4% acreditam que as oficinas de treinamento são essenciais para que o militar aprenda a conservar suas ferramentas de trabalho. Ao passo que, 11,6% entendem que as oficinas de treinamento não são eficientes no sentido de ajudar o militar a melhor preservar os equipamentos utilizados pelo Trem de Socorro.



Fonte: próprio Autor

Tempo Resposta

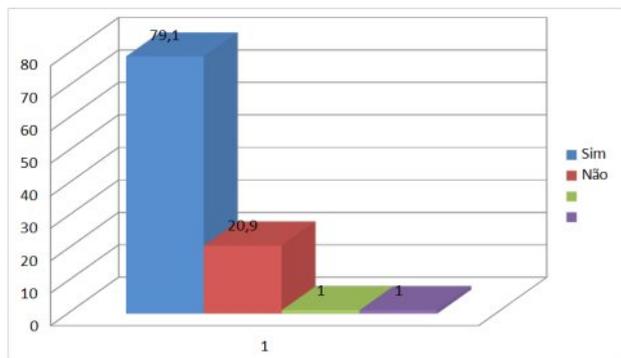
Um dos objetivos da implantação das oficinas de treinamento é reduzir o tempo resposta no atendimento oferecido pelo número 193. Tempo resposta é o tempo gasto entre o momento em que o atendente do Corpo de Bombeiros recebe o pedido de socorro da população pelo telefone e exato momento em que uma equipe chega ao local da ocorrência. Nesse quesito 72,1% dos respondentes acreditam que treinar a guarnição que trabalha nos atendimentos telefônicos oferecidos pelo número 193, através das oficinas seja relevante para reduzir o tempo resposta. Enquanto 27,9% não observam a necessidade desse treinamento para alcançar esse objetivo.



Fonte: próprio Autor

Eficiência do atendimento 193

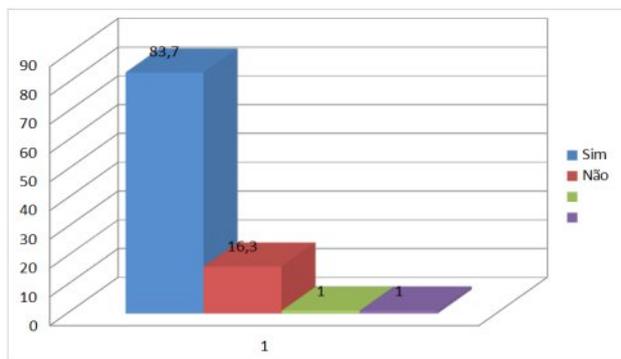
Um dos objetivos da implantação das oficinas de treinamento é reduzir o tempo resposta no atendimento oferecido pelo número 193. Tempo resposta é o tempo gasto entre o momento em que o atendente do Corpo de Bombeiros recebe o pedido de socorro da população pelo telefone e exato momento em que uma equipe chega ao local da ocorrência. Nesse quesito 72,1% dos respondentes acreditam que treinar a guarnição que trabalha nos atendimentos telefônicos oferecidos pelo número 193, através das oficinas seja relevante para reduzir o tempo resposta. Enquanto 27,9% não observam a necessidade desse treinamento para alcançar esse objetivo.



Fonte: próprio Autor

Motivação

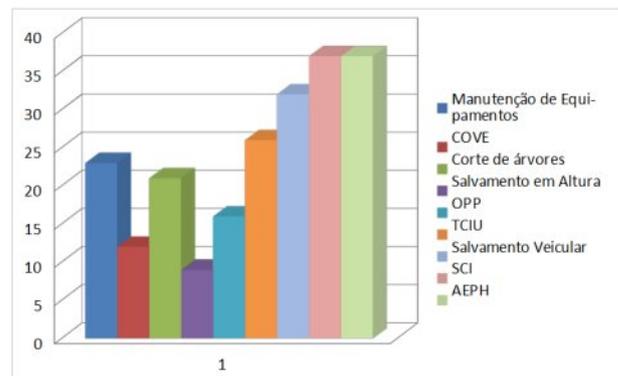
Quanto a motivação, 83,7% dos militares que responderam o questionário julgaram que o processo de treinar as guarnições que atuam no trem de socorro é um incentivo motivacional. Mas, para 16,3% as instruções não são suficientes para motivar a tropa.



Fonte: próprio Autor

Prioridade de treinamento

Foi perguntado aos bombeiros entrevistados quais as áreas de atuação do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima seriam mais importantes a serem treinadas pela Corporação. Eles escolheram 5 atividades que, segundo eles, são mais carentes de nivelamento e mais importantes a serem treinadas. Escolha 5 áreas de atuação do Corpo de Bombeiros que o(a) senhor(a) julga mais importante a serem treinadas atualmente:



Fonte: próprio Autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi avaliar a eficiência das oficinas de treinamento para os militares que atuam no 1º Batalhão de Proteção Ambiental Bombeiro Militar do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima, buscando junto ao público estudado suas opiniões em relação aos objetivos a serem alcançados pelas oficinas. Nesse sentido, buscou-se nivelar conceitos teóricos dos militares que participaram do estudo visando uma melhor atuação de cada membro da equipe de salvamento no trem do socorro, acabando com a sobreposição ou omissão de funções na hora do atendimento, uma melhor atuação da equipe atendem a população pelo número telefônico 193 e aperfeiçoar o uso dos equipamentos operacionais da Corporação.

Ficou evidente que as oficinas devem seguir a demanda da tropa no sentido de se trabalhar áreas que os próprios bombeiros julgam ser mais deficientes de treinamento e, principalmente, o calendário de execução desse projeto deve ser maleável. Como o Corpo de Bombeiros Militar de Roraima tem um efetivo muito reduzido, e a Corporação atende a diversos eventos no estado, tais como: incêndio florestal, serviço de guardavidas nos balneários da cidade, serviço de vistoria e perícia nos estabelecimentos comerciais da Capital e do Interior, fica inviável estabelecer um calendário fixo a ser seguido. A pesquisa mostrou que, em face a



essas demandas, o ideal é que se estabeleça uma prioridade de áreas a ser treinadas e preparado um cronograma curto de atividades, para ser aplicado conforme a tropa tenha disponibilidade de tempo. Fixar um calendário torna-se inviável para o atual cenário vivenciado pela Corporação.

Com isso, são necessários treinamentos para a construção de um ambiente mais salutar de trabalho, para a redução de falhas no atendimento das ocorrências na cidade de Boa Vista, para que o risco de problemas e acidentes seja minimizado. Condições adequadas de trabalho são necessárias e devem ser exigidas para que a execução das atividades não traga riscos à saúde.

Como dever de todos e obrigação do Estado, a pesquisa mostra a necessidade urgente do comprometimento do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima, em produzir e executar projetos de oficinas de treinamento, que sejam capazes de, em um primeiro momento reduzir os riscos de falha no atendimento, para que a população possa gozar de um serviço cada vez melhor.

REFERÊNCIAS

BEKIN, Saul F. **Conversando sobre Endomarketing**. São Paulo: Makron Books, 1995.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas. 3 ed. rev. e atual.** São Paulo: Elsevier, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatística demográfica do Estado de Roraima**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rr.html?>. Acesso em: 20 jan 19

LEITE, M.M.J.; PEREIRA, L.L. **Educação continuada em enfermagem**. In: KURCGANT, P. Administração em enfermagem. São Paulo: EPU, 1991. Cap.

12, p. 147-163.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA(MJ). **Refúgio em números – 3ª Edição**. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em-numeros_1104.pdf. Acesso em: 10 out. 2015.

SOUZA, M.B.B. de. **A gênese da educação continuada em enfermagem e seu percurso histórico no HCRP/USP–1956-1986**. Ribeirão Preto, 1993. 203p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo

THIOLLENT, Michel. **Pesquisa-ação, formação de professores e diversidade**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences , v. 36, p. 207-216, 2014.

TREACY, M., WIERSEMA, F. **A disciplina dos líderes do Mercado**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.



CONTROLE SOCIAL E GERENCIAMENTO DE RISCOS: MEIOS DE OTIMIZAÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA.

SOCIAL CONTROL AND RISK MANAGEMENT: MEANS OF THE PUBLIC SECURITY POLICY OPTIMIZATION IN THE STATE OF RORAIMA.

Alessandre Franklin Evangelista Pinagé¹

Emilson Pinheiro Coelho Neto²

Ordilei Rocha Pereira³

Claudio Travassos Delicato⁴

RESUMO: O Estado de Roraima (RR) vem recebendo recursos do governo federal, mediante transferências para o Fundo Penitenciário, a fim de aprimorar sua política de segurança pública, todavia, a mesma vem sendo alvo constante de críticas, devido ao aumento de homicídios, às constantes fugas de presos e aos indícios de desvio de dinheiro público do Fundo Penitenciário. Objetivos: Este artigo tem, portanto, tem como objetivo geral demonstrar como o controle social e o gerenciamento de riscos podem otimizar a política de segurança pública do Estado de Roraima. Buscando alcançar esse objetivo, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: identificar o papel do controle social nas políticas públicas e explicar sobre gerenciamento de riscos. Metodologia: este artigo foi realizado por meio da técnica de pesquisa bibliográfica sobre o tema controle social e gerenciamento de riscos. Também foi realizada pesquisa documental a partir da análise dos dados constantes do Relatório de Avaliação da Execução dos Programas de Governo: Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional (PNASP), resultado de auditorias realizadas pela Controladoria-Geral da União (CGU), nos anos de 2013 a 2016. Com os dados do Relatório da CGU, aplicou-se a metodologia de gerenciamento de riscos, de acordo com a ABNT NBR ISO 31000:2009. Resultados: o controle social e a metodologia de gerenciamento de riscos da ISO 31000, a partir dos dados apresentados no Relatório de Avaliação do PNASP/DEPEN, elaborado pela CGU, poderia ter minimizado a probabilidade de ocorrência da Operação Gárgulas, que apura possíveis desvios de dinheiro público do Fundo Penitenciário. Estágio da Pesquisa: concluída.

Palavras-chave: Segurança Pública. Sistema Prisional. Controle Social. Gerenciamento de Riscos.

ABSTRACT: The State of Roraima (RR) has been receiving funds from the federal government, through transfers to the Penitentiary Fund, in order to improve its public security policy; however, it has been a constant target of criticism due to the increase in homicides, constant jailbreak and evidence of misappropriation of public money from the Penitentiary Fund. Objectives: This article therefore has as general objective to demonstrate how social control and risk management can optimize the public security policy of the State of Roraima. In order to achieve this objective, the following specific objectives were elaborated: to identify the role of social control in public policies and to explain risk management. Methodology: This article was carried out through the bibliographic research technique on the subject of social control and risk management. Documentary research was also carried out based on the analysis of the data contained in the Report on Evaluation of the Execution of Government Programs: National Prison System Support Program (PNASP), as a result of audits conducted by the Comptroller General of the Union (CGU) in the years from 2013 to 2016. With the data of the CGU Report, the methodology of risk management was applied, according to ABNT NBR ISO 31000: 2009. Results: the social control and ISO 31000 risk management methodology applied to the data in the PNASP / DEPEN Evaluation Report by CGU could have minimized the likelihood of occurrence of Operation Gargoyles, which investigate the misappropriation of public money from the Penitentiary Fund. One way to mitigate this risk would be to implement control measures, especially social control. Research Internship: Completed.

Keywords: Public Security. Prison System. Social Control. Risk management.

1 Alessandre Franklin Evangelista Pinagé, Universidade Estadual de Roraima – UERR, alessandre.pinage@cgu.gov.br

2 Emilson Pinheiro Coelho Neto, Universidade Estadual de Roraima – UERR, emilson.neto@cgu.gov.br.

3 Ordilei Rocha Pereira, Universidade Estadual de Roraima – UERR, ordilei.pereira@cgu.gov.br.

4 Claudio Travassos Delicato, Universidade Estadual de Roraima – UERR, claudiotravassosdelicato@bol.com.br.



INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a população carcerária apresentou um aumento considerável, passando de 232.755, em 2000, para aproximadamente 622.202, em 2014, sendo que o número de vagas, neste mesmo período, passou de 135.710 para 371.884 vagas, segundo o Ministério da Justiça (MJ). O que corresponde a um incremento do déficit carcerário de 97.045 vagas em 2000 para 250.318 vagas em 2014.

Por outro lado, também em 2014, de acordo com o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a população carcerária brasileira era de 711.463 presos, o que colocava o Brasil na terceira posição mundial de maior população de presos, com um déficit de 354 mil vagas no sistema carcerário.

Seja de acordo com o MJ ou com o CNJ, o problema existe: o déficit carcerário no sistema prisional do Brasil. Tal fato, aliado à precariedade da maioria das instalações prisionais do País, tem levado a um aumento no número de rebeliões, situações de maus tratos e reduzido percentual de regeneração do detento.

Diante desse problema, as transferências de recursos federais destinados ao Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional (PNASP), do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), chegou ao montante de, aproximadamente, 1,2 bilhão de reais em quatro anos (PPA 2012-2015).

A fim de obterem uma “fatia” desses recursos junto ao DEPEN, os estados deveriam apresentar “propostas”, que seriam analisadas e aprovadas pelo Departamento. Assim, em 2012, foram apresentadas 185 propostas, no valor total de R\$ 1.794.297.361,92, porém apenas 74 foram

aprovadas, resultando no total de R\$ 903.651.305,43 (CGU, 2017).

Desse total, o Estado de Roraima apresentou 5 propostas, que totalizavam, aproximadamente, R\$ 16 milhões, todavia, nenhuma foi aprovada pelo DEPEN, impossibilitando a transferência de desses recursos federais para o Estado. (CGU, 2017).

Em 2016, diante das rebeliões ocorridas, como a da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (PAMC), em Roraima, na qual 10 presos foram mortos, o governo federal, na tentativa de abrir uma nova frente para mitigação dos problemas enfrentados pelo sistema penitenciário nacional, em especial o do déficit de vagas, publicou, em 19 de dezembro do mesmo ano, a Medida Provisória nº 755, a qual alterou a Lei Complementar nº 79/1994, que instituiu o Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), visando facilitar a transferência de recursos financeiros desse Fundo para os fundos dos Estados e do Distrito Federal.

Resultando, assim, no repasse, ainda em dezembro de 2016, de, aproximadamente, R\$1 bilhão aos fundos estaduais, por meio de transferências obrigatórias (do tipo “fundo-a-fundo”), independentemente de convênio ou instrumento congêneres, os quais possuem critérios mais rígidos para recebimento de recursos. (DEPEN, 2016)

Desse montante, Roraima recebeu, em parcela única, aproximadamente, R\$ 44 milhões em dezembro de 2016, a serem investidos na construção de um presídio de segurança máxima e para o reaparelhamento do sistema prisional. (DEPEN, 2016).

Todavia, em Roraima, nem tudo saiu como o planejado. Inicialmente, em 2017, logo após a transferência para o Estado, surgiram indícios de desvios de recursos da ordem R\$ 3,5 milhões, apurados pelos órgãos de controle; Controladoria-Geral da



União (CGU), Ministério Público Federal (MPF) e Estadual (MPE), bem como a Polícia Federal (PF); o que resultou na Operação Gárgulas, deflagrada em junho de 2018.

Na sequência, também em 2017, houve o bloqueio do restante do dinheiro repassado (aproximadamente R\$ 41 milhões), após decisão judicial da 4ª Vara da Seção Judiciária da Justiça Federal em Roraima, a fim de assegurar que a verba fosse utilizada na finalidade a qual foi destinada.

Em 2018, o DEPEN realizou um novo repasse ao Estado de Roraima, no valor de, aproximadamente, R\$ 12 milhões, o quais também sofreram bloqueio judicial em fevereiro do mesmo ano.

Vale ressaltar que, até o outubro de 2018, mesmo após os desbloqueios dos recursos, o Estado não conseguiu realizar a construção do presídio.

Diante desse contexto, surge o seguinte questionamento: os eventos ocorridos (os “imprevistos”) na transferência de recursos do DEPEN para o Estado de Roraima poderiam ter sido previstos e evitados?

OBJETIVOS

Dessa forma, este artigo tem como objetivo geral demonstrar como o controle social e o gerenciamento de riscos podem otimizar a política de segurança pública do Estado de Roraima. Buscando alcançar esse objetivo, foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

- Identificar o papel do controle social nas políticas públicas;
- Explanar sobre gerenciamento de riscos.

O papel do controle social nas políticas

públicas

O tema controle social ganhou relevância após o advento da Constituição Federal de 1988 -CF/88, conhecida como “Constituição Cidadã”, a qual previu a participação da população nas políticas públicas¹, especialmente as relativas à saúde, assistência social e educação (artigos 198, 204 e 205, CF/88, respectivamente).

Desse modo, o próprio legislador, ao elaborar as normas constitucionais, reconheceu que o Estado sozinho não era capaz de formular, executar e controlar as políticas públicas com eficiência² e efetividade³, recorrendo, assim, à colaboração da sociedade.

A fim de compreender o significado de controle social, cabe ressaltar, inicialmente, o conceito de controlar. Controlar é o mesmo que examinar, fiscalizar, inspecionar, ter sob o seu domínio, sob a sua vigilância.

Assim, devido à pluralidade de significados, o termo controle é utilizado em diversas ocasiões da vida cotidiana: o controle exercido pelos pais em relação a seus filhos; o controle financeiro dos gastos da família; o controle emocional das pessoas...

Em relação às políticas públicas, o controle pode ser exercido tanto pelo Estado, representado por seus órgãos públicos, o chamado “controle institucional”; como pelas pessoas, por meio do “controle social”.

Dessa forma, o controle social pode ser entendido como a “participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração Pública”. (CGU, 2012, p.16).

1 Políticas públicas “são um conjunto articulado e estruturado de ações e incentivos que buscam alterar uma realidade em resposta a demandas e interesses dos atores envolvidos” (MARTINS, 2007, p.4).

2 Eficiência: “relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para produzi-los, em um determinado período de tempo, mantidos os padrões de qualidade”. (TCU, 2010, p.12). A eficiência se refere à relação “custo x benefício”. Por exemplo, em uma obra, a Empresa X utilizou tratores para fazer a escavação do terreno, enquanto que a Y utilizou mão-de-obra humana (que é mais cara que a utilização de máquinas) para fazer o mesmo serviço. Assim, X teve menor custo que Y, para produzir o mesmo benefício (serviço de escavação), seguindo o mesmo padrão de qualidade estabelecido no projeto. Logo, pode-se afirmar que a



Logo, a palavra-chave dessa definição de controle social é a: participação. Porém, surge o seguinte questionamento: por qual motivo as pessoas teriam vontade (animus) de participarem da gestão pública?

Da mesma forma que ocorre na vida cotidiana, a melhor razão para que uma pessoa participe de algo (aula, reunião, igreja...) é ela se sentir motivada. O mesmo raciocínio se aplica ao controle social: para que o cidadão se sinta motivado em participar da gestão pública, é necessário que saiba que ele é o verdadeiro dono do dinheiro público, arrecadado pelo governo (eleito pela população), por meio dos tributos (pagos também pelo povo).

Desse modo, a população tem que ser educada com conceitos de cidadania, a fim de que as pessoas possam ter consciência de que elas são as verdadeiras donas do dinheiro público, ao contrário do senso comum que prega que “o dinheiro público não tem dono, não pertence a ninguém”.

Com as pessoas conscientes do seu papel (de dono), resta a elas exigirem que o Estado “tire as políticas públicas do papel”, implantando-as, efetivando os direitos sociais (saúde, educação, segurança pública...).

Todavia, o Estado não está obrigado a efetivar todos os direitos sociais previstos na Constituição, mas, somente, o que o dinheiro arrecadado por meio dos tributos (impostos, taxas...) possibilitar (Princípio da Reserva do Possível⁴).

Dessa forma, com a arrecadação insuficiente, especialmente durante a crise fiscal, pela qual o Brasil vem passando, surge uma “luta”, “jogo de forças”, entre os

diversos atores (stakeholders), para que os seus interesses sejam atendidos pelas políticas públicas.

Nesse jogo de forças, muitas vezes, o interesse de um grupo é incompatível ao de outro, vencendo aquele que tiver maior poder, influência, sobre os responsáveis pela formulação das políticas públicas. Assim, os vencedores terão os benefícios advindos das políticas públicas, enquanto que os perdedores vão ter que aguardar a próxima disputa, a exemplo do que ocorreu na elaboração do Novo Código Florestal⁶.

Desse jeito, se a sociedade não participar da formulação das políticas públicas, a tendência é que prevaleçam os interesses dos demais stakeholders (empresários, banqueiros...).

Geralmente, essa participação ocorre de maneira coletiva, por meio dos Conselhos de Políticas Públicas. Esses Conselhos se caracterizam por possuírem caráter deliberativo, ou seja, com poder decisório (diferente do caráter consultivo); e composição paritária, que corresponde a uma equivalência ao número de representantes da sociedade civil e do Estado.

Por meio dos Conselhos, o Estado é capaz de “ouvir a voz da população” e ter condições de ofertar, realmente, o que ela mais necessita e o mais adequado às suas características territoriais, culturais e sociais. Caso contrário, irá gastar dinheiro em projetos sem efetividade (que não servem para nada) e ineficientes (com custos elevados e/ou poucos benefícios ofertados)

Por exemplo, se o DEPEN fornecer um “projeto-padrão” (similar para todos os estados da federação, sem levar em

Empresa X foi mais eficiente que a Empresa Y.

³ Efetividade: “relação entre os resultados de uma intervenção ou programa, em termos de efeitos sobre a população alvo (impactos observados), e os objetivos pretendidos (impactos esperados)”. (TCU, 2010, p.12). Por exemplo, o governo faz uma ponte que não é utilizada, pois as pistas de ligação não foram feitas, portanto, não houve efetividade, já que não foram atingidos os objetivos esperados.

⁴ Princípio da Reserva do Possível corresponde ao “condicionamento da efetivação dos direitos sociais, econômicos e culturais à dependência de recursos econômicos” (SALAZAR, 2009, p. 93).

⁵ As políticas públicas correspondem ao “resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações



consideração especificidades locais, como o clima) para a construção de um presídio no Estado de Roraima; provavelmente, o projeto não terá condições de ser executado da mesma forma, com os mesmos materiais utilizados na obra do Estado do Rio Grande do Sul.

Por mais que pareça que esse exemplo não exista na vida real, casos desse tipo ocorrem frequentemente, em diversas políticas públicas.

Além dos Conselhos, o controle social coletivo pode ser também exercido pelas associações, utilizando o mecanismo constitucional do mandado de segurança⁷. Assim, uma associação de produtores rurais, diante de um projeto de hidrelétrica que irá inundar todas as terras de seus associados, inviabilizando sua atividade econômica, podem impetrar um mandado de segurança coletivo, visando proteger os interesses coletivos⁸ da categoria.

Por outro lado, o cidadão, individualmente, pode impetrar uma ação popular⁹. Supondo que um cidadão, diante da obra de construção do presídio de Roraima, que pode causar danos ao meio ambiente ou que esteja com indícios de superfaturamento (preços acima dos valores de mercado, configurando lesão ao patrimônio público), tem a possibilidade de entrar com uma ação popular, visando prevenir ou reparar tais danos.

Além disso, o cidadão pode exercer o controle social, fiscalizando a aplicação do dinheiro público, denunciando possíveis irregularidades, perante as ouvidorias de diversos órgãos, como, por exemplo, a da CGU.

O Gerenciamento de Riscos

Inicialmente, vale ressaltar que existem diversas metodologias de gerenciamento de riscos, com conceitos próprios. Para melhor entendimento do leitor, optou-se pelos conceitos dispostos na norma brasileira (NBR) ISO 31000:2009, elaborada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Então, o que seria risco? A ABNT define como o efeito da incerteza nos objetivos de uma organização, de um processo; sendo esse efeito um desvio em relação ao esperado, podendo ser positivo ou negativo (ISO 31000). Neste artigo, para fins didáticos, considerar-se-á risco apenas como efeito negativo. Dessa forma, não há de se falar em riscos sem antes definir os objetivos relacionados.

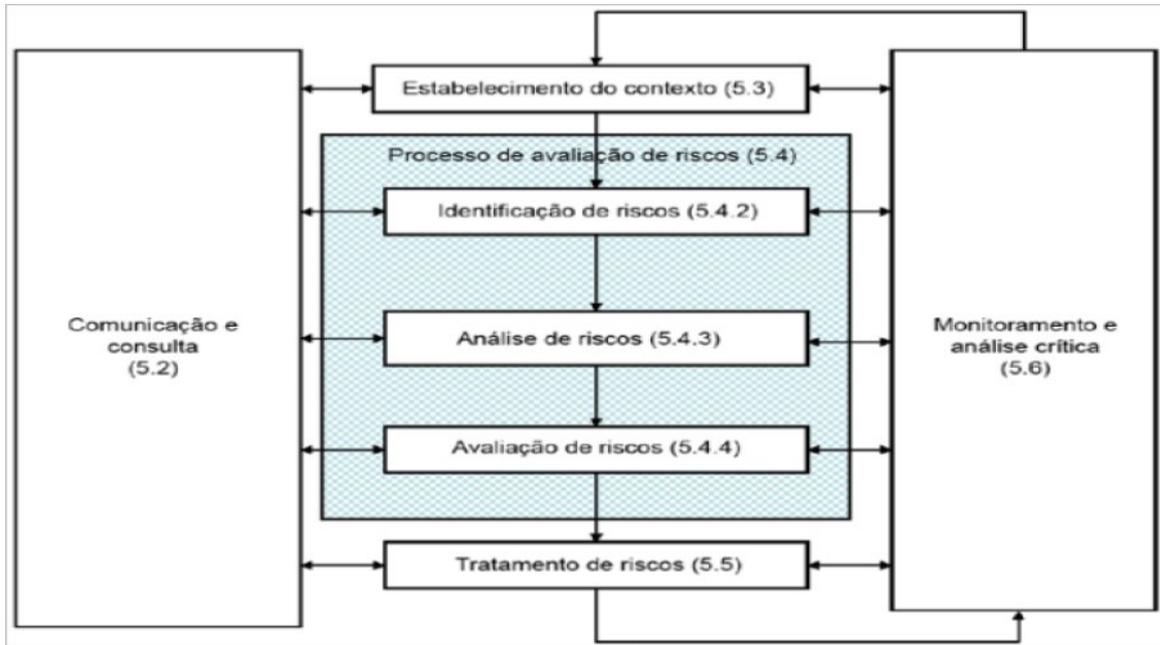
A fim de explicar a estrutura de gerenciamento de riscos da ISO 31000 (Figura 1), escolheu-se o seguinte exemplo:

- Processo: transferência de recursos, no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional (PNASP), por meio do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) ao Governo do Estado de Roraima;
- Objetivo: reduzir o déficit carcerário do sistema prisional brasileiro

essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil” (BONETI, 2011, p. 18).

6 Durante a elaboração do Novo Código Florestal, em 2012, o interesse da “bancada ruralista”, formada por deputados federais ligados ao setor do agronegócio, prevaleceu sobre os dos ambientalistas, apesar dos questionamentos judiciais perante o Supremo Tribunal Federal – STF.

7 Mandado de segurança: “conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público” (artigo 5, inciso LXIX, Constituição Federal de 1988)

**Figura 1: Estrutura Gerenciamento de Riscos**

Fonte: Norma ABNT NBR ISO 31000, 2009.

Estabelecimento do contexto interno

O contexto interno é o ambiente interno no qual a organização busca atingir seus objetivos, pertence à própria organização, podendo influenciar a maneira pela qual a mesma gerenciará os riscos (ISO 31000).

No exemplo dado, o objetivo de reduzir o déficit carcerário depende de diversos fatores internos do DEPEN, como suas normas, diretrizes, estrutura organizacional, políticas, estratégias, servidores...

Estabelecimento do contexto externo

O contexto externo é o ambiente externo no qual a organização busca atingir seus objetivos, incluindo o ambiente cultural, social, político, legal, regulatório, financeiro, tecnológico, econômico, internacional, nacional, regional ou local (ISO 31000).

No exemplo dado, o objetivo de reduzir o déficit carcerário, estabelecido pelo DEPEN,

foi influenciado pela situação caótica do sistema prisional brasileiro.

Identificação de riscos

Nesta etapa, a organização deve identificar as causas/fontes dos riscos e os impactos/ consequências/efeitos, caso eles ocorram. A finalidade desta etapa é gerar uma lista abrangente de riscos baseada em eventos que possam evitar, reduzir, atrasar a realização dos objetivos da organização ou dos seus processos (ISO 31000).

No exemplo em questão, alguns dos riscos que podem ser identificados: o Estado, mesmo recebendo os recursos do DEPEN, não consegue licitar, contratar ou concluir a construção do novo presídio.

Análise de riscos

A análise de riscos envolve a apreciação das causas e as fontes de risco, suas consequências, e a probabilidade de que

8 Interesses coletivos correspondem “não a soma de interesses individuais, mas aquele que pertence ao todo, que é despersonalizado e que se torna, em geral, indisponível, por colocar-se acima dos direitos individuais”. (DI PIETRO, 2005, pag.692).

9 Ação popular: “qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência” (artigo 5, inciso LXXIII, CF/88). Na ação popular, a titularidade pertence ao cidadão, o qual age na defesa do interesse público, não do individual. (DI PIETRO, 2005).



essas consequências possam ocorrer (ISO 31000).

No caso em análise, se os riscos identificados (o Estado não consegue licitar, contratar ou concluir a construção do novo presídio) se concretizarem, a consequência será que o objetivo do DEPEN (reduzir o déficit carcerário) não será atingido.

Avaliação de riscos

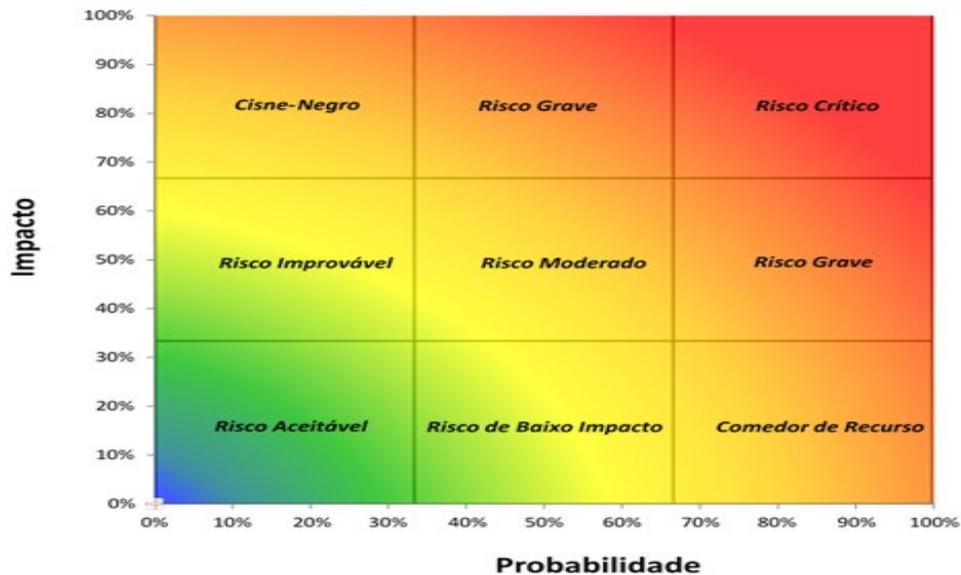
A avaliação de riscos envolve comparar o nível de risco encontrado durante o processo de análise com os critérios de risco estabelecidos quando o contexto foi considerado. Com base nessa comparação, a necessidade do tratamento pode ser considerada (ISO 31000).

Na avaliação de riscos, é recomendável que se trace um gráfico Probabilidade x Impacto (Figura 2):

de uma ou mais opções para modificar os riscos e a implementação dessas opções. As opções de tratamento de riscos podem incluir a ação de aceitar o risco (risco dentro do “apetite” da organização); mitigar o risco (requer medidas de controle para alteração da probabilidade/causa ou do impacto/consequência); compartilhar o risco (por exemplo, por meio da terceirização, seguros...); ou evitar o risco ao se decidir não iniciar ou descontinuar a atividade que dá origem ao risco (ISO 31000).

No caso em questão, caso o risco de o Estado não conseguir novas vagas seja considerado “crítico”, terá que ter prioridade no tratamento, a fim de que seja, por exemplo, mitigado (por meio de implantação de controles).

Figura 2: Diagrama Probabilidade x Impacto



Fonte: Avaliação de Riscos, CGU, 2018.

No exemplo em análise, caso o risco de o Estado não conseguir entregar novas vagas tenha um impacto significativo na redução do déficit carcerário, e, se a probabilidade de isso ocorrer for alta, logo, esse risco será classificado como “crítico”.

Tratamento de Riscos

O tratamento de riscos envolve a seleção

Monitoramento e Comunicação

O monitoramento deve ser planejado como parte do processo de gestão de riscos e envolve a checagem ou vigilância regulares. Já a comunicação às partes interessadas, internas e externas, deve acontecer durante todas as fases do processo de gestão de riscos (ISO 31000).



METODOLOGIA

Este artigo foi realizado por meio da técnica de pesquisa bibliográfica sobre o tema controle social e gerenciamento de riscos.

Também foi realizada pesquisa documental a partir da análise dos dados constantes do Relatório de Avaliação da Execução dos Programas de Governo: Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional (PNASP), resultado de auditorias realizadas pela Controladoria-Geral da União (CGU), nos anos de 2013 a 2016.

Com os dados do Relatório da CGU, aplicou-se a metodologia de gerenciamento de riscos, de acordo com a ABNT NBR ISO 31000:2009, no processo de transferências de recursos pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), representando o governo federal, ao Governo do Estado de Roraima,

que possibilitou a identificação, avaliação, análise e tratamento dos riscos existentes no processo, possibilitando a elaboração de sugestões de medidas de controle, inclusive controle social.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, serão compilados parte dos dados constantes do Relatório de Avaliação da Execução dos Programas de Governo: Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional (PNASP), 2017, resultado de auditorias realizadas pela Controladoria-Geral da União (CGU), nos anos de 2013 a 2016; e depois será aplicada a metodologia de gerenciamento de riscos, estabelecida na ISO 31000, relacionando-a com o controle social.

No Relatório, os auditores da CGU elaboraram o Quadro 1, a fim de verificar a proporcionalidade entre percentual de déficit

Quadro 01: Distribuição dos Recursos do PNASP (2012-2015)

UF	Déficit Feminino + Masculino (Cad. Pub)	% Déficit por UF	Total de Recursos Disponíveis para a UF c/ jovens e Adultos	% de Recursos Disponíveis por UF	Total de recursos Utilizados pela UF	% Recursos Utilizados em relação aos Recursos Disponíveis	% Recursos Utilizados por UF
AC	1.290	0,94%	9.491.886,00	0,93%	0,00	0,00%	0,00%
AL	802	0,58%	7.037.511,00	0,69%	17.820.000,00	253,21%	1,53%
AM	2.045	1,49%	12.709.386,00	1,25%	12.709.386,00	100,00%	1,09%
AP	461	0,33%	15.065.022,00	1,48%	0,00	0,00%	0,00%
BA	6.856	4,98%	44.819.431,00	4,40%	49.770.000,00	111,05%	4,27%
CE	788	0,57%	13.575.636,00	1,33%	51.825.820,00	381,76%	4,44%
DF	1.080	0,78%	10.048.761,00	0,99%	89.000.000,00	885,68%	7,63%
ES	730	0,53%	8.501.886,00	0,84%	14.700.000,00	172,90%	1,26%
GO	3.300	2,40%	24.763.159,00	2,43%	37.949.000,00	153,25%	3,25%
MA	1.222	0,89%	7.037.511,00	0,69%	5.470.789,00	77,74%	0,47%
MG	15.655	11,38%	111.324.510,00	10,94%	137.445.448,00	123,46%	11,79%
MS	3.762	2,73%	26.475.034,00	2,60%	40.605.871,00	153,37%	3,48%
MT	6.011	4,37%	48.795.670,00	4,79%	39.382.310,00	80,71%	3,38%
PA	4.740	3,44%	31.078.795,00	3,05%	24.097.500,00	77,54%	2,07%
PB	3.119	2,27%	20.860.648,00	2,05%	17.160.000,00	82,26%	1,47%
PE	9.896	7,19%	71.888.204,00	7,06%	82.620.000,00	114,93%	7,09%
PI	1.698	1,23%	7.037.511,00	0,69%	14.850.000,00	211,01%	1,27%
PR	17.292	12,57%	135.047.647,00	13,27%	104.026.162,00	77,03%	8,92%
RJ	5.580	4,05%	43.000.045,00	4,23%	34.470.000,00	80,16%	2,96%
RN	2.837	2,06%	24.428.773,00	2,40%	14.745.048,00	60,36%	1,26%
RO	1.848	1,34%	14.586.261,00	1,43%	32.274.554,00	221,27%	2,77%
RR	462	0,34%	8.336.886,00	0,82%	0,00	0,00%	0,00%
RS	5.380	3,91%	46.316.284,00	4,55%	45.270.000,00	97,74%	3,88%
SC	1.105	0,80%	24.981.261,00	2,45%	25.740.000,00	103,04%	2,21%
SE	606	0,44%	7.037.511,00	0,69%	14.850.000,00	211,01%	1,27%
SP	38.709	28,13%	236.363.457,00	23,23%	236.363.457,00	100,00%	20,27%
TO	344	0,25%	7.037.511,00	0,69%	22.836.845,00	324,50%	1,96%
Total	137.618	100%	1.017.646.201,00	100%	1.165.982.191,00	115%	100%

Fonte: Relatório de Avaliação PNASP, CGU, 2017.



carcerário e o percentual de recursos destinados a cada Unidade da Federação no âmbito do PNASP, entre os anos de 2012 a 2015.

Diante o exposto, no Quadro 01, fica evidenciado que Roraima, apesar de ter sido reservado R\$ 8.336.886,00 para o Estado pelo DEPEN, não utilizou, efetivamente, quantia alguma (R\$ 0,00) para construção de novas vagas.

No mesmo relatório, a CGU apontou que Roraima apresentou 5 “propostas”, as quais correspondem a instrumentos de solicitação de recursos ao DEPEN; todavia, elas não foram aprovadas pelo Departamento, devido às deficiências técnicas do Estado.

Dessa forma, aplicando a metodologia de gerenciamento de riscos da ISO 31000 ao caso de Roraima, especialmente na identificação, análise, avaliação e tratamento de riscos, elaborou-se o Quadro 2:

Quadro 02: Aplicação da Metodologia de Riscos, ISO 31000

Processo:	Transferência de recursos do <u>PNASP</u> para o Município, por meio do <u>DEPEN</u>
Objetivo:	Reduzir o déficit carcerário
Identificação e Análise de Riscos:	Devido a deficiências técnicas do Estado, as futuras transferências do <u>DEPEN</u> poderão ter destinação diversa da prevista, impossibilitando a redução do déficit carcerário
➤ <i>Causas:</i>	<i>Deficiências técnicas do Estado</i>
➤ <i>Riscos:</i>	<i>As futuras transferências do DEPEN poderão ter destinação diversa da prevista</i>
➤ <i>Impactos:</i>	<i>Impossibilidade de redução do déficit carcerário</i>
Avaliação de Riscos:	Risco “crítico” (devido à alta probabilidade de ocorrência e ao alto impacto caso ocorra)
Tratamento de Riscos:	Mitigar o risco (requer Medidas de Controle)

Fonte: Quadro elaborado pelos autores do artigo, 2018.

Dessa forma, se o DEPEN tivesse aplicado a metodologia de gerenciamento de riscos da ISO 31000, a partir dos dados apresentados no Relatório de Avaliação do PNASP/DEPEN, elaborado pela CGU, o qual apontou o risco, inclusive suas causas e

impactos (Quadro 2), antes de transferir novos recursos para o Estado de Roraima (R\$ 44 milhões em 2016; R\$ 12 milhões em 2018), poderia ter minimizado a probabilidade de ocorrência da Operação Gárgulas, deflagrada em junho de 2018, a qual está apurando possíveis desvios dos recursos repassados (R\$ 3,5 milhões).

Uma das formas de mitigar esse risco seria a implantação de medidas de controle para alterar suas causas e/ou consequências. Por exemplo, o DEPEN poderia ter condicionado a transferência de recursos à obrigação de o Estado firmar um termo de cooperação técnica com outro órgão, para elaboração do projeto básico para a construção de um novo presídio. Também outra medida que o Departamento poderia ter adotado seria exigir que o Estado promovesse o controle social, instituindo o Conselho de Segurança Pública, visando a

fiscalização dos recursos pela sociedade.

Assim, demonstra-se que o controle social e o gerenciamento de riscos são capazes de otimizar a política de segurança pública do Estado de Roraima.



REFERÊNCIAS

BONETI, Lindomar Wessler. **Estado, Sociedade Civil e Políticas Públicas**. 3ª Ed. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 de setembro de 2018.

_____. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 01 de outubro de 2018.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU). **Relatório de Avaliação da Execução dos Programas de Governo: Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional (PNASP), 2017**. Disponível em: <<https://auditoria.cgu.gov.br/download/9687.pdf>>. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

_____. **Controle Social: Orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social**. Disponível em: <<https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/controle-social/arquivos/controlesocial2012.pdf>>. Acesso em: 20 de setembro de 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 18ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005

SALAZAR, Andrea Lazzarini. GROU, Karina Bozola. **A Defesa da Saúde em Juízo. Teoria e Prática**. São Paulo: Verbatim, 2009.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Manual de Auditoria Operacional**. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A14DB4AFB3014DBAC9EC7B5EF9>>. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ (TCE/CE). **Relatório de Avaliação da Ação Ronda do Quarteirão**. Disponível em: <<https://www.tce.ce.gov.br/jdownloads/Jurisdici>

onado/Fiscalizacao_Control/Auditoria_Operacional/aud201300012012111944.pdf>. Acesso em: 12 de agosto de 2018.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP), **Manual de Policiamento Comunitário**. Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/dh/manual_policiamento_comunitario.pdf>. Acesso em: 12 de agosto de 2018.



MUNICÍPIOS: ESPAÇOS DO ENCARCERAMENTO EM MASSA

MUNICIPALITIES: SPACES OF MASS INCARCERATION

Ana Maria Lima de Freitas¹

Claycia Maria Rocha Machado²

Claudio Belmino Rabelo Evangelista³

Rondinelli Santos de Matos Pereira⁴

Claudio Travassos Delicato⁵

RESUMO: A pesquisa analisa questões envolvendo algumas características do sistema prisional, como a superlotação, insalubridade e assistência à saúde, em decorrência do aumento no número de indivíduos encarcerados, nas últimas décadas. Trata-se de uma pesquisa atualizada que faz a revisão bibliográfica de textos publicados nos últimos cinco anos. A busca organizada deu-se por meio de leituras incluindo artigos de periódicos, relatórios de instituições nacionais, reportagens de jornais de grande circulação, dissertações, comunicação em eventos. Foram analisados diversos documentos produzidos e publicados por especialistas brasileiros. A técnica de análise do material coletado foi utilizada mediante a construção de categorias definidas, tendo em vista o objetivo da pesquisa, do conhecimento sobre segurança pública e do perfil da população carcerária. Com base na sistematização desse conhecimento construído em grande parte na realidade brasileira, proporciona-se recursos teórico-práticos para efetivar novos programas de prevenção a criminalidade. Os problemas existentes no interior do sistema penitenciário extrapolam as fronteiras das prisões, atingindo a comunidade em geral que acredita em ferramentas de punições mais severas. O estado do conhecimento atingido a partir dos trabalhos analisados pode ser utilizado em outros estudos, com impacto sobre políticas públicas de segurança.

Palavras-chave: Sistema prisional. Encarceramento. População carcerária. Políticas públicas.

ABSTRACT: The research analyzes issues involving some characteristics of the prison system, such as overcrowding, insalubrity and health care, due to the increase in the number of individuals incarcerated in the last decades. This is an updated research that makes the bibliographic review of texts published in the last five years. The organized search was made through readings including articles of periodicals, reports of national institutions, reports of newspapers of great circulation, dissertations, communication in events. Several documents produced and published by Brazilian specialists were analyzed. The technique of analysis of the collected material was used by the construction of defined categories, in view of the research objective, knowledge about public safety and the profile of the prison population. Based on the systematization of this knowledge built largely in the Brazilian reality, theoretical-practical resources are provided to implement new crime prevention programs. Problems within the penitentiary system extend beyond the borders of prisons, reaching the wider community that believes in more severe punishment tools. The state of knowledge reached from the analyzed works can be used in other studies, with impact on public security policies

Keywords: Prison system, Incarceration, Prison population and public policies.

1 Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Estadual de Roraima (UERR), anamariarr.freitas@yahoo.com.br.

2 Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Estadual de Roraima (UERR), claymrm@gmail.com.

3 Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Estadual de Roraima (UERR), cbelmino@yahoo.com.br.

4 Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Estadual de Roraima (UERR), rondinellimatots@hotmail.com.

5 Prof. Dr. em Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Roraima. (UERR), claudiotravassosdelicato@bol.com.br.



INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu artigo 5º, XLVII, a proibição das penas cruéis, garantindo ao apenado a integridade física e moral (artigo 5º, XLIX). Entretanto, o tratamento indigno a que tantas vezes é submetido o preso no Brasil não se distancia de ser uma pena cruel, daquela vivenciada no período que precedeu o iluminismo, onde presos aguardavam em celas insalubres suas penas de suplícios com a consequente morte por esquartejamento ou decapitação.

Diante da realidade do encarceramento em massa é preciso criar alternativas e promover políticas efetivas para lidar com as demandas de segurança pública de maneira responsável e não imediatista. Com efeito, o objetivo deste artigo é analisar questões envolvendo algumas características do sistema prisional, como a superlotação, insalubridade e assistência à saúde, em decorrência do aumento no número de indivíduos encarcerados, nas últimas décadas.

Assim, o presente artigo apresenta uma abordagem acerca do sistema prisional brasileiro, acompanhado do desrespeito aos direitos humanos. A escolha do tema justifica-se pelo fato da importância de se entender o porquê do encarceramento em massa, no Brasil.

SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Características

Nas últimas décadas, o Brasil vem caminhando, em ritmo acelerado, na contra mão dos direitos fundamentais da pessoa privada de liberdade. A privação de liberdade porque passa o indivíduo é uma resposta ao ato de infração penal

cometido. Contudo, isso não autoriza o Estado a impor restrições além daquelas que estão dispostas na legislação vigente. Embora a Constituição Cidadã garanta a integridade física e moral dos presos, na prática, a prisão se resume a um depósito de seres humanos esquivados de seus direitos e dignidade.

Certamente, o reflexo da falência prisional no Brasil traz uma realidade crescente dessa população que, até junho de 2016 chegou a 726.712, colocando o país atualmente na terceira posição com a maior população prisional do mundo. Dos mais de 700 mil presos no país, 40% são presos provisórios, aguardando julgamento e devem ser condenados a regime aberto ou absolvido, e mais da metade dessa população é de jovens de 18 a 29 anos e 64% são negros, segundo dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen, 2016).

Sobre os presos provisórios, a ex-diretora do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) afirmou:

[...] fizemos uma pesquisa em parceria com o IPEA e identificamos que desse percentual de presos, 40% deles quando chegar ao fim do processo vai ser inocentado ou vai ser condenado a uma pena restritiva de direitos. Ou seja, é um contingente bem significativo de pessoas que não precisaria estar na prisão. (DAUFEMBACK, 2017)

Diante dessa realidade, faltam vagas no sistema prisional, falta acesso à justiça, à saúde, à educação e ao trabalho, fazendo com que a violência do cárcere contribua com a violência nas ruas.

Nesse sentido, Rogério Greco leciona:

O sistema prisional agoniza, enquanto a sociedade, de forma geral, não se importa com isso, pois crê que aqueles que ali se encontram recolhidos merecem esse sofrimento. Esquece-se, contudo, que aquelas pessoas, que estão sendo tratadas como seres



irracionais, sairão um dia da prisão e voltarão ao convívio em sociedade. Assim, cabe a nós decidir se voltarão melhores ou piores (2017, nota do autor).

Em suma, a prisão tornou-se espaço para amontoar pessoas, umas com penas mais graves, outras com penas mais leves. Porém, se a pena infligida pela lei tem como objetivo principal a reparação do crime, não se pode permitir que o indivíduo condenado a penas leves permaneça preso no mesmo local que o criminoso condenado a penas mais graves. Motifs du Code d' instruction criminelle, relatório de G.A. Real, p. 244 (apud Foucault, 2014, p.219).

Crescimento Populacional Carcerário

O crescimento excessivo do encarceramento em massa ocorrido nos últimos anos, nas prisões brasileiras, vem mostrando o descrédito das instituições responsáveis pela segurança pública. Com isso, a prevenção e a reabilitação do preso tornaram-se cada vez mais distante da reversão desse cenário de violação sistemáticas de direitos.

Hoje, o sistema carcerário vive o paradoxo do avanço da violência, o clamor pelo endurecimento da pena e, do outro lado, a superlotação. Além do que a precariedade do sistema prisional, a falta de investimento e o descaso do poder público contribuem com o agravamento da crise, dificultando a possibilidade de ressocialização de qualquer indivíduo. No entanto, há de se perguntar o porquê do Brasil ter chegado a essa decadência no sistema prisional. Para isso, pode se apontar alguns fatores que podem ser considerados e/ou ter influenciados esse processo, como a Lei de Crimes Hediondos editada em 1990, que limitou a progressão de regime, aumentando o

tempo de pena em regime fechado, bem como a inclusão do tráfico de drogas no rol de crimes hediondos.

Também a Lei nº 11.343/2006 – (Lei de Drogas), tem contribuído em grande escala com a superlotação nos presídios brasileiros. A partir de sua aplicação o crescimento da população carcerária cresceu 348%. Segundo dados do Ministério da Justiça, em 2016, 62% das mulheres e 26% dos homens presos no Brasil respondem a crimes relacionados às drogas. Os crimes relacionados ao tráfico de drogas registram 28% da população carcerária total; roubos e furtos chegam a 37%; e apenas 11% dos crimes que causaram a prisão são homicídios (VERDÉLIO, 2017).

Diante dessa ascensão vertiginosa do encarceramento em massa, o desafio é de fazer valer a Constituição Federal de 1988, Lei de Execução Penal e

A Saúde no Sistema Prisional: o que fazer?

A problemática do encarceramento em massa no Brasil tem levantado algumas questões que merecem ser analisadas sob o ponto de vista dos direitos humanos, que ao longo do tempo vem sendo violados nas prisões brasileiras. A superlotação das celas, insalubridade, precariedade tornam as prisões em espaço propício à propagação de contágio e transmissão de doenças. Tudo isso associado à má alimentação, sedentarismo, uso de drogas, falta de higiene e ambiente sombrio da prisão fazem com que o indivíduo que adentra no sistema numa condição sadia, de lá não saia sem ser investido de uma doença ou com sua resistência física abalada e saúde fragilizada.



Além disso, os presos passam a ter problemas de saúde por contraírem doenças do aparelho respiratório, como tuberculose e pneumonia. Apresentam também um alto índice de hepatite e doenças sexualmente transmissíveis, em geral, a AIDS. Sem falar dos portadores de distúrbios mentais, de câncer, hanseníase e deficiência física. Quanto a saúde bucal, o tratamento odontológico na prisão resume-se apenas à extração de dentes.

Com isso, o preso tem uma dupla penalização: a pena de prisão e o estado de saúde precário adquirido ao longo do cumprimento da pena. Destaca-se diante desse cenário, o descumprimento da Lei de Execução Penal, a qual prevê no inciso VII do artigo 41 o direito à saúde por parte do preso, como uma obrigação do Estado. Porém, não existe tratamento médico – hospitalar na maioria dos presídios, dificultando o tratamento dos presos que por vezes não conseguem chegar aos hospitais públicos, pois precisam de escolta dos Policiais Militares (PM) que nem sempre estão disponíveis para tal, e quando levados ao atendimento corre-se o risco de não haver vaga disponível.

Embora as garantias legais previstas durante a execução da pena, prescritas nos diversos estatutos não sejam respeitadas pelo Estado, cabe à sociedade, por meio do controle social, responder a indagação: o que fazer para que o preso não perca sua dignidade e possa voltar em condições favoráveis ao convívio com a sociedade?

Mediante o exposto evidencia-se a necessidade do poder público, por meios de seus gestores, de propor e impulsionar

políticas públicas, principalmente as relacionadas a Saúde, voltadas as pessoas privadas de liberdade.

RESPONSABILIDADES COMPARTILHADAS

Os estados e municípios têm um papel fundamental no processo de tomada de decisões quando envolve conteúdos, instrumentos e aspectos institucionais na formulação de uma política pública. O envolvimento de órgãos públicos ou mesmo as entidades não governamentais e as empresas privadas na elaboração e/ou planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas constitui alternativas para “delimitar os desafios que os governos e as sociedades enfrentam” Rodrigues (2011, p.46) (apud MEDEIROS, 2018).

De acordo com Medeiros (2013), políticas públicas governamentais são entendidas como “Estado em ação.” É o Estado implantando um projeto de governo, por meio de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. Todavia, não há na literatura um consenso sobre o conceito de políticas públicas, talvez por este ser um campo recente da ciência política. Entretanto, Matus (apud Queiroz, 2012, p.96) apresenta uma definição mais elaborada e abrangente para a política pública “é uma decisão ou um grupo de decisões - explícitas ou implícitas - que pode estabelecer as diretrizes para a ação presente, para orientar decisões futuras ou para iniciar ou retardar uma ação.”

Queiroz (2012, p.96), acrescenta que:

Outra forma de conceituarmos política pública é defini-la como o processo de escolha dos meios para a realização dos objetivos da sociedade geridos pelo governo. Sendo os instrumentos de ação dos governos,



as políticas públicas devem estar orientadas pelos princípios constitucionais a elas relacionados como, por exemplo, o da eficiência, da eficácia.

O autor conclui que as políticas públicas têm sua razão de existir, pois o Estado social está marcado pela “obrigação de garantia de direitos fundamentais ao cidadão.” Desse modo, faz uma síntese conceitual do que seja políticas públicas.

“[...] são, no estado democrático de direito, os meios que a administração pública dispõe para a defesa e concretização dos direitos de liberdade e dos direitos sociais dos cidadãos, estabelecidos numa Constituição Nacional” (QUEIROZ, 2012, p.97).

Com base nessas primícias, um dos maiores entraves para a efetivação de políticas públicas voltadas à saúde das pessoas privadas de liberdade é a superação das dificuldades impostas pela própria condição de confinamento, que dificulta o acesso às ações e serviços de saúde de forma integral e efetiva.

A visão de que as políticas públicas voltadas ao sistema prisional são realizadas por ações dos estados, a prevalência da garantia dos direitos básicos das pessoas aprisionadas demanda o entrelaçamento dos interesses dos municípios com o dos estados e da nação. A partir da percepção das responsabilidades compartilhadas de municípios, estados e governo federal em relação às pessoas encarceradas, em 2014, foi criada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (Pnaisp), com o objetivo de ampliar as ações de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) para a população privada de liberdade, fazendo com que

cada unidade básica de saúde prisional passasse a ser visualizada como ponto de atenção da Rede de Atenção à Saúde¹.

As mudanças apontadas pela Pnaisp apresentam grandes ganhos na garantia e defesa dos Direitos Humanos no Brasil, em total consonância com a previsão constitucional de saúde para todos. Dessa forma, todo cidadão brasileiro, sem distinção, tem direito ao acesso e aos serviços de saúde.

METODOLOGIA

O caminho metodológico que foi utilizado para construção desta pesquisa, deu-se por meio de levantamento bibliográfico com análise de fontes secundárias que abordam de diferentes maneiras o tema proposto. Este artigo caracterizou-se como pesquisa bibliográfica pois as fontes são de “material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos permitindo ao investigador a cobertura de uma gama de fenômeno muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (Gil, 2010, p.50).

Neste artigo foi utilizada a pesquisa aplicada, pois esta concentra-se em torno dos problemas presentes nas atividades das instituições, organizações, grupos ou atores sociais. A pesquisa aplicada está empenhada na elaboração de diagnósticos, identificação de problema e busca de soluções (Fleury; Werlang, 2009, p.2).

Afirma, ainda, os autores,

a geração de impacto da pesquisa aplicada vai além da dimensão acadêmica de divulgação do conhecimento científico e por

1 BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014, que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).



isso deve ser veiculada de forma estratégica e no formato mais adequado para entender os objetivos de qualificar o debate público e/ou influenciar os atores responsáveis pelo processo de tomada de decisão (2009, p.5).

Assim, este trabalho buscou adquirir conhecimentos e propor solução para o problema identificado, ou seja, aprimorar a participação dos municípios na formulação e execução de políticas públicas voltadas à atuação básica de saúde para atender uma parcela da população, hoje privada de liberdade.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Diante dos resultados obtidos, o encarceramento em massa apresenta situações diversas para discussão, visto que há uma infinidade de estudos disponíveis na literatura investigando suas supostas causas. Embora possuam resultados de estudos incluindo números expressivos de presos encarcerados, ainda encontram-se em fase de conclusão por parte Conselho Nacional de Justiça (CNJ), um sistema de monitoramento para dar ao Poder Judiciário controle de informações sobre todos os presos brasileiros, o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP). Até junho de 2018, o CNJ já tinha cadastradas no BNMP as informações de 22 unidades da federação, com um total de 464.295 presos. É importante frisar que o Cadastro Nacional de Presos oferece informações das pessoas privadas de liberdade, bem como dados sobre os mandados de prisão pendentes de cumprimento.

De acordo com os resultados obtidos, encontrou-se indícios que o encarceramento em massa apresenta causas que levam o sistema prisional a agonizar por falta de vagas, acesso à justiça, à saúde, e à educação e ao

trabalho. Uma indicação forte dessa pesquisa é de que o compartilhamento de responsabilidades entre estados e municípios possa assegurar às pessoas privadas de liberdade o direito à saúde no sistema prisional.

Apesar dos resultados obtidos, certos pontos sobre a superlotação no sistema prisional ainda não foram esclarecidos de forma satisfatória, requerendo maior investigação. Cita-se como exemplo, a necessidade de estudos sobre homicídios que representam apenas 11% de toda população encarcerada. Outro importante fator a ser investigado é qual seria o papel da mulher no cotidiano do crime, tendo em vista que do total de 726.712 pessoas privadas de liberdade, 5% são mulheres e deste percentual 62% respondem a crimes relacionados às drogas, conforme dados do Infopen, 2016.

Como sugestões para estudos futuros, sugere-se a discussão da Lei nº 11.343/2006, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Para sua correta aplicação a um caso concreto, é importante discutir, entender e explicar a lei, pois nem sempre ela está escrita de forma clara, podendo implicar em consequência para os indivíduos. Outra possibilidade de estudos futuros é a participação dos municípios na execução das políticas públicas envolvendo a atenção básica de saúde, para melhor atender os presos.

Enfim, sugere-se a utilização de um banco de dados central com informações fidedignas para não haver prejuízo na vida das pessoas privadas de liberdade, e também minimizar dados repetidos e incompletos, como garantia da implementação de políticas públicas com



eficiência e eficácia.

CONCLUSÃO

Do que foi apresentado no presente artigo, é possível constatar a ineficácia da política no sistema prisional brasileiro. A falta de investimentos e o descaso do poder público têm contribuído sobremaneira com o agravamento de crise nos presídios.

Os dados mais recentes apresentados pelo Infopen são de 2016 e mostram que o encarceramento em massa, atrelada à política de guerra às drogas, prende uma parcela específica de população, mesmo não havendo vaga para essas pessoas. “As mais de 700 mil pessoas presas no Brasil se amontoam em pouco mais de 370 mil vagas.”

Portanto, conclui-se que os governos federal e estaduais têm a responsabilidade e o compromisso de fazer valer a Lei de Execução Penal, como forma de assegurar às pessoas privadas de liberdade a não violação de direitos constitucionais.

Acredita-se ainda que o compartilhamento de responsabilidades entre os entes federativos, na implementação das políticas públicas, principalmente, à saúde dos presos, garantiria às pessoas privadas de liberdade o acesso aos serviços de saúde básica sob os cuidados do Sistema Único de Saúde (SUS).

REFERÊNCIAS

ASSIS, Raquel Damasceno da. **A realidade atual do sistema penitenciário.**

Revista CEJ, Brasília Ano XI, nº.39. p.74-78, out/dez2007. Disponível em:

<<https://www.jf.jus.br/ojs2qindex.pls/revcej/artide>>

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Constituição Federal de 1988- (Publicação Original), 05 de outubro 1988.**

_____. Presidência da República, **Lei nº8072, de 25 de julho de 1990. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art.5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e deriva outras providências.**

Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8072.htm>

_____. Presidência da República. **Lei nº11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crime e dá outras providências.**

Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03_a to2004-2006>

_____. Presidência da República. **Lei nº7.120/1984 Lei de Execução Penal. Efetiva as disposições de sentença ou decisão criminal e proporciona condições para harmônica integração social dos condenados e do internado.**

Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/le is/l7210>

FLEURY, M^a Tereza. Lima; Werlang, Sérgio. **Pesquisa aplicada-reflexões sobre conceitos e abordagens metodológicos.** Disponível em:



<<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/>>

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão, tradução de Raquel Ramallete. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRECO, Rogério. **Sistema Prisional: colapso atual e soluções alternativas**. 4^o ed. rev., ampl e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2017.

MADEIRA, Lígia Mori; RODRIGUES, Alexandre Ben. **Novas bases para as políticas públicas de segurança no Brasil a partir das práticas do governo federal no período 2003-2011**.

Rev.Adm. Pública- Rio de Janeiro 49(1): 3-21, Jan./fev.2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n1/0034-7612-rap-49-01-00003.pdf>>

MEDEIROS, Alexsandro M. **Políticas Públicas Latles**.

cnpq.br/694635614081010. Disponível em: <<https://www.sabedoriapolitica.com.br/ci%c3%aancia-politica/politicas-publicas/>>

MINISTÉRIO da Justiça e Segurança Pública (BRASIL). **Relatório- Atualização-junho de 2016**.

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen).

Organização:SANTOS, Thandara; colaboração ROSA, Marlene Inês [et. al]. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/.../relatorio_2016>

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas**.

1.ed.Intersaberes. Curitiba:2012

ROCHA, Gustavo do Vale. Advogado Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público. Tema da Redação: **Sistema Carcerário Brasileiro-Problemas e Soluções**. Disponível em: <<https://www.imagineie.com.br/.../tema-deredacao>>

SERRANO, Pedro Estevan. **Encarceramento em massa: ineficaz ,injusto e antidemocrático**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/encarceramento>>

VASCONCELOS , Emerson Diego. **A precariedade no sistema penitenciário brasileiro-violação dos direitos humanos**. Disponível em: <<https://www.ambitojuridico.com.br/site/artigo>>

VERDÉLIO, Andreia. **Com 726 presos, Brasil tem terceira maior população carcerária do mundo**. Disponível em: <<https://www.agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017>>



O PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

THE PROCESS OF HUMANIZATION OF THE BRAZILIAN PRISON SYSTEM

Jaasiel Gipson da Silva Campos¹

RESUMO: O processo de humanização do sistema prisional brasileiro pautado nos elementos essenciais na problemática do poder de punir, conforme Foucault transferiu-se da vingança do soberano para a defesa da sociedade, o que, talvez, traz mais insegurança do que garantias, assim, o princípio da moderação demonstra ser extremamente essencial para coibir os excessos, o qual se baseia na sensibilidade do homem razoável e não no rigor da lei ou no grau de perigo do infrator que durante muito tempo foi objeto da Execução Penal contrariando os Direitos da Pessoa Humana. O objetivo será proporcionar destaque ao processo de humanização do sistema prisional brasileiro pautado nos elementos essenciais na problemática do poder de punir estatal. Para alcançar tal objetivo proposto realizar-se-á uma pesquisa pelo método dedutivo de cunho qualitativo, exploratório e bibliográfico. No Brasil, apesar das conquistas sociais insculpidas na Constituição Federal de 1988, nosso país é um dos mais injustos do mundo; por um paradoxo em decorrência de sua imensa riqueza a qual fez seu povo mais pobre e suas elites mais ricas chegarem a uma proporção de desigualdade que assombra cientistas sociais e juristas de todos os países, que prejudicam as políticas de segurança pública destinadas à questão penitenciária decorrente de características neoliberais. Mudanças radicais se fazem necessárias e com urgentes, pois o princípio da dignidade da pessoa humana deve sempre pautar as atividades voltadas para o sistema penitenciário, por ser medida assecuratória da obrigação do Estado em garantir um patamar mínimo de forma humanizada a população prisional brasileira.

Palavras-chave: População Prisional. Humanização. Sistema Prisional. Direitos Humanos.

ABSTRACT: The process of humanization of the Brazilian prison system based on the essential elements in the problematic of the power to punish, as Foucault transferred from the revenge of the sovereign to the defense of society, which perhaps brings more insecurity than guarantees, thus, the principle of moderation proves to be extremely essential to curb excesses, which is based on the reasonable man's sensitivity and not on the rigor of the law or the degree of danger of the offender who for a long time was the subject of Criminal Execution contrary to the Rights of the Human Person. The objective will be to highlight the process of humanization of the Brazilian prison system based on the essential elements in the problem of the State's power to punish. In order to reach this proposed objective, a qualitative, exploratory and bibliographic research will be carried out using the deductive method. In Brazil, despite the social achievements inscribed in the Federal Constitution of 1988, our country is one of the most unjust in the world; by a paradox as a result of its immense wealth which has made its poorer people and their wealthier elites reach a proportion of inequality that haunts social scientists and jurists of all countries, which undermine public security policies aimed at the penitentiary issue arising of neoliberal characteristics. Radical changes are necessary and urgent, since the principle of human dignity must always guide activities aimed at the penitentiary system, since it is an assecuratory measure of the State's obligation to guarantee a minimum humanized level of the Brazilian prison population.

Keywords: Prison Population. Humanization. Prison System. Human rights.

¹ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA – UERR, jaasiel.campos.advogado@gmail.com.



INTRODUÇÃO

Com a passagem do absolutismo para o iluminismo, a sociedade em detrimento de alguns direitos personalíssimos passou ao Estado o direito de punir, que deve ser exercido nos termos da lei e, certamente, não podendo existir o prazer de punir pela sede de vingança estatal. Michel Foucault (2007) em estudos sobre o poder de punir já lesionava que é preciso distinguir a confrontação física entre o condenado e o Estado.

Com o surgimento do sistema carcerário, ocorreu uma evolução no poder punitivo do Estado que deixou de aplicar penas capitais e passou a realizar penas restritivas de liberdade, o qual substituiu os excessos nas formas de punir outrora sempre ligados ao soberano que permitia ao poder disciplinar realizar atrocidades de banimento e métodos punitivos ligados à vingança utilizando suplícios aos infratores.

Michel Foucault (2007) realizou estudos sobre o processo punitivo que era ligado ao castigo, dessa forma com o sistema carcerário altera-se para uma técnica penitenciária ligada ao adestramento dos condenados com o objetivo de ressocialização e um retorno digno a sociedade pelo estudo, trabalho e da religião dentro das prisões.

Ocorreu no século XX, uma significativa preocupação quanto aos problemas da Execução Penal, pois adequações nas leis deveriam ser realizadas com o intuito de modernizar o processo da pena, fundada em uma unificação orgânica em decorrência de tratamentos reeducativos, como também, como organizar as penitenciárias.

No Brasil, os estudos ligados a ressocialização e educação dos detentos emergem apenas em 1890, com a criação do regime penitenciário correccional, pois até a

mencionada data as penas somente destinavam-se às punições voltadas ao sofrimento máximo, geralmente, aplicadas de forma cruel, sem qualquer preocupação com a humanidade dos sentenciados.

Com o advento dos direitos humanos, surge o princípio da moderação das penas que tem como característica principal a vedação de abusos, torturas e arbítrios, quando da aplicação de qualquer penalidade estabelecida, que deverá ser respeitada e pautada em princípios humanos e garantias constitucionais ao homem comum.

Dessa forma, os estabelecimentos prisionais devem proporcionar e adequar-se ao desenvolvimento da personalidade dos apenados, pois se continuarem a quebrar regras dentro do sistema prisional qualquer ressocialização estará fadada ao fracasso.

OBJETIVOS

Proporcionar destaque ao processo de humanização do sistema prisional brasileiro pautado nos elementos essenciais na problemática do poder de punir estatal;

Conjecturar possibilidades de melhorias no processo de ressocialização dos apenados em decorrência de trabalhos, estudos e religião dentro do sistema carcerário; e Analisar a utilização de métodos militares de adestramento pessoal pautados na disciplina aos encarcerados brasileiros.

METODOLOGIA

O presente projeto foi realizado por meio do método dedutivo, que parte da compreensão da regra geral para então compreender os casos específicos, por ser um processo de análise de informações que nos leva a uma conclusão, ou seja, usa-se da dedução para encontrar o resultado final. (VERGARA, 2010)

O trabalho se realizará com abordagem de cunho qualitativo, pois



segundo Lakatos e Marconi (2004, p. 269), este tipo de metodologia analisa e interpreta aspectos mais profundos, demonstrando a complexidade do comportamento humano, ou seja, proporciona uma análise mais detalhada sobre hábitos e tendências do ser humano.

Com base nos objetivos a pesquisa será exploratória. Tendo como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses com o aprimoramento de ideias e descoberta de intuições.

Em relação aos procedimentos técnicos a pesquisa será bibliográfica, pois na visão de Lakatos e Marconi (2004), abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde as publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto para um melhor atendimento da sociedade acadêmica em geral.

Esta pesquisa marca bibliograficamente as visões de autores ligados ao Direito Penal, Direito Processual Penal, Direitos Humanos e a Segurança Pública Nacional, os quais procuram mostrar de que forma podemos discutir o processo de humanização do sistema prisional brasileiro pautado na problemática do poder de punir, otimizando sua aplicabilidade em relação aos seus efeitos ressocializadores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO PRELIMINARES

Ao pensar em melhorias no sistema prisional existe a necessidade de alterar os entendimentos do poder de punir que deverão ser otimizados para uma aplicabilidade mais eficiente em relação aos seus efeitos sociais e humanos.

A evolução da sociedade é marcada

historicamente pelas atrocidades dispensadas a quem infringiam as regras impostas pelo Estado, visto que não existia nenhum instrumento que minimizar-se a vontade geral e feroz de punir os malfeitores.

Cesare Beccaria (1999), em 1764, já questionava qual seria o direito que os homens se reservavam de trucidar seus próximos ou semelhantes, tendo como resposta absurda a vontade geral de simplesmente se vingar dos graves ou ínfimos delitos.

César Roberto Bitencourt (2017), diz que mesmo com o desaparecimento dos suplícios e o surgimento de uma punição velada na arte de fazer sofrer, os avanços da humanidade, o direito de punir transfere-se da vingança do soberano para a defesa da sociedade, o que gerou mais insegurança social.

Assim surge, na doutrina norte-americana e na alemã, no século XVIII, o princípio da moderação das penas que demonstra ser extremamente essencial na proibição do excesso, baseada na sensibilidade humana, em sua razoabilidade e não no rigor legislativo, como também, descartando a periculosidade do infrator. Nas palavras de Michel Foucault (2007) o princípio da moderação das penas serve:

Para ser útil, a pena deve ser calculada não em função do delito, mas de possível reincidência. Visar não à ofensa passada, mas a desordem futura. Fazer de tal modo que o criminoso não possa ter vontade de recomeçar.

Já Cesare Beccaria (1999) adota a teoria que se penas iguais são aplicadas a dois delitos que afetam de maneira distinta a sociedade, não haveria óbices que impediriam práticas de delitos mais gravosos.

Por isso, não se pode dizer que a proporcionalidade das penas se destina à distribuição igual de castigo, baseada na ideia de suavização.



Deve-se ter noção de que a proporcionalidade está tanto na regra da quantidade mínima como no limite da penalidade estrita. O princípio da moderação das penas estabelece medidas adequadas ao caso concreto, uma maior eficácia ao sistema punitivo, o qual resultará em medida suficiente à inibição ocorrências de novos crimes.

DIREITOS HUMANOS PROTEGIDOS AOS APENADOS

Os direitos humanos inerentes a qualquer pessoa devem ser sempre respeitados e a individualização das penas é um significativo exemplo desses direitos subjetivos o qual considera as características do fato ocorrido e de cada criminoso, adotando-se uma punição justa, sem excessos, abusos, torturas e nem carências.

A mudança de foco sobre o condenado, que durante muito tempo é objeto da Execução Penal, ocorre através do estabelecimento dos Direitos da Pessoa Humana com os objetivos de reformar o delinquente e desestimular a prática de novos delitos.

Por sua característica de Estado Democrático de Direito, prevista na Carta Magna, o Brasil tem o dever de concretizar os direitos e deveres dos apenados, assim a Lei de Execução Penal, garante todos os direitos não atingidos pela sentença que impõe ao condenado, no início da pena, a ciência das normas disciplinares, seus direitos, limitações e deveres. O artigo 41 da Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984), diz que:

Art. 41 - Constituem direitos do preso:

- I - alimentação suficiente e vestuário;
- II - atribuição de trabalho e sua remuneração;
- III - Previdência Social;
- IV - constituição de pecúlio;
- V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação;

VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;

VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;

VIII - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;

IX - entrevista pessoal e reservada com o advogado;

X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;

XI - chamamento nominal;

XII - igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena;

XIII - audiência especial com o diretor do estabelecimento;

XIV - representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito;

XV - contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.

XVI - atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente.

Parágrafo único. Os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento.

Nos dizeres de Rizzatto Nunes (2010), trata-se de direitos específicos que se somam aos quais os sentenciados já são titulares na sua própria condição de cidadãos, como o direito à vida, o direito à integridade física e moral, o direito de consciência e de convicção religiosa, o direito ao sigilo de correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e telefônicas, o direito à assistência judiciária e o direito à indenização por erro judiciário ou por prisão além do tempo fixado na sentença, todos estes devidamente previstos no Art. 5º, da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Para Luís Francisco Carvalho Filho (2002), a entrega de gêneros alimentícios aos sentenciados tem sido tratada como um direito incontestável dos presos, permitida em quase toda a totalidade dos estabelecimentos prisionais brasileiros, mesmo sendo um risco a segurança dos



presídios; já que a grande maioria das armas e aparelhos celulares que ingressam no sistema prisional são trazidos nesses alimentos sem falar que coloca em risco a higiene dos presídios.

Os presos estrangeiros possuem direitos idênticos aos presos brasileiros, posto que a Constituição (BRASIL, 1988), em seu artigo 5º determina que todos são iguais perante a lei. Na prática, a maior dificuldade do sentenciado estrangeiro é conseguir adquirir os benefícios do livramento condicional e indulto, pois o estrangeiro condenado no Brasil não pode permanecer morando no país. (FILHO, 2002)

A Lei de execuções penais (BRASIL, 1984), em seu Artigo 88, determina que deva ser reservado a cada preso um espaço de seis metros quadrados, situação longínqua da realidade atual, onde os condenados cumprem pena em espaços de apenas trinta centímetros quadrados, onde se revezarem para dormir ou amarram-se nas grades, já que o espaço interno da cela não permite que todos se deitem ao mesmo tempo.

Propostas de Ressocialização dos Presidiários

Uma das propostas de ressocialização dos apenados é por meio do trabalho nos presídios, o qual seguiu historicamente na conceituação da pena privativa de liberdade e apresenta três grandes estágios. No primeiro, o trabalho era entendido como um elemento fundamental para a regeneração moral e normatização social do apenado, como uma política positiva. No segundo estágio, o trabalho era entendido como elemento agravante da punição em decorrência da concepção de trabalhos forçados.

No terceiro estágio, o trabalho visa dotar ao preso competências para que possa desenvolver uma atividade produtiva e

econômica que facilite a sua reinserção social. O trabalho prisional, dentro de uma visão mais realista, passa a desempenhar dois papéis distintos, embora totalmente interligados.

De um lado, ele serve para reduzir os conflitos do recluso durante o tempo em que está preso minorando os efeitos prejudiciais do estabelecimento prisional. Por outro lado, o trabalho pretende contribuir para a sua real ressocialização, embora reconhecendo que nem sempre isso é possível.

A falta de políticas públicas impede a construção de penitenciárias para a devida execução penal e, conseqüentemente, para que possam proporcionar melhores condições de vida ao preso. Paulo Bonavides (2018) assinala que socialmente, o Brasil é o País mais injusto do mundo; por um paradoxo, sua riqueza fez seu povo mais pobre e suas elites mais ricas numa proporção de desigualdade assombrosa.

As políticas de segurança pública destinadas à questão penitenciária têm por caracterização uma política neoliberal em seu último grau de consolidação e, conseqüentemente, as penitenciárias não prescindem de socorro aos mais carentes.

Dessa maneira, para Júlio Fabbrini Mirabete (2017), a execução penal estará subordinada aos princípios neoliberais e a massa carcerária neste contexto é personificada como grupo marginal carente, por se tratar de uma minoria improdutiva que não realizam as contrapartidas prestadas pelos programas públicos, por isso os condenados ficam a mercê da caridade desumana do Estado.

A efetivação da Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984) depende diretamente do financiamento do Estado, o qual, por sua vez, prioriza recursos para parcelas mais significativas de eleitores, o que não é o caso do presidiário, já que ele tem os seus direitos



políticos cassados com a condenação. (MIRABETE, 2017)

Ante a ausência de políticas sérias e investimentos no sistema penitenciário brasileiro, as velhas e insalubres instalações penitenciárias, além daquelas superlotadas, efetivamente não atingem a ressocialização do indivíduo, o qual sequer possuía socialização, por já ser, anteriormente ao cárcere, excluído pelo poder público.

Recolhem-se os presos a locais análogos aos calabouços antigos, aglomerando-os em cubículos e retirando-os a dignidade.

No recinto das prisões, aspira-se um ar verdadeiro terror, repressão e constrangimento, agravado pela arquitetura ultrapassada dos presídios com celas úmidas, de tetos elevados, pequenas, sem luminosidade e ausência total de ventilação, num ambiente propício e facilitador do homossexualismo e dos constantes assaltos sexuais.

Ressocialização do Apenado pelo Adestramento Militar

Ao ingressar em um presídio brasileiro, o sentenciado é despido de sua aparência usual. É despojado de seus pertences pessoais, recebe um uniforme padronizado de utilização obrigatória. Seu nome é substituído por um número, denominado matrícula. O seu cabelo é raspado. É privado de toda e qualquer comodidade material, recebendo somente o necessário para a sua higiene pessoal.

Realizando uma analogia com as escolas de formação de militares das Forças Armadas e auxiliares os alunos desses centros de formação perdem toda a sua subjetividades por um determinado tempo e praticamente são obrigados e seguir rigorosamente todas as obrigações dos apenados, com a diferença que irão estudar e trabalhar para garantir a soberania do estado

brasileiro.

Dessa forma, uma possibilidade de ressocialização dos presos no sistema carcerário brasileiro seria o adestramento dos apenados com técnicas militares voltadas para a disciplina, respeito às regras da lei, do trabalho profissionalizante e de estudos para uma verdadeira socialização pessoal.

Erwing Goffman (2005), em sua obra intitulada *Manicômios, Prisões e Conventos*, já demonstrava o caráter arrasador dos presídios, quando desconsideram a personalidade de cada um dos internos, englobando-os como se fossem todos iguais, possuindo, por isso, as mesmas necessidades. Segundo o referido autor:

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência, estudo e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.

Demonstrando o conflito que existe na sistematização das ações de toda e qualquer pessoa que esteja internada em um estabelecimento social, tal como a prisão, Erwing Goffman (2005) aduz ainda que:

Ora, se qualquer estabelecimento social pode ser considerado como um lugar onde sistematicamente surgem suposições a respeito do eu, podemos ir adiante e considerar que é um local onde tais suposições são sistematicamente enfrentadas pelo participante. Adiantar-se nas atividades prescritas, ou delas participar segundo formas não-prescritas ou por objetivos não-prescritos, é afastar-se do eu oficial e do mundo oficialmente disponível para ele. Prescrever uma atividade é prescrever um mundo; eludir uma prescrição pode ser eludir uma identidade.

Dessa maneira, para Alexandre de Moraes (2016), quando existem atividades pré-estabelecidas voltadas para indivíduos em geral, haverá consonância de comportamento sem existir perda da identidade destes indivíduos.

É nesse contexto que surgem os problemas, já que os apenados que não



cooperam com a instituição prisional passam a desenvolver um ajustamento secundário que é o emprego de meios ilícitos para se escapar do dever-ser, ou daquilo que a organização supõe que se deve fazer ou obter. (MORAES, 2016)

Assim mesmo levando em consideração a possibilidade de utilização do adestramento militar nos presídios, para uma verdadeira humanização da pena é fundamental o respeito à individualidade do detento, estimulando-lhe a autoconfiança e mostrando que ele é capaz para fazer algo positivo. Com isso, é certo que estará sendo dispensado ao preso um tratamento digno em todos os sentidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostra-nos o quão distante o sistema prisional brasileiro está do ideal humanitário. Mudanças radicais e imediatas são necessárias, pois a cada dia que se passa a revolta humana dos encarcerados só tendem a aumentar nessas instituições.

Modernizações nas arquiteturas penitenciárias; melhorias na assistência médica, psicológica e social; ampliações nos projetos visando o trabalho dos apenados para ocupação de suas mentes e dos seus espíritos; preparo e acompanhamento na reintegração social do detento; dentre outras medidas são imprescindíveis para que as mudanças no sistema prisional brasileiro possam ter início.

O princípio da dignidade da pessoa humana deve sempre pautar as atividades voltadas para o sistema penitenciário, haja vista ser ele medida assecuratória da obrigação do Estado em garantir à pessoa humana um patamar mínimo de recursos, capaz de prover-lhe a subsistência.

Sendo assim, foram proporcionadas algumas medidas para que o detento possa se ocupar durante o cumprimento de sua pena, sem que seja agredida a sua dignidade

humana. Dentre tais medidas, as que demonstram ser, em um primeiro momento, mais eficazes são aquelas que dizem respeito ao trabalho, a educação e ao respeito à individualidade do detento, para tanto, é fundamental que o Estado priorize a sua adequada prestação de serviços pautada na dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. 1. ed. São Paulo: Edipro, 1999.

BITENCOURT, César Roberto. **Falência da pena de prisão**. 5º ed. Revista dos Tribunais. São Paulo: 2017.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 25ª Ed. Saraiva. 2018

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal.

FILHO, Luís Francisco Carvalho. **A prisão**. São Paulo: Publifolha, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 34. ed. São Paulo: Vozes, 2007.

GOFFMAN, Erwing. **Manicômios, prisões e conventos**. 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Execução Penal**. São Paulo: Atlas, 2017.

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

NUNES, Rizzatto. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**. São Paulo: Saraiva, 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**, 12ª ed., São Paulo: Atlas, 2010.



QUESTÕES DE ORÇAMENTO: O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DA POLÍCIA CIVIL A PARTIR DO PPA ESTADUAL

BUDGETARY ISSUES: BUDGETARY PLANNING OF THE CIVIL POLICY BASED ON THE STATE PPA

Andréia Saraiva Ximenes¹

RESUMO: O objetivo desta pesquisa é analisar o orçamento público estadual destinado ao desenvolvimento dos programas temáticos executados pela Polícia Civil do Estado de Roraima nos PPA's do período de 2012 a 2019. Para tanto, foi traçado alguns objetivos específicos para se chegar a determinado fim como apresentar conceitos sobre o orçamento público e sua elaboração; discorrer sobre a instituição da Policia Civil do Estado de Roraima; compreender o processo orçamentário da Polícia Civil de Roraima e a composição do orçamento destinado ao órgão no período de 2012 a 2019 abrangendo a vigência de dois quadriênios do PPA. Os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa são estruturados em forma de estudo de caso sendo utilizados os orçamentos do Policia Civil, bem como, a Lei do PPA estadual para se obter os objetivos propostos com a pesquisa bibliográfica que apresenta a conceituação de orçamento público, receitas e despesas públicas, PPA, LDO e LOA. A qualidade da gestão do orçamento público está relacionada com a prestação de serviços que a administração pública deve prestar a sociedade. A segurança Pública é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. A Polícia Civil para prestar um trabalho de excelência necessita de recursos financeiros e de uma boa gestão para traçar objetivos e metas que possibilitem a instituição cumprir o seu papel na sociedade.

Palavras-chave: Orçamento, Planejamento Orçamentário, Policia Civil, Roraima.

ABSTRACT: The objective of this research is to analyze the state public budget for the development of thematic programs executed by the Civil Police of the State of Roraima in the PPAs of the period from 2012 to 2019. For this purpose, a number of specific objectives were set out to reach a certain goal concepts about the public budget and its elaboration; talk about the institution of the Civil Police of the State of Roraima; to understand the budgetary process of the Civil Police of Roraima and the composition of the budget destined to the organ in the period from 2012 to 2019 covering the term of two quadrenniums of the PPA. The methodological procedures used in the research are structured in the form of a case study using the budgets of the Civil Police as well as the State PPA Law to obtain the proposed objectives together with the bibliographic research that presents the concept of public budget, revenues and expenses PPA, LDO and LOA. The quality of public budget management is related to the provision of services that the public administration must provide to society. Public safety is exercised for the preservation of public order and the safety of people and property. The Civil Police to provide excellent work requires financial resources and good management to set goals and goals that enable the institution to fulfill its role in society.

Keywords: Budget, Budget Planning, Civil Police, Roraima.

¹ Mestranda em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania, Universidade Estadual de Roraima – UERR, e-mail: anxis_novo@hotmail.com.



INTRODUÇÃO

O papel do orçamento na administração pública é condição fundamental para o bom desempenho das atividades políticas e programas institucionais voltados para o atendimento das demandas sociais. No tempo em que a palavra de ordem é restringir orçamentos, a gestão orçamentária ganha destaque no processo de tomada de decisões. A elaboração do orçamento realizado pela União, Estados e Municípios é uma tarefa que compreende a mobilização de diversos setores governamentais, que devem apresentar programas de governo de curto e longo prazo que atendam às necessidades do cidadão.

A grande maioria dos orçamentos apresentam como prioridade de investimento as áreas da saúde, educação e segurança pública. Apesar de ser uma das prioridades, o investimento em segurança pública vem diminuindo, em contrapartida, á elevados índices de violência que acabam por mudar a realidade de muitas cidades. No ano de 2016, a estatística apresentada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública trás números alarmantes, foram 61.287 mortes violentas, levando o Brasil a figurar como um dos países mais violentos do mundo segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Para que as forças de segurança atuem no combate à criminalidade é necessário que os recursos financeiros alocados para as polícias sejam condizentes com as necessidades que a instituição apresenta.

A pesquisa tem como problemática a questão orçamentária, em que os orçamentos em sua maioria são estruturados e apresentados pela Secretaria de Planejamento e Orçamento dos Estados, que em muitos casos não é realizado um levantamento das reais necessidades do órgão a que serão destinados os recursos.

A partir da elaboração do Plano Plurianual (PPA) do Estado são definidos todos os programas e ações que o governo irá fomentar durante a vigência desse instrumento de planejamento governamental. Dessa forma, a análise consiste em verificar se a elaboração do orçamento, os programas de trabalho e ações definidos no PPA estadual atendem realmente as necessidades da Polícia Civil do Estado de Roraima?

A escolha do tema é de grande relevância, uma vez que, as leis orçamentárias definem a forma como os recursos públicos serão aplicados para melhor atender as necessidades da população. O orçamento público é uma ferramenta de gestão, a qual sendo bem elaborado, permite o controle das receitas e despesas do ente federado. Quando sua elaboração é feita de forma errônea causa prejuízo para a população que acaba desassistida na prestação de serviços governamentais.

Segurança Pública é uma matéria muito dinâmica, sendo necessário que os programas e ações apresentados no PPA estadual sejam reformulados para atender as necessidades que surgiram após a implantação da Polícia Civil de forma que, a instituição possa prestar um serviço de qualidade para a população do estado.

Os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa são estruturados em forma de estudo de caso sendo utilizados os orçamentos do Polícia Civil, bem como, a Lei do Plano Plurianual do Estado de Roraima compreendendo os anos de 2012 a 2019 abrangendo os dois últimos PPA's.

Na sequência são apresentados os conceitos doutrinários e as citações relacionadas ao tema orçamento público, bem como, os elementos que compõem a formação de um orçamento como o PPA, LDO e LOA, incluindo os conceitos e classificações de receita e despesas públicas.



Logo em seguida é realizada uma abordagem sobre o tema Segurança Pública, bem como a implantação e organização da Polícia Civil, encerrando com o PPA Estadual e sua execução, uma vez que, todas as atividades pertinentes ao órgão são realizadas em decorrência dos recursos alocados nas peças orçamentárias.

OBJETIVOS

Objetivo Geral desta pesquisa é analisar o orçamento público estadual destinado ao desenvolvimento dos programas temáticos da Polícia Civil do Estado de Roraima no PPA no período de 2012 a 2019. Tendo como objetivos específicos: a) Apresentar conceitos sobre o orçamento público e sua elaboração; b) Discorrer sobre a instituição da Polícia Civil do Estado de Roraima e c) Compreender o processo orçamentário da Polícia Civil de Roraima e a composição do orçamento destinado ao órgão no período de 2012 a 2019 abrangendo a vigência de dois últimos quadriênios do PPA.

METODOLOGIA

Com relação à abordagem do estudo a pesquisa apresenta-se como qualitativa, ou seja, é qualitativa por analisar o Plano Plurianual do Estado de Roraima e seus anexos e quantitativa, uma vez que será empregado o uso de recursos e técnicas de estatística. A pesquisa é descritiva, comum nas abordagens qualitativas e complementando a pesquisa ela também é explicativa, uma vez que, um dos objetivos do estudo é analisar o orçamento do órgão e identificar se atende às necessidades da instituição policial e conseqüentemente da população. Quanto aos procedimentos, este trabalho se utiliza de uma pesquisa bibliográfica e documental, devido a utilização da revisão de literaturas ligada ao assunto, sendo o material utilizado composto por livros, tese, dissertações, leis, documentos do Governo do Estado de Roraima, documentos da Polícia Civil de

Roraima, dentre outros.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Orçamento Público

Para o planejamento e execução das finanças públicas o orçamento é um instrumento fundamental, e na esfera pública podem-se tecer algumas considerações de Giacomoni (2005) a respeito do tema. O autor classifica o orçamento público em duas fases, sendo o orçamento tradicional e o orçamento moderno. O orçamento tradicional apresentava como função principal o controle político, uma vez que, disciplinava as finanças públicas onde os órgãos de representação exerciam controle sobre os Executivos. O orçamento tradicional deixou de ser utilizado pelo Governo Federal após o advento da Lei 4.320/64. Do orçamento tradicional evoluiu-se para o orçamento moderno.

No orçamento moderno sua principal função é o de instrumento de administração, uma vez que seu papel é de auxiliar o executivo nas várias etapas do processo administrativo. Define-se orçamento público moderno como “um plano que expressa em termos de dinheiro, para um período de tempo definido, o programa de operações do governo e os meios de financiamento desse programa” (GIACOMONI, 2005, p. 67).

Ainda conceituando orçamento público Castro e Gomes (2000, p. 102), afirmam que “orçamento é um processo contínuo, dinâmico e flexível, que traduz, em termos financeiros, para determinado período, os planos e programas de trabalho, ajustando o ritmo de execução ao fluxo de recursos previstos, de modo a assegurar à contínua e oportuna liberação desses recursos”.

Carvalho (2008), relata que a Organização das Nações Unidas (ONU) na década de 50 difundiu um modelo de orçamento-programa inspirado na experiência do orçamento de desempenho



nos Estados Unidos da América, sob a denominação de PPBS (Planning Programing Budgeting System) – Sistema de Planejamento, Programa e Orçamento. O orçamento-programa foi instituído no Brasil em 1964, pela Lei 4.320/64.

As principais características do orçamento-programa são: integração, planejamento, orçamento; quantificação de objetivos e fixação de metas; relações insumo-produto; alternativas programáticas; acompanhamento físico-financeiro; avaliação de resultados e gerência por objetivos. É importante esclarecer que no Brasil a Constituição Federal (CF) de 1988 trouxe a normatização da matéria orçamentaria através do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), ficando evidente a preocupação do constituinte pelo planejamento das ações do governo, já que antes da normatização o programa era regido por leis infraconstitucionais desde que passou a ser empregado no Brasil.

PPA, LDO E LOA.

O Plano Plurianual - PPA seria uma síntese dos esforços de planejamento de toda a administração pública, orientado a elaboração dos demais planos e programas de governo, assim como, do próprio orçamento anual (GIACOMONI, 2005). No Plano Plurianual são definidas por área de resultado, as Diretrizes estratégicas de governo e, em atendimento a elas, nos programas, com objetivos claramente definidos. O PPA deve ser entendido como um instrumento da gestão de políticas públicas, com foco em resultados (Manual Técnico de Elaboração do PPA). O PPA deve ser enviado ao legislativo até o dia 31 de agosto do primeiro ano do mandato e devolvido para a sanção do chefe do executivo até o dia 31 de dezembro do mesmo ano. O chefe do executivo em seu

primeiro ano de mandato deverá terminar a execução do PPA elaborado pelo seu antecessor. O PPA relativo ao seu governo somente será executado a partir do segundo ano do mandato e vigorará até o primeiro ano do próximo mandato (prazo de 04 anos).

Trazendo para a nossa realidade o PPA estadual vigente (2016 a 2019) foi elaborado pela atual administração, ele contempla as normas de finanças públicas á que a lei complementar nº101/2000 exige. O documento formulado pelo governo do estado está disponível no site da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado de Roraima, onde é possível acessar suas informações. O PPA 2016-2019 apresenta as diretrizes estratégicas de cada setor governamental, uma vez que a construção dessas estratégias e realizada através de fóruns de desenvolvimento sustentável e reuniões técnicas. O PPA estadual é avaliado todos os anos e cada unidade orçamentária (UO) fica responsável por sua avaliação, no fim do processo avaliativo a secretaria de planejamento e orçamento condensa as informações e elabora a revisão anual.

A Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO é usada nos três níveis de governo, que encaminha ao Poder Legislativo projeto de lei de diretrizes orçamentarias que, aprovada, estabelecerá meta, prioridades, metas fiscais e orientará a elaboração da proposta orçamentaria (GIACOMONI, 2005). Uma das principais funções da LDO é estabelecer parâmetros necessários à alocação dos recursos no orçamento anual, de forma a garantir, dentro do possível, a realização das metas e objetivos contemplados no PPA. O papel da LDO é ajustar as ações de governo, previstas no PPA, às reais possibilidades de caixa do Tesouro Nacional e selecionar dentre os programas incluídos no PPA aqueles que terão prioridade na execução do orçamento subsequente. Por determinação constitucional, o governo é obrigado a



encaminhar o Projeto de Lei do Orçamento ao Congresso Nacional até 31 de agosto de cada ano.

A Lei Orçamentária Anual- LOA é o projeto onde o governo define as prioridades contidas no PPA e as metas que deverão ser atingidas naquele ano. A LOA disciplina todas as ações do Governo Federal. Nenhuma despesa pública pode ser executada fora do Orçamento, mas nem tudo é feito pelo Governo Federal. As ações dos governos estaduais e municipais devem estar registradas nas leis orçamentárias dos Estados e Municípios. No Congresso, deputados e senadores discutem, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), a proposta enviada pelo Executivo, fazem as modificações que julgam necessárias por meio das emendas e votam o projeto. Depois de aprovado, o projeto é sancionado pelo Presidente da República e se transforma em Lei. A LOA deve ser encaminhada até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro, ou seja, 31 de agosto e devolvido para sanção até o encerramento da seção legislativa. A lei orçamentária da União estima receitas e fixa as despesas para um exercício financeiro.

Essas três normas apresentadas forma a coluna do orçamento brasileiro e o objetivo do legislador constituinte foi determinar a adequação dessas três normas, caso mais claro da obrigatória relação do orçamento com os programas governamentais esteja no artigo 167 da CF, que veda expressamente o início de programas ou projetos não incluídos na LOA.

Receita e Despesa pública

Angélico (1995, p. 44), diz que a receita pública “é o recolhimento de bens aos cofres públicos”. Lei 4.320/64 adota o regime contábil de caixa, considerando como receita somente quando arrecadadas. A receita pública é classificada conforme sua natureza,

em receita orçamentária e extra orçamentária. As receitas orçamentárias aumentam positivamente o valor da situação líquida financeira enquanto que a receita extra orçamentária não aumenta.

Além da classificação acima as receitas podem ser originárias ou derivadas, dessa forma as receitas originárias são provenientes dos ativos do Estado, ou seja, derivam da exploração do próprio patrimônio público, enquanto que as receitas derivadas são auferidas em razão das prerrogativas do Estado sobre os demais e de sua autoridade coercitiva. A Lei nº 4.320/64 estabelece mais uma classificação para a receita quanto à categoria econômica, sendo classificada em receitas corrente e receitas de capital.

As receitas correntes provem da obrigação da população em manter o Estado com o pagamento da tributação, da receita patrimonial, das transferências correntes, tais como participação em tributos federais, estaduais e outras receitas ditas correntes (MANUAL MCASP, 2012). As receitas de capital são aquelas que provêm de empréstimos tomados pelo governo junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, bem como, de títulos públicos no mercado, de recursos provenientes da venda de bens, de recursos provenientes da amortização de empréstimos concedidos, de transferências de capital de outras entidades e de outras receitas ditas de capital (MANUAL MCASP, 2012).

Despesa pública são todos os desembolsos efetuados pelo Estado no atendimento dos serviços e encargos assumidos no interesse geral da comunidade, nos termos da Constituição, da lei, ou em decorrência de contratos ou outros instrumentos, como afirma Silva (2009). Quanto à categoria econômica se divide em despesa corrente e despesa de capital. As despesas correntes são todas as despesas que



não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, do contrário as despesas de capital são aquelas despesas que contribuem, diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital (MCASP, 2012).

A despesa apresenta alguns estágios que fazem parte da etapa de execução e, conforme a Lei 4.320/64 inclui: fixação, empenho, liquidação e pagamento. Uma grande maioria de órgãos públicos tem dificuldade em seguir as etapas da despesa, uma vez que, acabam por fazer pagamentos mesmo antes de empenharem a compra de determinado produto ou serviço prestado.

Quanto aos grupos de natureza da despesa é um agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto que pode ser com pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, outras despesas correntes, investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida. O PPA do estado contempla a classificação da despesa segundo a sua natureza, desta forma é possível estabelecer um modelo padrão a ser seguido por todas as instituições, pois a Lei 4.320/64 e a Lei complementar 101/2000 estabelecem todas as diretrizes para a elaboração do orçamento público.

Segurança Pública

Falar de Segurança Pública não é uma tarefa fácil principalmente nos dias atuais. A Constituição Federal/88 traz em seu art. 144, Capítulo III, Da Segurança Pública o seguinte texto:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - Polícia federal;
- II - Polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - Polícias civis;
- V - Polícias militares e corpos de bombeiros

militares

Para Souza (2009, p. 300), o conceito de segurança pública é um estado que possibilita (viabiliza) o livre exercício dos direitos, liberdades e garantias consagrados na Constituição e na Lei. A segurança é, simultaneamente, um bem individual e coletivo, tal como a sociedade pertence a todos e a cada um.

A segurança é uma necessidade fundamental, pois está na base da afetividade e moral humanas. Com o advento da insegurança a população tanto urbana como rural passaram a ter comportamentos diferenciados, e exigindo ações do Estado que não sabe responde-las a contento.

Uma crítica que se faz basicamente a empregabilidade do orçamento em segurança pública é com relação à precariedade do preparo e da infraestrutura disponíveis nos órgãos de segurança. Não existe prioridade dos governantes em estruturar as unidades policiais, e grande parte dos recursos anuais é para as atividades de policiamento nas estradas, pagamento de salários, manutenção da Força Nacional de Segurança e manutenção do sistema penitenciário, é importante ressaltar que segurança pública não é apenas o trabalho de combater o crime, é mais que isso, é preciso o trabalho de prevenção com políticas publicas atuantes para mudar essa realidade que o país enfrenta.

Implantação e Organização da Polícia Civil de Roraima

O recém-criado território do Rio Branco através do Decreto-lei nº 5.812 de 1943, sofreu modificação do seu nome em 1962 para Território Federal de Roraima o qual em 1988 através da Constituição Federal foi extinto e deu lugar ao Estado de Roraima. Sua capital era Boa Vista, que continuou a ser a capital do novo Estado. O Decreto Federal nº. 002/44 criou a Guarda Territorial,



submissa a Divisão de Segurança e Guarda (DSG), que tinha várias funções de destaque na segurança tanto na cidade quanto no interior (BATISTA et al., 2014).

Conforme (BATISTA et al., 2014), por 30 anos a Guarda Territorial foi a responsável pela segurança do território de Boa Vista em 1974 ela foi dividida dando início as Polícias Militar, Corpo de Bombeiros e a Polícia Civil. Passando pela história da antiga Guarda Territorial, percebe-se que ela foi o embrião da atual Polícia Civil do Estado de Roraima que em 1975 surgiu sendo um órgão do sistema de segurança pública.

Na década de 1980, houve o primeiro concurso público para o ingresso da primeira turma de policiais civis do Território Federal de Roraima, só em 2001 foi editada a Lei Complementar nº 55/01, a Lei Orgânica da Polícia Civil onde em 2004 houve a posse da primeira turma de policiais civis do Estado de Roraima por meio de concurso público, pois até então os servidores eram contratados sem processo seletivo.

A Polícia Civil é composta por 10 cargos, sendo distribuído por Delegado de Polícia, Perito Médico-Legista, Perito Odontologista, Perito Criminal, Agente de Polícia, Escrivão de Polícia, Perito Papiloscopista, Agente Carcerário, Auxiliar de Perito Criminal e Auxiliar de Necropsia.

A nova formação da Polícia Civil local completou 14 anos de formação, trata-se de uma instituição recente que vem cumprindo seu papel na sociedade roraimense. Muitas são as dificuldades enfrentadas, o que não difere da extinta guarda territorial de Roraima.

A estrutura organizacional da Polícia Civil é composta por: Chefia da Polícia Civil; Conselho Superior de Polícia Civil; Gabinete; Escola de Polícia Civil; Corregedoria-Geral de Polícia Civil; Departamento de Polícia Judiciária da

Capital; Departamento de Polícia Judiciária do Interior; Departamento de Polícia Especializada; Departamento de Operações Especiais; Delegacias de Polícia Civis Especializadas e Distritos Policiais; Instituto de Criminalística; Instituto Médico Legal; Instituto de Identificação e Serviços Complementares (Lei Complementar nº 55/2001).

A Lei complementar nº 223, de 27 de janeiro de 2014 trouxe alterações a Lei Complementar nº 055/2001. Na sua estrutura organizacional além dos departamentos apresentados foram criados os departamentos de Departamento de Administração; Departamento de Narcóticos e Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa. Na Lei complementar nº 055/2001 do seu art. 10 ao art. 28 vem descrevendo todas as funções e atribuições dos respectivos departamentos e órgãos que compõem a estrutura da PCRR.

Quanto ao efetivo da instituição a Lei Complementar nº 055/2001, previu um efetivo de 1.750 servidores, porém com o concurso realizado em 2003 foi dado posse a apenas 1.025 servidores em julho de 2004. Desse quantitativo aproximadamente 816 servidores continuam exercendo suas funções, alguns cargos estão com um déficit de quase 50% do efetivo e o cargo de agente carcerário tornou-se um cargo em extinção.

Programas e Ações contidos no PPA Estadual da PCRR

A Lei nº 837 de 17 de janeiro de 2012 dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA, para o quadriênio 2012/2015, que organiza a atuação governamental em Programas e Ações orientados para a consecução das diretrizes, estratégias e dos objetivos estratégicos do Governo definidos para o período de vigência do Plano (Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Roraima-Plano Plurianual 2012/2015).

O PPA contempla os programas e as



ações de cada secretaria estadual, a dotação orçamentária (UO) da Polícia Civil é a 19105 em que trabalha com dois Programas, o de Segurança e Defesa do Cidadão e o Apoio Administrativo. Com relação às Ações a instituição trabalha com nove ações sendo o Policiamento Civil, Reformas de Unidade da Polícia Civil, Perícia Criminal, Construção das Unidades de Polícia Civil e Técnica, Manutenção e Conservação de Bens Imóveis da Polícia Civil, Manutenção de Serviços de Transportes da Polícia Civil, Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da Polícia Civil, Administração de Recursos Humanos da Polícia Civil e Ações

fixado as despesas no mesmo patamar.

Neste exercício financeiro do ano de 2018 a Instituição Polícia Civil obteve recursos orçados em R\$125.088.291,00 (cento e vinte e cinco milhões oitenta e oito mil, duzentos e noventa e um real), podendo esse recurso sofrer alterações devido à concessão de créditos adicionais ou contingenciamentos.

Os recursos autorizados ao logo dos anos de 2012 a 2017 para a unidade orçamentária da Polícia Civil perfazem o valor de R\$551.111.031,00 reais, sendo efetivamente pago o valor de R\$453.869.111,77 reais, como pode ser verificado no quadro abaixo.

Quadro: Movimentação orçamentária de 2012-2017

Função 06 - Segurança Pública								
Polícia Civil								
Exercício	Dotação Inicial	Créd. Autorizado	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	Percent. Empenhado	Percent. Liquidado	Percentual pago
2012	63.058.982,00	69.058.982,00	49.242.976,27	49.242.976,27	44.076.808,55	71,31%	71,31%	63,82%
2013	69.520.952,00	75.520.952,00	66.465.768,43	66.465.769,43	60.128.375,41	88,01%	88,01%	79,62%
2014	75.918.618,00	98.908.663,02	90.786.395,75	90.786.395,75	76.653.745,71	91,79%	91,79%	77,50%
2015	104.926.611,00	109.004.017,68	101.201.400,05	101.123.253,97	88.244.464,44	92,84%	92,77%	80,96%
2016	115.542.934,00	109.808.454,54	106.108.405,71	104.240.233,02	95.115.598,49	96,63%	94,93%	86,62%
2017	122.142.934,00	137.666.968,80	129.623.988,77	127.373.223,46	89.650.119,17	94,16%	92,52%	65,12%
Total	551.111.031,00	599.968.038,04	543.428.934,98	539.231.851,90	453.869.111,77	90,58%	89,88%	75,65%

Fonte: Sistema integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças.

de Informática da Polícia Civil.

Da mesma forma a Lei nº 1027 de 12 de janeiro de 2016 dispõem sobre o Plano Plurianual – PPA, para o quadriênio 2016-2019, apresentando os mesmos programas e ações estabelecidos no PPA 2012-2015. A elaboração do PPA atual trouxe um número maior de metas e estratégia para a segurança pública se comparado com o PPA anterior, de 37 para as atuais 54 metas.

Para o ano de 2018, a LDO estadual, Lei Nº 1.242 de 22 de janeiro de 2018 estimou a receita total no valor de R\$ 3.629.636.294,00 (três bilhões seiscentos e vinte e nove milhões seiscentos e trinta e seis mil, duzentos e noventa e quatro reais), tendo

Foram observados que os programas destinados a PCRR se mantiveram inalterados com o passar dos anos. Mesmo com a confecção do novo PPA para os anos de 2016 a 2019 os programas destinados a Polícia Civil não sofreram alterações. O que se observa ao longo dos anos com relação à formação do orçamento é apenas uma oscilação nos valores da dotação inicial com a dotação autorizada.

Na prática a dotação orçamentária inicial não é suficiente para atender as despesas da Polícia Civil, o ultimo trimestre orçamentário todos os anos carece de suplementação para haver saldo no orçamento e assim serem empenhadas as



despesas até o fim do exercício financeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O orçamento público com o passar dos anos tornou-se um instrumento não só de controle mais de planejamento e gestão. No passado não havia preocupação com os gastos do governo nem com as necessidades da população. Hoje com o advento da globalização os Estados tiveram que se adequar as novas diretrizes orçamentárias.

É importante que a administração pública perceba a necessidade de gerenciamento das ações de planejamento, conhecer as necessidades da população contribui para uma boa formação do Plano Plurianual, mecanismo este responsável por todas as diretrizes, objetivos e metas da administração pública.

A pesquisa vislumbrou o PPA do estado de Roraima, há que medida esse mecanismo de gestão está atendendo as necessidades da Polícia Civil, tendo como base os programas e ações contidos no PPA voltados a essa instituição. Grande parte das ações voltadas para a Polícia Civil não satisfazem as necessidades da instituição, pois não serve de instrumento de gestão.

Os objetivos e ações estratégicas estipuladas pela instituição padecem devido à incompatibilidade financeira, o que é planejamento não condiz com o disponível, ou seja, planeja-se sem ter a certeza do que realmente será executado ao longo do período.

Essas deficiências apresentadas limitam os serviços prestados à população, o que acaba por influenciar no aumento da violência. Os recursos para manter a instituição funcionando não são suficientes para fazer investimentos em equipamentos de uso contínuo nem na construção e reforma de unidades policiais.

O referido trabalho resulta de uma pesquisa em andamento.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Deusimar Lima. **GUARDA TERRITORIAL: INSTITUIÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DE TRABALHO SOCIAL NO TERRITÓRIO DE RIO BRANCO/RORAIMA ENTRE 1944 E 1974**. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 2014. Licenciatura e Bacharelado em História da Universidade Federal de Roraima.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988.
- _____. **Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- _____. **Lei nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece Normas de Finanças Públicas Voltadas para a Responsabilidade Fiscal e dá outras providências.
- _____. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de contabilidade aplicado ao setor público: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios/ Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional**. 5. Ed. Brasília, 2013. 795 p.
- CARVALHO, Deusvaldo. **Orçamento e contabilidade pública**. 4ª ed. Rio de Janeiro, RJ. Elsevier, 2008.
- CASTRO, Róbison Gonçalves de; GOMES, Luciano de Souza. **Administração e Direito Financeiro e Orçamentário**. 4 ed. Brasília: Vestcon, 2000.
- GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo, Atlas, 2005.
- MEZZARROBA, Orides e Monteiro, Claudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. São Paulo: Saraiva, 2009.



RORAIMA. **Constituição do Estado de Roraima**, promulgada em 31 de dezembro de 1991.

_____. **Lei Complementar nº 055, de 31 de dezembro de 2001**. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Roraima e dá outras providências.

_____. **Lei Complementar nº 223 de 27 de janeiro de 2014**. Dispõe sobre alterações na Lei Complementar nº 55, de 31 de dezembro 2001, na Lei Complementar nº 131, de 08 de abril de 2008, nos dispositivos menciona, e dá outras providências.

_____. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Roraima**. Plano Plurianual 2012-2015.

_____. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Roraima**. Plano Plurianual 2016-2019.

_____. **Lei nº 1.242, de 22 de janeiro de 2018**. Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2018.

_____. **Lei nº 1.027 de 12 de janeiro de 2016**. Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA, para o quadriênio 2016-2019.

_____. **Lei nº 837 de 17 de janeiro de 2012**. Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA, para o quadriênio 2012/2015.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental**. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUZA, Antônio Francisco de. **A polícia no Estado de Direito**. São Paulo: Saraiva, 2009.